

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO



UFES

ANÍBAL SALTÓRIO DE ALMEIDA JÚNIOR

***FORMAÇÃO PARA OS CONSELHEIROS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE
CARIACICA: POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE***

VITÓRIA

2019

ANÍBAL SALTÓRIO DE ALMEIDA JÚNIOR

***FORMAÇÃO PARA OS CONSELHEIROS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE
CARIACICA: POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE***

Dissertação apresentada como requisito para a conclusão do Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação – PPGMPE, da Universidade Federal do Espírito Santo, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Itamar Mendes da Silva

VITÓRIA

2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

A447f Almeida Júnior, Aníbal Saltório de, 1982-
Formação para os conselheiros escolares do município de
Cariacica: possibilidade de transformação da realidade / Aníbal
Saltório de Almeida Júnior. - 2019.
257 f. : il.

Orientador: Itamar Mendes da Silva.
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Conselhos Escolares. 2. Participação. 3. Gestão
Democrática. 4. Diálogo. I. Silva, Itamar Mendes da. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III.
Título.

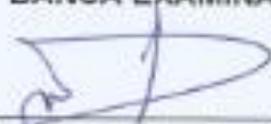
CDU: 37

**FORMAÇÃO PARA OS CONSELHEIROS ESCOLARES DO
MUNICÍPIO DE CARIACICA: POSSIBILIDADE DE
TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE**

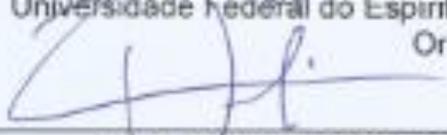
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 17/09/2019

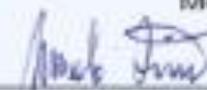
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Itamar Mendes da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador



Prof. Dr. Valter Martins Giovedi
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro interno



Prof. Dr. Marcelo Lima
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro externo



Prof. Dr. Antonio Donizetti Sgarbi
Instituto Federal do Espírito Santo
Membro externo

Aos meus pais, Aníbal e Noemi, por todo o incentivo e apoio aos meus estudos. Sem eles, nada disso seria possível.

Aos *educando-educadores* e *ex – educando-educadores*, que sempre estiveram afeitos às trocas de experiências e por toda a compreensão e carinho para comigo.

Aos meus colegas de trabalho, amigos de profissão, que sempre apoiaram e sempre estenderam suas mãos para ajudar nos momentos mais difíceis.

À minha esposa, Ana Júlia, pela paciência, compreensão, pelas noites em claro, sempre ao meu lado... Confortando-me quando tudo parecia impossível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por sua infinita bondade e misericórdia, sempre guiando meus passos e fortalecendo a caminhada.

Aos meus familiares por sempre apoiarem e entenderem as minhas ausências nas reuniões e eventos de família.

À Ana Júlia, companheira de todas as horas, por seu carinho, dedicação, compreensão, atenção, amor...

Aos amigos/amigas/irmãos/irmãs que a UFES me deu (Amarilda, Carol Amaral, Celinha, Ester, Geruza, Iza, Jéssica, Karla, Mayana, Neuzita, Priscila, Rayana, Rayra, Soninha, Stéfano e Thiago) e que tanto me ensinaram nesses anos juntos.

Ao meu grande amigo Lopes, por todo o apoio e por sempre acreditar que eu era capaz.

Aos meus amigos da EMEF “Maria Augusta Tavares”, Sandoval, Flávio, professores e conselheiros escolares, que tanto ajudaram na construção desse trabalho.

Aos amigos da Secretaria Municipal de Educação de Cariacica, principalmente André, Camila, Cezar, Cláudia, Edna, Flávia e Thiago, por todas as aprendizagens proporcionadas pelos debates e trocas de experiências.

À minha querida amiga Gabriela, que tanto ajudou, incentivou e acreditou nesse trabalho. Seu carinho e preocupação me fizeram acreditar que eu conseguiria. Obrigado mesmo, Gabi.

Ao Professor Itamar, que além de orientar meus estudos e o desenvolvimento desse trabalho, incentivou e acreditou que seria possível.

Aos meus nobres e estimados professores, que com tanta paciência e solicitude acompanharam essa caminhada.

Aos alunos e ex-alunos que participaram dessa longa caminhada, que sempre estavam dispostos a ajudar e a entender quando o cansaço pelos estudos, noites a fio, abatia meu semblante ao chegar à escola, pela manhã.

RESUMO

Os Conselhos Escolares foram criados com o intuito de tornar a ação da escola partilhada entre os sujeitos que a compõe e/ou tem interesse em seu fazer: a educação. O presente trabalho reflete sobre os Conselhos Escolares da rede pública municipal de ensino do município de Cariacica/ES e suas formas de composição, organização e funcionamento, na perspectiva da Gestão Democrática. Com o aporte teórico Freiriano, utilizamos os conceitos de participação, diálogo e Gestão Democrática da educação, para analisar o processo formativo desenvolvido junto ao Conselho Escolar de escola pública de Ensino Fundamental, de modo que estes venham facilitar nossa compreensão e embasar nossa discussão acerca da temática em questão. O objetivo da pesquisa é desenvolver reflexões acerca da participação qualificada dos conselheiros escolares em seu órgão colegiado, na perspectiva da Gestão Democrática, e propor processo formativo que ofereça possibilidades aos representantes dos segmentos, especialmente, de pais e de alunos, constituírem-se capazes de analisar, propor, opinar e decidir sobre os assuntos da competência dos Conselhos Escolares. Assumimos a pesquisa participante como metodologia de trabalho, pois esta nos permite fazer, juntamente com todos os envolvidos na realidade em questão, o levantamento dos problemas ali existentes e que são enfrentados por todo o grupo participante, levando esses sujeitos, através da própria análise e reflexão sobre a realidade em que vivem, a buscarem soluções para tais problemas. Ao final do estudo, concluímos que não basta ter instrumentos legais tratando da democracia para que esta se efetive no dia a dia das Unidades de Ensino, é necessário pratica-la constantemente como forma de consolidar as relações democráticas no âmbito das escolas.

Palavras-chave: Conselhos Escolares. Participação. Gestão Democrática. Diálogo.

ABSTRACT

The school councils were created to make the school action shared between the person that composes it and who has an interest in education. This study reflects the school councils of the educational public system of Cariacica/ES and their form of composition, organization, and operation, on the perspective of the school democratic management. With the Freiriano theoretical contribution, we use the concept of participation, dialogue, and democratic management of education to analyze the formative process developed with the school council of the elementary public system. Which will be facilitating our understanding and support our discussion about the subject. The objective of this study is to develop a reflection about qualified participation of the school councils in their collegiate, in the perspective of the school democratic management system and propose a formative process that offers possibilities to the segments representatives, especially to the student's parents and students themselves, and constitute them capable to analyze, propose, opine and decide about subjects of the school councils. We take participant research as a working methodology because it allows us along with all involved on that reality, list all the problems that exist there and dealt by everyone involved their subjects through their analyzes and reflection about the reality, which they live and find out solutions to such problems. At the end of the study, we concluded that it is not enough to have legal instrumentals dealing with democracy to make it effective, in a daily routine of educational units, it is necessary to practice it constantly as a way of consolidating democratic relations in the school.

Keywords: School Councils. Participation. Democratic Management. Dialogue.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS REUNIÕES DO CONSELHO ESCOLAR.....	113
GRÁFICO 2 - MOTIVAÇÕES PARA CONVOCAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR.....	114
GRÁFICO 3 - ENCONTROS DE FORMAÇÃO - FREQUÊNCIA DOS CONSELHEIROS.....	165

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ANÁLISE DAS ATAS DO CONSELHO DE ESCOLA.....	108
QUADRO 2 – NÚMERO DE OCORRÊNCIAS E A MOTIVAÇÃO DE ALGUMAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ESCOLA QUE OCORRERAM NO MESMO DIA.....	116

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – FREQUÊNCIA DOS CONSELHEIROS NOS ENCONTROS DE FORMAÇÃO.....	162
--	------------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ATPC	Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo
B.O.	Boletim de Ocorrência
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CEE/ES	Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo
CEs	Conselho Escolar/Conselhos Escolares
Cesan	Companhia Espírito-santense de Saneamento
CIs	Correspondência Interna/Correspondências Internas
CF	Constituição Federal
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
COMEC	Conselho Municipal de Educação de Cariacica
CUS	Conhecimento Universal Sistematizado
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EPG	Escola de Primeiro Grau
EUA	Estados Unidos da América
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GEC	Gerência de Educação Cidadã
GEC/SEME	Gerência de Educação Cidadã da Secretaria Municipal de Educação de Cariacica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAE	Plano de Ação Educacional
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação

PNFCE	Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SEDU	Secretaria de Estado da Educação
SEME	Secretaria Municipal de Educação de Cariacica
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
UE	Unidade Escolar
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
Uncme	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. CONSELHOS ESCOLARES: INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	22
2.1. A implantação dos Conselhos Escolares	32
3. CONSELHOS ESCOLARES E A ESCOLA DEMOCRÁTICA DE QUALIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA: QUESTÕES ORGANIZATIVAS DE DEBATE, PESQUISA E INTERVENÇÃO	47
3.1. O trabalho docente, a elaboração do currículo e o fortalecimento da democracia na escola	53
3.2. Currículo da Educação Básica na perspectiva da Gestão Democrática	56
4. GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E OS ÓRGÃOS DE REPRESENTATIVIDADE SOCIAL E DE DELIBERAÇÃO PLURAL	65
4.1. Conselhos de Educação no Brasil: o longo caminho percorrido até chegar em Cariacica	66
4.2. Os Conselhos Escolares no Brasil	71
4.2.1. A implantação dos Conselhos Escolares no município de Cariacica	73
5. A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CARIACICA: DA ESCOLA E DA REDE, SUAS NORMAS, REGULAMENTOS E MECANISMOS DE REGULAMENTAÇÃO	81
5.1. Opções e caminhos da pesquisa	81
5.2. O início do trabalho com a escola	86
5.3. Normatização da Educação na rede municipal de Cariacica	90
5.3.1. Lei Nº 4.373/2006: institui o Sistema Municipal de Ensino de Cariacica ..	91
5.3.2. Lei Complementar Nº 035/2011: dispõe sobre a Gestão Democrática do ensino público municipal de Cariacica	93
5.3.3. Regimento Comum das Escolas.....	94
5.4. Caracterização do objeto: a comunidade onde a escola está inserida	97
5.4.1. Histórico de criação da EMEF “Maria Augusta Tavares”	101
5.4.2. Implantação do Conselho Escolar na Unidade de Ensino	102
5.4.2.1. Conhecendo o perfil dos conselheiros escolares.....	104
6. O CONSELHO ESCOLAR DA EMEF “MARIA AUGUSTA TAVARES”: APROPRIAÇÃO DA REALIDADE E PROPOSIÇÃO DE ALTERNATIVAS	107
6.1. Encontros de Formação com os conselheiros da EMEF “Maria Augusta Tavares”: possibilidades e desafios	119

6.1.1. 1º Encontro Formativo	122
6.1.2. 2º Encontro Formativo	131
6.1.3. 3º Encontro Formativo	135
6.1.4. 4º Encontro Formativo	146
6.1.5. 5º Encontro Formativo	153
6.2. Participação dos conselheiros escolares nos Encontros Formativos	162
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
8. REFERÊNCIAS.....	173
APÊNDICE A – “CONSELHOS ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE CARIACICA/ES”	179
APÊNDICE B – “MATERIAL DE REFERÊNCIA PARA O DEBATE SOBRE OS CONSELHOS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CARIACICA” – (PRODUTO EDUCACIONAL 01).....	183
APÊNDICE C – O CONSELHO ESCOLAR DA EMEF “MARIA AUGUSTA TAVARES”: APROPRIAÇÃO DA REALIDADE E PROPOSIÇÃO DE ALTERNATIVAS (PRODUTO EDUCACIONAL 02)	197

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho é fruto de pesquisa que é proposta e organizada a partir das minhas inquietações, observações e considerações em torno da participação da sociedade civil e dos sujeitos que compõem os espaços/instituições participativas colegiadas voltadas à educação, como é o caso dos Conselhos Escolares.

Atuo como profissional da educação básica capixaba, na função de professor regente da disciplina de Geografia, desde o ano de 2002. Desde então, sempre estive vinculado à educação pública (redes estadual e municipal de Cariacica), embora durante alguns anos tenha exercido a função concomitantemente com a esfera privada de ensino.

Tive a oportunidade de ocupar o posto de Conselheiro Municipal de Educação do município de Cariacica (entre abril de 2014 e maio de 2015), com assento na Câmara do **FUNDEB** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –, onde representava o segmento do Magistério. Um dos assuntos mais discutidos, durante o tempo em que fiz parte desse Conselho, envolvia a necessidade de criarmos mecanismos que pudessem viabilizar maior participação da sociedade, principalmente dos representantes de pais e também de alunos, pois havia uma rotatividade muito grande dos representantes desses dois segmentos.

Dentre as justificativas que encontrávamos para o que acontecia, figuravam questões como: a falta de debate e preparo para o exercício da democracia em nosso município/estado/país; a descrença, por parte de vários representantes dos segmentos de pais e de estudantes, de que poderiam ser, de fato, ouvidos e respeitados dentro dos espaços públicos que envolvam tomadas de decisões; dificuldade de serem liberados de seus postos de trabalho para as reuniões e plenárias; entre outros. Tal situação nos afligia bastante, pois estávamos ali para definir os rumos que a educação do município tomaria, porém, não nos víamos preparados para fazer frente às necessidades da função. Antunes (2002) nos alerta sobre alguns dos principais problemas enfrentados em vários Conselhos, tais como:

[...] a ausência de canais ágeis e eficazes para facilitar a comunicação entre os diferentes segmentos dentro da escola e entre a escola e a comunidade e a escola e as outras instâncias da estrutura administrativa; [...] a ausência de uma cultura de participação; [...] a falta de confiança da burocracia

escolar na capacidade da população de emitir opiniões e tomar decisões concernentes à escola; ausência de uma linguagem acessível a todos, principalmente aos pais e alunos [...] (ANTUNES, 2002, p. 139).

Durante participação no “IX Encontro Estadual de Conselhos Municipais de Educação” (em julho de 2014), evento organizado pela **Uncme** – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – e realizado no município de Vargem Alta/ES, pude debater sobre esse mesmo assunto com os conselheiros de educação de vários municípios capixabas que apontaram as mesmas dificuldades e obstáculos em seus respectivos Conselhos. De fato, os sistemas de educação e seus responsáveis diretos pouco trabalham ou atuam, no que diz respeito a quebrar essas amarras que alienam a população.

Sobre a definição de Conselhos, Bordignon (2013, p. 53) afirma que estes são “[...] órgãos de representatividade social e deliberação plural [...]” e que “[...] os conselhos de educação foram concebidos como órgãos de assessoramento superior, de caráter eminentemente técnico. Hoje, assumem também uma dimensão política”. Com base nesse excerto, o autor nos deixa clara a função dos conselhos e qual a sua importância para a sociedade.

Seu surgimento remonta ao período do Brasil Império, quando advém a necessidade de criar órgãos para auxiliar a administração da educação em nosso território.

As tentativas de criação de conselhos de educação na estrutura de gestão da educação no Brasil remontam ao Império. A Província da Bahia, pela Lei Provincial nº 172, em 1842, criou o *Concelho de Instrução Pública* (grafado com c), primeiro conselho de educação oficialmente criado no Brasil. Em 1854, pelo Decreto Imperial nº 1.331-A, de 17 de fevereiro, o município do Rio de Janeiro criou o *Conselho Director do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte*. Assim, os dois primeiros conselhos de educação no Brasil foram criados no Império, sendo um estadual (Provincial à época) e o outro municipal.

De 1846 até 1911 (abrangendo 43 anos do Império e 22 da República), diversas propostas de criação de um conselho de educação de âmbito nacional foram apresentadas e discutidas, mas não levadas a termo. O Brasil conta com um conselho de educação de âmbito nacional funcionando efetivamente desde 1911 (BORDIGNON, 2013, p. 54-55).

A atuação da sociedade e sua participação nos Conselhos sempre teve grande importância para o desenvolvimento das ações prestadas pelos mesmos. No entanto, a participação desta sociedade só ganhou substrato graças à redemocratização do país e sua abertura política aos anseios de todos, garantindo a estes o direito de participarem das tomadas de decisões que envolvem o rumo que as políticas públicas destinadas à coletividade seguirão. Sobre aqueles que tinham

direito à participação nos Conselhos, bem como de exercerem as funções de responsabilidade dos mesmos, ao longo da história, Bordignon (2013) nos afirma que os Conselhos

[...] eram compostos, inicialmente, por funcionários públicos com cargos de chefia e diretores de estabelecimentos de ensino. Posteriormente, os conselheiros passaram a ser de livre escolha do governo, obedecido ao princípio do *notório saber*. No entanto, o critério de escolha – dos mais *sábios*, dos *melhores*, dos *homens bons* – que fluía do respeito, da liderança intelectual, passou, gradativamente, a ser substituído pelo poder de influência, seja intelectual, político, econômico ou militar (BORDIGNON, 2013, p. 60).

O Ministério da Educação ao divulgar documento sobre Conselhos Escolares afirma que estes “[...] são colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola” (MEC, 2004, p. 34). Esse entendimento representou o acúmulo do debate teórico-prático acerca da criação e implementação de Conselhos que teve início na década de 1980. Assim, cada um dos 26 estados, o Distrito Federal e os municípios puderam criar leis específicas adequadas à sua realidade.

No município de Cariacica, os Conselhos foram criados através do Decreto Nº 111, de 01 de setembro de 2004, que regulamentou a implantação dos Conselhos de Escola em todas as unidades de ensino da rede municipal de educação, determinando que:

Artigo 2º Os Conselhos de Escola, resguardando os princípios constitucionais, as normas legais e as diretrizes da Secretaria de Estado da Educação, terão funções consultiva, deliberativa e fiscalizadora nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras (CARIACICA, 2004).

O município de Cariacica, quando cria os Conselhos Escolares, ainda não havia constituído Sistema de Ensino próprio, apesar de essa prerrogativa ter sido autorizada pela Constituição Federal de 1988 – CF/1988, quando o município se torna ente federado. Também na LDB, quando fala em regime de colaboração¹, atribuindo ao município responsabilidade sobre a oferta do Ensino Fundamental em colaboração com o estado² e pela Educação Infantil na sua totalidade³. Embora já existisse a possibilidade do município criar seu próprio Sistema, este continuou

¹ LDBEN (Lei Nº 9.394/96), Art. 8º.

² LDBEN (Lei Nº 9.394/96), Art. 10.

³ LDBEN (Lei Nº 9.394/96), Art. 11.

subordinado ao Conselho Estadual de Educação – CEE/ES –, tendo suas ações homologadas pelo Secretário de Estado da Educação.

Podemos observar que a referida legislação garantiu, aos Conselhos Escolares, função de fundamental importância para o desenvolvimento e a oferta de uma “educação pública, gratuita e de qualidade”, conforme estabelece a CF/1988. Entretanto, o Decreto de criação não disciplinou as atribuições dos membros dos Conselhos Escolares e tal lacuna foi resolvida com a edição do Decreto Nº 139, de 08 de outubro de 2004.

Assim, notamos que os Conselhos Escolares são recentes no município de Cariacica. Podemos dizer que estes se encontram em processo de consolidação em vários aspectos, pois a participação dos representantes dos segmentos que compõem os Conselhos ainda padece de maior efetividade, especialmente a participação de pais, estudantes e comunidade local. Uma das questões explicativas destacadas em trabalhos acadêmicos tem sido o entendimento de que falta preparo e/ou interesse, da parte dos representantes de tais segmentos, para participarem dos processos democráticos inerentes aos Conselhos e para discutir questões pedagógicas com os especialistas em educação: professores e equipe gestora. Tais entendimentos se constituem em elemento de enfraquecimento do órgão colegiado que tem como função deliberar sobre questões de ordem pedagógica, administrativa e financeira no âmbito da escola.

No Brasil prevalece a “democracia representativa” com baixa intensidade de participação social, pois esta se restringe ao processo de votação, que ocorre durante as eleições. Essa prevalência faz com que uns tomem para si a capacidade de decidir para os outros, fazendo *para eles* e não *com eles*. Isso explica a necessidade de construirmos, de forma dialógica e coletiva, uma democracia com elevação no grau de intensidade da participação social, o que possibilitará que todos participem, opinando, discutindo, expondo seu ponto de vista e seus anseios, além de contribuírem para a deliberação de ações que dizem respeito à qualidade e a funcionalidade da educação ofertada à comunidade. Esses são problemas vivenciados nos Conselhos e que refletem o tipo de educação que está sendo ofertada nas escolas: uma educação que atende aos interesses da classe dominante e que visa mantê-la no poder, sem que haja mudanças ou transformações nessa/dessa realidade.

Com base nessa educação ofertada a todos, mas que não considera a todos, Antunes (2002) afirma que:

A escola pública [...] está organizada com vistas a manter relações verticais, de mando e submissão, em detrimento das relações horizontais de cooperação e solidariedade entre as pessoas, nas quais todos possam participar da gestão da instituição (ANTUNES, 2002, p. 143).

É preciso luta e resistência, para que possamos nos livrar dessa educação que visa apenas manter, a todo custo, o seu *status quo*, sem a participação e o engajamento dos que realmente dela necessitam e fazem parte.

Devido a sermos fruto de uma educação que é ofertada pela classe dominante e que, por isso mesmo, traz consigo uma filosofia neoliberal de desenvolvimento, podemos observar que essa “[...] produziu uma nova exclusão: uma inclusão excludente. Ou seja, as classes populares vão à escola, mas não são oferecidas as condições adequadas para que elas sejam atendidas nas suas demandas e necessidades específicas” (GIOVEDI, 2014, p. 4-5).

Essa educação que nos foi, e ainda é, ofertada nos permite a participação no processo, mas é a responsável pela “invisibilização” dos sujeitos pertencentes às classes menos favorecidas, que ao terem oportunidade de transformar sua realidade, não o sabem como fazer, pois não receberam uma formação que torne isso possível. Dessa forma, é necessário e urgente fortalecermos os Conselhos promovendo a participação da comunidade escolar (principalmente pais e alunos) no processo de gestão da escola.

Assim, nossa participação, ancorada também em nossa prática, passa pela necessidade de promover, fomentar e qualificar a participação dos variados segmentos que compõem os Conselhos Escolares das Unidades de Ensino do município de Cariacica. O que fazer para que esses Conselhos Escolares, e os representantes dos variados segmentos que o compõem, possam deliberar e definir, de maneira consciente, sobre os rumos da educação local? Como proceder para que a participação qualificada possa ser bem sucedida em tornar a escola lugar significativo e relevante? Como fazer para que a educação ofertada possa atender aos anseios e expectativas da comunidade e auxiliar na transformação da realidade em que vivem?

Tomando como base, e objeto de estudo, o conjunto de problemas que os segmentos de pais e de alunos afirmam enfrentar durante sua participação em Conselhos Escolares propomo-nos a trabalhar o fortalecimento desses por intermédio de uma formação de seus conselheiros numa perspectiva crítico-libertadora. Paulo Freire nos traz elementos para debater tais problemas enfrentados pelos Conselhos Escolares e buscar possíveis saídas, com posicionamentos dialógicos, que respeitem e considerem as vivências dos demais representantes dos segmentos sociais menos favorecidos. Freire (2014a, p. 79) nos alerta que “o que importa, realmente, ao ajudar-se o homem é ajudá-lo a ajudar-se. [...] É fazê-lo agente de sua própria recuperação. É, repitamos, pô-lo numa postura conscientemente crítica diante de seus problemas”.

Observamos que é necessário pôr os representantes de segmentos em contato com os problemas que os Conselhos enfrentam, a partir de problematizações e reflexões acerca dessa realidade. Tais ações oferecerão condições para a criação de uma consciência crítica que possibilite criar instrumentos para a transformação da realidade, de maneira mais igualitária e democrática. Embora tenhamos a democracia como princípio da educação garantido pela Constituição Federal e pela LDBEN, vale ressaltar o que foi afirmado por Freire (2014a, p. 90): “realmente o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas”. Ou seja, vivemos em uma democracia que não nos permite nem qualifica a participar do debate dentro das esferas públicas de tomadas de decisões.

Com base em tudo o que foi discutido até agora, nosso objetivo com a pesquisa é desenvolver reflexões acerca do papel e das práticas dos Conselhos Escolares na perspectiva da Gestão Democrática e desenvolver processo formativo que ofereça possibilidades aos representantes dos segmentos, especialmente, de pais e de alunos, constituírem-se capazes de analisar, propor, opinar e decidir sobre os assuntos da competência dos Conselhos Escolares. Para tornar possível tal objetivo, nos propomos: a) Caracterizar os Conselhos Escolares no município de Cariacica: sua natureza, composição, forma de escolha dos membros, atribuições, competências, funcionamento, possibilidades e limites; b) Identificar o perfil dos conselheiros, especialmente os representantes de pais, alunos, funcionários da escola e de instituições da comunidade; c) Identificar as necessidades formativas dos representantes de pais, alunos, funcionários da escola e de instituições da

comunidade; d) Planejar e executar, junto com os representantes de pais, alunos, funcionários da escola e de instituições da comunidade, formações que venham contribuir para o desempenho de suas funções nos Conselhos Escolares.

Essa dissertação é composta por: capítulo 1 – introdução; capítulo 2 – revisão de literatura/Estado da Arte; capítulo 3 – referencial teórico; capítulo 4 – histórico sobre a formação dos Conselhos; capítulo 5 – metodologia, normatização e regulamentação da educação no município; capítulo 6 – proposta de intervenção no Conselho Escolar; capítulo 7 – considerações finais; capítulo 8 – referências e apêndices.

2. CONSELHOS ESCOLARES: INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Para esse item, nos dedicamos a realizar uma revisão de literatura acerca da temática proposta pela pesquisa. A revisão de literatura visa fornecer um levantamento da produção acadêmica realizada sobre o tema que estamos estudando ou sobre os temas que o atravessam, o que nos possibilita visualizar o que já foi produzido (evitando que estudos sobre o mesmo objeto sejam feitos novamente) ou nos permite ver até que ponto nosso objeto de estudo foi trabalhado e o que falta ser desvelado para que seja alcançada sua compreensão de forma mais globalizada.

Dessa forma, a revisão de literatura é parte fundamental do nosso trabalho, pois apresenta o que já foi produzido acerca da temática proposta, permitindo que possamos enxergar algumas possibilidades, potencialidades e/ou fragilidades já encontradas. A partir da análise dos trabalhos anteriormente elaborados (teses e dissertações) podemos, com base nas considerações de cada um dos mesmos, elaborar novas propostas de aprofundamento e compreensão da temática.

Em 2007 entra em vigor o “**PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação**”, que nos documentos oficiais⁴ é apresentado como uma ferramenta criada pelo Governo Federal para auxiliar as escolas públicas a realizarem o seu trabalho, visando garantir a oferta de uma educação básica de qualidade, significativa para os estudantes e com vistas a promover o sucesso e a permanência destes nas escolas. No plano se anuncia, como um de seus objetivos, a iniciativa de prestar contas à sociedade de todas as decisões tomadas pelo governo para a promoção de uma educação de qualidade. Baseado nesse argumento entende-se a participação da sociedade como sendo de fundamental importância para opinar, dialogar, debater e refletir sobre os rumos que a educação do país deve tomar, para que esta atenda, da melhor forma possível, àqueles que dela fazem uso: estudantes e comunidade escolar em geral.

Essa ferramenta possibilitou maior transparência nas ações empregadas pelo governo e pelos gestores da educação e das escolas de todo o país. Foi impulsionada pela assinatura do Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que

⁴ “O que é o Plano de Desenvolvimento da Educação?” Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/Bk_pde/oquee.html>. Acesso em: 13 mai. 2018.

implementou o Plano de Metas “**Compromisso Todos Pela Educação**”, um conjunto de ações que visava a união de forças entre os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), para que estes pudessem atuar, em regime de colaboração, juntamente com as famílias e as comunidades escolares, alcançando, assim, melhorias na qualidade da educação básica ofertada pelos respectivos entes.

A proposta do Plano foi de constituir-se como ferramenta impulsionadora da Gestão Democrática da educação, com vistas a tornar esse princípio mais presente e necessário no cotidiano das escolas. Dessa forma, para analisar os caminhos que a vinculação desse plano proporcionou para a gestão das escolas de todo o país, resolvemos fazer um levantamento de estudos (teses e dissertações) realizados a partir do ano de 2007, avaliando as contribuições que o Plano trouxe para a melhoria da gestão e da prestação de contas dos assuntos perpassados pela educação nacional.

O levantamento bibliográfico foi feito no site da “**Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**” (www.bdt.d.ibict.br), tendo como recorte temporal, o período de 2007 a 2018 (2007 foi quando teve início o Plano de Metas “**Compromisso Todos Pela Educação**” e, conseqüentemente, marca o início da vigência do **PDE**). As buscas se colocaram sobre as expressões: “*Conselhos Escolares*” e “*Gestão Democrática*”. Para a expressão “*Conselhos Escolares*”, identificamos um total de 4.364 documentos (entre teses e dissertações) e para a expressão “*Gestão Democrática*”, foram identificados 2.518 documentos.

Apesar desse contingente de trabalhos versar sobre Conselhos Escolares e Gestão Democrática, após uma amostragem de observações e leituras feitas, constatamos que nem todos tratavam os temas que estávamos propondo de forma principal. Nesse sentido (e pelo quantitativo de documentos disponíveis e da impossibilidade de se trabalhar com tamanho contingente de dados), buscamos fazer o refinamento da pesquisa indicando as referidas expressões delimitando-as pelo campo “assunto”. Assim, foram identificados 74 documentos para a expressão “*Conselhos Escolares*” e 283 documentos para a expressão “*Gestão Democrática*”. Vale ressaltar que alguns desses trabalhos apareceram em duplicidade.

Após o referido levantamento, constatamos a repetição de alguns conceitos destacados como sendo muito importantes para encabeçarmos e desenvolvermos a

discussão acerca da temática de que trata esse trabalho. Conceitos como “*Gestão Democrática*”, “*Conselho Escolar*”, “*participação*” e “*diálogo*” foram apontados, a partir de leituras realizadas em decorrência do resultado alcançado pelo levantamento feito junto à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, como sendo de fundamental importância para a compreensão da temática em questão e também para a elaboração e o desenvolvimento da pesquisa.

Sobre *Gestão Democrática*, pudemos constatar que o conceito é bem variado. Barroso (2011, p. 19), ao tratar sobre a Gestão Democrática da educação, a define como a transferência de “[...] poderes e funções do nível nacional e regional para o nível local, reconhecendo a escola como um lugar central de gestão e a comunidade local (em particular os pais dos alunos) como um parceiro essencial na tomada de decisão”.

O fato é que, por meio da Gestão Democrática da Educação, busca-se atender a todos e garantir que as pessoas, sujeitos e segmentos que fazem uso do sistema educacional (pais, alunos, comunidade escolar, funcionários da escola, professores, entre outros) possam atuar na construção de uma escola que atenda, de fato, aos seus anseios e às suas expectativas, enquanto processo formativo que visa possibilitar a compreensão e a transformação da realidade em que vivem.

Esse trabalho de formação e transformação da realidade será possível por intermédio dos Conselhos Escolares, que são:

[...] órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local. Sua atribuição é “deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras”, assim como analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Assim, os conselhos escolares representam as comunidades escolar e local que, atuando em conjunto, podem e devem definir de forma participativa os caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade (PAULA; ESPÍRITO SANTO; BARBOSA, 2014, p. 28).

Os Conselhos Escolares ocupam posição de destaque na transformação social possibilitada pela escola e pela educação, de maneira geral. É através deles que os segmentos que compõem a comunidade escolar exercem seus direitos; têm vez, voz e voto nas questões que envolvem a sua formação e a qualidade dos serviços a eles prestados pela escola. Dentro dos conselhos, é garantida a participação de todos os envolvidos no processo educativo, para que estes possam opinar, exprimir seus

anseios e deliberar sobre o tipo de educação que querem, além do motivo pelo qual a querem.

A participação de todos os membros e representantes de segmentos é de fundamental importância para a construção de um Conselho democrático e atuante, além do que, é necessária, também, para a efetivação e para a deliberação legal de todas as ações que competem ao mesmo. Entretanto, não há consenso sobre o significado de “participação”. Como nos afirma Werle (2003, p. 19), “quando se busca o significado de participar, não encontramos sentidos tão convergentes, mas diferenciados, incluindo, desde comunicar, anunciar, informar e fazer saber, até tomar parte e associar-se”.

A participação efetiva de todos os envolvidos no processo, não apenas “burocrática”, mas “prática e atuante” possibilita aprendizagens coletivas que pressupõem o acesso à produção de conhecimentos adequados às necessidades e interesses de toda a população, capazes de transformar a realidade em que a comunidade escolar se encontra.

É através da participação nos conselhos que os variados segmentos sociais encontram oportunidade para externarem seus anseios e cobrarem do Executivo, ao qual se vinculam, as melhorias necessárias para uma educação pública, gratuita e com cada vez mais qualidade. Essa composição plural dos conselhos (representada pela grande variedade de segmentos que compõem a sociedade civil organizada e a comunidade escolar) permite o debate aprofundado sobre os anseios e pontos de vista de cada segmento, além de possibilitar a aproximação entre eles, garantindo, assim, resultados que venham atender de maneira mais igualitária e satisfatória às necessidades de todos os envolvidos na comunidade escolar. Como significado de participação, Libâneo (2008) nos diz que:

A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos, pais (LIBÂNEO, 2008, p. 102).

Ainda sobre o conceito de “participação”, o autor complementa dizendo que:

O conceito de participação se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, isto é, de conduzirem sua própria vida. Como a autonomia opõe-se às

formas autoritárias de tomada de decisão, sua realização concreta nas instituições é a participação. Portanto, um modelo de gestão democrático-participativa tem na autonomia um dos seus mais importantes princípios, implicando a livre escolha de objetivos e processos de trabalho e a construção conjunta do ambiente de trabalho (LIBÂNEO, 2008, p. 102).

Como pudemos observar, o conceito de participação é muito diversificado, plural. Cada autor o trata a partir de um prisma que se aproxima da realidade com a qual dialoga. O fato é que não podemos tratar um conceito tão importante, para a compreensão da democracia e para a efetivação de processos democráticos dentro da educação e da escola, de forma reducionista, pois a compreensão desse conceito extrapola tais “muros”, como nos lembra Freire (1991):

[...] a participação não pode ser reduzida a uma pura colaboração que setores populacionais devessem e pudessem dar à administração pública. Participação ou colaboração, por exemplo, através dos chamados *mutirões* por meio dos quais se reparam escolas, creches, ou se limpam as ruas ou praças. A participação para nós, sem negar este tipo de colaboração, vai mais além. Implica, por parte das classes populares, um “estar presente na História e não simplesmente nela estar representadas”. Implica a participação política das classes populares através de suas representações ao nível das opções, das decisões e não só do fazer o já programado. [...] Participação popular para nós não é um *slogan* mas a expressão e, ao mesmo tempo, o caminho de realização democrática da cidade (FREIRE, 1991, p. 75).

A maneira mais coerente (e condizente) com a realidade que buscamos evidenciar de se promover uma participação mais efetiva de todos os representantes dos segmentos que compõem a comunidade escolar nos Conselhos Escolares para que, assim, estes possam atuar na condução do processo de construção do seu próprio conhecimento, sendo sujeitos desse processo, é através do diálogo.

[...] o diálogo é a força que impulsiona o pensar crítico-problematizador em relação à condição humana do mundo. Através do diálogo podemos *dizer o mundo* segundo nosso modo de ver. Além disso, o diálogo implica uma *práxis social*, que é o compromisso entre a palavra dita e nossa ação humanizadora (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2016, p. 117).

O diálogo é o instrumento de fundamental importância a ser usado para a transformação da realidade, pois ele permite que as pessoas tornem-se críticas e passem a refletir sobre possíveis obstáculos que as circundam e que impedem seu desenvolvimento, sua emancipação. Dentro de uma educação humanizadora, o diálogo possibilita, aos sujeitos que compõem a comunidade escolar, capacidade de reflexão sobre seu meio e suas ações, permitindo a transformação destas.

Um caminho para construir possibilidades de transformação da atual realidade é assumindo o “diálogo” como processo que favorece o “estar com”, a “interação com

outros sujeitos”, enfim o fazer partilhado, coletivo e humanizador. Como nos afirma Freire (2014b, p. 109), “[...] o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens”. Ou seja, é através do diálogo que nos constituímos como homens e mulheres, como seres conscientes do nosso inacabamento, como humanos propriamente. Freire (2014b, p. 116) ainda complementa que “a educação autêntica, repetamos, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A *com* B, mediatizados pelo mundo”. Esses pensamentos de Paulo Freire nos encorajam e nos fazem acreditar que sem dialogar com nossos semelhantes, nossos pares; sem que haja disponibilidade de fazermos *com* (e não de fazermos *para* ou *sobre*); sem a consciência de nosso inacabamento; entre tantas outras coisas, não será possível uma educação crítica e libertadora, transformadora da realidade que permita enxergarmos outros horizontes, outras possibilidades.

Através do diálogo existe a problematização das situações que permeiam a vida dos sujeitos que compõem a comunidade escolar, bem como o entorno onde a escola se insere, o que possibilitará a organização, por parte do profissional docente, e a construção de um conhecimento verdadeiramente adequado às necessidades e interesses desses sujeitos. É isso o que Freire (2014b) nos afirma:

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos –, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada (FREIRE, 2014b, p. 116).

O diálogo é, então, condição precípua para a construção de relações democráticas e participativas no processo de gestão da educação e dos demais processos inerentes a essa prática. A construção de uma escola sem diálogo com os variados segmentos que a compõem (pais, alunos, professores, funcionários, etc.); que não permite que estes segmentos se expressem ou indiquem o tipo de escola da qual necessitam para o seu processo de formação e de construção de seu conhecimento; uma escola que não possibilite que estes segmentos atuem no processo de decisão sobre a reflexão e a elaboração de metodologias com conteúdos que orientem a sua formação e a construção do saber que é relevante e, verdadeiramente, significativo para os mesmos, implica na construção de uma escola que, inevitavelmente, será autoritária, desestimulante, pouco atrativa para a comunidade e fadada à perpetuação da reprodução dos processos que conduzem ao fracasso escolar.

Pensar em uma escola, na perspectiva freiriana, que atue diferentemente dessa realidade (com uma gestão, de fato, democrática; com conselho escolar atuante; que objetive a participação de todos os envolvidos e interessados no processo educativo e que estes sejam inseridos no processo sob uma perspectiva dialógica) não é tarefa fácil e simples, muito pelo contrário: é uma tarefa árdua e que leva tempo para ser concretizada. Porém, apesar de todas essas dificuldades, é uma tarefa necessária e urgente, pois a prestação de um serviço público que atenda às reais necessidades da comunidade onde a escola se insere e que tenha por princípio a oferta de uma educação pública, gratuita e de qualidade⁵ e que garanta o acesso, a permanência⁶ de seus estudantes, bem como o seu sucesso nos estudos e no aprendizado é tarefa e dever de todos.

Embora a democracia seja a base da Constituição Federal brasileira, onde é tratada da seguinte forma, “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em *Estado Democrático de Direito* [...]” (BRASIL, 1988, *grifo nosso*), ou seja, que o poder emana do povo e por ele mesmo deve ser exercido, precisa de uma luta, cotidiana, para que seja respeitada e posta em prática, exercida. Ter sido explicitado, no texto constitucional, o princípio da democracia, não significa que este será garantido e efetivado a qualquer instante ou em qualquer situação. Da mesma forma que a assinatura de tratados, acordos e outros, sobre “gestão democrática” e “participação da sociedade” nas escolas e nos processos educativos, não garante a sua efetivação e prática. Como nos lembra, e também questiona, Werle (2003):

É suficiente instituir estruturas participativas nas escolas e nos sistemas de ensino? Por exemplo, instituir a eleição de diretores, criar Conselhos Escolares, Grêmios de alunos, de professores, associação de pais ou associação de funcionários assegura o florescimento de processos participativos? As estruturas colegiadas catalisam, efetivamente, o interesse daqueles que as constituem? (WERLE, 2003, p. 19).

Terem sido institucionalizados, todos esses instrumentos democráticos e de participação, não significa dizer que o espaço em questão seja, de fato, democrático e participativo. Democracia e participação não são estanques, que passam a existir pela assinatura de algo ou por um simples “estalar de dedos”. Muito pelo contrário. Para que existam, de fato, precisam ser construídas, exercidas, praticadas,

⁵ Princípios da Educação, presentes no texto da Constituição Federal de 1988, Art. 206.

⁶ Princípios da Educação, presentes no texto da LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), Art. 3º.

dialogadas, ensinadas. Mesmo em escolas que se dizem “democráticas” e que permitem a “participação de todos” alguns questionamentos precisam sempre ser feitos e levantados, como nos mostra, novamente, a autora:

Os processos que ocorrem no interior de estruturas participativas asseguram a participação de que segmentos? Quais são os participantes efetivos das estruturas da escola? Qual o nível de participação dos diferentes componentes da comunidade escolar? Há alguns que desempenham apenas uma presença legitimadora de decisões dadas por outros? Quem se questiona a respeito das ausências, dos que são excluídos das instâncias participativas? (WERLE, 2003, p. 20).

A formação desses representantes de segmentos que pertencem às estruturas participativas (Conselhos Escolares, por exemplo), demarcando nelas seu espaço e sua voz, precisa ser feita continuamente, para que estes possam, verdadeiramente, representar seus pares, levando até os órgãos colegiados (estruturas participativas) os anseios e necessidades da coletividade. Não basta estar presente na reunião/plenária, é preciso demarcar seu território de interesse, bem como as necessidades do coletivo que o mesmo representa.

A democracia é algo relativamente recente na história política brasileira. No processo de redemocratização a sociedade lutou para que houvesse possibilidade de participar da tomada de decisões e a ter direito a voz (mesmo que de forma tímida e incipiente) nos processos que organizam a vida no presente e também no futuro. A criação de órgãos colegiados, compostos por segmentos da sociedade e que pressupõem a participação e o exercício da cidadania, torna efetiva a democracia e precisa, por esse fato, ser estimulada constantemente. Entretanto, pelo fato mesmo de ser recente em nossa história, ainda paira a descrença popular de que esses espaços vão considerar sua opinião, na tomada de decisões, e que os poderes superiores lhes darão a atenção de que precisam e que também merecem. É bem verdade que, por isso mesmo, tal processo de participação da sociedade passe por momentos de “altos e baixos”. Isso por que a construção da democracia com participação de alta intensidade não é processo que se dê a estaque, se trata, sim, de um processo lento e conflituoso, que demanda trabalho para que seja construído e incorporado, de maneira eficaz e satisfatória, por todos. Lima (2007) propõe, a partir de estudos sobre a obra de Paulo Freire, a construção, dentro das escolas e dos órgãos colegiados da educação, de uma “pedagogia da participação”, uma pedagogia que tivesse como objetivo a criação de oportunidades que viessem a

contribuir com a construção de processos democrático-participativos no seio da sociedade. Sobre isso, a autora diz:

A pedagogia da participação é apresentada [...] não como um acessório para ser usado somente em algumas ocasiões, mas como um estilo de vida, adotado e incorporado pelas pessoas e que deve ser resultante de um longo e árduo aprendizado. Vale ressaltar que a participação não se constrói com atitudes autoritárias de uma administração autocrática. Os responsáveis pela administração escolar devem despertar em todos os integrantes da escola, educadores, pais, alunos e comunidade, o objetivo de participar (LIMA, 2007, p. 67).

Essa busca contumaz pela participação da sociedade nos espaços escolares de tomada de decisões deve ser pautada nessa pedagogia, para que sirva de aprendizado para todos. Esse processo é lento e passa por momentos bons e ruins, pois a construção da participação é processual e, por isso, passa por períodos de livre aceitação e períodos de embate e resistência, conflitos. É isso que a autora nos mostra, mais uma vez, ao dizer que:

A construção da participação popular é lenta, difícil, conflituosa e demanda tempo e trabalho. Não pode ser entendida como um *slogan*, como uma maneira de “vender uma mercadoria”, mas deve ser incorporada, vivida e praticada. Somente intenções e atitudes democráticas não são suficientes: é preciso criar nas unidades escolares uma cultura de participação que reúna todos os envolvidos no processo educacional, possibilitando a propagação de todas as informações necessárias ao debate e à tomada coletiva de decisões (LIMA, 2007, p. 68).

Portanto, “não basta [...] ter presente a necessidade de participação da população na escola. É preciso verificar em que condições essa participação pode tornar-se realidade” (PARO, 2016b, p. 28). Dentro dos Conselhos Escolares, os segmentos mais prejudicados pela falta de participação ou pela precariedade de sua participação, são os segmentos de pais e de alunos. Se pensarmos que a escola existe para atender às necessidades da comunidade escolar e de seus estudantes, e que estes não têm uma efetiva participação no processo que promove a produção de seu próprio conhecimento, temos aí um grave problema, problema este que precisa ser enfrentado com urgência.

Paro (2016b) faz uma análise sobre a participação de pais e de alunos no Conselho Escolar de uma escola pública do estado de São Paulo, onde desenvolveu seu estudo. Ele relata que “no segundo semestre de 1989, dos cinco alunos do conselho de escola, três já haviam desistido da escola devido, principalmente, à evasão do noturno, que se deu com maior intensidade em virtude da greve” (PARO, 2016b, p. 168). Sobre a descontinuidade da participação dos representantes do segmento dos

estudantes, ele aponta, neste trecho, a evasão escolar e a greve dos professores (que ocorreu no referido ano) como sendo alguns dos principais motivos que levaram ao esvaziamento desse segmento no Conselho.

No que diz respeito à participação dos representantes do segmento de pais, o autor trata como sendo alguns dos principais obstáculos à presença destes, a “descrença que os pais têm nas estruturas participativas”, descrença de que estas levarão em conta, de fato, suas opiniões e as necessidades do segmento do qual fazem parte, além da “falta de compromisso destes representantes para com a escola e o processo educativo”. Isso fica evidenciado no trecho onde ele diz que:

A professora Mári também salientou a dificuldade de convencer os pais a se candidatarem para as vagas do conselho, o que faz com que nunca haja disputa nas eleições. A professora Leda diz que é muito difícil conseguir o número de pais estabelecido por lei para serem representantes no conselho de escola: “Você tem [...] quase que laçar o pai [...] Eles não querem ter compromissos com a escola” (PARO, 2016b, p. 168).

Mesmo que, com todas essas dificuldades apresentadas, se consiga formar um número mínimo de representantes para a atuação e a ação no/do Conselho, ainda existe a necessidade de que esses representantes estabeleçam diálogo com seus pares (com os membros do segmento ao qual pertencem), debatendo sobre as necessidades do grupo, colhendo as opiniões e anseios destes para que estas sejam levadas e apreciadas pelos conselheiros do Conselho de Escola, e para que haja devolutiva ao grupo, das respostas e do posicionamento do Conselho de Escola em relação ao seu contingente de demandas.

Um dos principais fatores que impedem que o conselho de escola se transforme num instrumento de democratização das relações no interior da escola é a falta de ligação entre representantes e representados, especialmente no que se refere a pais e alunos (PARO, 2016b, p. 180).

Fica claro que a falta de participação nos Conselhos Escolares, pelo segmento de pais (ou a precariedade da participação dos mesmos) se deve ao despreparo e/ou à falta de qualificação destes, para opinarem e debaterem sobre os rumos da educação da comunidade local, a educação que querem e que buscam dentro do ambiente escolar. É o que nos afirma Silva (2010a):

Assim, na perspectiva da gestão democrática, fica evidente que a lacuna está na qualificação da participação, pois falta que as escolas possam buscar elementos para a inclusão de pais não apenas entre aqueles que opinam sobre resultados, mas que tomam decisões no processo (SILVA, 2010a, p. 60).

De fato, o problema que perpassa a falta de representatividade dos vários segmentos sociais, ou a precariedade desta, no âmbito dos Conselhos Escolares é algo bastante grave, que emperra a efetivação da gestão e da atuação de todos, de forma verdadeiramente democrática, no processo de construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade e que atenda a todos, de maneira igualitária e satisfatória. É emergencial, cada vez mais, refletir sobre alternativas que venham tornar este um problema do passado, além de promover a conscientização de todos os segmentos participantes quanto ao seu papel e importância no referido processo, possibilitando que a educação favoreça a transformação da realidade na qual se encontram.

2.1. A implantação dos Conselhos Escolares

Um elemento muito importante nessa seara foi o levantamento de informações e produções acadêmicas – teses e dissertações – feito junto ao site da “**Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**” (www.bdttd.ibict.br). As produções teorizam acerca da discussão sobre a implantação de Conselhos Escolares realmente imbuídos na perspectiva democrática e dialógica de atuação, que consideram a participação política dos segmentos que compõem a comunidade escolar no processo de construção (e de direcionamento da construção) do conhecimento daqueles a quem se destina a educação, bem como o papel fundamental desses Conselhos na formação cidadã dos estudantes e demais usuários dessa estrutura participativa. É isso o que nos apontam os estudos feitos por Silva (2014), Ribeiro (2015), Abreu (2016), Cândido (2016), Dutra (2016), Peres (2016), Buraki (2017), Salles (2017), Souza (2017) e Moreira (2017).

Silva (2014) trata do processo de implementação dos Conselhos Escolares nas escolas da rede municipal de ensino de um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com o objetivo de analisar tal implementação e elaborar uma proposta de intervenção que venha tornar o processo mais eficaz, estabelecendo o diálogo entre os representantes (como forma de incentivar e fortalecer a construção de uma realidade democrática dentro e fora das escolas) e a participação de todos. Ao tratar da implementação dos Conselhos Escolares sob a égide da Gestão Democrática, a autora afirma que:

[...] as possibilidades de construção de uma escola pública de qualidade viabilizadas pelo modelo de gestão democrática no sistema educacional representam uma alternativa de aprendizado e experiências da democracia podendo, portanto, tomar um sentido diferenciado do proposto pelos fazedores de política. Sob este ponto de vista, podemos considerar que a implantação de novas diretrizes da política educacional não está, preliminarmente, pré-definida e pode, em vista disso, tomar sentidos diferenciados (SILVA, 2014, p. 15).

Observamos que a autora considera a participação de todos, através de uma gestão democrática, como sendo importante ferramenta para a construção de um aprendizado significativo para toda a comunidade escolar. Por outro lado, a questão da formação e preparação para atuação nestes espaços democráticos ainda é algo que precisa ser urgentemente revisto, pois:

Pudemos identificar também que os gestores das Unidades escolares analisadas não possuíam práticas de gestão e de organização compartilhadas, que a comunidade escolar não intervinha nas ações realizadas nas/pelas escolas e creches, assim como o supervisor educacional ainda não tinham clareza do seu papel a cumprir e a necessidade de maior compreensão sobre a temática, uma vez que também compõe a equipe diretiva da UE (SILVA, 2014, p. 96).

Ribeiro (2015) propõe um trabalho dialógico e interativo entre a escola e a família, investigando as ações desenvolvidas pela equipe gestora para promover o fortalecimento da participação da família na escola, na perspectiva da gestão democrática. Ela afirma que

[...] a parceria da escola com a família estimula a participação dos familiares, gerando maior aproximação nas relações interpessoais, na motivação dos profissionais da escola e, conseqüentemente, pode provocar mudanças no desempenho da aprendizagem dos estudantes. E, também, argumenta-se que as ações da gestão são fundamentais para provocar comprometimento de todos os envolvidos (RIBEIRO, 2015, p. 20).

Vemos a importância, destacada pela autora, da participação da família na escola como sendo peça fundamental para o desenvolvimento de relações exitosas de aprendizado e de construção de conhecimentos significativos para a comunidade em questão. No entanto, muito trabalho ainda está por vir, pois os problemas enfrentados pelas escolas são muitos e a gestão compartilhada entre todos os atores que dela fazem uso ainda é um sonho relativamente distante. A autora reafirma esta questão ao dizer que

No dia a dia havia questões, como rotatividade de professores e equipe gestora, evasão de alunos, espaço físico precário, que atravancavam as tentativas de construir algo coletivamente e que pudessem resultar em melhoria do ensino-aprendizagem. A falta de credibilidade era um fator que se destacava nos levantamentos feitos pela equipe gestora com familiares e

alunos, pois alegavam que gostariam de ter uma escola com educação de qualidade (RIBEIRO, 2015, p. 87).

Abreu (2016) investiga os desafios a serem enfrentados para se promover a participação democrática dentro dos Conselhos Escolares, visando seu fortalecimento a partir das ações preconizadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – PNFCE. A autora afirma que a participação de toda a comunidade é de extrema importância para alicerçar a gestão democrática como método de organização da escola, bem como ser a maneira contumaz de se promover a construção de aprendizados significativos para todos. Ela indaga sobre o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares como instrumento que qualificaria a atuação dos sujeitos envolvidos nos Conselhos ou como sendo um instrumento legitimador das ações do Estado. Sobre esta questão, ela afirma:

A proposta de qualificação encontrada no material analisado refere-se a sujeitos que não são competentes, por isso precisam ser instruídos. O instruir é permeado de intencionalidades, o que me faz refletir a qualificação dos conselheiros e técnicos das secretarias municipais e estaduais de educação ser mais um instrumento legitimador das ações do Estado do que torna-los participantes da gestão democrática (ABREU, 2016, p. 87).

Cândido (2016) desenvolveu estudo acerca das possibilidades e das dificuldades, apontadas por pais e gestores de uma escola de Ensino Fundamental, para a promoção da Gestão Democrática das escolas da periferia de um município do interior do estado de São Paulo. A autora aponta a participação de todos como sendo um dos caminhos que conduzem para a oferta de uma educação de qualidade.

Pensamos na participação dos pais no contexto da escola pública como forma de garantir a preocupação de todos os segmentos envolvidos diretamente com as escolas, preocupados com a qualidade do ensino e, além disto, com a boa formação dos alunos, seja em termos de aquisição de conhecimentos, seja em termos de futuros cidadãos, em uma sociedade democrática. Quando todos sentem-se pertencentes à escola, com certeza o trabalho funciona à favor dos próprios estudantes (CÂNDIDO, 2016, p. 106).

Para isso, ela aponta a construção de um “coletivo” na comunidade escolar, formado pela presença de todos os envolvidos em tal realidade, como sendo a saída para superarem todas as dificuldades e obstáculos existentes. A construção deste “coletivo” seria dada a partir das conclusões de seu estudo realizado.

[...] a efetivação deste “coletivo” seria um passo importante para o estabelecimento de uma cultura organizacional democrática e para que as

escolas cumpram, igualmente, seu papel no sentido de contribuir para a mudança da cultura política na sociedade, a partir da comunidade onde estão inseridas (CÂNDIDO, 2016, p. 106).

Dutra (2015) faz um levantamento histórico acerca das memórias de educadoras da rede municipal de ensino de São Paulo, à época da gestão de Paulo Freire, onde tal gestão trouxe mudanças na maneira de conduzir o processo de tomada de decisões sobre a educação ofertada pela Secretaria de Ensino e também pelas escolas vinculadas à referida rede e incentivou a efetiva participação de todos no processo de gestão das ações que envolvem a escola. O autor conclui que há grandes dificuldades a serem transpostas para que tenhamos relações democráticas instituídas em nosso meio social. Ele afirma que

Contar histórias relacionadas a Paulo Freire é refletir sobre a construção de uma escola democrática e, assim, também pensar sobre a história da construção da democracia no Brasil. Freire desenvolveu toda sua produção teórica e prática educativa em torno da problemática da democracia brasileira, onde o acesso à escola e a forma como esse ocorria refletiam um país que concedia um papel coadjuvante à população mais pobre. Mais do que buscar inovações pedagógicas, isso implicou em desvendar sua suposta neutralidade da prática pedagógica e buscar formas de educar a população, valorizando seus saberes e capacitando-a para inferir na realidade vivida (DUTRA, 2015, p. 394-395).

Peres (2016) analisa os entraves que impedem a participação efetiva da comunidade escolar no processo de gestão democrática implantada na rede municipal de ensino de um município do interior de São Paulo. Ela aponta que não houve democratização da gestão escolar por uma série de motivos, entre os quais: ausência de uma cultura popular participativa (o que impede que a participação e a democracia sejam efetivadas, também, fora da realidade escolar), falta de políticas públicas que contribuam para sua efetivação, burocracia etc. Ela afirma que a gestão compartilhada permite avanços da participação das famílias dentro dos Conselhos Escolares, porém surgem outros problemas quando a escola chama essas famílias para participarem das ações concernentes a esse órgão.

[...] na efetivação da gestão democrática, surgiram entraves, como falta de participação, uso do colegiado para legitimar ações da Secretaria da Educação, deliberações não acatadas pelos órgãos públicos, burocracia, ênfase no financeiro e não no pedagógico, entre outros. [...] Em Araraquara, a gestão democrática efetivou-se pela necessidade de representatividade da sociedade nos setores públicos. Com a descentralização, houve a necessidade de participação de diversos atores sociais e sua fiscalização no quesito financeiro. Essa política foi imposta de cima para baixo, às pressas. Dessa forma, é possível observar a presença de situações contrastantes à democracia participativa (PERES, 2016, p. 56).

Podemos observar, pela afirmação da autora, que, apesar de ter sido instituída a política de formação de Conselhos Escolares para auxílio da gestão das escolas do município, ainda há muito a ser feito para que haja uma participação política atuante dos representantes dos segmentos neste órgão, o que permitiria que o Conselho pudesse, de fato, atuar de forma significativa para a construção do conhecimento de todos aqueles atendidos pela unidade escolar em questão.

Buraki (2017) analisa a implementação dos Conselhos Escolares na rede pública municipal de ensino do município de Cascavel-PR, sob o viés da Gestão Democrática, apontando seus limites e suas possibilidades. Como sendo um dos principais limites a serem superados pela efetiva participação da comunidade escolar nos Conselhos, a autora nos mostra o seguinte:

[...] o que se constata é que, embora a legislação vigente, a partir da Constituição Federal de 1988 e da LDBEN nº 9394/96, a ampliação da Gestão Democrática, sendo a participação e a descentralização relacionadas ao processo de “desconcentração”, a qual delimita as funções do Conselho Escolar que seria normativa, consultiva, deliberativa, fiscal e mobilizadora, apontando para a participação na solução de problemas e de recursos financeiros.

Ao longo da pesquisa [...] percebemos o indício de Gestão Democrática atuar com características mercadológicas e reguladoras, apontando que a desconcentração ocorre por meio de tarefas formais em torno da burocracia para os CEs, limitando suas funções à participação e à tomada de decisões apenas sobre recursos financeiros, em especial sobre o que já foi definido anteriormente pela Direção ou pela Secretaria de Educação (BURAKI, 2017, p. 146).

Salles (2017) traz uma reflexão sobre a importância do diálogo como forma de efetivar e manter a participação das comunidades, escolar e local, nos órgãos colegiados e nos segmentos que possuem representatividade dentro da estrutura participativa composta pela realidade da escola. Corroboramos com a autora, pois entendemos o diálogo como sendo a principal ferramenta a ser usada como fomento e incentivo à participação dos sujeitos da comunidade escolar nas esferas de tomadas de decisão. Apoiada em Flecha (1997), Freire (2005) e Habermas (1987a), a autora afirma ter havido a necessidade de “[...] questionar a importância da dialogicidade para uma efetiva participação da comunidade local e da comunidade escolar nas escolas” (SALLES, 2017, p. 18). A partir de sua pesquisa ela trata, como sendo de fundamental importância para o estabelecimento de uma gestão compartilhada da educação onde todos participem e se façam envolvidos pelo processo, com vistas a criar possibilidades para a transformação da realidade onde

se inserem, a criação de “Comunidades de Aprendizagem”, onde estas seriam movidas pela busca da “[...] participação de todos(as) da maneira mais igualitária possível, envolvendo transformações não somente para a escola, mas também para a comunidade do entorno” (SALLES, 2017, p. 162).

Souza (2017) analisa o efetivo funcionamento do Conselho Escolar como sendo uma importante ferramenta para conduzir o processo de Gestão Democrática implantado em uma escola de tempo integral, baseando-se no diálogo e na participação de todos. Ela aponta que os problemas para o efetivo funcionamento do Conselho da referida escola, ocorrem por falta de participação dos diversos segmentos que o compõem, além da falta de envolvimento destes nas atividades desenvolvidas pela escola.

Constatou-se, na pesquisa, a existência de alguns desafios que impossibilitam a atuação a contento do CE como prática de uma gestão participativa. Dentre esses desafios, destacam-se: a existência de um CE que não atende sua finalidade de promover a gestão democrática dentro da escola; e conselheiros que não conhecem suas atribuições nem as funções do conselho, bem como sua importância. Podemos identificar, também, que o gestor escolar afirma que sua gestão é democrática, no entanto, diante de sua fala e dos demais conselheiros, fica claro que sua gestão não é compartilhada (SOUZA, 2017, p. 82).

Como proposta estabelecida, após sua análise, a autora afirma que é necessário, para o contexto estudado, que se criem possibilidades para que haja a transformação de tal realidade. Isso seria possível por meio de programas de formação para os conselheiros. Segundo ela:

A proposta da formação dos conselheiros busca oferecer a eles conhecimentos sobre a legislação que legitimam o CE, suas atribuições, além da importância de sua participação na reflexão e no enfrentamento de situações cotidianas e nos desafios que precisam ser superados na escola. Acreditamos que com isso, a comunidade escolar terá maiores oportunidades de vivenciar uma gestão descentralizada e focada na participação dos atores envolvidos no processo educativo (SOUZA, 2017, p. 82).

Moreira (2017) discute sobre as dificuldades enfrentadas por uma escola, situada na Zona da Mata Mineira, para implementar a gestão democrática e participativa em seu cotidiano. Ela analisa o contexto e a realidade da comunidade local e os canais de participação de que dispõem os representantes dos segmentos que compõem tal realidade escolar. A autora afirma que tais dificuldades surgem em decorrência “[...] da pouca participação dos sujeitos no cotidiano escolar” (MOREIRA, 2017, p. 26). Sobre a escola onde se desenvolveu seu estudo, a autora destaca o seguinte:

[...] podemos afirmar que esta escola busca abrir espaços de participação para todos os segmentos da comunidade escolar, porém não existe uma mobilização de grande parte de seus sujeitos. São visíveis resistências em participar; as pessoas sabem da importância de um trabalho coletivo, mas não se envolvem nas ações cotidianas e também não reconhecem alguns espaços de participação como o Colegiado Escolar, o Conselho de Classe, o Regimento Escolar e o PPP.

A resistência das pessoas em participar de maneira coletiva foi identificada como um obstáculo a uma gestão escolar de qualidade, pois impede a realização de um planejamento realmente participativo. Outro ponto identificado é a questão política que existe no espaço escolar que gera uma disputa de poder e dificulta a participação principalmente dos docentes. Nesse sentido, percebemos que a convivência democrática é afetada e existe ainda uma visão de gestão centralizada (MOREIRA, 2017, p. 183).

Moreira (2017) afirma que a superação para tais problemas está em seus atores assumirem seu compromisso com a educação, potencializando essa prática através do diálogo e da participação.

Observamos, pelas contribuições trazidas pelos autores que pesquisaram a temática “fortalecimento dos Conselhos Escolares através de uma perspectiva dialógica”, que a participação efetiva e dotada de um caráter político e democrático é primordial para estabelecermos uma cultura participativa e cidadã no meio social e que esta seja envolvida por reflexões e tomadas de decisões voltadas para a obtenção de uma educação de qualidade e que venha atender às reais necessidades das comunidades escolar e local. Para isso, é preciso desvelar o leque de possibilidades de atuação e promoção da cidadania que os Conselhos Escolares, e demais órgãos colegiados, podem oferecer, transformando a participação e a atuação dos sujeitos nesses meios como possibilidades de exercerem a cidadania, a democracia e, ainda, ajudarem na construção de conhecimentos significativos para que possam atuar na transformação da realidade em que vivem.

Os Conselhos Escolares são ricos e importantes espaços de aprendizagem cidadã, uma aprendizagem que extrapola os muros da educação escolarizada, pois o resultado obtido através desta experiência acompanhará, os que dela se apropriarem, por toda a vida, não sendo útil apenas ao portador do referido conhecimento, mas sendo útil, também, a toda a coletividade. Os tipos de aprendizado aos quais nos referimos estão ligados a uma aprendizagem responsável pela tomada de iniciativas e que engloba aspectos, tais como: aprendizado para a participação e vivência em comunidade; aprendizado que conduz a utilizar, sempre, o diálogo para a resolução de problemas e/ou conflitos;

aprendizado que prepara e qualifica para o exercício da democracia e para o reconhecimento da vontade, das necessidades e dos anseios da maioria, priorizando o bem comum em detrimento ao bem-estar particular e privado; o aprendizado que prepara para o respeito e o convívio harmonioso para com as diferenças e diversidades; entre tantos outros. Sobre esse aspecto, Ramos (2014) afirma que:

[...] os conselhos se materializam quando implantados e atuantes como instâncias participativas que são também potencialmente espaços de empoderamento da comunidade escolar e local passando a ter função primordial na gestão escolar. Espaço esse que também se constitui por disputas, contradições e conflitos.

Diante disso, nesse trabalho destacamos o papel que os conselhos escolares podem ter na formação globalizadora dos alunos, pois estes também compõem os conselhos e são convidados a participar em todas as suas atividades (RAMOS, 2014, p. 14-15).

A autora traz essa face pedagógica e didática que a participação em Conselhos Escolares pode desempenhar na formação cidadã dos estudantes que deles façam ou que venham fazer parte. Podemos, por isso mesmo, complementar que esse aprendizado, potencialmente rico, o qual os estudantes têm (ou podem vir a ter) acesso, também se estende aos pais e ao segmento que estes representam.

Embora façamos a defesa de formação para os segmentos menos favorecidos que compõem os Conselhos Escolares (segmentos de pais e de alunos), é de fundamental importância, para o êxito de todo o processo, que os demais segmentos também recebam qualificação para a participação por intermédio de formação. O processo formativo também deve ser estendido, como alternativa de aprendizado, aos gestores, professores, funcionários etc., pois só assim conseguiremos ampliar o debate nos órgãos colegiados e realizarmos, com isso, a promoção e o respeito as mais diversas realidades e necessidades dos sujeitos que fazem parte dos Conselhos e dos segmentos por eles representados, pois “[...] a escola, como local de formação de profissionais criativos, críticos e reflexivos, é um instrumento social de contraposição às formas autoritárias que permanecem na educação, ao longo da história educacional brasileira” (LIMA, 2007, p. 30).

Defendemos essa formação, que qualifica o trabalho desenvolvido dentro e fora da escola, para todos os segmentos que compõem os Conselhos Escolares. Uma formação que venha envolver a todos os sujeitos que fazem parte do espaço educativo poderá promover a aproximação de todos eles, onde cada

membro/representante poderá vir a ser um elo que liga a realidade de todos os envolvidos, o que permitirá o reconhecimento e a empatia para todas as realidades ali representadas. É preciso, para isso, reconhecer que

A escola é a instituição na qual se inicia e se promove a socialização das pessoas – desde a idade mais tenra até a idade adulta. As regras de convivência social, o respeito ao outro e às normas de convivência são exercitadas cotidianamente na escola, por meio de um trabalho em que se afirma a relação entre os sujeitos individuais e coletivos (PENIN; VIEIRA, 2002, p. 32).

A partir desse processo formativo para todos os segmentos que envolvem a realidade da comunidade escolar (gestores, professores, entre outros), todos os representantes que compõem a estrutura participativa da escola estarão aptos para refletir e opinar sobre possibilidades que venham promover a aproximação de todos e que permitam contribuir para a promoção de práticas que venham transformar a realidade da comunidade escolar local. Esse exercício poderá render ótimos resultados e experiências de ensino que permanecerão por toda a vida, dentro e fora do ambiente escolar, como nos lembram Penin e Vieira (2002), ao afirmarem que:

De uma instituição que se mantinha em relativo isolamento face às influências de seu entorno, hoje, a escola abre-se a influências diversas, incorporando a idéia [sic] de que a educação é um empreendimento social coletivo. Isto quer dizer que embora possua um coletivo próprio, constituído pelas pessoas que exercem papéis específicos no ambiente escolar, a escola não pode se manter à margem do contexto no qual se insere (PENIN; VIEIRA, 2002, p. 34).

Para que sejam alcançados todos esses (além de tantos outros) objetivos, é necessário que a escola assuma seu papel de refletir e de permitir a formação de todos aqueles que de sua realidade fazem parte, pois todos os sujeitos que compõem a escola são indispensáveis para o sucesso da construção de uma escola e de uma educação dotadas de qualidade e para que estas venham atender às reais necessidades de todo o coletivo. A falta da participação dos adultos nas questões sociais, e da comunidade em que vivem, se dá, muitas vezes, por que estes adultos não tiveram acesso a esse tipo de aprendizado/experiência durante a infância ou a juventude. Negar a essas pessoas, mais uma vez, essa rica oportunidade de aprendizado e de possibilidade de transformar sua realidade, significa perpetuar a relação de descaso, opressão e dominação sobre as classes populares.

Fortalecer e fomentar a participação, cada vez mais atuante e qualificada dos segmentos de pais e de alunos em Conselhos Escolares, para que estes

representem, verdadeiramente, seus pares, propondo ideias, expondo a realidade em que vivem, dialogando e debatendo sobre os rumos que a educação escolar local pode tomar, entre outros, são alternativas possíveis e altamente necessárias para superarmos este problema que nos aflige de longa data.

Como nos afirma Freire (2011a), não existe educação neutra. Toda educação é dotada de ato e de posicionamento político. “*Decidir sobre*”, “*escolher algo*”, “*optar por*”, “*ser a favor de*” ou “*ser contra algo*”, entre outros, demonstram o caráter político que a educação traz e nos possibilita. Ele afirma que:

Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político. Isto não significa, porém, que a natureza política do processo educativo e o caráter educativo do ato político esgotem a compreensão daquele processo e deste ato. Isto significa ser impossível, de um lado, como já salientei, uma educação neutra, que se diga a serviço da humanidade, dos seres humanos em geral; de outro, uma prática política esvaziada de significação educativa (FREIRE, 2011a, p. 34-35).

Essa participação qualificada, da qual tratamos e nos referimos, tem uma natureza de educação política, de educação cidadã, que prepara para o convívio em sociedade, onde o fortalecimento das relações democráticas é peça chave para seu êxito. A Gestão Democrática, como resultado e processo participativo, por esse conjunto de fatores, ocupa papel de fundamental importância, tanto no processo de formação do educando, como também no caminho de abrir possibilidades para que este consiga produzir seu próprio conhecimento. Construir um conhecimento verdadeiramente relevante, dotado de significado e que possa ser utilizado para a promoção de seu desenvolvimento, na emancipação do coletivo ao qual é pertencente e na transformação da realidade da qual faz parte é fundamental para esse processo.

Pelo exposto, até agora, fica clara a necessidade de termos a construção de processos participativos e democráticos que se deem através de encontros onde todos os sujeitos que compõem a escola possam contribuir de forma dialética e dialógica. É isso o que afirma Silva (2002), quando diz que:

O foco [...] é o Conselho de Escola e as formas de organização da participação que lhe oferecem suporte na escola e na estrutura de ensino, pois, como indica Paulo Freire, a participação é que pode fazer diferença em favor dos oprimidos na constituição de um projeto efetivamente popular de escola. (SILVA, 2002, p. 11).

Essa construção não pode se dar, apenas, partindo de esferas superiores à escola, como a Secretaria de Educação ou o Sistema de Ensino que rege a organização escolar; ou vir, até a comunidade escolar, por meio de decretos, leis e portarias, expedidos pelo governo. A construção de uma participação efetiva, com caráter político, e de uma democracia que respeite e represente, de fato, aos anseios e necessidades da maioria, deve ser construída por todos, de forma que esta construção dialogue com os representantes dos Conselhos Escolares, dentro da escola, e com o Poder Público, o governo que mantém o Sistema de Ensino. Aqui, temos a ideia sobre a composição global dos Conselhos Escolares, num movimento de “vai e vem”, onde as decisões não partem apenas de “cima para baixo”, mas são construídas respeitando e considerando a participação, opinião e anseios de todos os envolvidos. Este movimento dialógico e dialético é o que Silva (2002) chama de “paridade”. Ele nos explica que:

A ideia de paridade remonta à necessidade de contar com a efetiva participação dos usuários e principais interessados pela educação – pais/mães e alunos/as –, que seus anseios possam ser ouvidos e levados em consideração e, se considerados possíveis e adequados por todos/as ou pela maioria, colocados em prática. A paridade também visa garantir que a equipe escolar não deixe de ser ouvida e considerada, pois tem conhecimento técnico, vive o cotidiano da escola e desempenha papel fundamental no processo.

A paridade justifica-se na concepção de que a educação deve ser tarefa compartilhada entre a escola e a família. É processo coletivo e de importância fundamental para a sociedade e para o futuro das gerações mais novas. Fundamenta também o seu funcionamento colegiado e se coloca como uma forma de garantir o debate democrático no interior dos Conselhos. [...] A chave da paridade coloca-se na tentativa de construção de processo de parceria entre os/as envolvidos/as.

A legitimidade do Conselho passa por sua composição paritária, pois de outra forma seria desacreditado e visto como órgão construído para penalizar uma das partes. Instauraria a desconfiança e não conseguiria obter o crédito de todos/as, necessário para gerir a escola de maneira eficaz” (SILVA, 2002, p. 23-24).

A escola não pode ser vista como uma “ilha”, que vive isolada de todos os acontecimentos sociais e políticos, pois é espaço de construção coletiva e de reflexão partilhada, sendo perpassadas pela participação. A escola é, portanto, espaço de socialização de vivências democráticas, que preveem a construção coletiva dos conhecimentos e de reflexões partilhadas que podem permitir a transformação da realidade em questão, considerando sempre o contexto onde está inserida. É o que Freire ([1961] 2005) nos afirma ao dizer que:

O que há de se fazer no Brasil, sobretudo em áreas mais fortemente subdesenvolvidas, é aproveitar esse esforço do povo e ajudá-lo em suas respostas. Ao invés de continuarmos a “plantar” escolas ou unidades pedagógicas sem vinculações sistemáticas e estreitas entre si e com sua localidade, deveríamos tentar experiências de integração da escola em sua comunidade local. (FREIRE, [1961] 2005, p. 102).

Essas são mudanças necessárias, porém levam certo tempo para que aconteçam; mexem com a organização e a mudança de postura de muitas pessoas e segmentos; necessitam de aprofundamento teórico e disponibilidade de todos para que saiam da sua “zona de conforto”. Por esses e por outros tantos fatores é que tal prática, a de encarar a Gestão Democrática como um mar infindável de possibilidades que permitem o desenvolvimento educativo e a formação cidadã dos estudantes e da comunidade escolar em geral, necessita de grande habilidade a ser dispendida pelo gestor que se proponha a atuar com esses princípios e fazer fluir as ações de um conselho com as mesmas características. Essa retomada de ações significa, efetivamente, praticar a democracia com participação de alta intensidade.

Além disso, esses representantes, atuando nos Conselhos Escolares e podendo vir a ser exercedores de uma “participação com caráter político”, poderão ser os propagadores de práticas participativas e, de fato, democráticas no seio da sociedade e dos grupos que representam, o que abriria possibilidades para que seus pares também viessem ter acesso às mesmas discussões, aos mesmos princípios, à mesma formação democrática e cidadã, sendo preparados, assim, para o exercício da cidadania e da participação social e responsável, durante um futuro próximo, dentro da comunidade à qual pertencem.

Esse conjunto de fatores irá promover a emancipação coletiva dessa comunidade, garantindo aos sujeitos do processo, que os mesmos possam construir seu próprio projeto de escola, de conhecimento, e transformar a realidade que vivenciam, compreendendo, assim, que em todas as realidades vividas e experienciadas a mudança é possível e deve ser buscada. É isso que nos lembra Freire (2011b), em uma unidade do “capítulo 2” do livro “*Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*”, mostrando as justificativas práticas que embasam seu discurso ao dizer que a mudança é realmente possível e deve ser buscada, incansavelmente, pois “o mundo não é. O mundo *está sendo*” (FREIRE, 2011b, p. 74, *grifo nosso*).

A escola composta por sujeitos participativos, e com participação de alta intensidade, fará com que esta tenha projeto próprio. Esse projeto da escola,

balizado pelas normas do Sistema de Ensino, poderá se desenvolver enquanto adequado àquela localidade. Aqueles sujeitos que desse ambiente fazem parte com seu modo de compreender, de se relacionar, de se posicionar democraticamente, dentro da Unidade Escolar, constitui um elemento de autonomia dentro da escola, sempre relativa, parametrada, mas uma autonomia que dá significação ao trabalho do Conselho. Por isso, o Sistema de Ensino não pode ter o poder de decisão total sobre o espaço escolar, enviando-lhe um trabalho pronto e acabado que será empregado, da mesma forma, em toda a rede de ensino, pois cada escola possui particularidades específicas da realidade onde está inserida. Como afirma Freire (2011b, p. 67), “ensinar exige apreensão da realidade”.

Para que tais sujeitos sejam capazes de “apreender a realidade” e exercitar a democracia e seu direito à cidadania, é necessário “mudar a cara da escola”, como destaca Lima (2013), a partir de estudo desenvolvido sobre a experiência da gestão de Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo. Tal mudança só será possível mediante a conscientização dos conselheiros que representam os mais variados segmentos sociais que o compõem (pais, alunos, professores, funcionários, etc.) e também a partir da promoção da formação de todos os membros dos Conselhos Escolares, uma formação preocupada e atenta com a oferta de uma educação de qualidade e que atenda às reais necessidades de toda a comunidade escolar, bem como de todos os sujeitos que são atendidos ali. Uma formação dialógica, feita *com eles* e não *para eles* ou *sobre eles*.

É necessário frisarmos, nesse ponto, a importância do diálogo e da participação política da comunidade escolar na consolidação da Gestão Democrática da Educação por intermédio dos Conselhos Escolares. Segundo Lima (2013, p. 28) “na esteira da teoria da democracia como participação (ou democracia participativa), a participação, a discussão e o diálogo são apontados como verdadeiros *métodos* da construção democrática”. Vemos, aqui, a importância e o papel de destaque que “diálogo” e “participação” ocupam na construção e efetivação de processos democráticos.

Considerados esses pontos fundamentais, o autor destaca a necessidade de mudar a “cara da escola”, essa escola que ainda pratica a centralização de poder e de decisões que dizem respeito a todos, mantendo-as nas mãos de poucos. Segundo o autor, essa transformação que deverá ocorrer nas relações instituídas dentro do

ambiente escolar e dentro dos órgãos colegiados, só poderá ocorrer, de fato, se contar com a participação política de todos os envolvidos no processo, a quem a educação, ofertada nesses espaços, é destinada.

Se a mudança da cara da escola não pode, por definição, ser realizada sem (e muito menos contra) a escola, dispensando os atores escolares mais imediatamente centrais à ação pedagógica, fica claro que ela é igualmente inatingível exclusivamente a partir da sua iniciativa (LIMA, 2013, p. 36-37).

Transformar a cara da escola e as relações desenvolvidas dentro dela, e da estrutura participativa que a ela se vincula, é de fundamental importância para que os sujeitos da comunidade escolar (principalmente, pais e alunos) passem a enxergá-la com uma verdadeira relação de pertencimento, necessária para o desenvolvimento de tais ações e práticas. Esses sujeitos, de quem falamos e a quem a educação é ofertada, precisam sentir-se pertencentes a ela, pois só assim verão a real necessidade de se organizarem em função da melhoria dela e por ela lutarem.

Para que a comunidade escolar se veja como parte efetiva do processo democrático de construção do conhecimento e de políticas públicas voltadas para esse fim, é preciso que sejam criadas maneiras para que o diálogo sobre a realidade dessa comunidade seja feito e discutido, bem como garantir a chegada do resultado desse diálogo nas reuniões do Conselho Escolar, para que ali seja apreciada tal matéria e, depois, os encaminhamentos e deliberações sejam devolvidos aos vários segmentos que compõem esse conselho, para que seja feita a prestação de contas que todo esse processo promoveu. Só através de ações desse porte é que a comunidade se enxergará como parte efetiva e pertencente nos processos que conduzem à produção e ao direcionamento de uma educação realmente preocupada com os anseios e necessidades dessa comunidade local. Somente abrindo suas portas à comunidade é que a escola e o Conselho Escolar ganharão o respeito e a confiança de todos.

[...] a transformação da escola em “casa da comunidade” exige uma política de devolução democrática da escola à comunidade, através da descentralização e da autonomia, legitimadas por suas formas de governação democrática e de participação ativa na tomada de decisões (LIMA, 2013, p. 39).

A busca pela democratização da escola e da educação são pontos de discussão e debate de que nós, professores e gestores da educação, precisamos nos apropriar, para que, assim, possamos refletir sobre nossas práticas e preparar situações que

oportunizem um aprendizado cidadão e democrático a todos os estudantes e segmentos que compõem a comunidade escolar. Portanto, uma educação significativa e responsável com o aprendizado, com o real desenvolvimento de todos, e que possibilite a transformação da realidade que perpassa pelo ambiente escolar e pelo da comunidade local é uma educação que se faz pela construção e o envolvimento de todos. Todos os que fazem uso do ambiente escolar, e que a ele pertencem, devem assumir o seu papel sobre a oferta de uma educação pública, gratuita e dotada de qualidade e que realmente valha a pena para todos os sujeitos que a ela vinculam-se e que, a partir dela, esperam buscar subsídios para promoverem a transformação da sua realidade. O que realmente esperamos da escola é que, como afirma Freire ([1961] 2005, p. 99-100) “[...] ela há de ser uma escola de trabalho, de diálogo, da participação, da ‘comunicação’. Uma escola democrática”.

3. CONSELHOS ESCOLARES E A ESCOLA DEMOCRÁTICA DE QUALIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA: QUESTÕES ORGANIZATIVAS DE DEBATE, PESQUISA E INTERVENÇÃO

Esse capítulo se ampara na crença de que, para que a escola se detenha sobre questões efetivamente importantes e que a participação dos sujeitos que a compõem seja qualificada (não seja apenas homologatória, não seja uma participação de *faz-de-conta*), ela precisa tratar daquilo que é o coração do “fazer da escola”: o currículo.

Tratar do currículo significa tratar, decidir sobre, a organização geral da escola e também do Conselho Escolar. O professor é o animador cultural por excelência do “fazer da escola”, tendo responsabilidades imprescindíveis quanto a isso. Falar de currículo, nessa compreensão, é falar de uma educação com características de formação do humano, humanizadora, uma educação que faz a opção por atender a todos, independente da classe social, pois ela é pública, em sua essência. O capítulo embasa, portanto, o significado sobre a participação de todos os membros dos Conselhos Escolares atuando na construção de mecanismos que possibilitem o aprendizado da democracia para o exercício pleno da cidadania, dentro e fora da escola.

Tratando como membros que participam dos Conselhos Escolares os membros da comunidade escolar (profissionais da educação, funcionários da escola, estudantes devidamente matriculados e seus/suas pais/famílias, entre outros) bem como os membros da comunidade local (composta por todos aqueles citados anteriormente, acrescido das pessoas ou famílias que moram no entorno da escola e que têm suas vidas afetadas/influenciadas pelas atividades escolares ou que afetam/influenciam tais atividades), esses representantes são fundamentais para o planejamento das atividades desenvolvidas pela escola.

Como professor, pude refletir, nesse trabalho, sobre meu papel na profissão docente, o que me motivou a introduzir tal capítulo discutindo a questão da atuação do profissional docente na construção do currículo na escola. Um currículo que seja o organizador de todo o “fazer da escola” e que este seja na perspectiva da Gestão Democrática, que é participativa, que é dialógica. Nesse sentido, esses elementos

explicitam, dialogam com essa trajetória, já exposta anteriormente, e dialogam com as opções teóricas que temos nesse trabalho.

Temos vivido tempos difíceis para a construção de uma sociedade justa e igualitária, pois as políticas desenvolvidas pelos governos tendem a seguir oprimindo as classes populares em detrimento da manutenção dos direitos seculares da classe dominante. Trabalhar em prol da manutenção desses direitos tem sido a tarefa fundamental de governos que se seguem, ano após ano, década após década.

Uma das maneiras de romper com essas amálgamas que nos unem e nos descaracterizam, enquanto sujeitos dotados de direitos e capazes de promover nossa emancipação e inserção em contextos mais democráticos, desde o início da construção desse país, é tendo acesso a uma educação plural e que respeite a individualidade e real necessidade dos indivíduos. A solução para isso seria termos acesso a uma educação de qualidade e que visasse uma formação humanista do sujeito, formação essa fundamentada na propagação de cultura e comportamentos que coloquem, em primeiro lugar, a existência e o bem estar dos seres humanos, e não a otimização de resultados com baixo custo/investimento, fruto de políticas neoliberais que se propagaram por todo o mundo nos últimos tempos.

Ora, uma educação só é verdadeiramente humanista se, ao invés de reforçar os mitos com os quais se pretende manter o homem desumanizado, esforça-se no sentido da desocultação da realidade. Desocultação na qual o homem existencialize sua real vocação: a de transformar a realidade (FREIRE, 1969, p. 128).

No ano de 1969, o célebre educador Paulo Freire já chamava a atenção para a responsabilidade que o professor deve ter com a formação de seus alunos, uma responsabilidade que envolve, antes de mais nada, a atenção a ser dada para que este possibilite uma educação, verdadeiramente, humanista na formação dos mesmos. Em várias de suas obras, ele problematiza a questão que envolve a formação da profissão docente, discorrendo e nos chamando a atenção para sabermos “[...] *que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção*” (FREIRE, 2011b, p. 47). Com essa afirmação, o autor nos convida a construirmos, junto com os estudantes, sujeitos de sua aprendizagem, conhecimentos que sejam, verdadeiramente, significativos para seu convívio social e sua emancipação coletiva.

Em outra de suas obras, o autor continua sua análise sobre os malefícios que uma educação descompromissada com a realidade dos estudantes e que não considera suas experiências acumuladas ao longo da vida, bem como as reais necessidades que os levam à busca pelo saber escolarizado, causa na vida e no meio onde estes habitam. No livro “Educação na cidade”, Freire (1991) relata que:

Entre os oito milhões de crianças sem escola no Brasil não há meninos ou meninas das famílias que comem, vestem e sonham. E mesmo quando, do ponto de vista da qualidade, a escola brasileira não atenda plenamente às crianças chamadas ‘bem-nascidas’, são as crianças populares – as que conseguem chegar e nela ficar – as que mais sofrem a desqualidade da educação (FREIRE, 1991, p. 22).

Embora a educação seja, de fato, de baixa qualidade, os que mais sentem essa “desqualidade” da educação são os estudantes advindos das classes populares. Estes carregam, consigo, séculos de descaso, por parte dos governos desse país e também por parte dos docentes que, em muitos casos, não se preocupam ou não se atentam para o fato de ofertar, a esses estudantes, uma educação que prime pela formação humanista e pela transformação da realidade na qual se inserem tais sujeitos. Além da educação ofertada, Freire fala, neste mesmo livro, dos critérios de avaliação escolhidos, pelos professores e pela escola, para mensurar o saber construído pelos referidos estudantes.

Os critérios de avaliação do saber dos meninos e meninas que a escola usa, intelectualistas, formais, livrescos, necessariamente ajudam as crianças das classes sociais chamadas favorecidas, enquanto desajudam os meninos e meninas populares (FREIRE, 1991, p. 22).

É necessário se repensar o tipo de educação que a escola e os professores ofertam aos seus estudantes, bem como os métodos de avaliação que os mesmos empregam na tarefa educativo-pedagógica, para que possam garantir a eles uma educação mais justa e condizente com a sua realidade, educação essa que seja significativa para os estudantes que buscam transformar a realidade em que vivem.

Sobre essa necessidade de se repensar a educação e os métodos de avaliação que a mesma oferece, Freire (2011b) nos convida a “pensar certo”, onde essa expressão teria o significado de agir, falar, assumir (dentro da educação) ou ensinar aos alunos, sempre de maneira ética e coerente. O autor diz que “só, na verdade, quem pensa certo, mesmo que, às vezes, pense errado, é quem pode ensinar a pensar certo. E uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiado certos de nossas certezas” (FREIRE, 2011b, p. 29).

Outro autor que traz importantes reflexões acerca do trabalho docente desenvolvido no Brasil, e oferecido às escolas públicas, é Miguel Arroyo. Em entrevista concedida a Ana Maria Alves Saraiva, sob o título “*Algumas questões sobre educação e enfrentamento da pobreza no Brasil*”, Arroyo (2017) aborda a necessidade de possibilitarmos aos estudantes, das classes populares, uma educação que os permita combater a desigualdade e a pobreza existentes em seu meio. Ele cita as desigualdades e injustiças até hoje propagadas pela escola pública e seu papel na manutenção de uma sociedade cada vez mais desigual e impotente perante a transformação dessa realidade.

Aqui resistimos à análise de como a escola reproduz as relações injustas de classes sociais, raciais, de gênero. Resistimos a aprofundar a discussão a respeito de como essas relações são constituintes da construção histórica de nosso sistema público de educação. Somos um dos países na América Latina onde a construção do sistema educacional público, igualitário, nunca aconteceu porque os grupos sociais diferentes foram pensados, produzidos como desiguais. Nós não tivemos, conforme tiveram outros países, o sistema educacional público como a matriz formadora da cidadania republicana. Por quê? Porque aqui a cidadania foi para poucos, que buscaram se afirmar cidadãos em outras matrizes: ser homens (excetuam-se mulheres) de posses e de bem (ARROYO, 2017, p. 152).

Com essa análise, o autor chama atenção para que assumamos nosso papel, enquanto docentes que possibilitam aos seus estudantes uma educação comprometida com o seu desenvolvimento humano, uma educação que seja voltada para romper com o abismo social existente em nosso país, que separa as classes mais favorecidas das classes populares. Essa árdua tarefa requer aprofundamento, por parte do professor, sobre a realidade em que os alunos se encontram; requer produção de conhecimento e estudos sobre as experiências acumuladas pelos alunos, bem como daquilo que seria mais significativo e útil para os mesmos. Tais objetivos só podem ser alcançados com diálogo e respeito à realidade dos educandos. Essa é uma especificidade que envolve o trabalho docente na atualidade.

Outro aspecto que nos chama a atenção se configura justamente em deixar claro quais são os sujeitos que compõem os Conselhos Escolares e para quem o trabalho desenvolvido na escola (seja este um trabalho desenvolvido em sala de aula, visando a escolarização dos estudantes; seja este um trabalho que visa promover o exercício da cidadania e possibilitar que a comunidade possa construir uma democracia justa, atuante e dotada de caráter político) se destina. Tais sujeitos são:

pais/mães, alunos/as, funcionários/as, professores/as, gestores/as e comunidade local.

Possibilitar que esses segmentos, que compõem o ambiente escolar, tenham efetiva participação nos Conselhos, permitindo que possam contribuir, de maneira consciente e responsável, com o desenvolvimento de ações que visem a construção e oferta de uma educação adequada às necessidades e interesses da comunidade envolvida é garantir a inclusão de todos no convívio social da comunidade, transformando-os em sujeitos que constroem a própria história e que lutam pela emancipação de toda a coletividade. Fazer isso é abrir possibilidades para que todos os segmentos da comunidade sejam capazes de superar quaisquer obstáculos que por ventura possam tentar impedir a oferta de uma educação cidadã e participativa, por parte da escola.

As questões políticas permeiam toda atividade educativa, docente. Portanto, é de fundamental importância considerar sempre que, como nos afirma Freire (2011a, p. 34), “do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo, quanto negar o caráter educativo do ato político”. É necessário compreender que fazer educação é fazer política e vice-versa, e que não basta “ser professor”, temos que nos debruçar sobre a realidade da comunidade escolar, a fim de conhecê-la, e, com isso, criarmos possibilidades para sua transformação em prol do benefício coletivo comum. Sobre esse assunto, Lima (2013) nos esclarece:

Se fazer educação é fazer política, deixa portanto de ser possível ser *exclusivamente* educador(a), ser só professor(a), *apenas* ensinar, não cuidando das implicações ou mesmo alienando as responsabilidades éticas, morais, profissionais, etc., da ação política que a atividade educativa desempenhada sempre constitui (LIMA, 2013, p. 77).

Ao afirmarmos sobre a importância da relação entre “educação e política”, não podemos deixar de mencionar o descaso que os governos desse país têm tido com a atividade educativa e a escola pública. Falta de investimentos, condições precárias de trabalho (para os professores e demais profissionais da educação) e de aprendizado (para os estudantes), violência, entre outros, são apenas alguns exemplos que podemos citar sobre essa realidade. Sobre esse tema, Freire (2011b, p. 65) nos alerta que estamos correndo “[...] o risco de, [...] cair no indiferentismo fatalistamente cínico que leva ao cruzamento dos braços. ‘Não há o que fazer’ é o discurso acomodado que não podemos aceitar”.

Portanto, não podemos jamais aceitar o discurso pessimista de que, por tudo isso que acontece, nada pode ser feito; que a solução é inexistente; que os professores, alunos e comunidade escolar não têm forças para superar esses obstáculos; que a esperança já foi perdida. É preciso realizarmos o nosso papel, enquanto profissionais da educação, de forma a garantir que os alunos e a comunidade escolar não tenham subtraídos seus direitos, e que as condições básicas para o funcionamento das escolas e o sucesso das atividades educativas ali desenvolvidas, sejam preservadas e ampliadas. A atividade docente desempenha papel fulcral no desenvolvimento de uma educação emancipatória, igualitária e dotada de qualidade, basta que os profissionais docentes tenham consciência desse papel e busquem fazer com que essa importância se torne realidade. Embora seja uma tarefa extremamente difícil e complexa, não podemos cruzar os braços jamais, pois encarar tamanhas dificuldades é função inalienável do professor.

No item “3. 1. *O trabalho docente, a elaboração do currículo e o fortalecimento da democracia nas escolas*”, discutiremos sobre a importância de fazermos a junção entre esse trabalho docente (responsável por possibilitar a aproximação de toda a comunidade com as questões de responsabilidade do Conselho Escolar) com a elaboração de um currículo adequado às necessidades e interesses da comunidade e que venha contribuir para a compreensão e transformação da realidade vivenciada por todos, de maneira a construir relações democráticas dentro e fora das escolas e fortalecer, cada vez mais, as mesmas.

No item “3. 2. *Currículo da Educação Básica na perspectiva da gestão democrática*”, discorreremos sobre o currículo construído em uma perspectiva freiriana, onde este é tratado como o conjunto de todas as ações desenvolvidas pela escola e que possibilitam a construção de conhecimentos que permitirão a aproximação de todos com os temas que dizem respeito à educação ofertada pela unidade de ensino. Com base nisso, vemos a importância de criar possibilidades para que todos os envolvidos das comunidades escolar e local possam opinar, debater, orientar e elaborar diretrizes para a construção da educação que querem e necessitam que seja ofertada pela escola. Todos os sujeitos se fortalecem na sua capacidade de participar, de opinar, de decidir. E o currículo é a expressão dessa decisão, pois o currículo é a materialização da decisão e da ação de educar, no interior da instituição de ensino.

3.1. O trabalho docente, a elaboração do currículo e o fortalecimento da democracia na escola

Como vimos até aqui, é de fundamental importância que o professor se comprometa com uma educação humanística, ou seja, que essa possibilite a formação humana do seu aluno; uma educação que venha contribuir para a superação de processos históricos que geram atraso no desenvolvimento da sociedade. Além disso, é necessário, também, que esse professor crie possibilidades para que esse aluno, e a comunidade escolar na qual se insere, participe dos processos de elaboração e de tomada de decisões acerca das políticas educacionais que são a ele destinadas. Participar, aqui, não está se referindo, apenas, a concordar com o que já foi programado, mas no sentido de contribuir para direcionar os rumos que devem ser seguidos.

Como anteriormente apontado por Freire (1991), uma das alternativas para que haja a construção e o fortalecimento da democracia dentro das escolas é por intermédio da democratização das ações desenvolvidas pela escola, via conselhos escolares. Ampliar a participação dos agentes, e dos segmentos que estes representam (pais, alunos, servidores, professores, etc.), nos referidos conselhos, é de fundamental importância nesse processo. A democratização da escola pública somente será alcançada se esta abrir-se à participação de todos aqueles que dela fazem parte e também que dela fazem uso, aliando-se a isso um exercício frequente de cidadania crítica para os sujeitos envolvidos. “Cidadania crítica” aqui deve ser entendida como a participação ativa nas tomadas de decisão, não apenas concordando com o que já havia sido programado, mas, também, ajudando a construir caminhos a serem seguidos de modo a alcançarem uma educação adequada às necessidades e interesses da população, associando-se a isso a visão de que tudo pode ser mudado, transformado, de maneira efetivamente crítica.

Ora sem correr os riscos de se abrir à participação comunitária e ao exercício da cidadania crítica, tornando-se cada vez mais pública, a escola dificilmente encontrará aliados a partir de projetos e de posições não administrativamente subordinados, capazes de se envolverem na sua defesa, de se coligarem com os atores escolares e de amplificarem as suas vozes.

A construção da escola democrática constitui, assim, um projeto que não é sequer pensável sem a participação ativa de professores e de alunos, mas cuja realização pressupõe a participação democrática de outros setores e o exercício da cidadania crítica de outros atores, não sendo, portanto, obra que possa ser edificada sem ser em coconstrução (LIMA, 2013, p. 38).

Somente assim a escola conquistará aliados para propor mudanças e transformar a realidade, realizando um trabalho de “coconstrução”, ou seja, construído junto com seus parceiros/aliados (professores, pais, alunos, servidores, comunidade escolar, etc.) que possuam os mesmos objetivos: construir uma escola justa, igualitária e democrática, comprometida com a formação humana dos estudantes e que proporcione, a eles, possibilidades para transformarem a realidade em que vivem. Realizar esse trabalho conjunto, “coconstruído”, é a maneira primordial para que sejam alcançadas mudanças significativas da realidade da escola. Transformar essa escola desigual numa escola democrática, demanda a junção de forças dos diferentes sujeitos que dela fazem parte. Lima (2013) afirma que é necessário transformar a escola em uma “casa da comunidade”, local onde ela seria recebida para discutir, propor, fiscalizar, deliberar etc., sobre os rumos que a educação local deverá seguir para que, de fato, seja dotada de significado para os estudantes, e onde todos sejam bem vindos para a participação efetiva nesse processo.

Como vimos, isso só será possível se a escola aderir a uma postura efetivamente democrática, permitindo que a comunidade tenha vez e voz na tomada de decisões e para que tal comunidade se sinta verdadeiramente acolhida pelo ambiente escolar, podendo confiar nas propostas apresentadas e podendo propor novas ideias, sem o receio de estar desempenhando um trabalho puramente burocrático e/ou em vão, sem utilidade prática (apenas para “cumprir papel”).

Embora seja de fundamental importância democratizar a organização e a gestão da escola, essa não é tarefa que resolverá todo o problema. Além dessa, é fundamental democratizar o acesso e a permanência dos estudantes na escola, sua participação na tomada de decisões, possibilitar que participem e auxiliem na construção e na elaboração de um currículo voltado para o atendimento das necessidades da comunidade, entre outros. Isso é o que afirma Lima (2013):

A escola não é democratizável simplesmente pela democratização das suas estruturas organizacionais e de gestão, nem apenas através da eleição de diretores ou outros responsáveis; o acesso e o sucesso escolar dos alunos, a pedagogia, o currículo e a avaliação, a *organização do trabalho na escola*, numa *escola pública como local de trabalho*, as suas formas de intervenção cívica e sociocultural com a comunidade, representam, entre outros, elementos de que depende, também, essa democratização (LIMA, 2013, p. 42, *grifo do autor*).

Lima (2013) faz uma análise muito interessante do papel da democracia para a obtenção de resultados exitosos na educação. Em seu livro “*Organização escolar e*

democracia radical: Paulo Freire e a governação da escola pública”, o autor traça um paralelo entre as ideias da pedagogia progressista e humanizadora de Paulo Freire aplicadas na “governação”, realmente democrática, da escola pública. Em Lima (2013, p. 15) encontramos que “governação” “[...] significa condução, direção, ação ou efeito de governar”.

Podemos, com isso, entender a ideia que o autor tem sobre a temática dos Conselhos Escolares enquanto corresponsáveis para promover a participação dos sujeitos no processo de “governação” da escola pública. Embora essa palavra seja tida como sinônimo de “administração”, o autor destaca sua aplicação, e melhor entendimento, dentro de um contexto que a utilize como “processo”, ou seja, aquilo que permite ou possibilita a ação de governar. Dessa forma, o uso das ideias de Paulo Freire (uma pedagogia progressista e humanizadora) seriam utilizadas para que pudéssemos ofertar uma educação significativa aos estudantes, bem como fortalecer os Conselhos Escolares com o objetivo de ampliar os caminhos que conduzem a uma educação justa, igualitária, participativa e, de fato, democrática, respeitando as vivências e reais necessidades dos sujeitos que atuam na comunidade escolar. Pelo fato de vivermos em um país que nos oferece apenas uma democracia com participação de baixa intensidade, Lima (2013) afirma que:

[...] as escolas poderão contribuir para a criação e a revitalização da esfera pública democrática e, apesar das suas limitações, embora considerando, igualmente, as suas potencialidades, participar a seu modo na democratização da democracia, na construção da democracia como “prática” e não apenas como “método” (LIMA, 2013, p. 35-36).

Para que haja o fortalecimento dos Conselhos Escolares e, com isso, seja alcançada uma educação de qualidade para todos, em que todos sejam partícipes do seu processo de elaboração, planejamento e execução, é necessário que se compreenda que a democratização da educação não se dá de maneira disforme ou separada, independente.

A democratização da educação é um processo íntegro, que ocorre dentro de um todo, numa perspectiva total, e não parcial. Não se pode pensar em democratizar uma parte da educação e a outra não. Para que se possa, efetivamente, pensar na democratização da educação e da escola, é necessário trabalhar na democratização: do trabalho educativo-pedagógico (docência e gestão); da elaboração de um currículo que atenda às reais necessidades da comunidade

escolar e que conte com a participação desta na sua elaboração; da organização administrativa da unidade de ensino; entre outras.

A construção da escola democrática e a democratização da organização e administração escolares não ocorrem de forma diferida; nem se democratiza primeiro a educação, o currículo e a pedagogia para, a partir daí, intentar finalmente a democratização organizacional e administrativa, nem se parte desta, como aquisição *a priori*, para depois conseguir alcançar aquela. Uma e outra encontram-se profundamente imbricadas e são mutuamente reforçadoras, ou inibidoras, da democratização da escola, ainda quando, em termos de processo, se possam admitir ritmos e avanços algo distintos (LIMA, 2013, p. 67-68).

O exercício de uma democracia realmente participativa é uma realidade que precisa estar presente no cotidiano das escolas públicas de todo o país, seja no conjunto das práticas e atividades diárias, seja para o fortalecimento dos Conselhos Escolares. O acesso a uma boa formação inicial docente, bem como o seu prosseguimento através de formação continuada e constante são importantes ferramentas a serem utilizadas nessa empreitada. Além dessa, a proposição de um currículo que dialogue diretamente com a realidade dos estudantes e da comunidade escolar, para que estes possam utilizar tais conhecimentos na transformação da realidade em que vivem, também configura-se como de fundamental importância para a realização de um trabalho com maior probabilidade de lograr êxito, no futuro. Essas duas tarefas, que não devem ser consideradas “adjetivos” inerentes à profissão docente, mas devem ser encaradas como requisitos básicos para o exercício do referido trabalho, é que irão promover/possibilitar o fortalecimento dos Conselhos Escolares que serão a porta de entrada da comunidade em uma escola cada vez mais justa e igual, comprometida com a realidade dos estudantes e com o seu respectivo sucesso escolar. Como nos afirma Freire (1991, p. 48), “[...] a democratização da escola não pode ser feita como resultado de um ato voluntarista do Secretário (de educação do município), decretado em seu gabinete”, isto precisa ser feito com a participação de todos, com transparência, com democracia.

3.2. Currículo da Educação Básica na perspectiva da Gestão Democrática

Apenas na virada para os anos 1900, com o início da industrialização americana, e nos anos 1920, com o movimento da Escola Nova no Brasil, a concepção de que era preciso decidir sobre o que ensinar ganha força e, para muitos autores, aí se iniciam os estudos curriculares (LOPES; MACEDO, 2011, p. 21).

Os estudos sobre currículo ganharam muita força e notoriedade, nos últimos tempos. Muitos autores têm se dedicado à pesquisa e ao desenvolvimento de teorias que dialoguem, cada vez mais de perto, com a realidade e as experiências vivenciadas pelos estudantes, evidenciando-se estas para que o trabalho educativo tenha maior valor e significado para aqueles que dele fazem uso. Lopes e Macedo (2011) fazem a seguinte abordagem sobre os estudos realizados por currículos, definindo-os e traçando seus objetivos:

Desde o início do século passado ou mesmo desde um século antes, os estudos curriculares têm definido currículo de formas muito diversas e várias dessas definições permeiam o que tem sido denominado currículo no cotidiano das escolas. Indo dos guias curriculares propostos pelas redes de ensino àquilo que acontece em sala de aula, currículo tem significado, entre outros, a grade curricular com disciplinas/atividades e cargas horárias, o conjunto de ementas e os programas das disciplinas/atividades, os planos de ensino dos professores, as experiências propostas e vividas pelos alunos. Há, certamente, um aspecto comum a tudo isso que tem sido chamado currículo: a ideia de organização, prévia ou não, de experiências/situações de aprendizagem realizada por docentes/redes de ensino de forma a levar a cabo um processo educativo (LOPES; MACEDO, 2011, p. 19).

As autoras destacam o papel fundamental da “organização” do trabalho educativo, quando o assunto envolve o currículo a ser trabalhado naquela determinada escola/comunidade. Com o passar dos tempos e das muitas teorias que foram sendo criadas, foi se tornando mais claro e evidente que o trabalho educativo-pedagógico deveria ser planejado de forma organizada, garantindo, assim, aos estudantes, um aprendizado mais qualificado. Com base nisso, podemos concluir o importante papel que o professor tem nessa tarefa: propor um aprendizado adequado às necessidades e interesses de seus alunos. Só será possível, ao professor, a realização desta tarefa, se este for um profissional comprometido com o desenvolvimento e a formação humanista de seus alunos, debruçando-se sobre a realidade dos mesmos no intuito de desvelá-la, de estudá-la, para que a possa compreender e possibilitar, desta forma, aprendizagens mais úteis e significativas à comunidade escolar onde se insere.

No início do século XX, o comportamentalismo (na Psicologia) e o taylorismo (na administração) ganham força no meio social norte americano, ditando como deveria se comportar tal sociedade que se industrializara. Surgem, assim, algumas demandas muito contundentes sobre a escolarização da população, como forma de preparar a sociedade para a rápida urbanização e para suprir as necessidades do

setor produtivo para a formação de trabalhadores que atendessem às necessidades da indústria.

Surge, assim, a preocupação com a eficiência da escola que tem como função socializar o jovem norte-americano segundo os parâmetros da sociedade industrial em formação, permitindo sua participação na vida política e econômica. Pretende-se, assim, que a industrialização da sociedade se dê sem rupturas e em clima de cooperação. A escola e o currículo são, portanto, importantes instrumentos de controle social (LOPES; MACEDO, 2011, p. 21-22).

Um autor que trata da construção/elaboração de um currículo voltado para as classes populares, trazendo conteúdos e programas que sejam relevantes para os mesmos, além de que estes respeitem as suas reais necessidades é Freire (1991). O autor critica os modelos de currículo que não contam com a participação, em sua elaboração, de todos aqueles que dele farão uso. Ele diz que

[...] a reformulação do currículo não pode ser algo feito, elaborado, pensado por uma dúzia de iluminados cujos resultados finais são encaminhados em forma de “pacote” para serem executados de acordo ainda com as instruções e guias igualmente elaborados pelos iluminados. A reformulação do currículo é sempre um processo político-pedagógico e, para nós, substantivamente democrático (FREIRE, 1991, p. 24).

Com o exposto acima, Freire nos alerta para a necessidade de considerarmos, desde a sua elaboração, um currículo que venha ser útil para todos os estudantes. Em outra de suas obras, o autor discorre sobre o modelo de currículo com que boa parte das escolas trabalha (talvez estas sejam, até, a maioria), currículo este que não considera a participação dos estudantes em sua elaboração e que não trabalha em prol da aprendizagem dos mesmos, mas sim em benefício de promover sua rebeldia e seu fracasso escolar.

O currículo, no sentido mais amplo, implica não apenas o conteúdo programático do sistema escolar, mas também, entre outros aspectos, os horários, a disciplina e as tarefas diárias que se exigem dos alunos nas escolas. Há, pois, nesse currículo, uma qualidade oculta e que gradativamente fomenta a rebeldia por parte das crianças e adolescentes. Sua rebeldia é uma reação aos elementos agressivos do currículo que atuam contra os alunos e seus interesses.

As autoridades escolares que reprimem esses alunos podem argumentar que estão apenas reagindo à agressividade deles. Na verdade, os alunos estão reagindo a um currículo e a outras condições materiais das escolas que anulam suas histórias, culturas e experiências quotidianas. Os valores da escola atuam em sentido contrário aos interesses desses alunos e tendem a precipitar sua expulsão da escola. É como se o sistema fosse instalado para garantir que eles passem pela escola e a abandonem como analfabetos (FREIRE; MACEDO, 2002, p. 70).

Fica clara a necessidade de pensarmos no currículo como ferramenta que venha atender, de fato, às reais necessidades dos estudantes e da comunidade onde a escola se insere, para que a educação ofertada por essa escola venha contribuir para a construção de um conhecimento que possibilite a transformação da realidade em que vivem tais estudantes e a comunidade escolar. Isso só será realmente possível, se esse currículo for elaborado juntamente com todos aqueles que farão uso do mesmo. É de fundamental importância contar com a participação de todos os envolvidos no processo educativo para a construção de tão importante documento que guiará todo o processo de construção de conhecimento da comunidade escolar em questão, possibilitando a estes, que entrem em contato e tenham acesso a uma educação de qualidade, ofertada por uma escola democrática e que considere a participação de todos para a construção das ações a serem desenvolvidas por ela. Este é o modelo de escola que defendemos e que buscamos evidenciar por este trabalho.

Silva (2001) traz como sendo fatores preponderantes para a oferta de uma educação de qualidade:

Uma das questões apresentadas hoje para a garantia da qualidade, tem a ver com a infra-estrutura [sic] oferecida pela escola. Proporcionar estímulos ao estudo, pela oferta de materiais e laboratórios adequados, parece criar maiores possibilidades de aprendizagens e melhor qualidade ao trabalho. Escolas que contam com pequeno número de alunos/as por classe podem realizar um trabalho mais particularizado, comumente entendido como de melhor qualidade, uma vez que pode considerar as diferenças individuais e os ritmos de aprendizagem de cada aluno/a (SILVA, 2001, p. 94-95).

Além desses o autor afirma, ainda:

Um outro item que parece oferecer dados à continuidade da discussão é aquele que envolve a participação dos pais/mães no projeto pedagógico. A participação de pais/mães em questões pedagógicas tem sido considerada (Nóvoa, 1995 / Zabalza, 1998) importante para o sucesso dos empreendimentos escolares (SILVA, 2001, p.96).

O autor aponta como sendo de fundamental importância, para a construção de uma escola efetivamente democrática e que oferte aos seus estudantes e à comunidade escolar e local uma educação de qualidade, a participação de todos para fazerem parte desse processo, construindo práticas e definindo ações que possibilitem o acesso da comunidade na elaboração e na prática de um currículo que tenha relevância e significado para todos os envolvidos.

Em outra obra, o referido autor trata da importância da construção do currículo, a ser trabalhado pela escola, ser realizada a “muitas mãos”, onde este currículo não pode ser entendido como algo que venha de fora da escola, mas sendo concebido em seu interior, contando com a participação de todos os sujeitos da comunidade onde a escola se insere.

O ponto de partida é de que o currículo se compõe e recompõe no interior da escola com a participação ativa dos vários sujeitos, especialmente do/a professor/a, e se caracteriza como práxis. Portanto, não é um programa fechado definido a priori e desde algum gabinete ou universidade. Dialoga com o Conhecimento Universal Sistematizado – CUS –, com a sociedade e suas necessidades, com realidades e possibilidades de alunos/as, professores/as e escolas (SILVA, 2010b, p. 55).

Silva (2010b) afirma sobre a importância de cada segmento que compõe a comunidade escolar para a reflexão, elaboração e execução de práticas que venham contribuir com a construção do conhecimento de cada sujeito pertencente à referida comunidade, dentro de uma perspectiva dialógica, democrática e participativa. Sobre o segmento de pais/mães, ele diz:

Uma das facetas deste verdadeiro “movimento avaliador” é o incentivo à participação social na escola especialmente dos/as pais/mães. Saber o que pais/mães têm a dizer sobre a escola em que seus filhos/as estudam pode ser ferramenta ético-política e de definição de políticas extremamente importante, especialmente quando o mandatário se mantém ou não no poder em virtude de sua capacidade de atender aos anseios populares. A avaliação realizada no interior da escola com a participação de pais/mães se torna instrumento de gestão que pode ser democrática ou fazer parte de sua construção – a democracia interna à unidade escolar.

A participação de pais/mães na escola indica suas possibilidades de ser democrática e ouvindo a estes/as moldar seu currículo em diálogo com as normas e prescrições neste campo. É por meio de participação em conselhos, associações, reuniões e outros meios criados que pais/mães podem atuar no acompanhamento curricular (SILVA, 2010b, p. 71).

Sobre o segmento de funcionários, que compõem o ambiente de vivências da realidade escolar, o autor afirma:

Este setor não é visto pela maioria de dentro e de fora da escola nem se vê a si próprio como tendo algo a dizer sobre a organização curricular, mas é importante considerar que são muitas suas possibilidades de contribuição. Claro, quando se trabalha (como também é o caso para a inserção de pais/mães) com o entendimento de currículo composto não somente de saberes específicos e disciplinares, mas saberes de experiência e de relações que podem e são estabelecidas em todos, exatamente todos os locais da escola (2010b, p. 71-72).

Observamos, através das contribuições trazidas por Silva (2010b) que cada segmento que compõe o cotidiano das escolas é fulcral para o desenvolvimento das ações que ali são planejadas, bem como são primordiais no processo de elaboração

e definição de metodologias e propostas de trabalho a serem desenvolvidas pela escola. Se a escola tem como proposta de trabalho a oferta de uma educação de qualidade para seus usuários, é fundamental, para o êxito de tal tarefa, que todos eles participem dos espaços que deliberam sobre tais ações. Não basta, no entanto, garantir que todos os segmentos participem. É necessário problematizar a representatividade que cada segmento possui a fim de aumentar o nível das discussões e possibilitar que todos tenham participação com caráter político e decisório em tais processos.

Sobre a participação dos alunos nos processos que visam a construção do currículo a ser trabalhado pela escola e das avaliações das atividades desenvolvidas, Silva (2010b) afirma que

[...] é fundamental a incorporação dos/as alunos/as nos processos de análise e acompanhamento curricular, sendo diretamente implicados/as devem ter vez e sua voz deve ser considerada. Caberá à escola, por meio de gestores/as, professores/as, funcionários/as, pais/mães – adultos – criar estratégias e espaços para que possam se expressar (SILVA, 2010b, p. 72).

Por último, o autor evidencia a participação dos professores no processo de construção de um currículo próprio, a ser trabalhado pela escola no processo de construção do conhecimento dos sujeitos da comunidade local. Ele salienta os problemas enfrentados por este segmento e aponta caminhos a serem percorridos para a superação dos mesmos, para que haja a construção de uma escola comprometida com a oferta de uma educação de qualidade, que seja adequada às necessidades e interesses dos sujeitos da comunidade local e para que estes se apropriem desse conhecimento ofertado para serem construtores da própria história, transformando a realidade em que vivem.

Tradicionalmente são aqueles/as detentores/as do poder de decidir acerca do currículo no âmbito da escola e da sala de aula. Porém, nos últimos tempos são vários os atentados as suas possibilidades de ingerência sobre o currículo: são sistemas apostilados, livros didáticos para serem seguidos à risca, diretrizes curriculares rígidas e seguidas de avaliações padronizadas que conseguem produzir o estreitamento do currículo e sua restrição aos mínimos exigidos para as avaliações.

[...] A fim de que não se transforme numa engrenagem do sistema e num “operário das letras” à moda do fordismo-taylorismo descrito por Chaplin em “Tempos Modernos” se faz necessário deixar de lado a compreensão de que o currículo é seu território e buscar parcerias com pais/mães, alunos/as, gestores/as, funcionários/as, comunidade. Também se faz necessário investir cotidianamente na ampliação de sua qualificação profissional, pois todos setores listados podem participar, mas há um aspecto muito específico que só ao/à professor/a cabe e do qual não poderá eximir-se (SILVA, 2010b, p. 72-73).

Portanto, todos os estudantes, pais, professores, comunidade escolar em geral, devem trabalhar na construção de um currículo que virá ser utilizado para o trabalho educativo-pedagógico da escola onde o referido processo se desenvolve. Criar meios que possibilitem a participação de todos no debate, na elaboração e na execução de um currículo voltado para o atendimento da realidade da comunidade, também é função do professor que visa a humanização de seus alunos. É necessário que este professor se comprometa com a construção e a oferta de uma educação que seja contrária às desigualdades existentes e favorável à criação de uma realidade mais justa e digna para todos. Em síntese, este profissional deve sempre buscar o alcance de uma educação democrática. Como afirmado por Lima (2013, p. 107), “[...] uma educação heterônoma e indecisa inviabiliza uma educação para a democracia e para a participação de sujeitos críticos e autônomos, capazes de decisões substantivas e eticamente responsáveis”.

É triste, e igualmente penosa, a realidade em que nossos alunos vivem neste país, desde muito tempo. A pobreza, a desigualdade de oportunidades e o acesso a uma escolarização que não respeita suas reais necessidades e objetivos de vida são algumas das realidades que mais nos incomodam (pelo fato de serem cada vez mais corriqueiras e, de certa forma, terem se tornado um tanto quanto banalizadas, por esse fato). Esses estudantes, tão alijados de processos que venham promover a sua emancipação e também da coletividade da qual fazem parte, necessitam ter contato com possibilidades que os permitam enxergar o mundo e a sua realidade de outras formas, mais promissoras. Uma maneira muito interessante, possível e viável, de transformar esta triste realidade, é permitindo que estes estudantes e esta comunidade escolar façam parte do processo de construção das políticas educativas que são destinadas a eles próprios. Dar-lhes vez, voz e direito a voto, são medidas urgentes e de extrema importância, para que tenhamos a concretização de uma educação cada vez mais justa e igualitária e, também, cada vez mais humanizadora.

Arroyo (2017) trata de algumas questões que envolvem esta temática, aqui abordada. O autor traça um paralelo entre a maneira como é ofertada a educação em nosso país; a situação de pobreza que acomete grande parte dos brasileiros; e a oferta, a estes, de uma educação que não condiz com a sua realidade. Ele aponta que a maneira de transformar esta realidade é criando oportunidades para que estes

sujeitos participem dos processos de elaboração e construção de políticas que serão destinadas a eles próprios.

Existem quase 30 milhões ou 60% de crianças e adolescentes pobres nas escolas públicas que carregam vivências arriscadas de resistências. Por que não se pergunta a elas como resistem? Que tipos de resistências? Que valores defendem, o que aprendem com elas? Por que não se traz o tema da ocupação por justiça, por libertação da pobreza? Esse tema não deveria ser objeto de estudo? Não deveria ser central no material didático? Essas são as principais questões (ARROYO, 2017, p. 157).

Esse ponto, tocado por Arroyo (2017), é de suma importância para que possamos compreender a realidade da educação prestada aos alunos das classes populares (que são a maioria) deste país. Compreender a realidade desses estudantes e trabalhar em benefício da sua transformação são iniciativas primordiais que competem à atividade docente na atualidade. A pobreza, a falta de acesso aos bens materiais e culturais e aos serviços produzidos pela humanidade são alguns dos pontos centrais de discussão que nos levarão ao entendimento e às possíveis soluções deste grave e triste problema.

Podemos constatar que há um comportamento comum, repetitivo, por parte dos governos, de culpabilizar o indivíduo pelo seu “fracasso” escolar, quando este ocorre, isentando-se, o governo, de sua responsabilidade nesse processo, pois se algo deu errado no processo educativo do sujeito ele não pode ser o único e exclusivo culpado de tudo, pois está buscando conhecimento, não o domina a ponto de discernir se o caminho traçado é o melhor ou não, para vislumbrar seu êxito futuro. Sobre esse assunto, Freire (1991) nos diz que:

Em primeiro lugar, eu gostaria de recusar o conceito de *evasão*. As crianças populares brasileiras são *expulsas* da escola – não, obviamente, porque esta ou aquela professora, por uma questão de pura antipatia pessoal, expulsa estes ou aqueles alunos ou os reprova. É a estrutura mesma da sociedade que cria uma série de impasses e de dificuldades, uns em solidariedade com os outros, de que resultam obstáculos enormes para as crianças populares não só chegarem à escola, mas também, quando chegam, nela ficarem e nela fazerem o percurso a que têm direito (FREIRE, 1991, p. 35, *grifo do autor*).

Uma educação que prime pela formação humana do sujeito, bem como seu desenvolvimento e a transformação de sua realidade, tem que contar com a participação deste sujeito, abrindo suas portas e criando possibilidades para que este se empodere do lugar principal do qual faz parte. Somente ele pode e tem o direito de dizer o que precisa e aquilo que não precisa; o que é mais relevante e mais significativo para o seu processo de aprendizagem; o que ele espera ou não da

escola/educação; entre outros. Até mesmo para a definição do que ensinar esta atitude é de extrema importância, pois como afirma Freire (1991, p. 69), “[...] até hoje na maioria dos eventos sobre alfabetização têm participado apenas alfabetizadores e educadores. Acredito que está na hora de os alfabetizados tomarem a palavra”.

Enquanto pesquisadores criam, mundo a fora, novos estudos sobre teorias curriculares, com o objetivo de trazer uma metodologia mais condizente com a sua realidade vivida, afastando-se do que era produzido fora desta realidade, no Brasil:

Paulo Freire é, sem dúvida, uma das mais importantes influências para as concepções de currículo focadas na compreensão do mundo-da-vida dos indivíduos que convivem no espaço da escola. Ainda que influenciado pelo marxismo, Freire constrói uma teoria eclética para a qual muito colaboram a fenomenologia e o existencialismo. [...] Propõe uma pedagogia baseada no diálogo e, nesse sentido, vai além da análise das formas de funcionamento da ideologia e da hegemonia, defendendo a possibilidade de a educação se contrapor à reprodução. Para tanto, é preciso repensá-la para além da transmissão hierárquica e organizada de conhecimentos: como interação entre sujeitos que se dá no mundo (LOPES; MACEDO, 2011, p. 34).

É preciso realizarmos o exercício de permitir que os sujeitos para os quais a educação é destinada se aproximem e tomem a palavra, com o intuito de que estes digam o que esperam da educação; para que esta tenha, de fato, verdadeiro significado na vida e realidade dos mesmos. Um currículo elaborado a partir do diálogo com os estudantes e que venha atender suas expectativas, os transformará em sujeitos da construção do próprio conhecimento, habilitando-os, para o resto de suas vidas, a continuar trilhando este caminho de lutas e conquistas.

4. GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E OS ÓRGÃOS DE REPRESENTATIVIDADE SOCIAL E DE DELIBERAÇÃO PLURAL

Toda vez que se propõe uma gestão democrática da escola pública básica que tenha efetiva participação de pais, educadores, alunos e funcionários da escola, isso acaba sendo considerado como coisa utópica. Acredito não ser de pouca importância examinar as implicações decorrentes dessa utopia. A palavra *utopia* significa o lugar que não existe. Não quer dizer que não possa vir a existir. Na medida em que não existe, mas ao mesmo tempo se coloca como algo de valor, algo desejável do ponto de vista da solução dos problemas da escola, a tarefa deve consistir, inicialmente, em tomar consciência das condições concretas, ou das contradições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola (PARO, 2016a, p. 13).

Iniciamos nossa discussão com o excerto de Vitor Paro (2016a). O autor chama a atenção para a difícil tarefa de realizar a gestão democrática da escola pública, uma gestão que conte com a efetiva participação de todos os sujeitos que compõem a realidade e o cotidiano escolares. Ele considera tal ação como sendo uma “coisa utópica”, como algo que não existe, mas considera que essa possa, sim, vir a existir.

Para Aranha (2002) a educação brasileira surgiu com caráter tipicamente excludente, elitista e aristocrático, onde apenas os nobres, os proprietários de terras e uma camada intermediária tinham acesso. Essa realidade se fez presente, em nossa história, até meados do século XX, quando as classes populares começaram a experimentar práticas democráticas para direcionar as decisões voltadas para a educação, permitindo que todos pudessem dela fazer parte. Tal movimento foi impactado pela assunção dos militares ao poder no ano de 1964, fato que culminou com o enfraquecimento das classes populares que buscavam demarcar seu território, mais que justo, nos espaços decisórios de políticas públicas. Sobre esse assunto, Aranha (2002) afirma que:

Com o enrijecimento do regime, as manifestações políticas são vigorosamente contidas. A doutrina de segurança nacional justifica todo tipo de repressão, desde censura até prisão, tortura, exílio e assassinato. Dessa forma, perdem força os grupos que antes buscavam se fazer ouvir: operários, camponeses e estudantes (ARANHA, 2002, p. 196).

A participação popular ficou estagnada por muitos anos, longe de fazer parte das esferas de decisão das políticas públicas voltadas para ela própria, até que ganhasse força novamente e pudesse, com isso, criar órgãos de deliberação plural e de representatividade social para integrar tais esferas. Tal força foi se construindo e

se consolidando através de muita luta e manifestações, dentro dos acontecimentos que cercaram a realidade nacional.

A consolidação da participação das camadas populares no direcionamento de políticas voltadas para a educação do município de Cariacica e a implantação de órgãos colegiados com esse fim percorreu longa caminhada até que viesse se tornar realidade. Sobre esses órgãos de representatividade social e de deliberação plural falaremos a seguir, partindo de sua análise e contexto macro (Brasil) até chegarmos em seu contexto micro (município de Cariacica).

4.1. Conselhos de Educação no Brasil: o longo caminho percorrido até chegar em Cariacica

Os Conselhos de Educação surgem no Brasil no período do Império (1822-1889). De lá para cá foram quase dois séculos de luta e de caminhada para que esses órgãos pudessem transcender o objetivo que justificou seu surgimento: aconselhar o Poder Público para a tomada de decisões referentes à educação. É isso o que nos relata Bordignon (2013, p. 53), ao dizer que “na sua origem, os conselhos de educação foram concebidos como órgãos de assessoramento superior, de caráter eminentemente técnico”.

Pelo que ficou explicitado nesse excerto, constatamos a função exclusivamente consultiva quando da criação dos Conselhos de Educação no Brasil. Esse órgão só será realidade no município de Cariacica a partir do início dos anos 1990, tendo sido o acesso ao mesmo democratizado, de fato, anos depois. É esse longo caminho percorrido pela democratização dos acessos à tomada de decisões referentes à educação, nos níveis macro (nacional) e micro (municipal), que buscaremos elucidar a partir de agora. Vale lembrar que é importante traçarmos esse histórico de surgimento e consolidação dos Conselhos de Educação no Brasil para que possamos compreender toda a luta e morosidade que envolveu a democratização dos acessos aos espaços decisórios das políticas educacionais.

Diferentemente da forma como temos os Conselhos hoje (órgãos colegiados de composição plural e com funções deliberativas), o autor nos mostra que esse processo que contribuiu para que houvesse a participação da sociedade na gestão da educação ocorreu de forma bastante lenta. Sobre isso, Bordignon (2013, p. 53)

afirma que “a análise da trajetória dos conselhos de educação no Brasil mostra lento processo de participação da sociedade na gestão da educação”.

Bordignon (2013) afirma que a iniciativa de se criar conselhos de educação no Brasil remonta ao período do Império (1822-1889), quando são criados o *Concelho de Instrução Pública*, da Província da Bahia (1842), e o *Conselho Director do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte*, no município do Rio de Janeiro (1854). A criação dos primeiros Conselhos de Educação em nosso país não se deu de forma aleatória. Na Província da Bahia tivemos a primeira capital deste país, a cidade de Salvador (1549-1763). Já a cidade do Rio de Janeiro (1763-1960) era a capital federal, à época. Esses eram, portanto, dois estados, com suas respectivas capitais, de grandiosa importância econômica e política, no cenário nacional. Tal desenvolvimento possibilitou que passos tão importantes fossem dados na gestão da educação brasileira.

Os Conselhos criados, nessa época, auxiliavam a gestão da educação das respectivas esferas propostas (provincial e municipal), porém apenas na função consultiva. Várias foram as tentativas de se criar um Conselho que viesse contribuir com a gestão da educação em âmbito nacional, prestando a ela o aconselhamento necessário para que as melhores decisões fossem tomadas pelo Poder Público. Nesse aspecto, o Brasil conta com o “Conselho Superior de Ensino”, funcionando desde 1911 (ano de sua criação). No início de sua atuação, as ações desse Conselho eram voltadas, apenas, para consulta e aconselhamento de questões pertinentes ao ensino superior.

Um Conselho de Educação, com atuação em todo o território do país e que abrangeeria todos os níveis de ensino, só se tornou possível com a remodelagem do decreto que criou o “Conselho Superior de Ensino”, em 1911. É isso o que afirma Bordignon (2013, p. 55), ao tratar sobre o “Conselho Nacional de Ensino – Criado pelo Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, remodelou o Conselho Superior de Ensino, ampliando sua composição e atribuições, para abranger todos os níveis de ensino”.

Com o objetivo de organizar os sistemas de educação e a oferta desse serviço em todo o país, são criados, então, os Conselhos Estaduais de Educação que “[...] embora já previstos na Constituição de 1934 (dispositivo mantido na Constituição de 1946) somente foram efetivamente criados e passaram a funcionar a partir da

aprovação da primeira LDB (Lei nº 4.024/1961)” (BORDIGNON, 2013, p. 57). A sanção da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação em nosso país deu o impulso necessário para a criação dos Conselhos Estaduais de Educação e, com isso, a possibilidade de os estados organizarem, planejarem e executarem a oferta desse serviço indispensável para o desenvolvimento de seu território.

Nesse contexto, o Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo – CEE/ES – foi criado pela Lei Nº 1.735, de 09 de novembro de 1962, para atender a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 4.024/1961), que diz:

Art. 10. Os Conselhos Estaduais de Educação organizados pelas leis estaduais, que se constituírem com membros nomeados pela autoridade competente, incluindo representantes dos diversos graus de ensino e do magistério oficial e particular, de notório saber e experiência, em matéria de educação, exercerão as atribuições que esta lei lhes consigna (BRASIL, 1961).

Observamos que a criação do CEE/ES não vem para atender às demandas da população capixaba, mas aos pressupostos da conjuntura da educação nacional, à época. Além de criar o CEE/ES, a Lei Nº 1.735/1962 definiu as funções a que se destinou tal órgão, como ficou descrito em seu Artigo 5º:

O Secretário de Educação e Cultura, ouvido o Conselho Estadual de Educação, decidirá das questões suscitadas pela transição entre o regime escolar até agora vigente e o instituído pela Lei de Diretrizes e Base, baixando para isso, as instruções necessárias (ESPÍRITO SANTO, 1962).

Desde a sua criação, o CEE/ES abrangia todo o território estadual, determinando as ações que seriam empreendidas por todos os municípios onde não havia organização própria de funcionamento das redes de ensino. Essa realidade começa a mudar com a assinatura da Lei Ordinária Estadual Nº 4.135/1988 que reorganizou o Conselho Estadual de Educação e, entre outras coisas, previa a possibilidade de o CEE/ES delegar competência aos Conselhos Municipais. Portanto, é apenas a partir dos últimos anos da década de 1980 que os Conselhos de Educação, enquanto órgãos de composição plural, começarão a ganhar características mais próximas da realidade e dos anseios da população, mesmo assim, através de muita luta para que essa esfera de discussões viesse se tornar mais democrática.

Por esses acontecimentos, é possível notarmos como demandou tempo, desde a sua criação, para a existência de ações que permitissem uma participação que viesse contar com um número maior de sujeitos envolvidos/interessados no desenrolar das ações e responsabilidades de que se incumbia o Conselho Estadual

de Educação. Aproximar as ações desse Conselho com a realidade vivenciada no interior das escolas foi tarefa fundamental a ser desempenhada com vistas a possibilitar que tal trabalho pudesse lograr êxito, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que transformou os municípios em entes federados, ao lado dos estados e da União, o que permitiu que os mesmos passassem a atuar em regime de colaboração para organizarem seus sistemas de ensino.

Nessa esteira de acontecimentos ocorre a criação do Conselho Municipal de Educação de Cariacica, através da Lei Nº 2.067, de 21 de dezembro de 1990, onde esse teria como objetivos “elaborar, deliberar e fiscalizar a política e o sistema educacional do município” (CARIACICA, 1990, Art. 3º). Embora essa lei faça menção ao sistema educacional do município, este só será criado no ano de 2006, como veremos adiante.

Como competências inerentes ao Conselho de Educação, esta lei apresenta o seguinte:

Art. 5º. Compete ao conselho Municipal de Educação:

I – estabelecer política e diretrizes de educação no município de Cariacica em consonância em a realidade do município;

II – acrescentar e suprimir conteúdos/para o ensino obrigatório, obedecendo a realidade local;

III- formular anualmente proposta política de aplicação dos recursos de educação, exclusivamente para o ensino público.

IV- avaliar e aprovar bimestralmente a prestação de contas do município referente á aplicação dos recursos da educação, com ampla divulgação junto à sociedade civil;

V – emitir parecer técnico quando da realização de qualquer ato legal pelo município [sic];

VI – fiscalizar a aplicação dos recursos destinados á educação, provenientes [sic] do pedido de suplementação de verbas;

VII – apresentar proposta curricular, obedecendo a lei de diretrizes e bases, considerando a realidade local;

VIII – analisar a prática pedagógica [sic] desenvolvida nas escolas (CARIACICA, 1990).

É possível observar a importância dada à realidade local do município e o esforço que seria desempenhado pelo Conselho a fim de considerá-la. Tal ação passou a ser empregada na construção de um conhecimento relevante para a população e que trouxe consigo a construção de uma identidade local.

Embora muito se tenha caminhado na direção de que fossem construídas e efetivadas práticas democráticas voltadas para a educação de Cariacica, como a criação do Conselho Municipal de Educação (a quem o CEE/ES delegaria competências, possibilitando a construção de uma educação adequada às necessidades e interesses de todos, sendo construída por sujeitos locais), as decisões tomadas para a educação ainda se faziam distantes dos muros e do chão da escola. A criação do Conselho Municipal de Educação não garantia, por si só, que a partir deste ato a educação do município tomaria um rumo diferente e que possibilitaria a construção de uma educação que atendesse a todos, democraticamente. Sobre a atuação do Conselho Municipal de Educação de Cariacica, no período que antecede a criação de instrumentos que possibilitariam maior e efetiva participação de todos os munícipes no planejamento e na elaboração da educação municipal, vale mencionarmos a afirmação do presidente desse órgão no período de 2005-2010:

[...] é um Conselho voltado para “consumo interno”, pra atender uma exigência legal, que já tinha desde 1988, que começava a cobrar uma gestão participativa. Era uma questão de atender a essa formalidade. É interessante quando você vai pesquisar isso [...], você encontra leis que te atingem, que coloca que você é sujeito daquele processo e você nem sabia que ele existia. (Presidente do COMEC, no período 2005-2010).

Era necessário criar maneiras de democratizar o acesso ao Conselho Municipal de Educação e publicizar suas ações, bem como disponibilizar meios para que a comunidade escolar (a quem se destinam todas as ações desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Educação) pudesse ser ouvida, seja para a construção de uma proposta curricular que verdadeiramente a atendesse, seja para sua contribuição na tomada de decisões voltadas para a educação do município. O fato é que os sujeitos que vivenciam o cotidiano da escola (pais, estudantes, professores, funcionários, gestores, pedagogos, etc.) deveriam fazer parte de um órgão local com atribuições consultivas, deliberativas e fiscalizadoras voltadas para a educação. É nesse contexto que vão se consolidando os Conselhos Escolares no município de Cariacica, órgãos colegiados, de composição plural, criados com o objetivo de possibilitar que a sociedade viesse fazer parte da gestão da educação escolar local, visando garantir a participação de todos, tornando-os responsáveis pela oferta e pelo direcionamento que a educação tomaria.

4.2. Os Conselhos Escolares no Brasil

Os Conselhos Escolares surgiram no período em que a ditadura civil-militar, que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, já não tinha mais tanta força. Esse enfraquecimento do governo ocorreu graças ao esgotamento da população com tal realidade, repleta de autoritarismo e exclusão. Assim, a sociedade começa a questionar as ações empreendidas pelo governo e a cobrar maior participação nos processos que conduziam à tomada de decisões. É assim que surgem os Conselhos Escolares, como nos afirma Silva (2002):

O Conselho de Escola surgiu num momento em que a sociedade brasileira dispunha-se a participar da vida das instituições e, especialmente, da escola. Tal espírito deve-se ao histórico de exclusão da imensa maioria da população dos processos decisórios, aprofundado durante o regime militar. Ele foi criado com o objetivo de promover mudanças nos processos decisórios a partir do interior da escola, congregando todos os atores envolvidos no processo educativo local. Representava um espaço de educação para a democracia que renascia no Brasil, não só de pais e responsáveis, mas de funcionários, professores, diretores e principalmente das novas gerações, os alunos (SILVA, 2002, p. 13).

O autor nos mostra como se deu a criação dos Conselhos Escolares no estado de São Paulo, afirmando que tal processo se deu de forma bastante lenta, o que, no entanto, não significou esmorecimento dos envolvidos nesta seara. Ao contrário, a sociedade se organizou e todos os segmentos que compõem a comunidade escolar (pais, estudantes, gestores, professores, funcionários, etc.) continuaram na luta por uma educação mais democrática, construída a partir da escola e não por sujeitos alheios a esse espaço. Eles lutaram por uma educação criada por quem do espaço escolar faz uso cotidiano, embora a legislação que amparava a criação dos Conselhos previa que estes atuassem, apenas, com caráter consultivo, mantendo a mesma natureza quando da sua criação, no ano de 1925 (BORDIGNON, 2013). A transformação dos Conselhos Escolares só veio, de fato, ter poder deliberativo anos mais tarde, quando uma nova legislação entra em vigor conferindo ao Conselho tal poder, como nos afirma Silva (2002):

Os Conselhos de Escola no Estado de São Paulo representam uma vitória dos setores progressistas. Entretanto, o organismo criado a partir deste processo não tinha poder para decidir, pois era consultivo.

[...] Em 1985, durante o governo de Franco Montoro, foi aprovada a lei complementar nº 444, de 27 de dezembro, que regulamentou o Estatuto do Magistério e incluiu, enquanto um direito do magistério paulista, a participação na gestão da escola por meio do Conselho, que passou a ter poderes deliberativos (SILVA, 2002, p. 13).

Por esse excerto podemos constatar o quanto tem sido longa e tortuosa a caminhada da democracia rumo ao interior das escolas desse país. Embora o autor nos traga a realidade vivenciada no estado de São Paulo, no que diz respeito à criação e consolidação dos Conselhos Escolares com poderes consultivo e deliberativo, emanados a partir da realidade vivida pelos sujeitos no interior das escolas, vemos que esse processo não é diferente do que aconteceu em outros estados da federação. Ademais, é importante considerarmos que a democratização da gestão das esferas públicas que prestam serviços, principalmente, às classes populares, passou a ser vista como a forma mais eficiente de gestão a ser adotada.

[...] em contraponto ao modelo de Estado centralizador e autoritário construído pelo governo militar, a descentralização, entendida como estratégia de democratização da gestão estatal, passou a ser defendida como a forma mais eficiente para se gerir o país (RAMOS; FERNANDES, 2010, p. 49).

Durante as eleições que ocorreram em 15 de novembro de 1982 para o cargo de governador, cuja assunção ao mandato se efetivaria em 15 de março de 1983, as populações de vários estados brasileiros assumiram a responsabilidade de eleger governos alinhados com ideologias progressistas. Esse fato ia ao encontro da perspectiva que já existia no seio da sociedade desde a década de 1970 e que vinha se configurando em governos municipais, Brasil afora, que estimulavam a organização e a participação das classes populares em conselhos.

É importante considerar que, [...] desde a década de 1970, prefeitos de esquerda (de Piracicaba, SP; Boa Esperança, ES; e Lages, SC, por exemplo), resistentes às pressões dos governos federal e estadual, conseguiram implantar, no curto período de seus mandatos, projetos e experiências de gestão democrática da escola em bairros de classes populares, estimulando tais grupos a participarem diretamente nos diferentes conselhos que definiam a política de trabalho das escolas (SANTOS FILHO apud RAMOS; FERNANDES, 2010, p. 49).

Sobre a situação ocorrida com as eleições de 1982, onde a população buscou eleger governadores que possuíssem ideologias diferentes daquelas que eram dominantes até então, podemos citar o que aconteceu nos estados de: São Paulo, com a eleição de André Franco Montoro (PMDB); Minas Gerais, com a eleição de Tancredo de Almeida Neves (PMDB); Rio de Janeiro, que elegeu o governador Leonel de Moura Brizola (PDT); e Espírito Santo, ao eleger Gerson Camata (PMDB). O movimento político que se configurou no meio da sociedade proporcionou a tentativa de consolidar a redemocratização dos governos, contando com maior participação da população em vários estados e também nas escolas, o que permitiu

a criação de políticas públicas mais eficientes, voltadas para a elaboração de uma educação em maior consonância com a realidade vivida pelas pessoas no dia a dia.

Para elucidarmos como se mostrou lenta e trabalhosa essa transição entre o período de censura de direitos básicos dos cidadãos deste país até a redemocratização do mesmo, onde a população pôde, novamente, participar dos rumos da política voltada para seu próprio benefício, vamos falar sobre a realidade do município de Cariacica, no estado do Espírito Santo, onde os Conselhos Escolares tornaram-se realidade anos mais tarde.

4.2.1. A implantação dos Conselhos Escolares no município de Cariacica

No município de Cariacica, a implantação dos Conselhos Escolares só se tornou possível após a assinatura do Decreto Nº 111, de 1 de setembro de 2004, que diz “Artigo 1º Ficam criados os Conselhos de Escola em todas as Unidades de Ensino da Rede Municipal de Cariacica” (CARIACICA, 2004). Para que pudéssemos compreender melhor como se deu o processo de assinatura desse decreto, buscamos dialogar com profissionais que vivenciaram a experiência de perto. O professor da rede municipal de ensino há 28 anos e que presidiu o Conselho Municipal de Educação de Cariacica – COMEC – no período 2005-2010, vivenciando todo o processo, nos prestou importantes esclarecimentos a esse respeito. Perguntado se a assinatura do decreto veio atender às necessidades da educação do município ele afirma que:

Tem que retomar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que determina que o município crie o Sistema Municipal de Ensino para que este Sistema defina os órgãos de participação de gestão popular que irão normatizar a educação. Na própria legislação, que criou na época o FUNDEF, exigia para prestar contas que [...] tinha que ter Conselhos. Na verdade, esse decreto de 2004 foi criado puramente para cumprir a questão legislativa, não tendo nenhuma participação popular. [...] Foi um Conselho criado, em 2004, para atender a legislação. Simplesmente, para prestar contas do dinheiro do FUNDEF [...]. Do ponto de vista prático, a importância do Conselho não teve nenhum efeito... Ninguém pensava no efeito da lei. Ele foi criado para cumprir uma questão normativa, para poder receber o dinheiro da educação e prestar contas. (Presidente do COMEC, no período 2005-2010).

O referido decreto traz, ainda, as funções a que se destinam os Conselhos de Escola das unidades escolares da rede pública municipal de ensino, especificando cada uma delas em seu artigo 2º e parágrafos:

Os Conselhos de Escola, resguardando os princípios constitucionais, as normas legais e as diretrizes da Secretaria de Estado da Educação, terão funções consultiva, deliberativa e fiscalizadora nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras.

§ 1º As funções consultivas são aquelas que têm o papel natural de aconselhar, de dar consultas, de emitir opiniões, pareceres sobre determinado assunto num processo de orientação à escola e a interessados em geral.

§ 2º As funções deliberativas consistem no exame de uma situação com vistas [sic] à tomada de decisão e a aprovação de diretrizes e linhas de ação na Unidade Escolar.

§ 3º As funções fiscalizadoras referem-se ao acompanhamento, à fiscalização ou controle e avaliação de todas as ações desenvolvidas pela Unidade Escolar, inclusive as que se referem à aplicação dos recursos financeiros repassados às escolas por ela captadas [sic] (CARIACICA, 2004).

Sobre as funções consultiva e deliberativa dos Conselhos já ficou claro, pelo que foi exposto até agora, que são de extrema importância para o desenvolvimento e a oferta de uma educação adequada às necessidades e interesses de toda a comunidade escolar. A luta para que fosse permitido que os Conselhos pudessem se valer de tais prerrogativas e funções é histórica. Tal luta objetivava a democratização e o acesso das classes populares aos espaços decisórios das políticas educacionais, onde essas classes passariam a ser consultadas e teriam a possibilidade de decidir, de deliberar, acerca do serviço educacional que esperam ter acesso e ao qual têm direito. No entanto, cabe ressaltarmos aqui a importância da função “fiscalizadora” para todo esse processo que visa ofertar educação de qualidade. Essa função permite que a comunidade escolar acompanhe todas as ações (pedagógicas, administrativas e financeiras) desenvolvidas pela escola, avaliando o cumprimento das normas e padrões estabelecidos para a oferta de uma educação de qualidade no dia a dia do ambiente escolar.

Como forma de tornar mais efetiva a fiscalização das ações desenvolvidas pela escola e de democratizar a participação e o acesso às decisões por ela tomadas, é importante compreendermos como se dá a composição dos Conselhos Escolares no município de Cariacica. O Decreto Nº 111/2004 trata da composição dos Conselhos Escolares no município, dizendo que:

Artigo 4º Deverão compor os Conselhos de Escola em cada Unidade Escolar:

I - Diretor da Unidade Escolar será membro nato do Conselho;

II - Representantes titulares e suplentes da Comunidade Escolar eleitos nas suas respectivas assembléias:

- a) Representante(s) da categoria do magistério da Unidade Escolar;
- b) Representante(s) da categoria dos demais servidores da Unidade Escolar;
- c) Representante(s) de alunos a partir de 12 (doze) anos de idade, matriculado em qualquer série/modalidade/nível e que esteja frequentando regularmente a Unidade Escolar;
- d) Representante de pais de alunos da Unidade Escolar;
- e) Representante da Comunidade (Presidente da Associação de Moradores ou de Centro Comunitário), ou pessoa por ele indicado (CARIACICA, 2004).

Através do quantitativo de segmentos que compõem a comunidade escolar fica assegurada a paridade nas decisões, pois temos três segmentos que pertencem à escola, diretamente (gestores, professores e servidores) e três que correspondem à comunidade local (pais, alunos e representante da comunidade). Essa é uma forma de equilibrar as decisões que são tomadas dentro desse órgão colegiado, pois com a paridade na composição do Conselho podem tornar-se mais práticas e efetivas as reflexões e decisões tomadas em benefício da maioria dos segmentos, sejam eles de dentro ou de fora do ambiente escolar.

Cabe aqui ressaltarmos que ter essa garantia de participação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, na letra do decreto, possibilitando que maior número de pessoas possam emitir opiniões, bem como participar do processo que conduz à tomada de decisões, não significa que a participação desses segmentos será, de fato, efetiva. Uma coisa é termos a participação de todos os segmentos da comunidade escolar garantida pela legislação, outra coisa é essa participação ser qualificada ao ponto de que tais segmentos serão considerados nas tomadas de decisões e seus posicionamentos e anseios se tornarão “visíveis” e praticados/discutidos/considerados. Por esses motivos é que buscamos incentivar a participação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, principalmente aqueles segmentos que tendem a ser “invisibilizados” no cotidiano das ações da escola: segmentos de pais, alunos e da comunidade local. Incentivar a participação qualificada desses segmentos/sujeitos é possibilitar a construção de uma escola que oferece educação adequada às necessidades e interesses de todos ao seu redor, bem como democratizar o acesso destes a ela.

A assinatura do Decreto Nº 111/2004 pelo então prefeito Aloízio Santos (PSDB, 01/01/2001 a 31/12/2004) representou importante marco para a caminhada do município rumo à democratização da educação. No entanto, apenas a assinatura

desse decreto não era capaz de dar conta de todo o trabalho que seria iniciado a partir de então. Assim, foi assinado o Decreto Nº 139, de 8 de outubro de 2004, responsável pelas atribuições dos membros dos Conselhos de Escola, principalmente no que se refere aos membros que ocupam os postos de Presidente do Conselho (Artigo 5º) e Secretário (Artigo 6º).

Embora os passos dados até aqui tenham contribuído, sobremaneira, para que a educação do município pudesse dar um grande salto e inserir-se no bojo da evolução onde outros entes federados já se encontravam, ainda faltava relacionar essa realidade experienciada com algo maior, algo que viesse ter ligação com todo o movimento político que se desenhava em Cariacica. A assinatura de decretos que passaram a balizar as funções e atribuições dos Conselhos Escolares e de seus membros não se mostrava suficiente para a inserção da educação do município no caminho da democracia, isso por que tais decretos poderiam ser facilmente revogados por futuros prefeitos que não dessem importância a essa conquista. Portanto, era de fundamental importância criar políticas de Estado voltadas para a educação, para que estas pudessem ser vistas como algo duradouro e não apenas como a vontade de um grupo político. A própria assinatura dos decretos já bem no final do mandato do referido prefeito (um dos decretos foi assinado entre o primeiro e o segundo turno das eleições daquele ano, onde o prefeito era um dos participantes do pleito, tentando sua reeleição) nos leva a refletir sobre os reais motivos que contribuíram para tal. Caso o real motivo para assinar tais decretos fosse tornar a educação do município mais democrática, essa ação não deveria ter ocorrido antes, mais para o início do mandato? Teria sido essa uma medida apenas eleitoreira?

Nesse sentido, era necessário que o município tivesse autonomia para a criação e a oferta de uma educação voltada para sua realidade e a de sua população. Até então, a educação em Cariacica era vinculada às normas advindas da Secretaria de Estado da Educação – SEDU, que, por meio do Conselho Estadual de Educação, era o órgão responsável por criar, representar e direcionar as políticas de educação do município, uma vez que ainda não havia sido instituído o Sistema Municipal de Educação de Cariacica. Sobre a criação de sistemas de ensino, Bordignon (2013) afirma que:

A criação dos sistemas de ensino se enraíza profundamente no processo político da construção da democracia e consolidação do regime federativo, pela gradativa afirmação da autonomia, vale dizer, da cidadania das unidades federadas (BORDIGNON, 2013, p. 23).

Assim, foi criada a Lei Municipal Nº 4.373, de 10 de janeiro de 2006, que instituiu o Sistema Municipal de Educação de Cariacica. A sanção dessa lei foi fundamental para permitir o estabelecimento de uma política de educação mais consistente no município. Além disso, ela contribuiu para a efetivação da democracia e da participação de todos os envolvidos na elaboração de projetos para o desenvolvimento do sistema de ensino municipal.

A Lei Nº 4.373/2006 trouxe, em sua redação, a gestão democrática (prevista na Constituição Federal de 1988 – Art. 206, inciso VI – e na LDBEN – Art. 3º, inciso VIII – como um “princípio da educação”) como princípio da educação também no município (Art. 7º, inciso VIII). Além disso, os artigos 24 e 25 tratam, exclusivamente, desse princípio e de como ele será abordado junto com os demais elementos a que corresponde a educação em âmbito municipal.

Art. 24 A gestão democrática do ensino público, fundada no Art.205, Inc.VI, da Constituição Federal, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino em Cariacica, será exercida nas Unidades de Ensino:

I - a partir da participação dos profissionais da Educação incluídos na rede municipal de Cariacica, respeitados os limites da competência gerencial reservada às próprias unidades de ensino;

II - a partir da parceria da comunidade escolar, por meio dos conselhos escolares, na elaboração do plano de trabalho e do projeto pedagógico.

Art. 25 A gestão democrática, com vistas a garantir o preceito da autonomia pedagógica, administrativa e financeira prevista na Legislação vigente, será definida por Lei própria, para as instituições públicas que pertençam ao Sistema Municipal de Ensino, conforme as Leis existentes (CARIACICA, 2006).

Observamos que a lei que institui o Sistema Municipal de Ensino vem dar maior responsabilidade, e também visibilidade, aos Conselhos Escolares, tornando-os corresponsáveis pelo sucesso da educação no município, pois passam a ajudar na elaboração e no planejamento de ações voltadas para a oferta educacional. Outro fator muito importante para o processo que conduz a educação rumo à democracia, contando com a participação de todos no município, foi a sanção da Lei Complementar Nº 026, de 23 de abril de 2009. Observamos que o município de Cariacica vai dando importantes passos rumo à democratização de sua educação. Tal lei veio dispor sobre a Gestão Democrática do Ensino Público de Cariacica, o que se configurou em mais uma garantia de que a democracia se tornava um dos

pilares para a construção de uma educação compromissada com as necessidades da população, tornando o Poder Público e a sociedade corresponsáveis pela gestão das escolas.

Como a democracia é uma conquista pela qual se deve lutar sempre, a assinatura de decretos que versem sobre a implantação dos Conselhos Escolares, bem como as atribuições dos membros que os compõem, não é garantia de que, de fato, estejam sendo tomadas decisões democráticas e que respeitem os vários olhares dos representantes de cada segmento que compõem os mesmos. Dessa forma, foi assinado o Decreto Municipal Nº 036, de 15 de março de 2010, que passou a regulamentar, por meio de processo eleitoral, a escolha dos membros dos Conselhos Escolares. Sobre esse decreto, temos:

Art. 2º Observar-se-á, para efeito da composição dos Conselhos de Escola, o que consta nos artigos, 3º e 6º do decreto 111/2004, art. 4º do decreto 139/2004 e o art. 65 da lei complementar nº. 026/2009.

§ Único. As Unidades de Ensino definirão em Assembléia Geral da Comunidade Escolar o número de representantes por segmentos que comporão o Conselho de Escola, respeitada a paridade entre os segmentos, conforme art., 6º do decreto 111/2004 (CARIACICA, 2010).

Como é possível observar, toda a legislação citada anteriormente ajudou a dar corpo a esse novo decreto que veio possibilitar que o município desse mais um passo na construção de uma democracia representativa com participação de maior intensidade e que veio atender aos anseios de maior número de usuários do sistema público de ensino.

Para finalizar esse trajeto que visa caracterizar o caminho percorrido pela construção da democracia dentro dos Conselhos Escolares das unidades de ensino da rede pública municipal de Cariacica, destacamos a assinatura da Lei Complementar Nº 035, de 17 de agosto de 2011, que alterou o texto da Lei Complementar Nº 026/2009, como afirma Chagas (2018). Sobre a Lei Complementar Nº 035/2011, o autor diz que ela, além de estabelecer a Gestão Democrática, também prevê mais do que apenas a organização dos Conselhos Escolares. Ela aposta nos Conselhos como ferramentas que possibilitam a democracia com maior intensidade de participação. Como exemplo, pode-se citar a escolha dos diretores escolares e dos membros do Conselho. O autor diz que esta lei:

[...] trás algumas alterações no texto da Lei de 2009. Nessa nova versão, foi alterado o tempo de mandato da Gestão escolar e no que tange aos Conselhos Escolares, um avanço significativo no que diz respeito a presidência do Conselho. Em seu art. 70º; § 2º é garantindo [sic] que “o presidente do Conselho de escola será eleito em reunião própria e será escolhido entre seus membros, por meio de voto secreto, desde que maior de 18 anos” (CHAGAS, 2018, p. 43).

A composição dos Conselhos Escolares, como determina a legislação vigente no município, visa garantir a relação democrática na construção de uma educação que venha servir, de maneira satisfatória e relevante, a todos e que deve estar presente em todo esse processo. Além disso, a paridade na representação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, sem que um seja mais importante ou ocupe lugar destacado perante os demais representantes/membros, se propõe a garantir isonomia e credibilidade ao processo. Com a vigência da paridade, todos os membros do Conselho têm os mesmos direitos, deveres e responsabilidades.

Para que todo o processo logre êxito e para que os Conselhos desempenhem as funções que deles se esperam, é de fundamental importância que haja uma participação maciça e consciente da maioria de seus representantes, contribuindo para que se consolide a melhoria da participação de um número cada vez maior de membros. Criar os instrumentos que permitem a participação de todos não é suficiente para que a democracia se consolide nas esferas e órgãos decisórios que envolvem a educação no município. É de fundamental importância que os Conselhos Escolares criem maneiras de incentivar a participação consciente de seus membros, lembrando que estes não nascem participativos, mas podem tornar-se, como afirma Silva (2002):

[...] a participação precisa ser incentivada e as pessoas não nascem participativas, mas precisam contar com incentivos e instrumentos para poder participar.

Assim, os atores excluídos dos processos decisórios no interior da escola precisam de apoio para constituírem-se participantes eficazes. Também que confiem em suas possibilidades de atuar de maneira efetiva neste fórum (SILVA, 2002, p. 34).

Incentivar a participação da comunidade escolar nas ações que permeiam seus interesses é papel da escola pública, pois só ela poderá garantir o acesso de todos ao que diz respeito a todos. É o que foi apresentado pelo MEC (2004) em um de seus cadernos referentes ao “*Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE)*”.

Em nossa sociedade, a escola pública, em todos os níveis e modalidades da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), tem como função social formar o cidadão, isto é, construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo (MEC, 2004, p. 19).

Além disso, é fundamental que a escola crie condições para a socialização dos saberes entre os estudantes, “[...] que já trazem consigo o saber popular, o saber da comunidade em que vivem e atuam” (MEC, 2004, p. 20), pois assim será possível a construção de relações cada vez mais significativas e democráticas para a educação do município e para a organização de um currículo em que esteja prevista a construção de conhecimentos que possibilitem a transformação da realidade da comunidade escolar. Um dos elementos fundamentais para o trabalho perpassa essa questão de que todos os sujeitos da comunidade escolar possam decidir sobre a elaboração/construção do currículo.

5. A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CARIACICA: DA ESCOLA E DA REDE, SUAS NORMAS, REGULAMENTOS E MECANISMOS DE REGULAMENTAÇÃO

Após termos explicitado acerca do histórico de construção dos órgãos colegiados voltados para gestão da educação em nosso país, trataremos de aproximar tal realidade com aquela vivenciada em uma comunidade escolar do município de Cariacica. Os caminhos metodológicos traçados para alcançarmos essa aproximação serão detalhados a seguir. Além desse, faz-se necessário analisarmos os instrumentos legais que normatizam e regulamentam a oferta da educação no referido município.

A análise aqui apresentada segue tratando de caracterizar o objeto pesquisado: a rede municipal de ensino de Cariacica, a escola e a comunidade onde esta se insere, bem como os conselheiros escolares que delas fazem parte. Tal análise possibilitará nossa aproximação com a regulamentação da referida rede, bem como nossa reflexão sobre o tipo de trabalho prestado pelo Conselho e o contexto que promove tal ação.

5.1. Opções e caminhos da pesquisa

Considerando os objetivos explicitados adotamos uma metodologia de trabalho que visa abordar aspectos qualitativos da pesquisa. Para desenvolvê-la fizemos uso, ainda, levantamento bibliográfico, análise de documentos (atas de reuniões, por exemplo), visitas aos locais onde se realizam as reuniões e plenárias, observação participante nas mesmas, entrevistas semiestruturadas, entre outros.

A pesquisa qualitativa se diferencia dos métodos tradicionais de se realizar pesquisa, pois considera que os dados e informações levantados, produzidos, durante o processo da mesma não são mensuráveis, quantificáveis, mas interpretáveis. É isso que Marconi e Lakatos (2011, p. 270) evidenciam ao dizer que “o surgimento da pesquisa qualitativa deu-se quando os antropólogos, que estudavam indivíduos, tribos e pequenos grupos ágrafos, perceberam que os dados não podiam ser quantificados, mas sim interpretados”.

Ao analisarmos os tipos de pesquisa qualitativa existentes, nos deparamos com duas possibilidades reais e extremamente interessantes para serem utilizadas no desenvolvimento desse trabalho: a pesquisa-ação e a pesquisa participante.

A pesquisa-ação e a pesquisa participante têm origens distintas e até distantes, a primeira nas aplicações de psicologia social de Kurt Lewin (nos EUA, nos anos 1940), e a segunda nas práticas conscientizantes e na teoria da libertação desenvolvidas sobretudo na América Latina, a partir dos anos 1950/60, em contextos social, religioso, educacional, em particular, sob o impulso de Paulo Freire (THIOLLENT. 2014, p. 15).

Embora tenham origens históricas, sociais e geográficas bastante distintas, ambas as metodologias consideram, na pesquisa, o estudo detalhado acerca da realidade vivenciada com a colaboração de todos os envolvidos: pesquisadores e pesquisados, ou seja, todos os sujeitos envolvidos na realidade/situação investigada. Porém, apesar de tantas semelhanças, elas apresentam diferenças entre si. É o que nos afirma Gil (2010) ao dizer que:

Existem algumas semelhanças entre a pesquisa participante e a pesquisa-ação, pois ambas caracterizam-se pela interação entre os pesquisadores e as pessoas envolvidas nas situações investigadas. Mas a principal diferença está no caráter emancipador da pesquisa-participante. Enquanto a pesquisa-ação supõe alguma forma de ação, que pode ser de caráter social, educativo, técnico ou outro, a pesquisa participante tem como propósito fundamental a emancipação das pessoas ou das comunidades que a realizam (GIL, 2010, p. 43).

Sobre a pesquisa participante, o autor prossegue e destaca seu objetivo, quando de sua criação:

[...] a pesquisa participante surgiu na América Latina como meio para alcançar a articulação de grupos marginalizados. Seus criadores foram pessoas que participavam de programas educacionais voltados para trabalhadores rurais e sua estratégia consistia em fomentar o processo de formação da consciência crítica das comunidades para sua inserção em processos políticos de mudança (GIL, 2010, p. 43).

Ou seja, a pesquisa participante vai muito mais além de uma simples proposta de pesquisa e investigação da realidade. Ela não se propõe a apenas conhecer a realidade vivenciada e apontar os problemas e, com isso, possíveis ações/soluções. A pesquisa participante busca, juntamente com todos os envolvidos na realidade em questão, o levantamento dos problemas ali existentes, enfrentados por todo aquele grupo participante, levando estes, através da própria análise e reflexão sobre a realidade em que vivem, a buscarem soluções para tais problemas. Mais do que resolver os problemas encontrados/existentes, um dos principais objetivos da pesquisa participante é a promoção da emancipação da coletividade em questão,

buscando, através das ações impulsionadas pelo desenvolvimento da pesquisa, a transformação da realidade por meio da tomada de consciência dos sujeitos envolvidos, que deixariam de ser obedecedores de decisões já definidas anteriormente, ou seja, pré-estabelecidas, para serem elevados à condição de sujeitos que constroem a própria história. Richardson (2007, p. 263) afirma que um dos pontos mais positivos de se utilizar a pesquisa participante como metodologia de pesquisa “[...] é a possibilidade de obter a informação no momento em que o fato ocorre. [...] Acrescente-se à simultaneidade da ocorrência espontânea a presença do observador ao acontecimento, independendo assim da observação de outrem”.

Ao utilizarmos a pesquisa participante como metodologia de trabalho aqui empregada, adotamos a abordagem dialética como meio de executar nosso trabalho, buscando melhores resultados com o desenvolvimento da mesma.

Em termos gerais, a dialética obedece a princípios diferentes dos silogismos formais. Os argumentos da dialética dividem-se em três partes: a tese, a antítese e a síntese. A tese refere-se a um argumento que se expõe para ser impugnado ou questionado; a antítese é o argumento oposto à proposição apresentada na tese e a síntese é uma fusão das duas proposições anteriores que retêm os aspectos verdadeiros de ambas as proposições, introduzindo um ponto de vista superior (RICHARDSON, 2007, p. 45).

Através da abordagem dialética, podemos ouvir o ponto de vista dos sujeitos, expor um ponto de vista novo, talvez, acerca da realidade em questão e produzirmos, de forma coletiva, um novo conhecimento prático e significativo para aquele meio onde estamos inseridos.

Alguns dos autores pesquisados, como são os casos de Thiollent (2014, p. 15) e Campos (2018, p. 52), atribuem a Paulo Freire o título de precursor da pesquisa participante em países latino-americanos, processo iniciado a partir dos anos 1950 em contrapartida ao contexto que ocasionou o surgimento da pesquisa-ação, proposto por Kurt Lewin, nos anos 1940. Sobre a realização de estudos que contemplem a realidade concreta dos grupos que vivenciam tal realidade e podem, por isso mesmo, opinar e debater, com muito mais propriedade, sobre a situação que vivenciam cotidianamente, Paulo Freire (1981) afirma a necessidade de buscarmos promover a participação dessas pessoas acerca das discussões que lhes cabem. Ele diz:

Para muitos de nós, a realidade concreta de uma certa área se reduz a um conjunto de dados materiais ou de fatos cuja existência ou não, de nosso

ponto de vista, importa constatar. Para mim, a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade (FREIRE, 1981, p. 35).

A subjetividade, a que Freire se refere, diz respeito à maneira como cada sujeito da comunidade vê os problemas ali enfrentados. Promover a participação dos membros que compõem a comunidade significa ter a possibilidade de enxergar o problema (ou os problemas) de uma forma mais integral, globalizada. Sobre a maneira de conhecer, de fato, a realidade e os problemas que ali podem existir, Freire (1981) afirma:

Se [...] a minha opção é libertadora, se a realidade se dá a mim não como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir os grupos populares a meros objetos de minha pesquisa. Simplesmente, não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles, um conhecimento do conhecimento anterior (o que se dá ao nível da sua experiência cotidiana) se torna um novo conhecimento (FREIRE, 1981, p. 35).

Através desse excerto, é possível compreendermos, na obra de Paulo Freire, as três partes – tese-antítese-síntese – em que, segundo Richardson (2007), se dividem os argumentos da dialética. Na obra de Freire, as partes em que se dividem os argumentos da dialética estão representadas no processo “ação-reflexão-ação”, onde a “primeira ação” corresponde ao conhecimento já construído, ao argumento/situação que se tem/observa e busca transformar; a “reflexão”, por sua vez, corresponde ao ponto de vista contrário ao conhecimento já dominado, oposto ao argumento/situação que se tem/observa; e, por último, a “segunda ação” corresponde à síntese elaborada pelo encontro e fusão das duas proposições anteriores, onde o que for verdadeiro será captado e ficará retido, o que possibilitará a construção de um novo conhecimento, que supera o anterior.

Sobre tratarmos a pesquisa como oportunidade de promover o conhecimento adequado às necessidades e interesses de todos e que seja capaz de promover ou possibilitar a transformação da realidade que cerca a comunidade escolar pesquisada; como algo que venha abordar a promoção da participação efetiva dos sujeitos na comunidade, o que lhes possibilitaria construir a própria história e preparar-se para a vivência da cidadania, exercendo-a através de sua apreensão e

construção subjetiva como resultado de um ato educativo dado em suas esferas pedagógica, política e humana, Campos (2018) afirma:

Numa posição política reacionária, o papel do pesquisador é investigar os sujeitos considerados objetos de sua pesquisa, mas, numa opção política transformadora, a pesquisa-ação se revela numa perspectiva coerente, por considerar a voz dos sujeitos, seu contexto de atuação, sua cultura, conhecimentos de diversas naturezas, para que sejam coautores e corresponsáveis pelo ato de conhecer suas relações com a realidade.

Processos investigativos assim configurados favorecem aos participantes abrirem-se ao diálogo, o que potencializa a transformação de suas práticas, também por sentirem-se fortalecidos junto a seus pares, por realizarem estudos aprofundados e fundamentados teoricamente para sustentar os processos contínuos de reflexão e mudança (CAMPOS, 2018, p. 63-64).

Ao assumirmos o cargo de Técnico Pedagógico junto à Gerência de Educação Cidadã – GEC, da Secretaria Municipal de Educação de Cariacica – SEME, recebemos a tarefa de produzir um material de orientação que seria distribuído nas Unidades de Ensino do município com o objetivo de auxiliar na organização dos Conselhos de Escola. Como há pouca apropriação, por parte dos conselheiros, dos assuntos de interesse dos Conselhos e da comunidade escolar, faz-se necessário e urgente possibilitarmos o acesso desses conselheiros/Conselhos às informações importantes para o bom desenvolvimento das tarefas pertinentes aos mesmos, qualificando seu trabalho.

Para a elaboração de tal material, tivemos reuniões com os gestores da “EMEF Maria Augusta Tavares” que nos apontaram várias necessidades formativas do Conselho, como por exemplo, saber quais são as funções do Conselho e de seus representantes; a diferença entre as reuniões “ordinárias” e as “extraordinárias”; qual o número de faltas permitido para cada representante; entre outros assuntos. Dúvidas aparentemente simples, mas que fazem grande diferença no entendimento dos representantes e que possibilitam melhor desempenho de suas atividades, quando esclarecidas.

No decorrer do processo formativo construímos o material de orientação, com apoio da equipe da GEC/SEME, que foi utilizado na formação dos conselheiros escolares da EMEF “Maria Augusta Tavares”, onde se desenvolveu a pesquisa. A elaboração desse produto, no contexto do desenvolvimento dessa pesquisa, será útil também à formação dos novos conselheiros de todas as escolas da rede a serem eleitos no decorrer do segundo semestre de 2019 para o triênio 2019-2022.

Essa ação pôde contribuir com o funcionamento do órgão colegiado, potencializando os debates, o trabalho e a participação de toda a comunidade escolar na construção de diretrizes gerais para o funcionamento da escola. O processo formativo e o material elaborado para ser aplicado em tal processo se constituem no “Produto Educacional” a ser entregue no fim do percurso do Mestrado Profissional. Esse “Produto Educacional” é composto, então, de duas partes elaboradas a partir da tríade *descrição-análise-reflexão*, onde a *descrição* significa a apresentação do processo; *reflexão* e *análise* significam submeter a *descrição* ao cotejamento crítico da referência metodológico-epistemológica que foi adotada no decorrer do trabalho (a perspectiva freiriana), ancorada no método dialético. Tal método está representado no trabalho pelo processo “ação-reflexão-ação”.

É importante frisar que o material construído contou com a participação de vários sujeitos para sua elaboração: membros do Conselho (gestores da EMEF, representantes de estudantes, pais, comunidade, professores e servidores) e equipe da GEC/SEME. Os sujeitos envolvidos no processo e que trouxeram contribuições informando sobre as reais necessidades formativas dos representantes de segmento do Conselho de Escola, para que esse ponto fosse esclarecido, o fizeram a partir das experiências adquiridas com o tempo de atuação dos mesmos, tanto dentro do CE como prestando atendimento à comunidade escolar junto à GEC/SEME.

Nosso contato com as reuniões do Conselho e com o grupo de conselheiros da EMEF “Maria Augusta Tavares” teve início a partir do mês de janeiro/2019, indo até junho/2019. Durante esses seis meses, estivemos em contato com a realidade da comunidade escolar e também do Conselho da referida escola. Esse tempo foi de fundamental importância para: realizar a aproximação com o grupo; estabelecer laço de confiança entre as partes; atuar na construção, coletiva, da reflexão sobre os problemas e as dificuldades enfrentadas bem como da proposição de ideias (conhecimentos novos) através do dialogismo e realizar o processo de formação com toda a comunidade escolar.

5.2. O início do trabalho com a escola

A chegada à escola, e no Conselho da mesma, foi tarefa simples, pois atuamos nesse local durante 06 (seis) anos, na função de professor regente da disciplina de

Geografia. O fato de conhecer boa parte dos membros que compõem o Conselho da escola ajudou na tarefa de aproximação, pois o diálogo com as partes já havia sido iniciado, mesmo que indiretamente.

Propusemos a realização de processo formativo com vistas a buscar qualificação para o trabalho prestado pelo Conselho à escola. Dessa forma, a elaboração e realização desse processo foi dividida em etapas. No primeiro momento, tal processo de formação foi trabalhado apenas com os conselheiros do Conselho Escolar da “EMEF Maria Augusta Tavares”, situada no bairro Jardim Botânico, região 07 (sete) do município de Cariacica. Esse trabalho foi desenvolvido ao longo de seis meses de atuação participante no Conselho da referida escola.

Finalizado o trabalho de formação dentro desse ambiente escolar, a segunda etapa será estabelecer diálogo com as demais escolas inseridas no contexto da mesma região administrativa do município. O diálogo entre elas será de fundamental importância para a construção de um conhecimento relevante para o desenvolvimento de políticas educacionais voltadas para o contexto da realidade onde tais escolas estão inseridas.

Uma vez terminada mais essa etapa do processo formativo, ele poderá ser estendido a todo o município, transformando o trabalho desenvolvido com a comunidade escolar e, em seguida, com os conselheiros da região administrativa, num programa que poderá ser transformado em política voltada para a realidade municipal, onde todos os conselheiros de todos os Conselhos Escolares, situados nas mais diversificadas regiões do município, estarão em contato com a possibilidade de, através de processo formativo, participar efetivamente da construção de uma educação que possibilite a transformação da realidade em que cada comunidade escolar se encontra. A proposta de extensão do processo formativo para os Conselhos Escolares de todas as escolas da rede pública municipal de ensino de Cariacica, bem como o roteiro para essa formação, é o nosso “Produto Educacional”, que será entregue na Secretaria Municipal de Educação de Cariacica – SEME.

Para iniciar o trabalho junto ao Conselho da Escola, fizemos a apresentação da nossa proposta de trabalho/atuação participante, com vistas a buscar compreender, de maneira coletiva, os problemas e necessidades que o referido Conselho enfrenta e precisa superar. Todos os conselheiros tiveram a oportunidade de falar sobre “o

que pensam?”, “o que esperam?”, “como veem o Conselho Escolar?”, “o que ajuda seu funcionamento?”, “o que atrapalha?” etc. Essa exposição dialógica foi de fundamental importância para o processo, pois ajudou a romper possíveis barreiras que por ventura pudessem existir na etapa inicial, de aproximação com o grupo. Tal iniciativa se fez necessária pelo fato de estar em consonância com o referencial teórico utilizado que traz como proposta o *fazer com*, partindo da realidade concreta dos sujeitos.

Dessa forma, procedemos com a escuta compreensiva (freiriana) dos sujeitos, acontecendo em ambiente dialógico. Essa ação trouxe elementos que nos levaram a concluir que se fazia necessário compreender quais eram as possibilidades e os limites do Conselho Escolar no âmbito do município de Cariacica, ou em outras palavras, quais eram suas reais atribuições.

A legislação municipal vigente foi o marco legal de onde partiu nossa reflexão para a construção de um Conselho Escolar atuante e dialógico. Dentre as alternativas de trabalho, estudamos, de forma coletiva e conjunta, o Decreto Nº 111/2004 (regulamenta a implantação dos Conselhos), o Decreto Nº 139/2004 (dispõe sobre as atribuições dos membros do Conselho), o Decreto Nº 036/2010 (regulamenta as eleições para os Conselhos de Escola), a Lei Complementar Nº 035/2011 (dispõe sobre a Gestão Democrática do ensino público municipal). Além disso, documentos e materiais disponíveis no site do Ministério da Educação – MEC – nos auxiliaram no desvelamento das ações a que se propõe o Conselho Escolar, compreendendo sobre como realizar um trabalho mais adequado às necessidades e interesses de toda a população dentro dessa esfera de poder.

Dando prosseguimento ao trabalho, e ao processo formativo que foi desenvolvido juntamente com os representantes dos segmentos do Conselho Escolar, procedemos com a análise das Atas de reuniões passadas do mesmo. Tal análise se constituiu em importante material de estudo, pois através deste foi possível nos situar em que medida os membros desse órgão faziam valer sua atuação/participação no referido Conselho.

Buscamos refletir as questões que permeiam a realidade escolar, a partir desse material pesquisado e organizado por nós, na condição de pesquisador-formador, onde foi possível problematizar com o coletivo do Conselho, questionamentos tais como: Quais os tipos de discussões aconteceram nas reuniões anteriores? Como se

deu a participação de cada representante de segmento nas referidas reuniões? As discussões e as deliberações atenderam às expectativas de um número significativo de pessoas ou só deliberaram sobre coisas que não faziam parte do seu dia a dia e do seu entendimento mais próximo? Como foi a participação dos representantes nessas reuniões? Entre outros.

Essas problematizações nos ajudaram a coletivamente compreender o funcionamento do Conselho Escolar da Unidade de Ensino e como nele se efetivava a participação das comunidades escolar e local. A partir disso, obtivemos subsídios para traçar um perfil do grupo que compõe o Conselho e, assim, construirmos, coletivamente, processo formativo que viesse atender às reais necessidades e expectativas de todo o grupo ou do maior número possível de representantes ali presentes.

A “comunidade escolar” seria composta por todos os trabalhadores e usuários diretos da escola e de suas ações: educandos, professores, gestores, pais/famílias, servidores administrativos, merendeira, porteiro, auxiliares de serviços gerais, entre outros. Da comunidade escolar fazem parte, então, todas as pessoas que diretamente estão ligadas aos serviços prestados e/ou oferecidos pela unidade escolar considerada. É isso o que Freire ([1961] 2005) nos afirma:

[...] essa comunidade escolar não seria apenas a de professores e alunos, mas destes e mais todos os que nela trabalham e as famílias dos educandos e depois acrescida de outras tantas famílias de sua área de influência, que, motivadas, se incorporariam a seu trabalho (FREIRE, [1961] 2005, p. 105).

Sobre “comunidade local” estaria um significado mais amplo, mais abrangente de membros/participantes. Além de ser composta pelos mesmos membros que compõem a comunidade escolar, à comunidade local seriam acrescidas todas as famílias e/ou pessoas que vivem no entorno atendido pela unidade escolar e que por essa unidade são influenciados ou exercem influência: pessoas com ou sem filhos em idade escolar; idosos cujos filhos (caso os tenham) já passaram pela escola; entre outros. É isso o que nos afirma Paro (2016a):

O termo “comunidade” não pretende ter aqui um significado sociológico mais rigoroso. [...] o utilizamos para significar tão somente [...] o conjunto de pais/famílias que, ou por residirem no âmbito regional servido por determinada escola, ou por terem fácil acesso físico a ela, são usuários, efetivos ou potenciais, de seus serviços. (PARO, 2016a, p. 21).

O processo formativo, citado anteriormente, contribuiria, então, para a construção de possibilidades da qualificação da participação política de um número cada vez maior de representantes das comunidades escolar e local a quem, verdadeiramente, se destina a oferta da educação escolarizada. Possibilitar que a comunidade escolar seja parte do processo de reflexão, construção e execução de programas educacionais e que, além disso, faça parte dos debates e decisões tomadas acerca da educação que a eles é ofertada é um dever de toda a sociedade e, mais diretamente, de toda a escola e da gestão que a esta se vincula. Paulo Freire afirma que, na “perspectiva libertadora”:

[...] a pesquisa, como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta. Quanto mais, em uma tal forma de conceber e praticar a pesquisa, os grupos populares vão aprofundando, como sujeitos, o ato de conhecimento de si em suas relações com a realidade, tanto mais vão podendo superar ou vão superando o conhecimento anterior em seus aspectos mais ingênuos. Deste modo, fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares (FREIRE, 1981, p. 35-36).

Buscar essa aproximação da comunidade escolar com a realidade que a cerca e possibilitar que ela mesma construa meios para que haja a transformação desta realidade, através do diálogo e do fortalecimento da participação política e democrática de todos, será uma rica oportunidade de educar e ser educado pela relação dialógica e dialética estabelecida com a pesquisa e com o processo formativo a ser desenvolvido durante a mesma.

5.3. Normatização da Educação na rede municipal de Cariacica

Tendo como base o que foi tratado até aqui sobre o papel da educação, a vinculação de possibilidades para que sejam construídas relações democráticas no interior das Unidades de Ensino e que permitam a participação da comunidade, por meio dos Conselhos Escolares, na elaboração e no planejamento das ações desenvolvidas pela escola, ações estas que dizem respeito a todos os membros e integrantes da comunidade escolar, destacamos três instrumentos legais construídos para balizar o desenvolvimento da educação no município de Cariacica: a Lei Nº 4.373/2006, a Lei Complementar Nº 035/2011 e o Regimento Comum das Escolas do município.

Esses três instrumentos legais tratam, além de outras coisas, sobre: os princípios e fins da educação no município; a incumbência dos estabelecimentos de ensino; a Gestão Democrática das Unidades de Ensino e a vinculação desta aos Conselhos de Escola, no intuito de formar cidadãos críticos, atuantes e participativos nos processos sociais. Servem como base para o tratamento dessas e de outras questões concernentes ao tipo de educação e de escola que o município visa oferecer aos usuários do sistema público de ensino.

A lei que institui o Sistema Municipal de Ensino surge com o objetivo de possibilitar que a população e os servidores do município construam uma educação que parta das reais necessidades locais como forma de promover a reflexão sobre a mesma e sua transformação, uma vez que antes dessa lei a educação de Cariacica era normatizada pelo CEE/ES e pela SEDU. A Lei Complementar que trata da Gestão Democrática vem no intuito de dar forma e padronizar o funcionamento das relações democráticas na elaboração e no desenvolvimento da educação municipal. Importante frisarmos que o município de Cariacica já havia aprovado lei específica para disciplinar a Gestão Democrática do seu Sistema de Ensino bem antes da aprovação da Lei Federal Nº 13.005/2014 (Art. 9º), que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE e criou uma meta específica para tal. Apesar de todo esse esforço para democratizar as relações pertinentes à educação do município, faltava algo para reger o funcionamento das escolas integrando-as ao Sistema de Ensino e à gestão compartilhada por todos. Nessa esteira de acontecimentos é elaborado o documento que regeria o funcionamento das escolas da rede pública municipal de ensino. Veremos o que cada um desses instrumentos diz.

5.3.1. Lei Nº 4.373/2006: institui o Sistema Municipal de Ensino de Cariacica

A participação dos segmentos que compõem a comunidade escolar já estava legalizada com a publicação dos Decretos Municipais Nº 111/2004 (que implantou os Conselhos Escolares nas Unidades de Ensino) e Nº 139/2004 (que dispôs sobre as atribuições dos membros dos Conselhos de Escola). No entanto, era preciso integrar o trabalho que esses Conselhos viriam/poderiam desempenhar na realidade vivenciada dentro do ambiente escolar. Permitir que a educação ofertada no município pudesse ser elaborada localmente, atendendo às reais necessidades de sua população era algo premente.

Dessa forma, a Lei Nº 4.373, de 10 de janeiro de 2006, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Cariacica, é bastante clara quanto aos fins e princípios da educação (Art.s 6º e 7º, respectivamente), mas não deixa claro se essa educação que se pretende construir será feita com a participação daqueles a quem ela se destina. Ela não trata, por exemplo, dos Conselhos Escolares e de como será sua atuação. Essa lei apenas menciona como alguns temas serão tratados a partir da instituição do Sistema de Ensino, citando tais órgãos colegiados, e o trabalho que a estes compete, como forma de auxiliar o desenvolvimento e a execução dos referidos temas, de maneira implícita e/ou indireta.

É isso o que está escrito, por exemplo, no Art. 24 dessa lei, onde trata da Gestão Democrática do ensino público. Segundo o inciso deste artigo, a Gestão Democrática será exercida nas Unidades de Ensino “[...] II – a partir da parceria da comunidade escolar, por meio dos conselhos escolares, na elaboração do plano de trabalho e do projeto pedagógico” (CARIACICA, 2006). O inciso do artigo menciona o trabalho a ser desenvolvido pelo Conselho Escolar para, em parceria com a comunidade escolar, elaborar o plano de trabalho e o PPP da unidade.

Um detalhe que vale a pena ser observado é que o mesmo artigo trata de como será exercida a Gestão Democrática do ensino municipal sem que houvesse uma lei ou ordenamento legal que especificasse como esta ocorreria. Isso só veio acontecer alguns anos mais tarde, com a sanção da Lei Complementar Nº 035/2011. Embora a instituição do Sistema de Ensino de Cariacica tenha significado importante passo rumo a uma educação de qualidade e que viesse corresponder às necessidades dos municípios, era preciso percorrer longo caminho para demarcar a forma como a participação de todos se daria nesse processo.

Outro exemplo da citação feita de forma indireta ou implícita sobre a possibilidade de atuação do Conselho Escolar foi mencionada no Art. 27, onde diz que “o Sistema Municipal de Ensino de Cariacica oferecerá a Educação Infantil e Ensino Fundamental, estruturada na forma da Lei, zelando pela formação do cidadão crítico, participante, ativo e construtor de sua autonomia” (CARIACICA, 2006). Embora a lei mencione sobre a formação de cidadãos críticos, participantes e ativos, tal formação passa, obrigatoriamente, pela esfera de ação do Conselho de Escola e esse órgão colegiado se quer foi citado.

Ainda para elucidarmos sobre esse assunto, podemos citar o Art. 54, que trata da incumbência dos professores (profissionais da educação) e de seu papel na efetivação de uma forma de gestão escolar compartilhada. Nesse artigo é afirmado que aos professores cabe a tarefa de “VII – contribuir com a gestão democrática no âmbito escolar” (CARIACICA, 2006). É possível observar que a Gestão Democrática já ganhava contornos significativos para o desenvolvimento da educação municipal, no entanto a lei que trataria de forma específica sobre esse assunto, normatizando-o, só foi sancionada anos depois (em 2009 e reformulada em 2011 – que está em vigor até hoje).

Hoje vemos que a contribuição do professor com a Gestão Democrática da educação e da escola é feita mediante sua participação no Conselho de Escola, processo de escolha de diretores e demais órgãos colegiados. Embora os decretos, que implantam os Conselhos Escolares nas Unidades de Ensino da rede municipal e que tratam sobre as atribuições dos seus membros, tenham sido assinados em 2004, a lei municipal que institui o Sistema de Ensino no município de Cariacica (Lei Nº 4.373/2006) e que passou a elaborar, planejar, executar e organizar a educação, não faz menção ao trabalho e à função dos Conselhos Escolares de forma direta e explícita. Sobre essa temática, a lei apenas cita alguns pontos e orienta que outros temas e ações se efetivarão com a ajuda, ou por intermédio, destes órgãos, mas sem que sejam dados detalhes sobre sua execução/prática.

5.3.2. Lei Complementar Nº 035/2011: dispõe sobre a Gestão Democrática do ensino público municipal de Cariacica

A Lei Complementar Nº 035, de 17 de agosto de 2011, que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público Municipal de Cariacica, traz no **Capítulo II – Da Autonomia Administrativa**, a **Seção VI** que trata, exclusivamente, do Conselho de Escola. Essa seção é composta por seis artigos (67 ao 72) que detalham e especificam sobre, entre outras coisas, “a caracterização dos Conselhos Escolares, suas funções, atribuições e sua composição” (CARIACICA, 2011). É importante mencionarmos esse aspecto, pois o Sistema de Ensino do município já estava em funcionamento, porém não havia indícios de como seria o funcionamento da Gestão Democrática das/nas Unidades de Ensino. Trazer a Gestão Democrática como “princípio da educação” tornou-se algo vago, pois, apesar da sua importância, não

se tinha muito embasamento para definir como esta ocorreria na prática, fato que trouxe à tona a necessidade de definição de como isso aconteceria.

A construção de uma base democrática, que dá acesso às classes populares para que estas participem efetivamente da elaboração, do planejamento e da execução da educação no município, vinha trilhando um caminho para sua consolidação. No entanto, só foi possível pôr em prática o princípio da Gestão Democrática do ensino a partir da criação da Lei Complementar Nº 026/2009, que mais tarde foi alterada pela Lei Complementar Nº 035/2011, que detalhou o papel de cada sujeito envolvido no processo, bem como qual seriam suas atribuições, a partir de então. Essa era a ferramenta que faltava para efetivar a democracia e o fortalecimento da relação existente entre a escola e a comunidade onde esta se insere, parceria que teria como objetivo planejar a oferta de uma educação adequada às necessidades e interesses da população, bem como possibilitar a transformação da realidade local.

5.3.3. Regimento Comum das Escolas

Com a instituição do Sistema de Ensino e a sanção da Lei Complementar que regulamenta a Gestão Democrática do ensino público municipal de Cariacica era necessário elaborar um documento para integrar esses instrumentos e normatizar a educação ofertada pelas escolas da rede. Assim, foi criado o “*Regimento Comum das Escolas da rede municipal de ensino do município de Cariacica*”, publicado no **Diário Oficial do Município** em 09 de fevereiro de 2018, que veio contribuir com o esclarecimento acerca das finalidades e princípios da educação, organização de suas etapas e modalidades, estrutura e funcionamento das escolas e dos órgãos colegiados que a compõem, entre outros.

Sobre a necessidade da criação desse regimento, um dos técnicos pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação de Cariacica – SEME, que à época participou de seu processo de elaboração, afirmou que:

Nós tínhamos um regimento anterior, mas que era muito antigo e estava totalmente desatualizado. Esse regimento havia sido criado perto do ano de 2004, antes dos decretos de Conselho Escolar, da implantação do Sistema de Ensino, da lei de Gestão Democrática. Nada disso havia sido criado ainda, quando o regimento foi feito. Ele tinha só quatro páginas, se não me engano. Era muito simples, pouco detalhado. Com todos os instrumentos que foram criados ao longo dos anos, havia a necessidade da gente elaborar um regimento novo, atualizado e que contemplasse todas essas

leis e decretos, a fim de padronizar o atendimento em todas as escolas. (Ex-técnico pedagógico da SEME).

A ideia de “padronizar” o serviço prestado pelas escolas parece ser algo muito forte e perigoso. Uma rede de ensino precisa ter o princípio da unidade garantido, porém esse princípio não pode ser um impeditivo para a diversidade. Quando a rede estabelece um regimento comum, ela impede que as escolas exerçam suas atividades autonomamente. Torna-se incoerente ter lei de Gestão Democrática, implantação de Conselhos Escolares, decisões colegiadas, entre outros, já que tudo é decidido de forma centralizada, através de um regimento comum aplicado em todas as Unidades de Ensino. O regimento precisa ser interno, construído localmente.

A organização da rede precisa ser garantida nos princípios de elaboração do regimento interno da Unidade, mas esse regimento pertence a ela, tendo sido construído por ela. A ideia de regimento comum é contraditória à perspectiva de Gestão Democrática e ao artigo 12 da LDBEN (trata da incumbência dos estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns do seu sistema de ensino). O ideal é que o Sistema de Ensino indique apenas as diretrizes para a elaboração dos regimentos e que estes sejam elaborados pelas próprias escolas.

Cada Unidade de Ensino precisa ter autonomia para elaborar seu próprio regimento interno, adequado à sua realidade e características. A escola precisa de espaço para realizar sua autonomia, para propor e construir seu Projeto Político Pedagógico, por exemplo.

O “Regimento Comum das Escolas” trata, em seus artigos 6º, 7º e 8º, sobre os princípios e fins da educação do município de Cariacica; do artigo 9º ao 25 é tratado sobre a organização das etapas e modalidades da educação; do 26 ao 33 é feita a disposição sobre a Gestão Democrática das escolas da rede de ensino; o artigo 37 dispõe sobre a caracterização e as funções do Conselho de Escola; o artigo 38 trata da elaboração do regimento dos Conselhos em cada Unidade de Ensino, bem como das suas atribuições; e o artigo 39 enumera os objetivos do Conselho Escolar das Unidades de Ensino da rede municipal. Esses artigos do “*Regimento Comum das Escolas*” nos ajudam a compreender como se encontra a educação no município de Cariacica.

Constatamos a participação popular como forma de fortalecer a comunidade escolar e promover o exercício da cidadania e a participação dos sujeitos na construção de uma sociedade mais atuante na elaboração de propostas educacionais, propostas que sejam mais adequadas às necessidades da comunidade. Essa participação é explicitada através do Art. 27 do referido regimento, ao estabelecer que os princípios da Gestão Democrática do ensino público municipal são:

- I – co-responsabilidade entre Poder Público e sociedade na gestão da Unidade de Ensino;
- II – organização e participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios, através de representação em órgãos colegiados;
- III – transparência nos mecanismos pedagógicos, administrativos e financeiros;
- IV – eficiência na gestão dos recursos públicos;
- V – garantia de descentralização do processo educacional;
- VI – autonomia das unidades de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica (CARIACICA, 2018).

Feita toda essa caminhada para a construção de instrumentos que possibilitem a participação das comunidades, escolar e local, na elaboração e no planejamento de uma educação construída localmente e que respeite as necessidades e anseios dos sujeitos que compõem esse espaço, é preciso organizar todo o funcionamento das Unidades de Ensino para que a democracia se consolide no âmago do ambiente escolar. A democracia não é dada ou concedida e mesmo que existam todos esses instrumentos que foram construídos ao longo do tempo, para que esta seja praticada, é necessário lutar, cotidianamente, por sua consolidação.

Partimos agora para a caracterização do espaço onde se desenvolveu nossa pesquisa (EMEF “Maria Augusta Tavares”), a fim de detalharmos o lugar de onde falamos e de conhecermos melhor a realidade onde a escola está inserida, aplicando sobre essa realidade todos os instrumentos legais até aqui explicitados. Tal procedimento nos possibilitará refletir sobre o trabalho desenvolvido na escola, bem como compreender as formas de atuação dos conselheiros no órgão colegiado da comunidade escolar, as possibilidades e os desafios que fazem parte do seu cotidiano.

5.4. Caracterização do objeto: a comunidade onde a escola está inserida

A EMEF “Maria Augusta Tavares” está localizada no bairro Jardim Botânico – Cariacica. Esse bairro situa-se na periferia do município e passou a crescer por volta do início dos anos 1990, quando o então prefeito Vasco Alves (PSDB, 1989-1992) realizou a concessão de terrenos na região, incentivando a criação e o desenvolvimento de uma área habitacional. Nesse contexto, vieram pessoas de diversas partes do país para se fixarem no bairro e adjacências. Sobre o início das ocupações nesse período, o atual líder comunitário afirma que:

Ele liberou essa área aqui para os moradores. Veio aqui, passou máquina nas ruas, abriu umas ruas. Eu fui um dos que ganhou um pedacinho na ponta de lá. Fiquei um ano lá, vigiando [...]. Começou a subir barraco de lona nesse morro aí, depois construíram quatro salas em um barracão aqui, pra receber a escola. (Líder comunitário do bairro Jardim Botânico).

O início da ocupação da região se deu sem nenhum tipo de ordenamento e/ou infraestrutura, por parte da prefeitura e do Poder Público. Ainda tratando sobre a forma como se deu o início das ocupações na região, o líder comunitário, que vivenciou tal período, afirma que a ocupação se deu:

[...] Sem organização nenhuma, que acabou criando foi problema para o município, hoje eu vejo isso. Eu fui beneficiado por que eu saí do aluguel, mas hoje a mentalidade da gente, como abriu um pouquinho, a gente vê que arrumou problema para o município. Botou o povo sem ter uma infraestrutura, não tinha água, não tinha luz, não tinha esgoto, não tinha segurança, não tinha escola, não tinha nada. (Líder comunitário do bairro Jardim Botânico).

Com o processo de ocupação da região em andamento, a chegada de um grande número de pessoas e a falta de infraestrutura para receber tal população, havia a necessidade de construir e tornar acessível, com certo regime de urgência, ao menos o básico para que os recém-chegados pudessem se fixar no lugar. Dessa forma, teve início a construção da Unidade de Ensino local. Houve muita luta para que o Poder Público assumisse sua responsabilidade na oferta deste tipo de serviço para a população.

A escola surge no início da década de 1990, graças à reivindicação e luta da comunidade por um espaço onde os jovens daquele entorno pudessem ter garantido o seu direito à educação. É o que consta no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

Em 1991, mais precisamente no dia 02 de março surgia a primeira escola do bairro Jardim Botânico, na cidade de Cariacica, denominada de EPG Jardim Botânico. [...]

Inicialmente, eram 04 salas em um barracão de madeira. Porém, a demanda cresceu. Em 1993, uma reforma para ampliação do prédio foi inevitável e mais quatro salas de aula passaram a funcionar, iniciou-se também a construção da cozinha e refeitório e mais 02 salas de aula fora do prédio inicial [...].

[...] O bairro Jardim Botânico apresentava visíveis sinais de crescimento econômico, político e social, o que ultrapassou os muros da escola que em 2003 já necessitava de nova reforma para atender a demanda. (Projeto Político Pedagógico da escola).

É possível observarmos que a escola começou a funcionar sem a infraestrutura adequada. Tal situação perdurou por muito tempo, até que fosse dada, de fato, a atenção necessária para que o serviço educacional prestado fosse de qualidade.

Essas informações acerca do histórico de criação da escola foram encontradas no PPP da Unidade de Ensino. Esse documento, de fundamental importância para o estabelecimento de normas e objetivos que se almeja alcançar com a oferta da educação na unidade começou a ser construído no ano de 2010, quando os profissionais da educação que lá trabalhavam, juntamente com a comunidade escolar, reuniram-se com o objetivo de elaborar um documento que viesse balizar o trabalho que, a partir dali, seria desenvolvido na escola e ofertado à comunidade. Vários foram os encontros que ocorreram com a finalidade de dar cabo a tal tarefa, no entanto, apesar de todo o esforço desempenhado nesse quesito, pouco se produziu de material concreto que pudesse ser chamado de um “projeto” para a educação a ser ofertada pela Unidade de Ensino. Com esse objetivo, ocorreram encontros ao longo dos anos de 2010, 2012 e 2013, com participação de todos os segmentos⁷ que compõem a comunidade escolar. No entanto, quase dez anos depois desse trabalho ter sido iniciado ele ainda não foi concluído.

Tendo sido elaborado com a ajuda de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, o que é chamado de “Projeto Político Pedagógico da escola” é, na verdade, um emaranhado de papéis avulsos (parte digitado, parte escrito à mão) onde a escrita é bem repetitiva, pois é possível perceber que a comunidade escolar foi dividida em grupos e que todos estes escreveram sobre as reflexões feitas

⁷ A participação foi apenas dos representantes dos segmentos que compõem a comunidade escolar. Com os pares de cada segmento, pouco foi partilhado ou socializado. A maioria das pessoas que compõem tal comunidade até hoje se quer sabe da existência do Projeto Político Pedagógico da escola e/ou teve algum contato ou possibilidade de leitura e estudo do que foi produzido.

acerca de temas pré-estabelecidos (realidade dos alunos e da comunidade, histórico de formação da comunidade, entre outros). Além disso, o PPP da escola não se encontra organizado de forma a facilitar qualquer tipo de consulta do mesmo.

Pelo que foi possível constatar, terminada essa etapa de refletir sobre a realidade que cerca a escola, haveria a leitura e o compartilhamento dessas produções, cujo objetivo seria compilar as visões de cada grupo sobre a realidade escolar produzindo um documento que sintetizasse todas as visões. Apesar do esforço e de todo o tempo dispendido na elaboração desse “pré-material”, ele não foi compilado e as várias visões sobre os temas abordados nos encontros continuam soltas, dispersas e, passado tanto tempo depois, desatualizadas. Ademais, embora traga informações relevantes para compreendermos a realidade na qual se insere a escola, o PPP não faz menção ao papel que o Conselho Escolar deve desempenhar na Unidade de Ensino, nem trata sobre a contribuição que este trará para o desenvolvimento da comunidade escolar.

No PPP da escola, encontramos registros que apontam o contexto em que vive a comunidade, bem como a realidade socioeconômica dos alunos atendidos por essa escola. Essa caracterização demonstra a visão que os profissionais da escola têm da mesma e da comunidade por eles atendida.

O bairro Jardim Botânico se encontra situado na periferia de Cariacica, é basicamente residencial e possui um comércio local pequeno, formado de lojas de pequeno porte e um supermercado de médio porte. Por ter tido um crescimento desordenado, há vários problemas de saneamento básico e infraestrutura, paralelamente. A clientela da escola é diversificada e vários alunos possuem necessidades educativas especiais, porém não possuem laudos médicos. Em sua maioria, as famílias são numerosas, heterogêneas e de baixa renda. Os alunos são provenientes também das adjacências (bairros Vista Linda, Caçaroca, Liberdade e Rio Marinho) e o comportamento na escola é calmo, não havendo constantes agressões entre si e tão pouco com os funcionários. Devido ao baixo poder aquisitivo das famílias, muitos alunos vivem em condições de miséria, em habitações precárias e de difícil acesso.

É bom lembrar que este bairro, Jardim Botânico, tem sido cenário de manchetes em jornais da capital, assumindo a parte policial com índices alarmantes de assassinatos, prostituição, tráfico de drogas e, mais recentemente, sequestros. Os alunos convivem com pais desajustados, alcoólatras e frequentemente presenciam “batidas policiais” e operações especiais antidrogas, assassinato nas próprias famílias, trazendo, o que é de se esperar: pânico, insegurança, medo e revolta em muitos de nossos alunos.

Devido aos problemas sócio-econômicos [sic], os alunos estão sujeitos a alto risco social, agravado pela violência do bairro e de seu entorno, bem como a violência doméstica.

[...] O perfil dos alunos é heterogêneo, pois compreende pessoas de variadas religiões, com predomínio da Evangélica. A clientela apresenta um desenvolvimento cognitivo satisfatório, porém há um número significativo de alunos com defasagem idade/série, bem como alunos que apresentam necessidades educativas especiais. Nesse caso, a SEME disponibiliza um professor-colaborador, que desenvolve um trabalho colaborativo com o professor regente e atende esses alunos. Verifica-se também um percentual elevado de alunos faltosos. (Projeto Político Pedagógico da escola).

Do início da elaboração do PPP da escola (ano de 2010) até hoje, pouca coisa mudou dessa realidade descrita no documento: o número de alunos faltosos e que se afastam do convívio escolar ainda é muito alto; a violência ainda é responsável por tirar os estudantes do caminho que possibilitará que estes transformem a realidade na qual vivem e a qual estão submetidos; o bairro ainda carece de infraestrutura urbana, o que faz com que o sentimento que parte da comunidade carrega consigo seja o de sair de lá e buscar melhores condições de vida fora daquele ambiente; entre outros. Na leitura desse documento, se encontra a descrição da realidade vivenciada pela comunidade local, na visão da escola.

Entendemos a escola como sendo um espaço de relações sociais e também humanas, onde é possível fazermos a manutenção ou a transformação da sociedade, dependendo do nosso posicionamento político frente ao trabalho educativo e o tipo de cidadãos que almejamos ter nas sociedades futuras. Os estudantes e a comunidade também enxergam a escola como sendo esse espaço de “possibilidades”, de “transformação”. Por isso ela é vista como caminho seguro e capaz para conduzir à mudança da realidade atual. Sobre esse aspecto, encontramos no PPP da escola o seguinte:

Para que a escola cumpra seu papel de formar um cidadão crítico e participativo é necessário que esteja em constante interação com a comunidade onde está inserida, visto ser uma instituição fundamental, que tem papel político importante na sociedade. (Projeto Político Pedagógico da escola).

Pela realidade escolar local, exposta no Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino, constatamos a necessidade de a escola buscar conhecer, ainda mais, as vivências dos alunos por ela atendidos, com vistas a possibilitar-lhes condições para que transformem a realidade da qual fazem parte. Dessa forma, incentivar a participação dos alunos e de suas famílias nas ações desenvolvidas pela escola, bem como favorecer o acesso destes aos órgãos colegiados de planejamento e decisão dos rumos da educação e do ensino ofertados, são ações que precisam ser desenvolvidas por este estabelecimento de ensino.

5.4.1. Histórico de criação da EMEF “Maria Augusta Tavares”

No início, em 1991, a Unidade Escolar era apenas um barracão de madeira, onde existiam 03 (três) salas de aula, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) sala de direção e 02 (dois) banheiros, funcionando em dois turnos – matutino e vespertino.

A escola não funcionou no ano de 1992, pois estava sendo realizada a construção de salas de alvenaria para melhorar o atendimento aos alunos.

Na escola, as atividades voltaram a ser desenvolvidas no ano de 1993, já com a ampliação de seu espaço físico concluída, contando com melhor infraestrutura para o atendimento da população. Após esse processo de reforma/ampliação a escola passou a contar com 06 (seis) salas de aula, 01 (uma) cozinha, 01 (um) refeitório, 02 (dois) banheiros, secretaria, direção, sala dos professores, depósito de material, área coberta e um pequeno pátio.

Algum tempo se passou, até que no ano de 1998 a área coberta deu lugar a mais 02 (duas) salas de aula que ali tiveram de ser construídas, pois a procura por matrículas continuava crescendo e a escola precisava atender à demanda da população.

No ano 2000, mais 02 (duas) salas de aula foram construídas, além de uma pequena área coberta, o que tornou o pátio ainda menor. A última ampliação feita ocorreu no ano de 2002, quando a escola passou por mais uma reforma. Nessa oportunidade, o espaço físico escolar foi totalmente rebocado, suas paredes foram azulejadas e foi instalado piso frio em todas as dependências, pois, até então, algumas áreas da Unidade de Ensino ainda possuíam piso de terra batida.

Apesar de todas as reformas e ampliações pelas quais a escola passou, desde a sua fundação, ela ainda não suportava toda a demanda de alunos e funcionários que possuía. Mesmo depois da reforma, ocorrida no ano de 2002, a unidade escolar não dispunha, por exemplo, de uma quadra poliesportiva e também uma biblioteca.

Em agosto de 2006 tem início o projeto de reforma e ampliação atendendo às exigências atuais do MEC. A princípio as obras foram executadas juntamente com parte das atividades escolares uma vez que seis turmas das séries iniciais passaram a ocupar o prédio cedido pela Igreja Assembleia de Deus que fica nas cercanias da escola. Visando a aceleração das obras e a integridade física dos alunos e funcionários a diretora, com o auxílio do Conselho de Escola, busca um espaço alternativo que seja adequado e próximo à escola. Loca-se assim um prédio de fácil acesso cujas instalações acomodaram todas as turmas garantindo o bom

funcionamento das atividades escolares, sem detrimento [sic] da carga horária daquele ano letivo.

Durante o período de 10 meses que a escola funcionou neste novo espaço a diretora administrou as verbas federais e municipais para aquisição do mobiliário da escola reformada. No dia 14 de novembro de 2007 foi realizado o ato solene de inauguração da primeira parte da obra, restando ainda a conclusão da quadra poliesportiva e alguns detalhes arquitetônicos e elétricos. (Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino).

Passaram-se mais de quinze anos, desde a sua fundação, até que a escola pudesse contar com uma infraestrutura adequada para que viesse prestar o atendimento educacional necessário à comunidade onde está inserida.

Atualmente, a escola oferece o Ensino Fundamental regular (séries iniciais e séries finais), no diurno, e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, no noturno. Após a reforma, ocorrida no ano de 2007, a Unidade de Ensino passou a contar com dois pavimentos. No primeiro pavimento a escola possui: 06 (seis) salas de aula; pátio coberto; refeitório; almoxarifado; 02 (dois) banheiros; coordenação; secretaria; direção; sala de atendimento pedagógico; sala dos professores; além da cozinha/casa de gás. No segundo pavimento temos: 06 (seis) salas de aula; auditório; biblioteca; laboratório de informática; sala de Artes; sala para Atendimento Educacional Especializado – AEE; coordenação; e 02 (dois) banheiros.

É mais ou menos desse período em diante que a escola passou a contar, também, com um órgão colegiado formado por representantes de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar: o Conselho de Escola. Esse órgão tem a finalidade de fiscalizar, de deliberar e de prestar consulta às demandas de funcionamento da Unidade de Ensino. Além disso, é incumbência dele *responder por/atuar sobre* uma série de outras tarefas que são responsáveis pelo planejamento da educação ofertada aos alunos e à comunidade. A implantação do Conselho Escolar na Unidade de Ensino possibilitou a corresponsabilidade de todos na gestão da mesma.

5.4.2. Implantação do Conselho Escolar na Unidade de Ensino

O Conselho Escolar da EMEF “Maria Augusta Tavares” foi implantado na Unidade de Ensino após a publicação do Decreto Municipal Nº 111, de 01 de setembro de 2004. Por esse decreto foi estabelecido que:

Os Conselhos de Escola são centros permanentes de debates e órgãos articuladores de todos os setores escolares e comunitários, constituindo-se em cada escola, de um colegiado, formado por representantes dos

segmentos da comunidade escolar, de acordo com as normas estabelecidas neste Decreto (CARIACICA, 2004).

Apesar da importância desse órgão, evidenciada pela redação do decreto, para o planejamento e a oferta de uma educação condizente com a realidade vivenciada no entorno da escola, ele precisava de maior articulação com o processo educativo local. Tal fato foi revisto com a criação de outros instrumentos legais que surgiram para articular, embasar e regulamentar a educação e a sua construção a partir da participação de todos. Essa foi a finalidade da criação da Lei Nº 4.373/2006 (que instituiu o Sistema Municipal de Ensino) e da Lei Complementar Nº 035/2011 (que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino).

Essas duas leis contribuíram, sobremaneira, para o fortalecimento da participação da comunidade escolar nos processos decisórios e de planejamento da educação ofertada em cada Unidade Escolar do município. Elas permitiram a regulamentação das ações democráticas voltadas para a educação bem como definiram o papel de cada sujeito dentro dos órgãos colegiados, tornando-os corresponsáveis no planejamento e na oferta do atendimento educacional prestado.

Vale a pena refletirmos, mais uma vez, sobre a afirmação de Paulo Freire, ao se referir sobre a experiência que a população desse país está tendo com a democracia. Sobre este assunto, Freire (1991, p. 136) afirma que “[...] nós estamos ainda no processo de aprender como fazer democracia”. Visto que o processo que culminou com a redemocratização do país se consolidou com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e que a luta para promover a participação popular e coletiva de todos os segmentos da população brasileira nas esferas decisórias (que direcionam a construção de políticas públicas voltadas para o bem-estar social) é muito incipiente, essa luta precisa ser travada diariamente, a fim de consolidar a democracia em nosso cotidiano.

Dessa forma, conhecer o trabalho dos conselheiros e do Conselho de Escola, bem como fomentar e incentivar a participação ativa e consciente, nesse órgão colegiado, de todos os representantes dos segmentos que compõem a comunidade escolar, tem sido tarefa árdua e significativamente necessária.

5.4.2.1. Conhecendo o perfil dos conselheiros escolares

O Conselho de Escola é um órgão colegiado, composto pelos representantes dos segmentos que fazem parte da comunidade escolar. Ao todo, 06 (seis) segmentos interagem nessa composição: 1) Diretores da Unidade de Ensino; 2) professores; 3) servidores; 4) estudantes; 5) pais/responsáveis; e 6) comunidade local. Cada segmento é representado por 01 (um) conselheiro e 01 (um) suplente. Dentro dessa composição está garantida a paridade entre os segmentos, já que dos 06 (seis) segmentos que o compõem, 03 (três) pertencem à escola e 03 (três) à comunidade local.

Como sentido de “paridade”, temos a qualidade ou característica do que é par, remetendo à ideia de semelhança ou similaridade (SILVA, 2002). No Conselho Escolar, essa ideia está ligada à equivalência do poder de decisão emanado dos segmentos que compõem tal órgão, mantendo equilibrada a relação existente entre os interesses da escola, dos estudantes, da família e da comunidade, de modo que as decisões sejam tomadas em prol do bem comum.

A maior parte dos segmentos que compõem o Conselho Escolar da Unidade de Ensino tem sua representatividade confirmada pela presença constante de seus representantes nas ações pertinentes ao referido órgão e no trabalho desenvolvido pelo mesmo. No entanto, alguns destes segmentos têm dificuldades de se fazerem representados adequadamente dentro do Conselho, isso pelo fato de seus representantes prestarem serviço voluntário ao órgão e ainda terem afazeres externos ao ambiente escolar, o que lhes consome boa parte do tempo. Notadamente, os segmentos mais prejudicados são: dos pais/responsáveis, dos estudantes e da comunidade local.

O segmento de pais/responsáveis, embora seja de extrema importância para o desenvolvimento das ações do Conselho Escolar da Unidade, tem sua participação prejudicada pelo fato de que, segundo informações dos conselheiros presentes, a representante titular participou das ações do Conselho enquanto esteve desempregada, afastando-se dessa função quando conseguiu nova colocação no mercado de trabalho (há aproximadamente um ano); já o suplente do segmento (representante que tem participado das ações do órgão) é proprietário de um pequeno comércio no bairro, trabalhando sozinho no estabelecimento. Esse fato

condiciona sua participação nas reuniões, permitindo que isso seja possível apenas quando ele consegue alguém para ficar em seu lugar no expediente de trabalho.

O segmento dos estudantes conta com efetiva participação da representante titular, pois se trata de uma jovem que estuda no turno vespertino e tem disponibilidade para participar das reuniões quando convocada/solicitada. No entanto, o representante suplente é um estudante do turno noturno, que trabalha o dia todo e que, por esse motivo, não tem disponibilidade de participar das reuniões que ocorrem no período diurno.

O segmento da comunidade local também conta com efetiva participação de seu representante titular. Trata-se do líder do movimento comunitário do bairro onde a escola se localiza, sendo uma pessoa atenta às demandas da região e que tem, também, interesse e disponibilidade para participar e atuar nas frentes que dizem respeito às necessidades e anseios da comunidade. O suplente dessa representação, no entanto, afastou-se do Conselho Escolar por motivos particulares e nenhum outro membro da comunidade dispôs-se a fazer parte do órgão compondo a suplência.

Todos esses “problemas” evidenciados nos possibilitam refletir sobre a realidade da escola, sobre a necessidade desta em promover e fomentar a participação de todos os representantes e sobre as especificidades que cada um possui e que acabam por condicionar sua participação e a qualidade da mesma no órgão colegiado da comunidade escolar. Esses obstáculos fazem parte da realidade concreta que envolve a escola e buscar sua superação é atividade fundamental para o sucesso das ações praticadas pelo Conselho Escolar. Uma forma de superá-los é convencer-se (não de forma isolada, mas sim coletiva) da relevância e do significado da participação ativa e consciente de cada membro da comunidade escolar.

[...] a participação da comunidade na gestão da escola pública encontra um sem-número de obstáculos para concretizar-se, razão pela qual um dos requisitos básicos e preliminares para aquele que se disponha a promovê-la é estar convencido da relevância e da necessidade dessa participação, de modo a não desistir diante das primeiras dificuldades (PARO, 2016a, p. 23).

Sobre esse assunto, Paro (2016a) afirma não existir uma “fórmula” exata para que sejam alcançados os objetivos. Ele afirma que a participação da comunidade na escola será ampliada a partir do entendimento de que a construção de relações democráticas e participativas se faz com o tempo e que é necessário refletir, de

forma antecipada, a respeito de todos os elementos que envolvem tal realidade e os obstáculos que nessa jornada podem surgir.

Se essas fórmulas existissem, estou certo de que já teriam sido aplicadas por inúmeros educadores e administradores escolares bem-intencionados, que se veem permanentemente às voltas com enormes dificuldades que se antepõem à participação no âmbito da prática escolar. A participação da comunidade na escola, como todo processo democrático, é um caminho que se faz no caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação (PARO, 2016a, p. 24).

Conhecer a realidade do contexto onde a escola está inserida, bem como dos sujeitos que compõem esse espaço, fomentando e incentivando sua participação no processo e nas ações educacionais da escola, são tarefas fundamentais e necessárias.

Para compreendermos melhor a dinâmica de trabalho e de funcionamento do Conselho Escolar da Unidade de Ensino, optamos por refletir sobre/estudar as informações contidas nos documentos produzidos pelo referido Conselho, ao longo do tempo. Dessa forma, procedemos com o levantamento das informações contidas no livro de Atas do órgão colegiado, a fim de nos debruçarmos sobre sua realidade, estudando sobre: a periodicidade de ocorrência de suas reuniões; as razões que motivaram/motivam a convocação dos conselheiros; os fatores que influenciaram/influenciam o trabalho do Conselho; entre outros. Esse estudo foi de extrema importância para o desenvolvimento do trabalho junto aos conselheiros, pois nos mostrou caminhos formativos que poderiam ser seguidos e que se faziam necessários para a qualificação da função exercida pelos mesmos. A seguir, apresentamos as informações levantadas a partir da análise feita no livro de Atas do Conselho Escolar da Unidade de Ensino.

6. O CONSELHO ESCOLAR DA EMEF “MARIA AUGUSTA TAVARES”: APROPRIAÇÃO DA REALIDADE E PROPOSIÇÃO DE ALTERNATIVAS

Nesse capítulo trataremos de refletir sobre as ações desempenhadas pelo Conselho Escolar da Unidade de Ensino (registradas no livro de Atas), bem como descrever os encontros formativos propostos com o grupo. Ele é parte do **Produto Educacional**, constituindo-se no Apêndice C – Produto Educacional 02. Essa reflexão será construída a partir da triangulação existente entre os dados produzidos (empíria), a análise/interpretação feita e o referencial teórico utilizado. Tais ações nos possibilitarão compreender a dinâmica de funcionamento e de organização do órgão colegiado da escola. É importante frisarmos, no contexto das análises feitas acerca do objeto, que a realidade vivenciada na Unidade Escolar é bastante próxima, pois atuamos nesse espaço durante 06 (seis) anos (2013-2018) como professor regente da disciplina de Geografia.

A produção de dados, no campo, foi estabelecida a partir de três fontes: documental; depoimentos; e o processo formativo construído com o grupo de conselheiros. A fonte documental está dividida em dois níveis: um que corresponde à legislação que organiza o Sistema Municipal de Ensino de Cariacica, e outro correspondente ao Projeto Político Pedagógico da escola e ao livro de Atas do Conselho Escolar.

O livro de Atas do Conselho de Escola é um documento produzido por seus conselheiros e que registra os assuntos discutidos por esse órgão, as ações que por ele foram desenvolvidas e as decisões tomadas em reuniões, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, conforme estabelecido no Decreto Nº 111/2004, Art. 8º, § 2º. O registro das reuniões do Conselho de Escola deve ser feito em livro próprio e exclusivo para esse fim, não sendo permitido que outros tipos de registros sejam feitos no mesmo. Essa é uma forma de resguardar as deliberações encaminhadas e facilitar sua consulta, quando necessário.

O atual livro onde são lavradas as Atas do Conselho Escolar da Unidade de Ensino é um documento que guarda os registros das reuniões feitas de agosto de 2015 em diante. As reuniões anteriores a esse período não estão em livros, encontram-se em folhas avulsas organizadas em pastas plásticas. Nesses documentos, não se pôde identificar uma organização cronológica de ocorrência/acontecimento, apesar de

estarem datadas. Além dos registros de Atas das reuniões do Conselho de Escola feitas em folhas avulsas, outros papéis podem ser encontrados junto às Atas: correspondências internas (CI's) recebidas da Secretaria Municipal de Educação – SEME, panfletos com informações sobre o Conselho de Escola, convocação para reuniões, papéis sobre a Caixa Escolar⁸ da Unidade de Ensino, entre outros.

Os gestores, que assumiram seu primeiro mandato a frente da Unidade de Ensino no início do ano de 2015, afirmaram desconhecer a localização dos livros de Atas e registros das reuniões do Conselho anteriores ao período em que assumiram a gestão da escola. Disseram ainda ter sido com muitas dificuldades que encontraram os poucos registros existentes que antecedem sua gestão.

De posse dos registros das reuniões do Conselho de Escola conseguimos proceder a organização e análise do material. Foram encontrados registros referentes a 59 (cinquenta e nove) reuniões realizadas entre novembro de 2008 e julho de 2019. Para facilitar a consulta e o entendimento dos registros elaboramos um “quadro-resumo” (Quadro 1) apresentado a seguir:

QUADRO 1: ANÁLISE DAS ATAS DO CONSELHO DE ESCOLA	
DATA	MOTIVAÇÃO DA REUNIÃO/ASSUNTO DISCUTIDO
01/11/2008	Convocação da reunião para tratar dos seguintes assuntos: reestruturação do Conselho de Escola; elaboração de um cronograma de reuniões e para comunicar sobre a TV de 29 polegadas que o vigilante noturno deixou cair (após a ronda do turno noturno, o vigilante foi até o auditório e puxou o suporte da TV para que pudesse assisti-la, deixando-a cair no chão).
04/12/2008	Apresentação dos novos representantes do Conselho de Escola e sobre a situação do vigilante que deixou a televisão cair no chão e que não tem condições para comprar uma nova, ressarcindo o prejuízo da escola.
18/03/2009	Convocação da reunião para tratar do orçamento para aquisição ou reparo (não está explícito o real motivo a que se refere esta reunião) da televisão de 29 polegadas.
07/04/2009	Tratar da situação do vigilante noturno e do excesso de atestados médicos de alguns servidores/funcionários.
16/06/2009	Reunião convocada para tratar dos seguintes assuntos: prestação de contas, necessidade de aquisição de material permanente e de alunos com problema de indisciplina.

⁸ De acordo com o Art. 1º, da Lei Nº 4.354/2005, as Caixas Escolares são “[...] associações sem fim econômicos, dotadas de personalidades jurídica de direito público e estruturas de direito privado, com a finalidade, dentre outras, de gerir os recursos financeiros repassados às unidades de ensino pelo poder público [...]”. (CARIACICA, 2005).

10/04/2012	Tratar da indisciplina e do baixo rendimento de um grupo de alunos.
09/06/2012	Reunião convocada para tratar dos funcionários faltosos e descompromissados com a escola.
13/09/2012	Tratar da indisciplina e do baixo rendimento de um grupo de alunos.
02/05/2013	Tratar sobre indisciplina e baixo rendimento de um grupo de alunos.
08/08/2013 (Reunião Ordinária)	Reunião ordinária para tratar da formação que será dada aos novos conselheiros do Conselho de Escola.
26/08/2013	Reunião convocada para tratar do elevado número de faltas de um grupo de alunos e que, caso não seja feito algo em caráter de urgência, culminará na reprovação dos mesmos.
25/09/2013	Convocação para deliberar sobre os procedimentos a serem adotados devido a paralisação parcial das aulas nos dias 28 e 29/08 por motivo de queda de energia no bairro.
13/10/2013	Tratar do problema causado pelos alunos que foram ao “passeio da escola” sem a devida autorização e conhecimento dos pais/responsáveis (caso de indisciplina).
11/12/2014 (Reunião Ordinária)	Escolha dos coordenadores de turno para o ano letivo de 2015.
28/08/2015	Dois alunos desacataram e ameaçaram a professora. Todos foram encaminhados à delegacia para esclarecimento e registro de B.O. Foi decidido, pelo Conselho, que os alunos envolvidos deveriam ser transferidos de escola.
31/08/2015	Dar ciência aos responsáveis de um dos alunos envolvidos na confusão que motivou a reunião passada de que este seria transferido. A mãe acatou a decisão do Conselho. Transferência da professora, que foi trabalhar na Secretaria de Educação.
07/10/2015	Reunião convocada para tratar de assuntos referentes à EJA e para escolher o presidente e o secretário do Conselho de Escola.
09/10/2015	Reunião convocada para tratar dos casos de um grupo de alunos indisciplinados.
21/10/2015 (Reunião Ordinária)	Reunião ordinária para decidir/referendar sobre os coordenadores do turno matutino.
21/10/2015	Tratar de alunos indisciplinados; desrespeitosos com os professores, funcionários da escola e com os colegas de classe; desinteressados e que não cumprem com as atividades escolares (baixo rendimento).
04/11/2015 (Reunião Ordinária)	Escolha dos coordenadores de turno para o ano letivo de 2016.
01/11/2016 (Reunião Ordinária)	Reunião para escolha dos coordenadores do turno vespertino para o ano letivo de 2017.

22/03/2017	Convocação dos responsáveis para tratar da vida escolar do aluno que vem apresentando os mesmos problemas há muito tempo: indisciplina, falta de responsabilidade com as atividades escolares, entre outros. Sugestão de remanejar para o noturno, pois ele já tem 16 anos e seu tamanho e comportamento destoam do restante da turma.
12/04/2017	Reunião convocada para tratar, juntamente com os membros do Conselho de Escola, sobre a proposta de mudança de ação do PDE Escola.
15/05/2017	Convocação da família para tratar de assuntos referentes a um aluno agressivo, que sempre mente e não assume seus atos (foi encontrado o material de um colega em sua bolsa e, mesmo o colega procurando o mesmo, ele fez de conta que não era com ele e não assumiu a autoria).
13/06/2017	Convocação da família para deliberar sobre alunos que foram pegos com entorpecentes (loló) dentro da escola. Eles usaram tal substância no ambiente escolar.
19/09/2017	Reunião do Conselho para deliberar sobre a situação de alunos que têm apresentado conduta indisciplinar, baixo rendimento e envolvidos em diversas situações conflituosas.
29/09/2017	Convocaram os responsáveis de duas alunas que não obedecem ou mesmo respeitam as normas escolares, não cumprem com suas tarefas escolares, desrespeitam professores e funcionários da escola, colegas, entre outros.
09/10/2017	Dar ciência aos responsáveis dos alunos que os mesmos levaram bebida alcoólica para ser consumida em aula de campo promovida pela escola.
18/10/2017	Tratar de assuntos referentes à conduta de dois alunos que não respeitam nem os colegas nem os professores; possuem várias ocorrências pelos mesmos motivos e a escola não pode nem sabe mais o que fazer, visto que todas as possibilidades que estavam ao seu alcance foram tratadas.
14/11/2017	Convocação dos responsáveis para tratar de assuntos referentes aos alunos: conduta inadequada; desrespeito aos colegas, professores e funcionários da escola; agressividade; não cumprimento das normas e atividades escolares; etc.
13/12/2017	Convocação dos responsáveis para tratar de um episódio envolvendo três alunos: estavam fumando maconha no banheiro da escola.
12/03/2018	Tratar de assuntos referentes à conduta de um aluno que não cumpre as atividades, não participa das aulas, tumultua a sala de aula (jogou balas para que os colegas pegassem - "galinha gorda"), acertou a professora com uma bolinha de papel, entre outros.
12/03/2018	Aluna que sofreu <i>bullying</i> .
26/03/2018	Convocação dos responsáveis por um aluno que já foi transferido da escola e retornou mediante a assinatura de um "termo de compromisso", aceitando as normas da escola e se comprometendo com os estudos, visto que já apresentou muitos problemas nessa escola (que motivaram sua transferência), sendo também repetente. O aluno (menor de idade) estava fumando do lado de fora da escola,

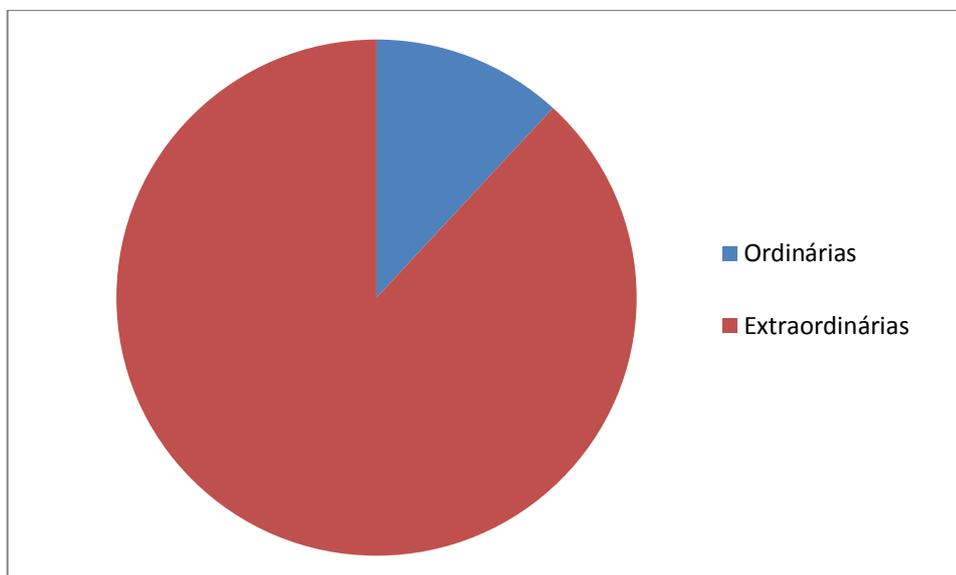
	entrou no espaço escolar com o maço de cigarros a tira colo e foi pego de posse do mesmo dentro da escola.
03/04/2018	Tratar de assuntos referentes a um aluno que é debochado, desrespeitoso, irônico, apresenta todo tipo de problema e foi pego fumando dentro da escola.
02/05/2018	Convocação dos responsáveis de alguns alunos que apresentam os mesmos problemas “desde o ano retrasado” (não obedecem as normas da escola, não cumprem com suas atividades, tumultuam o andamento das aulas, são repetentes, entre outros). Foram dadas todas as oportunidades possíveis aos alunos, mas que agora eles precisam ser transferidos para que possam tentar aproveitar a oportunidade de aprendizado escolar.
30/05/2018	Convocação dos responsáveis por motivos de indisciplina, agressões, promoção de tumulto em sala de aula e nas dependências da escola, etc.
13/06/2018	Tratar sobre a situação de uma aluna que está em defasagem idade-série e que apresenta sempre os mesmos problemas: indisciplina, não cumpre com suas responsabilidades e atividades escolares, etc.
13/06/2018	Convocação dos responsáveis para dar ciência de que a filha apresenta potencial para se desenvolver, mas que as faltas constantes a prejudicam. Ela justifica suas faltas dizendo que não gosta de acordar cedo e que os colegas de classe são muito “crianças”. Sugestão de transferir para o noturno (EJA), pois a aluna possui idade e o pessoal da EJA é mais velho, mais maduro.
01/10/2018	Convocação dos responsáveis para tratar da indisciplina de dois alunos.
01/10/2018	Tratar de assuntos referentes a dois alunos que são desrespeitosos, agressivos e têm péssimo comportamento dentro da escola. Eles disseram em sala que “iriam dar tiro em todo mundo”, além de fazerem prática constante de apologia ao crime.
01/10/2018	Convocação dos pais para tomarem ciência do comportamento do filho. O aluno se nega fazer qualquer atividade escolar. É agressivo com os professores, coordenadores e qualquer outro funcionário da escola.
14/11/2018	Convocação dos responsáveis para tratar da conduta da aluna que estava portando e fazendo uso de bebida alcoólica em evento promovido pela escola (aula de campo).
14/11/2018 (Reunião Ordinária)	Tratar do problema de defasagem no atendimento escolar às crianças da comunidade. Proposta de receber, no próximo ano, turmas das séries iniciais do Ensino Fundamental. Tal situação foi elucidada pela Secretaria Municipal de Educação – SEME e partilhada com a gestão da escola, que tem boa infraestrutura (salas de aula em quantidade satisfatória e espaço físico) para atender a essa demanda. Eles afirmaram ser necessário fazer essa readequação e reorganização do atendimento escolar prestado à comunidade por essa Unidade de Ensino.
21/11/2018	Esclarecer sobre os assuntos tratados na reunião anterior e fazer que cessem os “boatos” acerca da nova organização do ensino ofertado pela escola. Houve a votação para definir como seria a distribuição das turmas para o próximo ano letivo, visto que, com a redução do

	número de turmas das séries finais do Ensino Fundamental e a abertura de turmas das séries iniciais, a carga horária de trabalho e a vida dos professores da escola sofreria grandes alterações e muitos teriam que sair da Unidade e migrar para outra. A votação foi no intuito de ver como ficaria essa situação: se as maiores mudanças ocorreriam no turno matutino ou se no vespertino. Atendendo às necessidades da comunidade, o Conselho votou pela abertura de turmas das séries iniciais do Ensino Fundamental no turno matutino, pois é melhor para que as crianças pequenas estudem pela manhã (na visão dos membros do Conselho).
30/11/2018 (Reunião Ordinária)	Tratar da organização do atendimento escolar (distribuição de turmas e turnos) para o ano letivo de 2019.
15/02/2019	Reunião convocada para tratar da indisciplina e conduta de dois alunos, que não respeitam as normas da escola.
17/04/2019	Tratar da indisciplina e do mau comportamento de um aluno que já vem dando trabalho desde o ano passado e que já foram dadas todas as oportunidades possíveis para que ele mudasse sua forma de agir dentro do ambiente escolar.
17/04/2019	Reunião convocada para tratar da indisciplina de um aluno, fato que já lhe rendeu muitas ocorrências, além do baixo rendimento por não cumprir com as atividades escolares.
24/04/2019	Formação dos representantes do Conselho Escolar.
08/05/2019	Formação dos representantes do Conselho Escolar.
22/05/2019	Formação dos representantes do Conselho Escolar.
29/05/2019	Convocação para tratar, junto com o Conselho de Escola, da situação das contas da escola que se encontram em aberto. Essa reunião foi marcada a pedido da Secretaria Municipal de Educação para dar ciência aos membros do Conselho que as pendências apresentadas durante a prestação de contas impede o repasse das próximas verbas.
05/06/2019	Formação dos representantes do Conselho Escolar.
26/06/2019	Formação dos representantes do Conselho Escolar.
04/07/2019	Tratar dos casos de indisciplina e mau comportamento de alguns alunos, que não respeitam as normas e o ambiente escolar, não cumprem com suas atividades e, mesmo após todas as oportunidades dadas para que mudem de atitude, continuam dando os mesmos problemas, sem melhora alguma.
04/07/2019	Tratar da indisciplina de uma aluna, que não cumpre com suas tarefas escolares; é debochada e irônica.
04/07/2019	Reunião convocada para tratar do caso de indisciplina de um aluno que não cumpre com suas atividades escolares e que agrediu fisicamente um colega em duas oportunidades em menos de um mês.

Fonte: Elaboração do autor.

Das 59 (cinquenta e nove) reuniões do Conselho de Escola, registradas em Ata, apenas 07 (sete) foram reuniões ordinárias (marcadas com antecedência, obedecendo a um cronograma previamente estabelecido com vistas a debater assuntos pertinentes à organização e ao funcionamento da Unidade de Ensino). Em quase 11 (onze) anos de reuniões registradas em Atas, apenas 07 (sete) reuniões ocorreram a partir de um planejamento feito, sendo que estas deveriam acontecer a cada 02 (dois) meses (Decreto Nº 111/2004, Art. 9º, inciso I). A seguir, apresentamos o Gráfico 1, que representa a distribuição das reuniões do Conselho de Escola de acordo com o tipo de agendamento e marcação.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS REUNIÕES DO CONSELHO ESCOLAR



Fonte: Elaboração do autor.

Acerca da realidade do Conselho Escolar da Unidade de Ensino cabem algumas reflexões: o trabalho desenvolvido pelo Conselho Escolar denota excesso de causas emergenciais que motivam a convocação para reuniões extraordinárias ou a falta de planejamento para a realização de reuniões ordinárias? Caso houvesse o planejamento de reuniões ordinárias a cada 02 (dois) meses, haveria a necessidade de convocar os conselheiros para tantas reuniões extraordinárias?

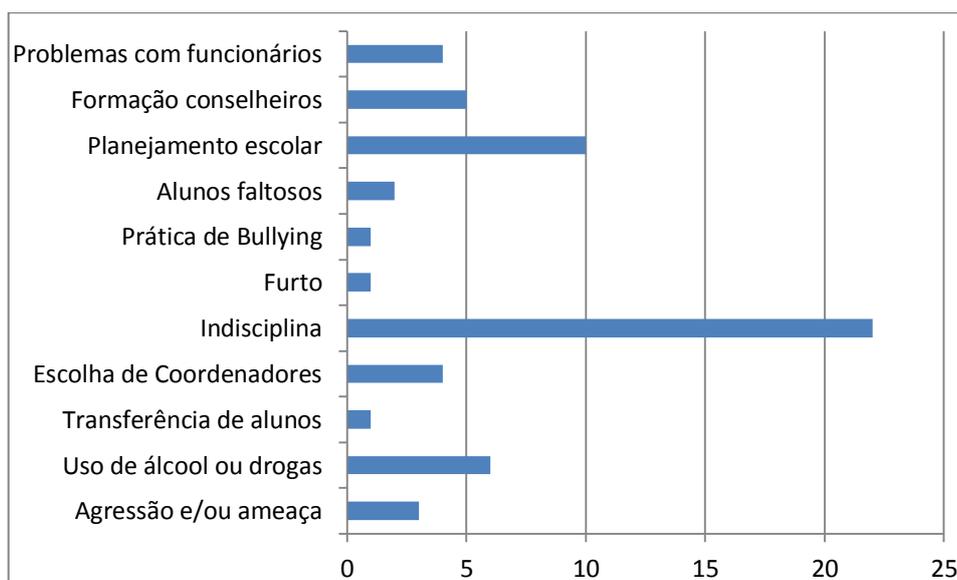
As 52 (cinquenta e duas) reuniões restantes foram marcadas de forma extraordinária, para resolver assuntos urgentes que surgiram no cotidiano escolar. Agrupando as temáticas que motivaram as reuniões ao longo desse período, temos a seguinte distribuição:

- Agressão e/ou ameaça: 03 reuniões;

- Uso de álcool ou drogas: 06 reuniões;
- Transferência de alunos: 01 reunião;
- Escolha de Coordenadores de turno: 04 reuniões;
- Indisciplina: 22 reuniões;
- Furto: 01 reunião;
- Prática de *Bullying*: 01 reunião;
- Alunos faltosos: 02 reuniões;
- Planejamento escolar: 10 reuniões;
- Formação dos conselheiros: 05 reuniões;
- Problemas com funcionários: 04 reuniões.

Representamos a distribuição dos assuntos que motivaram as reuniões do Conselho de Escola através do Gráfico 2:

GRÁFICO 2 – MOTIVAÇÕES PARA CONVOCAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR



Fonte: Elaboração do autor.

Observamos que a indisciplina é o carro-chefe das motivações para a convocação das reuniões do Conselho de Escola. Pelos relatos apontados no livro de Atas, é possível analisar o que a escola entende por “indisciplina”: não realizar as atividades propostas; não ficar sentado na cadeira; brincar durante as aulas; conversar com os colegas durante a explicação do professor; entre outros. A repetição desse tipo de comportamento dentro da escola é taxado como caso de “indisciplina”.

No entanto, há outras motivações para a convocação das reuniões e que podem ser entendidas também como casos de indisciplina. O que seriam o furto, as agressões, a prática de *bullying*, o uso de álcool e drogas, se não típicos casos de indisciplina? Acreditamos que tais casos aparecem em destaque, pela forma como a escola os apresenta, porque esta os vê como sendo de maior intensidade e/ou gravidade. Por esse fato, merecem ser tratados/apontados de forma separada das demais. Se todas as transgressões de normas forem entendidas como “indisciplina”, das 59 (cinquenta e nove) reuniões do Conselho que possuem registro no livro de Atas, em apenas 19 (dezenove) delas não se discutiu nada referente ao problema de indisciplina. Realizar 40 (quarenta) reuniões do Conselho de Escola para tratar de indisciplina, ou de assuntos correlatos ao mesmo, é um número bastante alto e que deve ser encarado com muita atenção e cuidado. Aprimorar o trabalho dos conselheiros, planejar as ações do Conselho e fomentar a discussão de assuntos variados pelo colegiado são ações que objetivam enriquecer o serviço prestado à escola, bem como incentivar a participação consciente de todos os sujeitos.

As 22 (vinte e duas) convocações das reuniões do Conselho por motivo específico de “indisciplina” nos proporcionam algumas indagações/reflexões: qual é o entendimento da escola acerca do significado das expressões “disciplina” e “indisciplina”? A escola tem trabalhado, com seus alunos, o entendimento e a construção do significado dessas expressões? A escola deve se adaptar ao aluno (que traz consigo um conjunto de vivências e práticas) ou o aluno à escola (que já possui um conjunto de regras prontas, que não podem ser transgredidas e/ou dialogadas, adaptadas, refeitas, reelaboradas...)?

Sobre a questão comportamental e o seu disciplinamento, Freire *et al.*(1989) afirma que as crianças (estudantes) são dotadas de liberdades e que os professores precisam tratar tais liberdades com autoridade, sem a qual aquelas não se constituem. Freire *et al.*(1989, p. 3) afirma que a disciplina é “[...] uma questão de como viver a relação necessária entre autoridade e liberdade”.

Freire explica a relação dual existente entre a disciplina interna (autodisciplina) e a disciplina externa (coercitiva), onde esta ajuda a constituir aquela. Ele afirma que:

[...] sem a disciplina externa é difícil estruturar a interna, na medida em que a interna é uma espécie de introjeção da necessidade da disciplina. [...] a criança entregue a ela mesma, dificilmente se disciplinará. [...] eu fui disciplinado porque houve disciplina externa também, na minha família.

Agora, o que não houve na minha família foi autoritarismo (FREIRE *et al.*, 1989, p. 3).

É de fundamental importância para a prática pedagógica, para a atividade de ensinar, que exista essa relação entre liberdade e autoridade, cotidianamente. É através dessa relação que a disciplina vai sendo construída e exercitada.

Quando indagado se é a escola que tem de se adaptar aos estudantes, e não o contrário, Freire *et al.*(1989) afirma que a disciplina é incorporada através da relação dialética entre a adaptação do/a menino/a à escola e da escola ao/a menino/a. A falta desse exercício, dessa prática diuturna, gera a indisciplina.

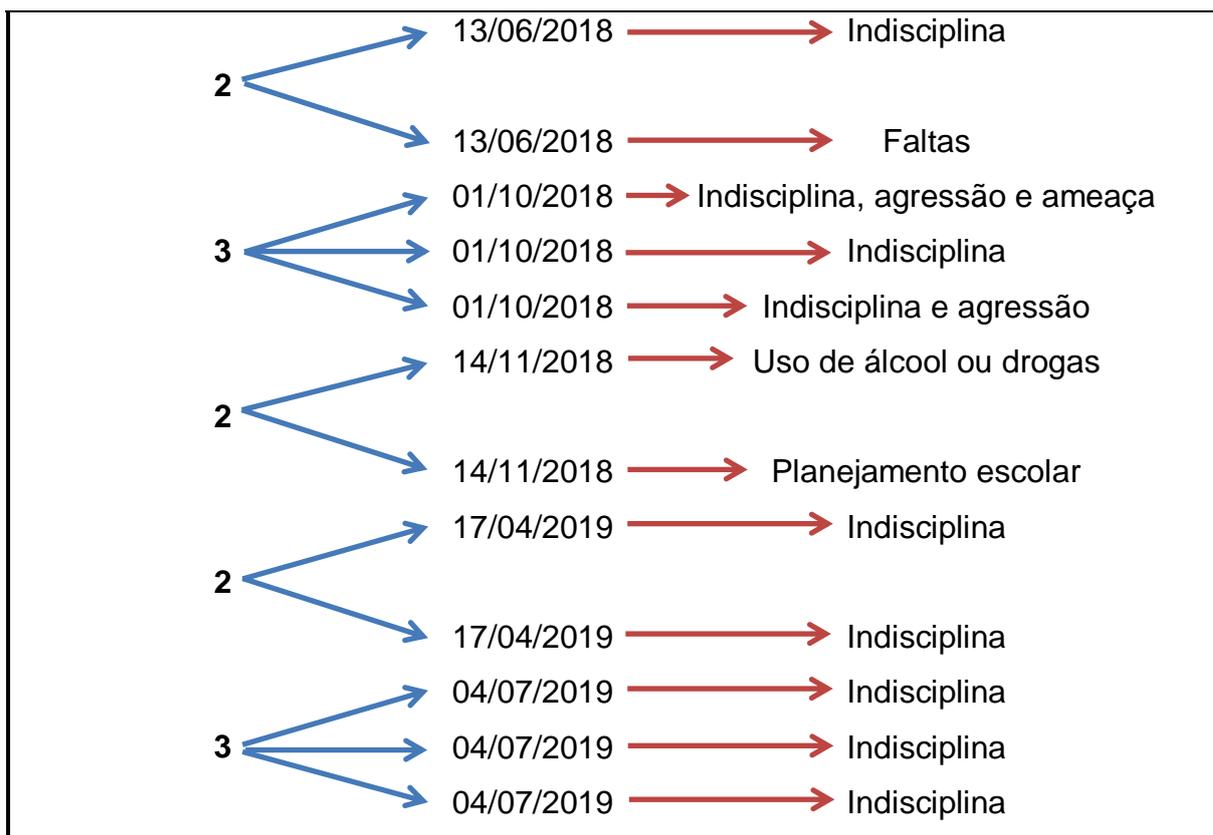
[...] na indisciplina, tu não tens autodisciplina nem disciplina. Quer dizer, a indisciplina é a licenciosidade, é o fazer o que quero, porque quero.

A disciplina é o fazer o que posso, o que devo e o que preciso fazer. Fazer o que é possível na disciplina, tornar possível o que agora é impossível diz respeito necessariamente à vida interior da pessoa. É assim que eu vejo o movimento interno e externo da disciplina. E para isso acho que a presença da autoridade é absolutamente indispensável (FREIRE *et al.*, 1989, p. 12).

É papel da escola e do profissional docente exercitarem sua autoridade considerando a liberdade que os estudantes têm, equilibrando tais elementos e, com isso, promovendo a construção da disciplina em torno do ambiente escolar. É de fundamental importância convidar os próprios estudantes para dialogar e refletir sobre tais aspectos. Dessa forma, ambos estarão construindo a relação dialética que deve existir acerca da adaptação entre escola e estudantes proposta por Freire *et al.*(1989).

Outro ponto destacado, a partir da análise feita acerca do registro das reuniões do Conselho de Escola no livro de Atas, foi sobre a ocorrência de mais de uma reunião do referido órgão em um mesmo dia. Tal fato está representado no Quadro 2, a seguir.

QUADRO 2: NÚMERO DE OCORRÊNCIAS E A MOTIVAÇÃO DE ALGUMAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ESCOLA QUE OCORRERAM NO MESMO DIA		
Número de ocorrências	Data	Motivação
2	21/05/2015	Esc. de coordenadores
	21/05/2015	Indisciplina
2	12/03/2018	Indisciplina
	12/03/2018	Bullying



Fonte: Elaboração do autor.

Vemos que o trabalho do Conselho poderia ser aperfeiçoado com o planejamento das ações e a construção de um cronograma/calendário de reuniões, diminuindo o número de convocações que, por vezes, tratam de assuntos semelhantes. A partir dessa análise, voltamos ao questionamento inicial, indagando se seriam necessárias tantas reuniões extraordinárias caso houvesse planejamento das ações do Conselho Escolar a partir da construção de um cronograma/calendário para as convocações, atendendo o que está previsto no Decreto Nº 111/2004.

Essa reflexão nos denota a compreensão de que os representantes do Conselho Escolar desconhecem suas reais atribuições e funções, além de não estarem explorando as possibilidades do Conselho em sua plenitude. Portanto, vemos que as ações desenvolvidas por esse Conselho estão muito aquém do que a própria legislação preconiza, o que torna ainda mais premente possibilitar que estes participem de encontros formativos para qualificar sua participação no órgão colegiado.

Na perspectiva freiriana, a educação tem como característica principal a possibilidade de ser libertadora. Essa educação libertadora tem por objetivo nos tornar mais humanos, ou seja, ela é humanizadora. Como afirma Freire (1969, p.

123), “não se pode encarar a educação a não ser como um quefazer humano. Que fazer, portanto, que ocorre no tempo e no espaço, entre os homens, uns com os outros”.

Para melhor compreendermos a afirmação de Freire, é necessário nos reportar a outros autores para clarificar suas palavras, tão simples e tão carregadas de significados. “[...] o ‘que’ designa a busca de uma direção e conteúdo para a ação e o ‘fazer’ diz de forma direta que se trata de um agir no sentido de produzir algo” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2016, p. 335). Em outras palavras, a educação humanizadora, proposta por Freire, sendo especificamente um “que fazer” humano, nada mais é do que uma ação exclusivamente humana, que acontece entre os homens na relação que um mantém *com* o outro, a fim de tornarem-se mais humanizados, seres desenvolvidos.

Uma educação com tais características e objetivos deve ser envolvida por processos que possibilitarão a superação de problemas como esses que foram evidenciados até agora (casos de indisciplina e de convivência entre os sujeitos) e propor a emancipação coletiva de toda a comunidade escolar. Essas ações permeiam a esfera de atuação do Conselho de Escola.

O Conselho Escolar, enquanto instrumento de democracia e que visa fortalecer as relações democráticas no interior da escola, tem como objetivo aproximar as ações que nele são desenvolvidas da realidade onde a escola está inserida. Esse órgão é o responsável por: avaliar a proposta dos coordenadores de turno que farão a organização do trabalho docente desenvolvido dentro da Unidade de Ensino; fiscalizar, deliberar e prestar consulta acerca de todas as políticas e ações que permeiam o ambiente escolar; ser uma das ferramentas para o exercício de uma Gestão Democrática, partilhada; entre outros. Por tais razões, esse órgão necessita da qualificação dos conselheiros para que estes prestem um serviço de melhor qualidade à comunidade escolar. É preciso qualificar esse trabalho, a partir de encontros formativos, para que os conselheiros tenham seu tempo e suas ações valorizadas, o que possibilitará maior eficácia e maior participação das comunidades escolar e local.

Após toda análise feita, através da leitura e reflexão do material contido nas Atas do Conselho de Escola, do que acontece/aconteceu nas reuniões do referido órgão colegiado, pudemos traçar um caminho, ao menos inicial, para que fosse possível

conduzir as discussões acerca das necessidades formativas dos conselheiros escolares da Unidade de Ensino. A seguir, são apresentados os relatórios de todos os encontros formativos.

6.1. Encontros de Formação com os conselheiros da EMEF “Maria Augusta Tavares”: possibilidades e desafios

Trabalhamos na EMEF “Maria Augusta Tavares” durante o período 2013-2018 e conhecendo a realidade local, a equipe gestora e os sujeitos que desse espaço fazem parte, bem como a organização e o funcionamento do Conselho de Escola, conforme já apresentamos no item anterior, resolvemos propor a construção, de forma coletiva, de um trabalho que viesse possibilitar a reflexão e o debate acerca de tais temas. Dessa forma, surgem os “*Encontros Formativos com os Conselheiros do Conselho Escolar da Unidade de Ensino*”.

Os encontros formativos se justificam a partir das informações levantadas nos documentos (legislação vigente e livro de Atas do Conselho). Uma vez que tais documentos foram lidos, analisados e problematizados, chega-se à conclusão de que há uma dificuldade desse Conselho em planejar ações de modo sistemático e sistematizado para que cumpra, de fato, com sua função de coordenar as ações da escola e para que seja, efetivamente, um órgão consultivo, deliberativo e elaborador de ações educativas, bem como coordenador do projeto educativo da escola. Em face disso, propomos a construção e o desenvolvimento de encontros formativos com o Conselho Escolar da EMEF “Maria Augusta Tavares”.

Esses encontros tinham como finalidade criar espaços de diálogo e de reflexão sobre o trabalho do Conselho, seus limites e possibilidades no cumprimento de suas atribuições como órgão máximo de coordenação geral da escola numa perspectiva de Gestão Democrática e participativa. Tudo isso, conforme o que foi constatado na análise das Atas do Conselho, como forma de possibilitar que os conselheiros passassem a refletir sobre o meio onde estão inseridos (escola e comunidade) e, a partir dessas reflexões, pudessem participar mais efetivamente das ações do Conselho Escolar.

Identificados os problemas, fizemos contato com o Conselho de Escola através do diretor da Unidade de Ensino. No contato, expusemos nossa proposta de construir

encontros formativos que viessem possibilitar a qualificação do trabalho de cada representante dentro do órgão colegiado da escola. Nossa proposta foi aceita e começamos, assim, a traçar as estratégias para desenvolvermos o trabalho.

Nessa oportunidade, foi apontado que os encontros deveriam acontecer a partir do meio da semana (quarta-feira em diante), sendo que também não poderiam acontecer às sextas-feiras, pois muitos dos representantes externos à escola (pais/responsáveis e comunidade local) acabam se envolvendo em atividades particulares (trabalho, família, viagens, etc.), o que dificulta, e até impede, a participação dos mesmos. Dessa forma, optamos por agendar os encontros quinzenalmente, sempre às quartas-feiras, pois ficaria mais fácil lembrar-se das datas marcadas e evitar a não participação dos conselheiros.

Feito isso, havia a necessidade de marcarmos um horário/turno para que as formações pudessem acontecer. Alguns fatores nos levaram a marcar os encontros na parte da tarde: nesse turno, as duas representantes do segmento dos servidores estão na escola (pela manhã teríamos apenas uma delas); pela manhã, o representante da comunidade percorre a região para visitar os moradores e saber das demandas do bairro, não podendo participar das formações; o representante dos pais/responsáveis possui um pequeno comércio na região e o período da manhã é quando ele está mais atarefado de trabalho, o que também o impede de participar das formações; o segmento de professores só teria a participação de uma de suas representantes, pois trabalham na escola em turnos diferentes (a titular, no matutino e a suplente, no vespertino) e, fora de seu turno na escola, estão em redes de ensino diferentes; dos representantes dos estudantes, uma estuda no turno vespertino, já o outro trabalha o dia todo e estuda à noite.

Os gestores da Unidade de Ensino, professores e servidores da escola participam do Conselho Escolar no seu horário de trabalho, fato que incentiva e facilita sua presença nas ações do órgão e nos encontros de formação. Já os pais/responsáveis, representantes da comunidade e estudantes, desenvolvem atividades particulares e externas a esse ambiente, participando do Conselho Escolar de forma voluntária. Dessa forma, corroborando com a metodologia adotada na pesquisa – o *fazer com* –, decidimos por promover os encontros formativos no turno vespertino, possibilitando que maior número de conselheiros pudesse participar.

A participação desses sujeitos era/foi de fundamental importância para o desenvolvimento das ações propostas, pois nosso objetivo era/foi, partindo da realidade em que viviam, problematizar esta a fim de desvelá-la e, a partir disso, trazer os elementos necessários para a construção coletiva do processo formativo dos conselheiros. É o que nos afirma Freire (2014b, p. 95), ao dizer que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Os homens são educados através do diálogo, do *estar com*, a partir da sua realidade concreta, pois essa é relevante e dotada de significado para o coletivo reunido.

Sobre o horário de início dos encontros, havíamos sugerido começar no final da tarde, a partir das 16h30min, quando o turno de trabalho já está quase no fim. No entanto, em nosso primeiro encontro formativo foi sugerido que começássemos mais cedo, por volta das 14h, pois após o recreio surgem muitas demandas, o que dificulta o andamento das reuniões e a participação da representante dos professores (que é uma das coordenadoras de turno). Assim, do segundo encontro em diante, começamos a nos reunir quinzenalmente às quartas-feiras, a partir das 14h.

Para compreendermos melhor a dinâmica de trabalho e de funcionamento do Conselho Escolar da Unidade de Ensino, buscamos iniciar a problematização, com os representantes de segmentos que o compõem, já de posse de algumas informações que foram obtidas a partir do registro de Atas do órgão. Nesse sentido, junto com essas informações mais a exposição dos membros do Conselho, é que o programa dos encontros formativos pôde ser montado. A participação dialógica com o grupo colocando questões para que pudéssemos discutir sobre o Conselho e sobre o papel de cada sujeito ali presente, só foi possível graças ao levantamento de informações feito *a priori*, sem o qual possivelmente não teríamos condições de estabelecer esse diálogo e de problematizar com eles sobre sua realidade.

No 1º encontro, buscamos conhecer o grupo de conselheiros para ver quais caminhos poderiam ser seguidos a fim de oportunizar, aos mesmos, processo formativo com vistas a qualificar seu trabalho enquanto membros do Conselho Escolar.

Já no 2º encontro, estimulamos maior participação dos segmentos de pais/responsáveis e estudantes, pois vimos, no encontro anterior, que estes possuem uma participação fragilizada perante os demais segmentos.

No 3º encontro, fizemos as discussões em decorrência dessas problematizações, já com maior entendimento acerca do papel dos Conselhos e também de suas possibilidades.

No 4º encontro, realizamos o estudo de um material elaborado, a partir das demandas levantadas junto ao Conselho de Escola, para servir de referência nas discussões acerca das atribuições dos conselheiros e as funções do órgão colegiado. Importante frisarmos que esse material foi construído coletivamente, partindo das necessidades formativas apontadas pelo grupo de conselheiros durante os três primeiros encontros de formação.

Durante o 5º e último encontro, propusemos finalizar as discussões iniciadas no encontro anterior. A construção de um Projeto Político Pedagógico para a escola e que esteja atrelado às ações do Conselho, dando substância e fortalecendo o trabalho coletivo que é desenvolvido nesse órgão colegiado, também foi alvo de nossas discussões.

A partir dos encontros formativos foi possível: identificar o perfil dos conselheiros; suas necessidades formativas (aquilo que faltava para qualificar seu trabalho como representante de segmento junto ao Conselho); discutir sobre a forma de trabalho desempenhada pelo órgão colegiado; refletir sobre o campo de atuação em que seus membros podem trabalhar; refletir sobre o trabalho desenvolvido até então; entre outros.

6.1.1. 1º Encontro Formativo

No dia 24 de abril de 2019 teve início, às 17h10min, o primeiro encontro de formação para os conselheiros escolares da EMEF “Maria Augusta Tavares”. Nossa reunião estava marcada para acontecer no auditório da escola, porque o convite para participar da formação foi extensivo aos conselheiros da EMEF “São Jorge” e do CMEI “Abílio Luiz Fagundes”. No entanto, nenhum representante dessas escolas compareceu. Dessa forma, o diretor da EMEF “Maria Augusta Tavares” disse que seria melhor se nossa reunião fosse transferida para a sala da direção, uma vez que

ficaríamos mais próximos, uns dos outros, e teríamos à nossa disposição café, ar condicionado, proximidade com o banheiro, etc.

Estiveram presentes a essa reunião o diretor da escola, o vice-diretor, a representante dos professores da unidade (suplente), as representantes dos funcionários da escola (titular e suplente), o representante da comunidade e a representante dos estudantes (titular). Para dialogar com o grupo de conselheiros fomos o Professor Orientador e eu. Não estiveram presentes os representantes do segmento de pais (titular e suplente).

Dando início aos trabalhos, fiz a recepção de todos, dando-lhes as boas vindas e explicando os motivos que nos levaram a realizar tal encontro de formação. Falamos também sobre as eleições para escolha de novos representantes para o Conselho de Escola. Eleição marcada para ocorrer até o final do mês de agosto.

Em seguida, apresentei o cronograma elaborado para organizarmos os próximos encontros, que ficaram previstos para as datas de 08/05, 22/05, 05/06 e 19/06, sempre ocorrendo a partir das 14h. Todos os conselheiros presentes apreciaram as datas, sugerindo esse horário, pois o primeiro encontro foi marcado para o fim da tarde (período em que surgem muitas demandas no interior da escola) e isso acaba dificultando a participação de um bom número de conselheiros.

O passo seguinte foi entregar, aos conselheiros, um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” para que todos assinassem e pudessem, assim, consentir com a sua participação na produção dos dados a serem usados na composição do texto da dissertação a partir dos encontros formativos. Nesse termo constavam todos os detalhes de como aconteceria o trabalho formativo a ser desenvolvido na comunidade escolar, bem como os contatos, telefônico e de e-mail, do pesquisador e de seu orientador. Vale ressaltar que foi protocolada, junto à Secretaria Municipal de Educação – SEME e entregue à escola, uma “Carta de Apresentação” solicitando permissão para adentrarmos no espaço escolar e realizar o trabalho junto a essa comunidade. Este pedido foi aceito e formalizado ainda no mês de janeiro de 2019. Além do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” foi entregue, aos conselheiros, um questionário, cujas respostas irão ajudar na elaboração do perfil dos mesmos e que será usado, também, em nosso trabalho.

Após esse momento, começamos nossa reflexão acerca da realidade do Conselho e da comunidade escolar, com as seguintes perguntas: **1)** Já teve alguma formação, ou recebeu orientação de alguém, que viesse contribuir para qualificar seu trabalho enquanto conselheiro? **2)** Quais os principais temas/assuntos que movimentam o trabalho e as ações desse Conselho? O que vocês têm discutido nas reuniões? **3)** Este trabalho que vem sendo desenvolvido atende às necessidades da comunidade escolar? Por quê? **4)** Este Conselho tem um planejamento do trabalho a ser executado ao longo do ano ou da vigência do mandato? **5)** Acha que o trabalho poderia acontecer de uma forma diferente? Por quê?

Essas perguntas tiveram por objetivo propor a reflexão e o debate sobre as ações desenvolvidas pelos conselheiros nas reuniões ordinárias/extraordinárias do Conselho. Todos puderam dar sua opinião e expor seu ponto de vista acerca das ações ali desenvolvidas. Fizemos questão, ainda, de ressaltar a importância deste momento para que todos possam refletir sobre o que ali tem sido feito e, a partir disso, buscar melhorar a ação desse Conselho junto à comunidade escolar, garantindo um melhor aprendizado para todos. Além disso, aproveitamos a oportunidade para frisar sobre a importância dos conselheiros trabalharem na perspectiva de dar mais transparência nas ações desenvolvidas pela equipe gestora e, também, incentivar e ampliar a participação de toda a comunidade escolar e local nessas ações. Esse fato foi corroborado pelos gestores da Unidade de Ensino.

As respostas dos questionamentos nos proporcionaram muitas reflexões sobre a realidade vivenciada pela comunidade escolar. Quando indagados sobre já terem participado de algum processo de formação, os presentes afirmam que não. O diretor da Unidade de Ensino respondeu de forma mais detalhada, como veremos a seguir:

Momento de formação, normalmente é o que a gente faz aqui. São pequenas orientações... quando foi escolhida [a atual representação dos segmentos], dissemos qual era o papel do Conselho. Nem eu mesmo, quando me tornei diretor, [...] eu não tinha participado de Conselho nenhum. [...] quando fui coordenador, via o Conselho, às vezes, se reunindo, mas nunca tinha participado de Conselho nenhum. Até hoje, depois de quatro ou cinco anos [...], que nós estamos na direção, não tivemos nenhuma formação, nenhum momento de orientação de como organizar um Conselho, de como reunir o Conselho... a não ser pelos próprios conselheiros que chegavam aqui e orientavam. Mas se a gente tá fazendo certo ou se tá fazendo errado, a gente não tem essa certeza. (Diretor da Unidade de Ensino).

A partir desse relato, observamos a importância de investir neste tipo de trabalho a ser desenvolvido junto aos Conselhos Escolares, visto que irá capacitar e qualificar o trabalho dos representantes de segmento presentes no órgão. Outro ponto importante a ser destacado sobre esse assunto é a questão da participação, pois os representantes apontam que seria muito melhor se o trabalho feito pela comunidade fosse dividido entre os membros, e que isso só seria possível se um maior número de pessoas se dispusesse participar dos coletivos compostos pela sociedade. O representante da comunidade afirma que:

Agora recente foi formado o Conselho de Segurança da região. Aí eu fui até convidado a fazer parte, mas eu já tenho tanta coisa, já participo de tanta coisa, mais o Conselho de Escola. Você já tem as suas dificuldades, o conhecimento também você não tem, daí você diz 'não vou participar... não posso', porque a gente já não tá dando conta nem do que tem aqui na comunidade. Se a gente tivesse, talvez, uma formação dessas, um conhecimento melhor, talvez a gente conseguisse participar. É importante, interessantíssimo. (Representante da comunidade local).

Essa fala corrobora o que disse o diretor da Unidade de Ensino e chama a atenção para a sobrecarga de trabalho que as pessoas que se dispõem a trabalhar em prol do bem comum adquirem. Na visão dele, se mais pessoas tivessem esse interesse, essa disponibilidade para atuar nos órgãos colegiados, mais pessoas poderiam participar e dialogar sobre os problemas e a realidade da comunidade, fato que poderia contribuir com a construção do conhecimento de todos e sua inserção no exercício da cidadania, confirmando as afirmações de Paro (2016a).

Com o segundo questionamento feito, que buscou levantar reflexões sobre os principais assuntos que movimentam as ações do Conselho, tivemos contribuições muito relevantes sobre esse tema. Quase todos os representantes afirmaram que os “alunos indisciplinados” são os principais responsáveis pela convocação das reuniões do Conselho Escolar. Retomamos aqui a discussão anteriormente levantada, onde refletimos acerca do entendimento que a escola possui de “indisciplina”. É necessário discutir o significado de um tema tão caro e que permeia boa parte das ações do Conselho Escolar. É preciso planejar as ações do órgão de modo a aproveitar melhor o espaço para discutir, ao invés de problemas, ações que contribuam com a melhoria da oferta educacional à comunidade local. Nas afirmações de Freire (1969), se o papel da educação é humanizar, é preciso encarar o trabalho de forma coletiva, onde os sujeitos proporão, uns *com* os outros, a melhor forma de a escola desempenhar seu papel. Os conselheiros devem atuar na

elaboração e no planejamento das ações da escola, propondo a construção de um currículo que atende às necessidades e interesses de todos; discutindo sobre as ações para melhoria do aprendizado ou para diminuir a evasão (por exemplo). Essas devem ser as atribuições de destaque do Conselho e não resolver problemas, apenas.

Para mostrar uma ação que foi desenvolvida pelo Conselho e que fugiu dessa temática corriqueira, o diretor da Unidade de Ensino lembrou que, recentemente, a escola que recebia apenas alunos das séries finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), teve que se adequar a uma demanda surgida na comunidade e que foi referendada pela Secretaria Municipal de Educação: receber alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Esse fato mudaria a organização e o trabalho da escola, que passaria a receber alunos menores e isso interferiria na vida de vários profissionais.

O turno matutino não queria que esses alunos fossem recebidos em seu turno, pois vários professores teriam suas cargas horárias reduzidas. Sem consenso entre eles, o assunto foi encaminhado para o Conselho de Escola. Muitos aborrecimentos e contratemplos ocorreram por conta dessa ação, porém foi uma oportunidade muito enriquecedora para os conselheiros, pois todos aprenderam com a situação.

[...] nós também tivemos um momento de debate, de propostas, de conhecimento da situação, aí nós tivemos um empate, e um embate também, em que, no final, eu tive que desempatar. Foi a única votação, das situações que são trazidas aqui para o Conselho, que eu tive que dar o meu voto de desempate. [...] Eu acho que foi bacana: a votação, o empate, a participação da comunidade, a presença da SEME, eu acho que foi interessante. (Diretor da Unidade de Ensino).

Como consta na redação do Decreto Municipal Nº 139/2004 (trata das atribuições dos membros do Conselho de Escola), o presidente do Conselho (nesse caso, o diretor da Unidade) tem direito ao “voto de qualidade”, nos casos de empates em votações nas plenárias (Art. 5º, inciso V). Esse voto qualificado é algo importante de ser discutido e problematizado dentro do grupo de conselheiros, pois se trata de um instrumento que possibilita rico aprendizado para o exercício da cidadania e o fortalecimento das relações democráticas dentro do ambiente escolar. Como seria a configuração dos votos do Conselho, caso o presidente do órgão fosse outra pessoa que não o diretor da Unidade? Essa é uma questão que precisa ser considerada e

refletida, com vistas a aprofundar o entendimento de todos acerca das funções e atribuições do Conselho de Escola.

Como o trabalho foi bem feito e organizado dentro das normas legais, os que foram contrários à decisão do Conselho, mesmo não concordando, acabaram acatando a decisão tomada pelo órgão colegiado. “Mesmo depois da decisão do Conselho, o grupo que era contra ainda se mobilizou pra fazer protesto na rua aí. Iam fazer um protesto, estava tudo organizado, só que depois foi perdendo força” (Representante da comunidade local). O diretor da Unidade de Ensino complementou dizendo que, “[...] como o Conselho tinha decidido e, legalmente, a gente estava amparado nas decisões que a gente estava tomando, acabou sendo feito o que tinha sido proposto e... acataram. Hoje, tá funcionando bem” (Diretor da Unidade de Ensino).

A participação consciente dos conselheiros escolares fortalece, fomenta e incentiva a consolidação de processos democráticos, precisando ser construída na ação, no caminhar (PARO, 2016a), pois assim se torna dotada de significado para a comunidade, que passa a enxergá-la como ferramenta útil e pronta para o uso. Apesar disso, é necessário lembrar que as pessoas não nascem participativas, elas precisam contar com incentivos e instrumentos para poder participar (SILVA, 2002). A participação, quando promovida e respeitada, permite que a transformação da realidade seja possível, pois ela favorece o diálogo e pode se tornar instrumento da Gestão Democrática ou possibilitar sua construção (SILVA, 2010b).

Apesar de toda a importância e possibilidades de trabalho e ações que o Conselho Escolar possui, há uma dificuldade muito grande para promover a participação de todos os segmentos da comunidade escolar nesse órgão colegiado. Não há preparo, na estrutura social de onde essas pessoas fazem parte, que vise garantir ou até mesmo permitir que estas participem. Os professores, os gestores e os servidores estão no seu local de trabalho e podem destinar-se ao espaço onde ocorrem as reuniões quando estas surgem. Já os pais e os representantes da comunidade desenvolvem atividades fora dessa realidade e garantir liberação do local de trabalho sempre que surgem necessidades na escola torna-se tarefa difícil e complicada, pois apesar do trabalho e a participação serem de extrema importância, eles esbarram em questões de interesse individual (por parte do empregador) sobrepondo-se às de interesse coletivo. Aqui, reforçamos a necessidade de planejar as ações do Conselho por intermédio de um calendário de reuniões ordinárias, fato

que possibilitaria uma participação mais efetiva e atuante dos conselheiros, uma vez que suas liberações do local de trabalho seriam reduzidas.

Se o trabalho desenvolvido pelo Conselho atende a todas as necessidades da comunidade escolar, o vice-diretor afirma que:

Eu creio que não! Não há condições pra isso. Na verdade, a gente [...] até tentou umas coisinhas diferentes, mas não tem condições! Até porque, os afazeres das pessoas impedem que estejam disponíveis na hora que é necessário... não tem como. Pra discutir, por exemplo, se a gente poderia fazer uma “ação diferenciada”, isso aí demanda muito tempo, por que tem que ver o tempo de um, o tempo do outro, quem que pode, que dia que pode, como que pode e tal, até reunir todos. Então essa é uma demanda bem complicada. E outra coisa, [...] as pessoas, principalmente dos lugares como o nosso, onde nós estamos inseridos, elas têm que trabalhar, não podem ficar faltando ao serviço, saindo mais cedo ou chegando mais tarde, pela própria característica do trabalho que tem, então é complicado. Às vezes, pra trazer a mãe aqui, pra gente resolver uma situação periclitante do aluno, que é o filho ou a filha dela, pra ela é difícil. Nós marcamos, no último, 3 e meia [15h30min], a mãe só conseguiu chegar aqui 6 horas [18h]. É muito complicado essa união completa. Não tem como. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Reiteramos, mais uma vez, a necessidade de planejamento nas ações do Conselho, o que reduziria o número de reuniões extraordinárias, e também as liberações dos membros externos à escola, e ampliaria a capacidade de participação dos mesmos. Como afirma Freire (2011b), ensinar exige planejamento, “exige pesquisa”, pois:

Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 2011b, p. 30-31).

Quando indagados sobre a existência de um planejamento para organizar as ações do órgão colegiado ao longo do ano ou do mandato dos conselheiros, todos disseram que esse não existe e que não veem como elaborar um, pois são muitas as dificuldades existentes a serem superadas para tornar tal medida possível. Algumas já foram mencionadas anteriormente, como por exemplo, dificuldade de alguns representantes conseguirem sua liberação junto ao órgão empregador para participarem das reuniões, falta de preparo para o efetivo exercício de conselheiro, entre outros. Apesar de ainda não terem elaborado um planejamento sobre quais são as ações em que o Conselho deve atuar e/ou desenvolver, os conselheiros afirmam que seria muito interessante e de grande importância planejar tais ações para o próximo ano, já que as eleições para assunção de novos representantes se aproxima e começar o novo mandato de uma forma diferente, mais organizada e

planejada, seria fundamental para ampliar o espaço do Conselho, passando a discutir outras questões que vão para além de apenas resolver problemas de alunos indisciplinados.

Diminuir a evasão da EJA... como o Conselho pode trabalhar em cima disso? Ou, se não isso, mesmo a evasão do vespertino ou do matutino, como o Conselho pode ajudar nisso? De repente pensar, como o Conselho, tanto os titulares como os suplentes, podem contribuir de alguma maneira para realizar alguma ação que seja necessária para a escola? Isso nós não fizemos, mas eu acho que seja interessante pensarmos no que a gente pode planejar para o trabalho do próximo mandato. (Diretor da Unidade de Ensino).

É importante garantir um espaço de reflexão e debate dentro dos Conselhos, pois é através do planejamento das ações de tal órgão que os representantes passarão a ter possibilidades de garantir o estudo sobre as ações do mesmo, permitindo que toda a comunidade escolar possa emitir opinião sobre os assuntos que a permeiam. O espaço onde todos podem falar sobre o mesmo assunto é um espaço que possibilita melhor percepção e conhecimento de tudo aquilo que é discutido.

Um dos representantes pode ter uma opinião sobre algo que outro não tenha. Os diferentes olhares sobre um mesmo elemento podem dar várias interpretações e ampliar o campo de soluções para um mesmo problema. Outro fator importante, é permitir que a comunidade escolar possa trabalhar com os seguintes temas: construção do tipo de educação que a escola oferece; elaboração do currículo local, adequado às necessidades e interesses da comunidade; apontamento da ordem de prioridades para investir a verba que a escola recebe; entre outros.

A comunidade local é a razão de ser e de existir da escola. Sendo assim, é de fundamental importância que essa comunidade participe da elaboração e do planejamento das ações que são destinadas a ela, pois só ela pode suscitar quais são suas necessidades. Os estudantes e a comunidade local possuem o *saber*, cabe ao professor e aos gestores da escola, detentores do *saber-fazer*, ajuda-los a construir um conhecimento útil e adequado a todos.

Finalizando o bloco de perguntas, elaboradas para a promoção do debate e a reflexão sobre as ações do Conselho Escolar durante o primeiro encontro, indago os conselheiros, a partir da sua vivência naquele espaço, sobre a possibilidade de realizar um trabalho diferente do que foi feito até então. Essa pergunta faz sentido

no que tange o conhecimento acerca da realidade da comunidade escolar que só pode ser tratada a partir dela própria.

Eu acho que não, porque, no início, nós tentamos ter uma reunião, pelo menos, periódica, ideia do Diretor, e não foi possível. Não teve como acontecer. Convidamos várias pessoas, poucos se prestaram a participar. Então eu acho complicado fazer de uma forma diferente da que fazemos hoje. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

O Diretor da escola complementa essa afirmação dizendo que:

Prestar um serviço voluntário, a uma instituição pública ou a qualquer outra que seja, é muito complicado, são poucos que têm essa disponibilidade... disponibilidade não, interesse! Interesse de poder contribuir para a melhora de determinado serviço. É difícil, pois a gente 'cata a laço' os que podem, quem a gente percebe, imagina, que tenha esse interesse, essa disponibilidade, essa vontade, esse tempo [...]. (Diretor da Unidade de Ensino).

Sobre a questão da não participação por falta de tempo, o representante da comunidade é taxativo ao dizer que “se for esperar sobrar tempo pra fazer alguma coisa, a gente nunca vai fazer nada não!” (Representante da comunidade local). É preciso que o Conselho tome para si a responsabilidade de fazer acontecer e não esperar o tempo disponível para que os representantes participem, pois as ações do dia a dia sempre irão obstaculizar sua participação. É preciso criar o tempo de participação e não esperar que ele, simplesmente, surja. “A partir do momento que você entrou pro Conselho, se o presidente marcou a reunião, a gente tem o dever de ir na reunião”. (Representante dos servidores).

Após as reflexões e debate, pedi que continuássemos a discussão com um relato do Professor Orientador, acerca de trabalhos desenvolvidos por outros Conselhos Escolares e que iam para além do que apenas reunir-se para resolver questões emergenciais e problemas da escola. O Professor Orientador disse que seria melhor se continuássemos a discussão no próximo encontro, pois já havíamos refletido e discutido sobre importantes questões e que já era tarde. Todos concordaram com a proposição. Entregamos, aos presentes, um texto que foi elaborado por tratar do histórico de criação dos Conselhos Escolares das escolas da rede municipal de Cariacica (ver Apêndice A), bem como das ações por eles desempenhadas. Foi pedido que lessem esse texto e trouxessem dúvidas e questionamentos para continuarmos nossa discussão no próximo encontro.

Uma última observação feita neste 1º encontro formativo foi que, tendo sido franqueada a palavra entre os presentes, os sujeitos que mais se fizeram ouvir

foram os gestores e o representante da comunidade local (esse último pelo nível de politização que possui, bem como pelo fato de dispor de certo traquejo na participação em órgãos populares). Os gestores fizeram uso frequente da palavra, durante o encontro formativo, sendo algo que precisa ser problematizado, pois eles tomaram para si a responsabilidade quase que exclusiva de conduzir as ações do Conselho durante a formação, promovendo a centralização do debate, mesmo que de forma involuntária.

Isso veio corroborar nossa ideia inicial que era criar espaços de diálogo dentro dos Conselhos e propor a qualificação da participação dos representantes de alguns segmentos que compõem a comunidade escolar, notadamente os segmentos de pais/responsáveis (ninguém esteve presente) e estudantes (não se manifestou durante o encontro, apenas ouviu o que foi discutido). Além desses, outro fato que nos chamou a atenção foi a fragilidade apresentada, também, pelo segmento dos servidores da Unidade de Ensino, pois pouco se ouviu de suas representantes. Do segmento de professores, pouco se pôde observar, uma vez que sua representante (que desempenha a função de coordenadora de turno) teve que se ausentar da maior parte do encontro para organizar o trabalho docente após o recreio (o que mais uma vez reforça nossa ideia de planejar as ações do Conselho para possibilitar e incentivar a participação de todos os sujeitos).

Tornou-se evidente a necessidade de possibilitarmos que tais segmentos sejam *desinvisibilizados* de sua participação nos órgãos colegiados. É preciso fortalecer o diálogo e a exposição de ideias e posicionamentos desses segmentos dentro do Conselho de Escola. Nesse sentido, os encontros formativos ganham cada vez mais substância, fazendo-se urgentemente necessários.

6.1.2. 2º Encontro Formativo

No dia 08 de maio de 2019 teve início, às 14h50min, o segundo encontro de formação para os conselheiros escolares da EMEF “Maria Augusta Tavares”. Reunimo-nos na sala da direção e estiveram presentes a essa reunião: o diretor da Unidade de Ensino; a representante dos funcionários da escola (suplente); o representante do segmento de pais (suplente); a representante dos estudantes (titular) e o representante da comunidade. Para dialogar com o grupo de

conselheiros fomos o Professor Orientador e eu. Não estiveram presentes: a representante do segmento de pais (titular); a representante do segmento de professores (suplente), pois estava participando de uma formação para os coordenadores de turno, ofertada pela SEME e a representante dos funcionários da escola (titular), pois nessa data ela trocou de horário com o servidor da função do turno matutino.

Um dos materiais que serão utilizados no processo formativo, e que foi entregue ao final do 1º encontro formativo, não foi construído *a priori*. Buscamos reunir materiais com as hipóteses que haviam sido construídas a partir da leitura das Atas das reuniões do Conselho de Escola e da legislação vigente. Como resultado desses estudos, foi possível construir o texto que trata do histórico de criação dos Conselhos Escolares no município de Cariacica (ver Apêndice A), sendo este de grande importância para promover o debate e a clareza do tema em questão.

Nestes dois primeiros encontros, tratamos de problematizar acerca dos Conselhos e das possibilidades vinculadas a eles. Desse modo, a metodologia de trabalho proposta é de base freiriana, que traz como perspectiva o *fazer com*. Portanto, o levantamento de informações que tratamos de fazer antes dos encontros, nos possibilitou abrir caminhos para o debate e levantar hipóteses, como forma de nos apropriarmos da realidade dos órgãos colegiados no município de Cariacica a fim de que tivéssemos subsídios para dialogar com os conselheiros.

Dando início, o Professor Orientador fez uma explanação sobre sua experiência enquanto conselheiro escolar quando foi professor e diretor de Unidade de Ensino no estado de São Paulo. Falou sobre as possibilidades de trabalho que o Conselho Escolar pode oferecer. Dentre os relatos por ele mencionados alguns chamaram bastante a atenção dos presentes, como por exemplo, a construção de um “Mural do Conselho”, espaço destinado a dar publicidade às ações e decisões tomadas pelo Conselho de Escola; a elaboração de um “Informativo do Conselho”, uma espécie de panfleto impresso e destinado a levar informações sobre os trabalhos que vêm sendo executados pelo órgão colegiado da escola; construção de uma página na *web*, para dar informações aos membros da comunidade escolar sobre todas as últimas ações desenvolvidas pelo Conselho; entre outras.

O Professor Orientador chamou a atenção para o tamanho da força dos Conselhos de Escola, mencionando que, certa vez, numa escola onde foi diretor, os estudantes

e suas famílias esperavam para adentrar a escola do lado de fora, no meio da rua praticamente. Estavam expostos à violência das ruas, trânsito, chuvas, entre outros. O caso foi levado para o Conselho que criou um documento explicando toda a situação e o encaminhou à Secretaria de Educação do Município. Em pouco mais de um ano a nova entrada da escola, com muito mais espaço e conforto foi entregue à comunidade. Todos ficaram protegidos e seguros.

Após isso, duas perguntas foram feitas aos presentes. Buscando criar oportunidades para que os segmentos de pais e de estudantes, que não se fizeram ouvir durante o último encontro, fossem incentivados a participar, modificamos a dinâmica do encontro, problematizando mais com estes segmentos que com a gestão. Os sujeitos excluídos dos processos decisórios precisam de apoio para constituírem-se capazes de participar, e para que confiem nessa possibilidade, como afirma Silva (2002). Dessa forma, pais e estudantes foram elementos centrais nesse encontro, onde sua participação foi, a todo tempo, fomentada e incentivada.

O objetivo era refletir sobre o que os pais e familiares esperam da educação ofertada pela escola onde seus filhos estudam. Todos veem a escola como instrumento de fundamental importância para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Eles frisaram a importância de escola e família realizarem um trabalho conjunto na criação dos jovens da comunidade. Sobre esse assunto, um deles afirma que:

O que a gente espera, enquanto pai, é que a escola nos ajude a criar um homem para a sociedade. Que sirva para a sociedade. Que seja uma pessoa de bem para a sociedade. Essa é a minha visão da ajuda da escola para com a família e da família para com a escola. (Representante dos pais).

Através desse excerto, podemos observar que a escola ainda é vista como ferramenta capaz de transformar a realidade e garantir o futuro dos estudantes. Essa pergunta também foi direcionada aos estudantes, sobre quais eram os sonhos e perspectivas que eles têm sobre a escola e a educação por ela ofertada. Sobre isso, a representante dos estudantes afirmou que:

Eu espero que, futuramente, eu consiga um emprego que seja bem gratificante. Um emprego que dê orgulho para minha família. A escola é muito importante para isso também. Se eu me esforçar, eu vou conseguir um emprego de verdade. (Representante dos estudantes).

Tais perguntas foram feitas com o objetivo de provocar a reflexão nesses representantes de segmentos, mostrando-lhes que a participação de todos é de fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho no Conselho e na comunidade escolar, mas que esse trabalho e essa participação só serão possíveis se tais segmentos tiverem sonhos para a educação e para a sua escola; se esperarem, de fato, algo de muito bom daquele espaço e do trabalho ali realizado/ofertado.

Na perspectiva do trabalho feito junto à comunidade escolar por todos os segmentos que a compõem, é notória a fragilidade que alguns segmentos possuem, no que diz respeito à preparação para participar de tais espaços de discussão. Dizer que a participação deles é importante, é uma coisa, outra coisa é dar a estes representantes e aos seus segmentos motivos para participarem; é mostrar-lhes que eles têm, sim, muitos motivos para participar. É necessário termos momentos de diálogo e reflexão para que possamos construir juntos uma educação adequada às necessidades e interesses de toda a comunidade.

Prosseguindo com nossas indagações e reflexões acerca dos sonhos daquela comunidade para com a educação ofertada pela escola, perguntamos aos representantes da comunidade, o que eles esperavam da escola e da educação que a mesma oferecia. Os problemas cotidianos da comunidade local foram lembrados: violência, tráfico de drogas, falta de oportunidades e de perspectivas de futuro entre outros, tudo isso foi mencionado pelo representante da comunidade. Ele afirmou que:

Eu sonho que esta escola me ajude a orientar e encaminhar essa garotada para o caminho do bem, pois a escola é o caminho para eles alcançarem os objetivos deles. Estava me lembrando de uma conversa que eu vi, semana passada, aqui na rua, entre um adulto e um garoto, um estudante. "Você está na escola?" "Tô!" "Tá na escola fazendo o que, rapaz? Lá você não tá aprendendo é nada, pois daqui uns dias você vai trabalhar é na 'boca!'" Aí o garoto respondeu pra ele assim: "É, vou trabalhar na boca pra vender droga pra você!" Veja as conversas de um adulto com o garoto, com a criança... O adulto matando o sonho da criança! A gente batalhando pra trazer os sonhos das crianças, pra mostrar que eles podem sonhar, que é possível, pois a gente tem chances, tem condições [...]. A gente tá querendo encaixar esse bairro aqui na "Taça das Comunidades", daí nós fomos lá pra apresentar os uniformes e tals, daí a gente tirou fotos, chamou a atenção dos garotos dizendo: "Oh, você vai aparecer na televisão". Daí eles veem que existem outros caminhos, outras possibilidades. [...] É possível sonhar... vai ser um grande jogador? Vai conseguir ser campeão aqui? Não sei, mas nós vamos deixa-los sonhar, pois não custa nada você alimentar esse sonho pra eles, mostrar outras possibilidades. Tem gente que vai fechando

a mente das crianças [...]. Eu espero que a escola ajude a minha comunidade a melhorar. (Representante da comunidade local).

Através desse relato vemos a importância que a comunidade dá à escola e como ela enxerga, com esperanças, tudo aquilo que ali dentro daqueles muros é construído, é pensado. A escola precisa se apropriar dessa realidade e passar a nutrir e reproduzir tais sonhos que a comunidade nela deposita. Afinal, como afirma Freire (2011b, p. 70), “ensinar exige alegria e esperança”, pois “a esperança faz parte da natureza humana”.

Reiteramos a necessidade do Conselho Escolar, juntamente com a Unidade de Ensino, incentivar e fomentar a participação de toda a comunidade escolar nas ações que envolvem esse órgão colegiado, pois este é ferramenta de fundamental importância para a construção de uma educação que seja efetivamente significativa para todos que dela fazem uso e que vivem em seu entorno. É através dessa inserção da comunidade nas esferas responsáveis pela tomada de decisões que permitiremos a construção de uma educação que seja adequada aos interesses de todos.

Ficou para a próxima reunião estudarmos o texto entregue no primeiro encontro e que trata sobre os Conselhos Escolares no município de Cariacica.

6.1.3. 3º Encontro Formativo

No dia 22 de maio de 2019 teve início, às 14h30min, o terceiro encontro de formação para os conselheiros escolares da EMEF “Maria Augusta Tavares”. Estiveram presentes na reunião: o vice-diretor da Unidade de Ensino; a representante dos funcionários da escola (suplente); a representante dos estudantes (titular) e a representante do segmento de professores (suplente). Eu fiz a mediação com o grupo de conselheiros. Não estiveram presentes nesse encontro: o diretor da Unidade de Ensino, pois tinha consulta marcada no mesmo horário; a representante dos servidores (titular) que, apesar de estar na sala ao lado, tinha muito trabalho acumulado para realizar e não pôde se ausentar do seu setor; o representante do segmento de pais (suplente), que não teve com quem deixar sua oficina para participar do encontro e o representante da comunidade, que teve compromisso de última hora.

Iniciando a discussão, chamei a atenção dos representantes de segmentos para o calendário dos encontros e frisei sobre a data da próxima formação para os conselheiros da EMEF. Em seguida, fiz a leitura de uma citação de Paulo Freire que atenta sobre a importância da participação popular nos espaços escolares e do papel da escola no fomento desta participação, atuando como “centro irradiador” deste trabalho e desta cultura popular. Freire (1991) afirma que:

A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda a sociedade. A escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. (FREIRE, 1991, p. 16).

Esse excerto nos permite refletir acerca da importância e necessidade que a escola tem de incentivar a participação das classes populares, dos segmentos mais invisibilizados (pais/responsáveis, estudantes, comunidade e, por que não, servidores). Mais uma vez, ancorados na afirmação de Paro (2016a) que diz que a participação se faz no caminhar, reiteramos a necessidade de permitir e possibilitar que estes segmentos se manifestem, criando espaços de diálogo para troca de experiências e aprendizados entre os conselheiros.

O passo seguinte foi promover a discussão sobre o texto entregue no primeiro encontro, dia 24/04, sob o título “*Os Conselhos Escolares no município de Cariacica/ES*”, que versa sobre o processo de implantação desses órgãos colegiados em todas as Unidades de Ensino da rede municipal. Além disso, expliquei sobre o período em que foi assinada a Lei Nº 4.373/2006, que instituiu o Sistema Municipal de Ensino, onde o município passou a ter autonomia para criar uma educação mais condizente com a realidade local.

Outro ponto importante desse texto foi o destaque dado ao problema da falta de preparo dos representantes para atuarem no Conselho Escolar, dando importantes contribuições para a elaboração da educação que será desenvolvida e ofertada na escola. É o que afirma Silva (2010a), ao dizer que há uma lacuna existente na qualificação da participação dos segmentos, fato corroborado pela afirmação de Paro (2016b), ao tratar da falta de preparo dos segmentos que compõem a comunidade escolar para participarem do Conselho.

Após a explanação sobre o texto e a discussão promovida, seguimos realizando alguns questionamentos acerca da realidade vivenciada pela comunidade escolar,

no que diz respeito à aproximação da comunidade com as ações desenvolvidas na Unidade de Ensino. Os questionamentos foram: **1)** Como aproximar a comunidade escolar da realidade que a cerca? **2)** Como ampliar a participação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar no Conselho de Escola? **3)** Tem dialogado com o segmento que você representa? **4)** Quais as principais necessidades de formação e de esclarecimento para os conselheiros? Quais são as maiores dúvidas? Importante frisarmos aqui, que esses questionamentos dão sequência às discussões feitas no primeiro e no segundo encontros formativos, tendo sido elaborados para esse encontro com base naquilo que havia sido discutido nos momentos anteriores a este.

Alguns dos questionamentos tiveram respostas que apontaram para vários aspectos de observação e análise. Sobre a primeira pergunta, a representante dos estudantes mencionou a importância da escola desenvolver trabalhos voltados para a proteção do meio ambiente onde a Unidade de Ensino está inserida, como sendo uma alternativa para atrair a atenção da comunidade local para a participação dentro da escola, bem como esta ser uma possibilidade de dar visibilidade a todo o trabalho que a mesma desenvolve e que tem grande relevância para o entorno da escola. A estudante diz que uma alternativa para esse tipo de questionamento é fazer

[...] campanhas em proteção do meio ambiente, porque se a escola sáísse, fazendo uma caminhada, igual já foi feito, seria bom, para aproximar a comunidade dos alunos. Isso porque os alunos estariam passando a ideia de como preservar o meio ambiente. (Representante dos estudantes).

Cabe aqui ressaltarmos a opção metodológica pela qual optamos: a pesquisa participante. Nossa opção por esse procedimento de pesquisa traz à tona o viés de que é necessário conhecer a realidade escolar, de forma coletiva (com o grupo de conselheiros) para, a partir disso, fomentar as transformações necessárias, como afirma Gil (2010). Tais ações se fundamentam na perspectiva freiriana, promovendo a oferta de uma educação libertadora como forma de envolver a participação de todos, tornando as relações democráticas mais dinâmicas, com vistas a promover a integração entre os sujeitos (FREIRE, 1981).

Outro ponto destacado pelos conselheiros foi sobre a importância de aproximar a comunidade local para ajudar na preservação do patrimônio público e também do espaço escolar, pois a escola é alvo constante da depredação de seu interior, por parte de um grupo significativo de estudantes. Eles atentam para a necessidade da

escola criar meios para resolver esse tipo de problema, pois gera transtornos ao bom funcionamento da Unidade e também custos. Parte da verba que chega para a escola é gasta na correção de situações causadas pelos estudantes, ao passo que poderia ser aplicada na melhoria das condições de aprendizado e do serviço educacional ali desenvolvido.

Se eles aprendessem também a conservar a escola. A gente tem aqui mesa e cadeira rabiscadas, porta quebrada, parede rabiscada, banheiro. Eles precisam aprender a conservar o patrimônio. Semana passada mesmo, o aluno pegou o rodo novinho e quebrou ele em três pedaços. (Representante dos servidores).

Vimos, na prática, uma ótima oportunidade de trazer as famílias e a comunidade local para o interior da escola, ajudando no processo educativo e na preparação dos estudantes para o futuro convívio em sociedade. Trazer as famílias para dentro do ambiente escolar e promover sua efetiva participação é tarefa muito difícil, pois muitos pais não se apropriam dessa realidade e não enxergam a escola como um espaço que lhes pertence ou que necessite de sua contribuição. É importante frisarmos que o bom andamento das atividades e do serviço prestado pela escola depende, fundamentalmente, da participação dos pais, das famílias e da comunidade local, de forma constante.

[...] a gente empresta o espaço físico, a maioria dos finais de semana, para jogos, festas, eventos de igrejas, cultos... Tudo isso, mas parece que tá tudo totalmente desvinculado da escola, apesar de utilizar o espaço da escola. A gente tem feito isso pra saber o que resulta daí. Mas é uma coisa muito “solta”, pois as pessoas vêm, sabe que tem o espaço, sabe que a escola é pública, sabe que é da comunidade... Tudo isso aqui é da comunidade e a comunidade pode usufruir, mas eles vêm aqui, a gente empresta e eles somem! Fazem o que têm que fazer e somem, desaparecem. Provavelmente no ano seguinte, quando precisar de novo, eles aparecem, mas não têm uma noção de que a comunidade precisa da escola e que a escola precisa da comunidade, para interagir e seguir adiante. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Esse afastamento das famílias e da comunidade do espaço escolar gera consequências perversas para o processo de ensino-aprendizagem que move as atividades da escola. Aos poucos, ela vai perdendo suas características originais e adquirindo outras, diversas. Com isso, as famílias passam a não mais enxerga-la como um ambiente que possibilita aprendizado e, com isso, transformação da realidade. Passam a vê-la como um espaço que atende às suas necessidades mais imediatas, como cuidar dos filhos enquanto eles desenvolvem suas atividades

cotidianas e não como espaço de aprendizado e de desenvolvimento. É o que afirma o vice-diretor da unidade:

Parece [...] que muitos não tratam mais a escola como local de cultura, de conhecimento. É um espaço para “depositar crianças”, enquanto o pai ou a mãe trabalham. Tirando isso, qualquer problema, pronto... A escola é culpada, é errada, as pessoas não fizeram o que tinha que ser feito. [...] A escola perde sua função educativa e assume apenas um caráter assistencialista. Se os filhos estão bem, não estão feridos, está ótimo! Se aprendeu, se estudou, se deixaram... Isso não importa, pois não há uma preocupação com relação a isso. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Embora haja um trabalho de grande possibilidade e relevância, que envolve as ações do Conselho, os conselheiros não veem saída, ao menos em curto prazo, para os problemas enfrentados por esse órgão e pela escola. Muito pode ser feito para transformar essa realidade, porém existem obstáculos muito difíceis de serem transpostos, o que obriga o Conselho Escolar (e a Unidade de Ensino) a continuar funcionando dentro de limitações e de forma precária. Ter instrumentos legais que normatizam as ações destes órgãos e não dispor de condições para o desenvolvimento das mesmas ajuda a manter esse *status quo*, como afirma o vice-diretor da unidade:

A Lei é muito bacana, o problema é travestir essa Lei no concreto. Você vê que é tudo precário. [...] Então, esses Conselhos, seria legal se fossem reais. Você vê, a gente só se reúne quando a situação é drástica, quando o elástico tá completamente esticado e a gente tem que resolver. Aí que entra o Conselho. Fora isso, não tem como. [...] Você não tem muito tempo pra parar, fazer uma reflexão, e em contrapartida ainda tem os pais, que trabalham, não podem e nem têm condições de estarem sempre aqui, mesmo com justificativa. O pai não pode perder o emprego, mesmo tendo a justificativa [de participar de um órgão como o Conselho Escolar]. Eu acho que esses Conselhos serão e continuarão funcionando dessa forma: na precariedade e no imediatismo. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

É necessário, para o bom funcionamento do Conselho de Escola, que haja condições eficazes para tanto. A aprovação de normativa legal foi uma grande conquista para a educação do município, porém não foi suficiente para resolver todas as suas questões. Condições de trabalho e, principalmente, tempo para reflexões, formações e planejamento das ações, são primordiais para que seja desenvolvido um trabalho que venha promover a participação efetiva e consciente de toda a comunidade escolar. Como afirma Faundez (1993), possibilitar a participação dos sujeitos em processo formativos, além de qualificar o trabalho prestado ao Conselho, permite a multiplicação do conhecimento dentro das

comunidades escolar e local, adequando este às necessidades e interesses de toda a população.

Cada especialista deveria tornar-se um “formador”, a fim de aumentar o número de especialistas, mas também suas competências. Pensamos que é preciso criar um sistema educativo em processo, capaz de se adaptar historicamente para responder às reais necessidades da população [...] (FAUNDEZ, 1993, p. 40).

Como afirmado anteriormente, a democracia e os órgãos colegiados que necessitam da participação da comunidade escolar para planejar e desenvolver ações voltadas para a educação são muito recentes (FREIRE, 1991). Por esse motivo, é necessário reafirmar, cotidianamente, a importância destes para o exercício da cidadania e para a construção de uma sociedade mais justa. Mesmo com toda a importância e legalidade que o Conselho Escolar possui, o poder público acaba buscando formas de não atender as decisões tomadas pela comunidade escolar, o que deslegitima sua atuação e contribui para seu enfraquecimento, desmotivação e invisibilização.

E quando você fecha, e isso já aconteceu conosco, você junta o Conselho e fecha todas as portas, e é aquilo ali e não tem outra saída, eles questionam. Isso já aconteceu umas duas vezes conosco. [...] Mas o aluno fez isso, isso e isso, estava usando drogas dentro da escola, fazendo bagunça, brigando com os outros... O Conselho fez isso, isso e isso, deu oportunidade assim, assim e assim, ele repetiu tal e tal... Aí, fecharam-se as portas. A inspeção escolar veio, pelo menos, três vezes conferir e ver se a gente reconsiderava a situação. Daí a gente falou não, não somos nós, o Conselho é soberano, portanto, se o Conselho decidiu e ele não pode voltar atrás também, é isso e ponto! Foi uma labuta. Mesmo se respaldando de todos os lados, eles tentam achar uma brecha, que você recue, pra te deslegitimar. É uma luta diária, todo santo dia. (Vice-diretor da Unidade Escolar).

As dificuldades encontradas pelo Conselho, para legitimar suas ações e fazer valer as decisões tomadas pelo coletivo dos representantes que o compõe, é apenas um dos obstáculos a serem superados. Para isso, é necessário que os sujeitos da comunidade escolar percebam o espaço da escola como algo que lhes pertence, como um espaço próximo e que precisa de sua contribuição e ajuda. A construção dessa percepção depende de programas e projetos educacionais que considerem as necessidades da comunidade, respeitando os sujeitos que dela fazem parte. Todo planejamento feito fora da coletividade, sem ser dialogado com os sujeitos da comunidade e que não parta de suas necessidades prementes, estará fadado ao fracasso.

Todo programa de desenvolvimento deve, assim, levar em consideração a participação ativa e inteira do povo, sem a qual ele não seria senão um programa imposto, um “affaire” de “experts”. Estará fadado ao fracasso se

não responder às verdadeiras necessidades comunitárias (FAUNDEZ, 1993, p. 29).

A própria comunidade local não se reconhece como pertencente àquela realidade, como possuidora de direitos sobre o espaço da escola. Eles têm a escola como um ambiente distante, como algo que não lhes pertence e que não precisa deles. Os conselheiros afirmam que o uso que a comunidade faz dos espaços da escola (uso da quadra de esportes, realização de festas comunitárias, cultos e encontros religiosos, etc.) é visto como um favor que os gestores da escola e da educação do município lhes prestam, como sendo uma concessão, apenas, e que pode ser retirada de acordo com a vontade desses gestores.

Não há questionamentos nem pedidos de esclarecimentos quando o uso dos espaços da escola é negado, mesmo que esse uso atenda a um número significativo de pessoas e que o espaço da escola seja, por vezes, o único espaço para recreação que eles possuem. Questões como essas precisam ser problematizadas e discutidas pelos segmentos que compõem o Conselho de Escola. Tais sujeitos devem fazer uso de suas atribuições, enquanto conselheiros escolares, e propor soluções, planejar ações a serem desenvolvidas, de modo a transformar essa realidade que dicotomiza a escola e a comunidade.

Sobre o uso da quadra de esportes da escola, que era feito todos os dias pela comunidade, foi afirmado que:

[...] a própria prefeitura começou a pressionar a gente, por causa da conta de energia muito alta. Realmente, esses refletores puxam muita energia. [...] Nós tínhamos segunda, terça, quarta, quinta e sexta, cinco dias... Você imagina, põe aí seis times por dia. Cada um tem cinco pessoas. Seis vezes cinco, trinta... Olha só quantas pessoas. Sem contar os amigos que vinham, as namoradas, os familiares, o pessoal da comunidade e tal. Olha o tanto de gente que foi prejudicada. Quantas reclamações nós tivemos com o fechamento da quadra? Nenhuma, ninguém fez nada! Eles não se reconhecem como comunidade, eles não reconhecem esse aqui como um espaço deles, que precisa deles e eles precisam deste espaço. Ao invés de sentar pra conversar: o que a gente pode fazer? Como a gente pode resolver essa situação? Porque a quadra é um ambiente bom para o lazer de toda a comunidade... Formar uma estratégia, um grupo bom pra debater, né? (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Essa situação que ocorreu na escola poderia ter servido como uma oportunidade da comunidade se reunir e cobrar o uso do espaço que é seu, que lhe pertence. A falta de envolvimento nas ações da escola e do reconhecimento próprio como membro daquele espaço, estabelecendo com ele uma relação de maior proximidade, impede a potencialidade efetiva das ações desenvolvidas pelo Conselho e pela Unidade de

Ensino. É necessário trabalhar de maneira a aproximar esses espaços, tornando-os responsáveis pela transformação da realidade.

Para transformar a realidade é preciso, antes de tudo, desvelá-la, compreendê-la sob seus diversos ângulos. Isso permite a reflexão sobre caminhos possíveis dentro do que é vivido, do que é concreto. Sobre esse assunto, Faundez (1993) afirma que:

Nascer num país, ou nascer numa cidadezinha, não significa entretanto conhecer esse país ou essa cidade. Para conhecê-los é preciso um esforço intelectual e prático, graças ao qual o abstrato permite penetrar no concreto e inversamente, para compreender a realidade, mas também para transformá-la. O povo deve não somente participar dessa tarefa, mas tem o dever de fazê-lo (FAUNDEZ, 1993, p. 27).

Outro questionamento proposto foi acerca da possibilidade de se ampliar a participação de todos os segmentos do Conselho de Escola, aproximando-os da realidade vivenciada dentro do espaço escolar. Nesse sentido, nossa preocupação estava vinculada à ampliação da participação dos pais/responsáveis, dos estudantes e da comunidade, pois são os segmentos que se encontram mais distantes desse ambiente e necessitam de incentivos para tornarem-se participativos (SILVA, 2002). O objetivo de tal questionamento foi promover a reflexão sobre a realidade escolar e de seu entorno, juntamente com as pessoas que os integram. Somente a partir da reflexão e do reconhecimento da realidade escolar, como sendo sua, é que o Conselho Escolar pode planejar e desenvolver ações realmente significativas para os membros de sua comunidade.

A partir dessa proposição surgiram comentários e reflexões bem pertinentes sobre o tema, pois os conselheiros conhecem a realidade da qual fazem parte. No entanto, nem sempre eles estão dispostos ou afeitos a refletir sobre ela e sobre suas ações. Isso nos mostra como é importante refletir sobre as ações tomadas, pois muitas vezes elas se automatizam e não refletimos sobre as mesmas, o que nos impede de construir um novo conhecimento sobre aquilo que fazemos, melhorando nossas ações e nossa participação nas esferas coletivas. Tais ações estão presentes na abordagem dialética proposta por Richardson (2007).

Numa perspectiva freiriana, constatamos como a abordagem dialética está vinculada a uma educação humanizadora. Para Freire (1981) os argumentos dessa abordagem, aplicados a uma educação que visa nos tornar mais humanos, são representados pela “ação-reflexão-ação”, onde é necessário refletir, criticamente, sobre a ação praticada a fim de que a próxima ação seja melhor praticada. “É

pensando criticamente a ação de hoje ou de ontem que posso melhorar a próxima prática” (FREIRE, 2011b, p. 40).

Sobre a problematização feita acerca da realidade vivenciada pela comunidade escolar e sobre a possibilidade do Conselho ampliar a participação de todos, aproximando-os dessa realidade, foi afirmado que:

Eu não vejo nada que possa fazer, no momento. Muito trabalho para os pais e, além disso, eles precisam descansar. Por que a gente tem que levar isso em consideração: o pai e a mãe de um aluno, na sua grande maioria, aqueles que pegam ônibus, imagina. A que horas eles têm que estar no ponto em um bairro como o nosso, que não tem ônibus toda hora? Vão em pé, apinhados, esfolados dentro desses ônibus [...]. Aí chega no trabalho, são nove horas, com o horário do almoço. Depois mais duas horas de ônibus pra voltar, você acha que ele vai ter paciência, capacidade mental para participar de um encontro de Conselho? Ainda tem que fazer a janta das crianças, deixar o almoço do outro dia pronto, preparar tudo. Então, eu acho que é necessário, mas eu acho que a fórmula de funcionamento dele é essa aqui, a que nós usamos, não tem outro jeito. Trabalhar só no emergencial, pois não tem outra fórmula. Você não pode tirar as pessoas do trabalho o tempo inteiro ou todas as vezes que você precisa; você não pode tirar o aluno todas as vezes da sala de aula, toda vez que o Conselho precisa. Eu acho que o Conselho daqui funciona até [...] bem. As pessoas são bem razoáveis, participativas reflexivas, então eu acho importante a participação desse Conselho, mas ele é só emergencial. Não há fórmula, hoje, de a gente estipular datas de encontros, nem mesmo de formação de Conselho. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Vemos que, apesar da participação da comunidade escolar ser de extrema importância para o bom desenvolvimento das ações e atividades que são responsabilidade dos Conselhos Escolares e que esta precisa ser incentivada, fomentada e exercitada constantemente, tal participação é parametrada, ou seja, obedece a critérios que são fundamentais para que possamos compreender o processo de participação dos representantes da comunidade escolar. Através do relato apresentado, fica clara a vontade dos conselheiros de fazerem parte de um órgão efetivamente participativo e atuante, que verse sobre estudar, refletir e debater sobre as formas de planejar e de construir uma escola/educação que atenda, de fato, aos anseios e expectativas da comunidade.

As dificuldades apresentadas no relato do vice-diretor da Unidade de Ensino acabam por dicotomizar o “Conselho almejado” (com planejamento; com discussões e reflexões acerca da realidade da escola/comunidade; com desenvolvimento de ações que visem a melhoria do aprendizado dos estudantes e da educação ofertada pela Unidade Escolar; etc.) e o “Conselho real” (emergencial; que funciona apenas quando solicitado; que atua na resolução de problemas e conflitos, apenas; etc.),

impedindo-os de se aproximarem e constituírem um mesmo conjunto. É necessário problematizar essas situações dentro do órgão colegiado, a fim de que seja possível refletir sobre as mesmas, relacionando-as com a intensidade da participação de seus representantes.

Outro assunto discutido em nosso encontro de formação buscava refletir sobre o diálogo entre os representantes dos segmentos e seus pares. Eles foram unânimes em dizer que não dialogam com os pares acerca das ações desenvolvidas no Conselho, isso por que a forma como este órgão funciona (emergencial, imediatista) impede que os assuntos sejam levados para apreciação de todos e retornem com o parecer do segmento sobre a situação. O ideal é que funcione desta forma, onde os conselheiros representem os interesses do segmento do qual fazem parte, promovendo a interação e aproximação de todos com o órgão colegiado da escola e que todos tomem ciência e decidam sobre as ações promovidas e propostas pela Unidade Escolar. No entanto, essa forma de funcionamento é uma realidade um tanto quanto distante de ser concretizada.

Além de não terem condições de criar essa ponte dialógica entre o Conselho e seu segmento, os conselheiros afirmaram ser um grande problema publicizar os assuntos decididos no órgão, pois eles dizem respeito, em sua quase totalidade, à resolução de problemas e de conflitos que acontecem no ambiente escolar e abrir tais temas para apreciação da comunidade escolar como um todo gerará maiores problemas para o andamento das atividades.

Geralmente o nosso Conselho se reúne pra poder tomar medidas drásticas de transferência de aluno, de remanejamento de turma e turno, de alunos problemáticos. Sinceramente, eu nunca participei de uma reunião de Conselho que a gente fosse decidir alguma coisa que fosse em prol da escola, para beneficiar a escola. E aí também, quando a gente trata de “transfere ou não transfere aluno”, [...] até mesmo expor esses que estão aqui envolvidos e levar para o grupo de alunos vai ter aquele impasse: ah, [...] o menino é gente boa, é nosso amigo, a gente quer que ele fique. É um menino legal, mas ele não gosta de estudar e não cumpre as normas. Aí, quer dizer, um grupo de alunos, uma parcela significativa, vai ficar a favor dele. Se eu levar para os professores, eles vão aceitar de imediato. Então, é muito complicado isso. [...] A gente nunca fez algo aqui para votar, para levar para os grupos, que fosse em benefício da escola, algo para fazer para melhorar. Sem contar que levar casos de alunos assim, para serem discutidos com o grupo dos alunos, vão ter pais que vão acusar de estar humilhando o filho deles, por que isso já aconteceu aqui. (Representante dos professores).

Essa é uma questão bem complexa e que envolve muitas outras vertentes, além da questão de democratizar as ações e a participação no Conselho. A escola e os

conselheiros precisam se resguardar para evitar atritos com as famílias dos estudantes, visto que estas têm dificuldades de participar de forma atuante e de se apropriar de tal realidade. Ficando de fora das reais ações e necessidades do Conselho é impossível compreender a dinâmica de suas decisões e do seu trabalho, fato que permite que interpretações equivocadas sejam feitas e que comprometem todo o seu funcionamento.

O último dos questionamentos feitos visava promover uma reflexão sobre as necessidades formativas e de esclarecimentos necessários para ampliar a capacidade de compreensão dos conselheiros sobre o trabalho do órgão. Apesar do longo tempo de serviço prestado para a educação ser uma realidade de muitos dos que fazem parte do Conselho Escolar, isso ficou claro não ser algo suficiente para que se possa ter ciência de todo o trabalho e ações pertinentes ao Conselho Escolar. “[...] Eu tenho 32 anos de escola, e só fui ter conhecimento do que é realmente o Conselho de Escola quando eu entrei na direção. Tenho 32 anos de escola e olha que eu me julgo uma pessoa esclarecida”. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Por esse relato, observamos que um elemento importante na ajuda para ampliar a compreensão que é tida do Conselho de Escola se refere a mudar nosso local de observação. É necessário estar presente em outros locais que pertencem à educação para que nos tornemos aptos a compreender que apenas uma maneira de olhar para o mesmo fenômeno não é suficiente para enxergar todas as possibilidades que esse oferece. Torna-se primordial estar presente nos diversos espaços que compõem a educação, pois esta é um prisma que, dependendo do lado que se observa, muda-se totalmente a compreensão da realidade.

Devido à falta de informação e qualificação para o trabalho no Conselho Escolar, é de grande valia criar espaços de diálogo e reflexão para que a comunidade escolar problematize sua própria realidade, a fim de que tal iniciativa permita soluções coletivas. Como afirmam Streck, Redin e Zitkoski (2016), o diálogo impulsiona o pensamento crítico, pois ele nos possibilita dizer o mundo de acordo com o nosso entendimento, de acordo com as nossas experiências. Para isso, é preciso desenvolver o sentido de “pertencimento” dos sujeitos da comunidade para com o espaço escolar.

Como visto anteriormente, esse é um grande problema encontrado dentro da organização e do planejamento das ações da escola, pois a comunidade não enxerga o espaço escolar como sendo seu. Eles o veem apenas como algo que é concedido pela escola e/ou pela secretaria de educação. É necessário “[...] esclarecer para eles o que é o Conselho, porque eles não sabem. Os alunos, e muitos pais, não têm noção de que isso aqui é deles, que são eles que pagam isso aqui tudo”. (Representante dos professores). Se é tão difícil a tarefa de reconhecer-se pertencente à realidade local, é necessário, segundo Faundez (1993, p. 35), que o processo educacional desenvolvido pela escola comece “[...] pela descrição e análise da realidade comunitária”. A partir daí, seria mais fácil e prático relacionar os problemas que nela existem, pois é preciso refletir criticamente sobre essa realidade.

Considerando esses anseios relatados, e que foram endossados pelo grupo de conselheiros, prepararemos material no formato de “folheto de orientações” para ser publicizado e discutido com o Conselho, durante nosso próximo encontro. Após esse estudo, o material ficará à disposição da escola e da comunidade para ser consultado futuramente. Ter maior interesse pelo espaço escolar e os órgãos a ele pertencentes é de fundamental importância para planejar e desenvolver uma educação de qualidade e significativa para o seu entorno. A comunidade necessita do espaço escolar, assim como esse espaço necessita da comunidade que em seu entorno vive, formando, assim, um par dialético e dialógico. Tornar essa situação algo concreto permitirá que a escola e as ações nela desenvolvidas deem um salto de qualidade para atender às reais necessidades das comunidades escolar e local, garantindo que ambas tenham acesso a uma educação, de fato, relevante, significativa e transformadora.

6.1.4. 4º Encontro Formativo

No dia 05 de junho de 2019 teve início, às 14h30min, o quarto encontro de formação para os conselheiros escolares da EMEF “Maria Augusta Tavares”. Estiveram presentes na reunião: o diretor da Unidade de Ensino; o vice-diretor; a representante dos funcionários da escola (suplente); a representante dos estudantes (titular); o representante dos pais (suplente); o representante da comunidade local e a representante do segmento de professores (suplente). Eu fiz a mediação com o

grupo de conselheiros. Não esteve presente a representante titular do segmento de servidores.

Iniciamos nosso encontro recapitulando todos os assuntos discutidos no encontro anterior. Optamos por essa metodologia de trabalho, pois alguns representantes não estiveram presentes nessa oportunidade, fato que foi considerado para deixarmos todos cientes da nossa discussão. Citei o relato da professora onde ela disse que é preciso “[...] esclarecer para eles [os pais] o que é o Conselho, porque eles não sabem. Os alunos, e muitos pais, não têm noção de que isso aqui é deles, que eles que pagam isso tudo aqui”. (Representante dos professores).

Esse relato sintetizou todas as discussões do encontro anterior, onde os conselheiros afirmaram ser necessário promover a aproximação entre a comunidade e a escola, pois ela não se reconhece como parte do ambiente escolar, nem acredita que esse espaço necessite de sua ajuda/participação. Em sua afirmação, a professora também expressou a necessidade de explicitarmos o papel do Conselho e suas principais atribuições, para que toda a comunidade escolar participe da construção e do planejamento da educação local. Com base nisso, elaboramos um material (ver Apêndice B) contendo as principais informações acerca do histórico de formação, base legal, composição, atribuições entre outros, dos Conselhos Escolares. Tal material surgiu da necessidade de que fosse criado um instrumento de consulta fácil e rápida para esclarecer dúvidas e dar orientações em alguns aspectos reais para o trabalho do Conselho Escolar.

Da necessidade de serem criadas alternativas que possibilitem o estreitamento das relações entre comunidade e escola, algumas reflexões foram feitas e sugestões foram dadas.

Nós estamos precisando de parcerias para fazer uns trabalhos de meio ambiente no bairro aí, de preservação. Precisamos acabar com o lixo que tem aqui atrás. O pessoal já arrancou os pneus dali e estão entrando com o lixo de novo [...]. (Representante da comunidade local).

Tal sugestão surgiu a partir das reflexões feitas no coletivo dos segmentos que compõem a comunidade escolar. Portanto, trata-se de uma necessidade real da comunidade e que servirá para aproximar todos que compõem o entorno da escola, com o objetivo de realizar um trabalho unificado em prol do aprendizado e da transformação da realidade local. Segundo Faundez (1993, p. 38), é muito importante que os sujeitos que compõem a comunidade escolar participem dos

processos que promovem a transformação da realidade, pois “quando o homem participa da transformação histórica ele também se transforma. Nesse sentido pode-se dizer que o homem faz história e é feito por ela”.

Mais uma vez vale frisarmos a importância de criar espaços de diálogo, como este encontro de formação, pois foi através dele que surgiu a possibilidade da comunidade escolar refletir sobre uma necessidade real do seu cotidiano. Mais importante ainda foi o fato de serem eles, os membros da comunidade local, os responsáveis pela sugestão dada, pois são as pessoas que, de fato, conhecem a realidade e o meio onde vivem (FAUNDEZ, 1993). Essa é uma excelente oportunidade de aproximar a comunidade local e a escola, pois através de iniciativas assim é que construímos o sentimento de pertencer a determinada realidade. Trata-se, portanto, de uma ferramenta de grande valia para a construção de uma identidade que envolva e aproxime todos os sujeitos do entorno da escola.

Outra possibilidade de trabalho coletivo que surgiu no encontro com os conselheiros foi de que a escola desse continuidade ao “Projeto Horta”, um projeto que a escola desenvolve de forma permanente e que já vem acontecendo há pelo menos dez anos, mas que não foi retomado no ano passado devido ao aumento do gasto da escola com a conta de água e pelo fato de não ter havido pessoa disponível para tocar tal projeto.

O representante da comunidade afirmou ser essa uma excelente oportunidade para aproximar a escola da comunidade e vice-versa. O gasto com a água impactou diretamente no parco orçamento da Unidade de Ensino, tornando necessária, para sua continuidade, a elaboração de outro projeto que prevê a perfuração de poço artesiano nas dependências da escola solucionando, assim, o problema do abastecimento e da retomada do “Projeto Horta”.

Criar alternativas para viabilizar a continuidade do projeto, resolver problemas de abastecimento de água da Unidade de Ensino, aproximar os professores dos estudantes e de suas famílias e ainda incentivar o uso de um recurso disponível no subsolo da região, pode ser uma ótima ferramenta de trabalho, pois, além de todas as possibilidades evidenciadas acima, ainda teria a rica oportunidade de estar trabalhando junto com os estudantes e suas famílias um meio de incentiva-los a utilizar o recurso de maneira sustentável e barateando os gastos mensais, o que traz

um aprendizado significativo para toda a comunidade. Sobre o projeto, foi afirmado que:

Estamos retomando ele agora. Nós só emperramos, nessa situação, por que a horta consome muita água. E o nosso consumo de água da Cesan aqui já é muito alto. Junto com essa equipe de professores estamos desenvolvendo um projeto para a perfuração de um poço artesiano aqui na escola. Então, tendo essa água do poço na escola, a gente pode agora retomar a questão da horta, por que aí a gente vai ter uma quantidade de água suficiente, sem precisar usar a água da Cesan. Ontem nós tivemos a visita de um técnico que já faz perfuração profissional na região e sabe que a gente vai conseguir uma água de qualidade aqui. Ele nos garantiu. Agora a gente precisa fazer a perfuração, coletar a água, fazer a análise pra ter um respaldo da condição de utilizá-la. Se não para consumo ou para beber, pelo menos para limpeza e para descarga, pra torneira, essas coisas assim. Pelo menos 2/3 do que a gente gasta será economizado dessa forma. Mas aí a gente já consegue amarrar uma coisa na outra. (Diretor da Unidade de Ensino).

Pelo excerto acima observamos as consequências e possibilidades de trabalho que a integração *escola-comunidade* traz. A escola, com a ajuda da comunidade, passa a conhecer a realidade de seu entorno, as potencialidades do território e as possibilidades de realizar um trabalho adequado às necessidades e interesses da população. Por esse fato, a escola deve proporcionar que a comunidade participe da elaboração do currículo que será empregado na Unidade de Ensino, pois “[...] como cabe à comunidade desvelar a realidade e descobri-la, é também ela que deveria elaborar o currículo numa perspectiva de eterno começo” (FAUNDEZ, 1993, p. 43).

No material elaborado para auxiliar o processo formativo dos conselheiros (ver Apêndice B), além de explicitar o que é o Conselho Escolar, quais suas atribuições, suas funções, sua composição entre outros, destacamos a necessidade de promover a articulação entre o trabalho desenvolvido por esse Conselho e o PPP da Unidade de Ensino. Essa articulação deve ser a ferramenta responsável pelo desenvolvimento das ações planejadas e executadas dentro da escola, pois possibilitará a oferta de uma educação que torne os sujeitos cada vez mais humanizados (FREIRE, 1969), onde estes refletirão acerca da sua realidade e das possibilidades de transformação da mesma. É de fundamental importância possibilitar o aprendizado participativo, pois trata-se de algo que será útil por toda a vida, dando um novo sentido a esta e à sociedade.

Como não dar uma importância essencial à aprendizagem da participação, à aprendizagem da teoria e da prática, à aprendizagem da crítica e da organização, da melhoria real da vida cotidiana da comunidade, nos campos político, econômico, social, emocional etc.? Se a educação é incapaz de levar à criação de uma nova vida e de uma nova sociedade, ela

é cúmplice das camadas sociais detentoras do poder, que só procuram reproduzir os modelos existentes de uma sociedade injusta que destrói, pouco a pouco, mas inexoravelmente, a humanidade (FAUNDEZ, 1993, p. 48-49).

Citado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/1996), Art. 12, inciso I, e no Regimento Comum das Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Cariacica-ES (publicado no Diário Oficial do Município, em 09 de fevereiro de 2018), Art. 7º, o Projeto Político Pedagógico seria elaborado e executado pelos estabelecimentos de ensino, respeitando suas singularidades e as da comunidade onde se inserem. Tal projeto é, portanto, um

[...] documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

[...] Ao mesmo tempo, é um conjunto de princípios e práticas que reflete e recria essa cultura, projetando a cultura organizacional que se deseja visando à intervenção e transformação da realidade. O projeto, portanto, orienta a prática de produzir uma realidade: conhece-se a realidade presente, reflete-se sobre ela e traçam-se as coordenadas para a construção de uma nova realidade, propondo-se as formas mais adequadas de atender necessidades sociais e individuais dos alunos (LIBÂNEO, 2008, p. 151).

Vemos que se trata de um documento de extrema importância para a elaboração e o desenvolvimento de uma educação pública dotada de qualidade e que seja adequada às necessidades e interesses das comunidades escolar e local. Isso tudo pelo fato de ser através desse documento que se projetam ações futuras com base nas condições reais da comunidade no presente, visando a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Ele rompe com a centralização do poder e das decisões que chegam até a escola vindos de lugares alheios à realidade vivenciada pela comunidade escolar, isso por que sua elaboração necessita da participação de todos os envolvidos. Ademais, sua construção transforma todos os envolvidos em sujeitos capazes de produzir a própria história, como afirma Libâneo (2008):

O projeto surge como forma de superação de um paradigma técnico (ou tecnicista) em que tudo o que a escola e os professores precisam fazer já vem estabelecido de cima. O projeto, numa perspectiva progressista, é o meio pelo qual os agentes diretos da escola tornam-se sujeitos históricos, isto é, sujeitos capazes de intervir conscientemente e coletivamente nos objetivos e nas práticas de sua escola, na produção social do futuro da escola, da comunidade, da sociedade.

Pode-se dizer, então, que o projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade tomarem sua escola nas mãos, definirem seu papel estratégico na educação das crianças

e jovens, organizarem suas ações, visando a atingir os objetivos a que se propõem. É o ordenador, o norteador da vida escolar (LIBÂNEO, 2008, p. 160-161).

Reiteramos a necessidade de serem criados espaços de diálogo dentro dos Conselhos Escolares, pois se trata de excelente oportunidade para promover o debate, o estudo e a reflexão sobre a realidade que cerca a comunidade. Além disso, partir da análise do contexto de vida concreto em que vivem as pessoas que compõem a comunidade escolar é fundamental para fazer, da educação ofertada pela escola, algo verdadeiramente significativo para todos. Esse processo conduzirá os representantes de segmentos e seus pares à condição de protagonistas na construção de sua história, sendo estes “sujeitos”, não “objetos”.

Para ser válida, toda educação deve necessariamente ser precedida por uma reflexão sobre o homem e uma análise do contexto de vida concreto do homem concreto que se quer educar (ou, para dizer de modo mais apropriado: que se quer ajudar a se ajudar).

Na ausência de tal reflexão sobre o homem, corre-se o grande risco de adotar métodos educacionais e procedimentos que reduziram o homem à condição de objeto.

Ora, a vocação do homem é ser sujeito, não objeto (FREIRE, 2016, p. 66-67).

É a partir da análise e da reflexão sobre a realidade concreta em que vivem os sujeitos da comunidade escolar que estes poderão planejar e construir uma educação verdadeira para todos. Como afirma Freire (2016), ao dizer que:

É mediante reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto, que o homem se torna sujeito. Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais ele “emergirá”, plenamente consciente, engajado, pronto a intervir sobre e na realidade, a fim de mudá-la (FREIRE, 2016, p. 68).

A realidade em que vivemos carrega consigo a condição de *estar sendo*, pois se encontra em constante transformação, algo que depende diretamente da participação do maior número possível de sujeitos para evoluir ou involuir. Os obstáculos que encontramos em dada realidade podem nos possibilitar rico aprendizado, a partir da leitura e reflexão que fazemos sobre suas causas e consequências. Sob a condição de *estar sendo* é possível, à realidade, ser transformada, o que significa que os sujeitos que dela fazem parte estão sendo “integrados” a ela e não “adaptados” a sua forma.

No próprio ato de responder aos desafios que seu contexto de vida lhe apresenta, o homem se cria, se realiza como sujeito, pois essa resposta exige dele reflexão, crítica, invenção, escolha, decisão, organização, ação

etc., ou seja, coisas pelas quais a pessoa se constrói, e que fazem dela um ser não mais somente “moldado” à realidade e aos outros, mas, sim, “integrado” (FREIRE, 2016, p. 71-72).

Promover essas reflexões acerca da realidade da escola e de sua comunidade é ação que precisa ser estimulada, incentiva, pois é a partir disso que será possibilitada a construção de sujeitos capazes de transformar a realidade cotidiana. Essas ações precisam estar articuladas com o Projeto Político Pedagógico da escola, pois este é um instrumento que auxilia a gestão dos recursos pessoais, financeiros e pedagógicos da escola, além de ser o guardião dos objetivos e princípios da educação a ser ofertada pela Unidade de Ensino. Sousa e Corrêa (2002) afirmam que:

[...] são princípios orientadores do projeto pedagógico: relação escola-comunidade, ação coletiva, gestão democrática, currículo, avaliação e valorização dos profissionais da educação. Esses elementos precisam ser problematizados na escola, a partir da consideração das quatro dimensões em torno das quais é organizado o trabalho pedagógico – pedagógica, administrativa, financeira e jurídica (SOUSA; CORRÊA, 2002, p. 55-56).

Observamos que a construção do Projeto Político Pedagógico perpassa todos os segmentos que compõem a escola. Além disso, fazem parte de sua composição: as discussões sobre a atuação dos profissionais que trabalham na Unidade de Ensino, direta ou indiretamente ligados à docência; a forma como o trabalho desenvolvido será avaliado; qual o entendimento de cidadão a escola possui e quer formar; qual o tipo de gestão embasará o funcionamento da escola; entre outros.

Assim, é necessário que as ações vinculadas ao Projeto Político Pedagógico sejam constantes dentro do ambiente escolar. Segundo Veiga (2009, p. 169), “a construção, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico requerem continuidade das ações, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de uma sistemática de avaliação de cunho emancipatório”.

Apesar de ser ferramenta fundamental para o planejamento e o desenvolvimento das ações da escola, o Projeto Político Pedagógico ainda carece de publicidade dentro do ambiente escolar, de modo que se torne um documento de domínio público. “Esse projeto [PPP], depois de pronto, teria um prazo de validade? [...] Se mudar a direção da escola, esse projeto continua?”. (Representante da comunidade local).

Depois de toda a discussão sobre o que é o PPP e sobre como ele pode ser utilizado, surgiram essas perguntas. Observamos que o trabalho que envolve a construção do PPP não é algo tão óbvio como parece ser e que as pessoas têm muitas dúvidas sobre ele. Além disso, as pessoas o enxergam como uma ferramenta de extrema importância para o desenvolvimento, o planejamento e a oferta de uma educação de qualidade ofertada pela escola à comunidade local. Por essas observações é que reiteramos a necessidade de dar publicidade ao PPP da escola, bem como tornar a sua construção algo coletivo-participativo. Isso permitiria tornar o ambiente escolar algo pertencente ao cotidiano da comunidade, bem como trazer essa comunidade para dentro da vivência escolar. É o que afirma Bordenave (1994):

A escola pública, antes encerrada em si mesma e dedicada quase que exclusivamente ao ensino de crianças e adolescentes, está procurando ser mais participativa em dois sentidos: o da participação da comunidade na escola e o da participação da escola na comunidade (BORDENAVE, 1994, p. 60).

A participação da escola na comunidade, e vice-versa, possibilita o planejamento e a oferta de uma educação voltada para a realidade local. Torna possível, também, a construção de um Projeto Político Pedagógico que contemple as necessidades concretas de formação e atendimento que a comunidade busca no espaço escolar. O autor afirma, ainda, que “[...] a participação escola-comunidade constitui um laboratório vivo onde os futuros cidadãos aprendem a difícil arte da convivência democrática” (BORDENAVE, 1994, p. 61).

O caminho que conduz à construção, efetivação e ao fortalecimento de relações democráticas passa pelo ambiente escolar, sendo de fundamental importância explorar todas as possibilidades que essa ação permite. As ações do Conselho Escolar precisam estar alinhadas ao PPP da escola, pois esse documento irá reger as ações desenvolvidas no espaço da Unidade de Ensino. Além disso, ele é a ferramenta motriz para que sejam alcançados todos os objetivos traçados para o desenvolvimento e a oferta de uma educação voltada para a realidade da comunidade escolar.

6.1.5. 5º Encontro Formativo

O 5º encontro, que estava agendado com os conselheiros da EMEF “Maria Augusta Tavares” para acontecer no dia 19 de junho, foi remarcado para o dia 26 de junho de

2019. Tal medida tornou-se necessária pelo fato de que os principais sujeitos pertencentes ao Conselho Escolar, a quem o processo formativo se destina precipuamente (segmentos de pais, de estudantes e da comunidade local), não puderam estar presentes. O representante da comunidade estava acompanhando o trabalho de limpeza de um terreno baldio localizado nas proximidades da escola e que se tornou ponto viciado para depósito e descarte de lixo doméstico e também de entulho. O representante do segmento de pais, embora tivesse confirmado presença no encontro previsto, desmarcou sua participação momentos antes, pois surgiu uma grande demanda de trabalho em seu comércio (é proprietário de uma oficina de bicicletas), o que acabou inviabilizando sua participação no referido encontro formativo. A representante dos estudantes estava participando, junto com outros colegas, de aula de campo sobre pontos histórico-turísticos e que ajudam a compreender o conteúdo da disciplina de História que está sendo trabalhado em sala de aula. Caso fosse mantido o encontro para a data prevista, estariam participando, apenas, os gestores, as representantes dos servidores e dos professores. Por esse motivo, optamos por remarcar o encontro para a semana seguinte, oportunizando que os segmentos ausentes pudessem participar.

Cabe aqui reiterarmos acerca da realidade que envolve os conselheiros e a comunidade escolar. A participação dos representantes dos segmentos que compõem o Conselho Escolar é condicionada a uma série de fatores que se configuram como dificultadores e, por vezes, até impeditivos para que estejam presentes nas reuniões e ações do Conselho de Escola. Já mencionamos, anteriormente, que a participação dos gestores, dos professores e dos servidores é garantida pelo fato destes desempenharem as funções de conselheiros escolares dentro de seu horário de trabalho. O mesmo não acontece com os representantes da comunidade, dos pais e dos estudantes, que necessitam desempenhar funções de extrema importância, para o seu cotidiano, em concomitância com a função de conselheiro escolar.

Dessa forma, o 5º encontro de formação, para os conselheiros escolares da EMEF “Maria Augusta Tavares”, teve início às 14h30min do dia 26 de junho. Estiveram presentes: o diretor da Unidade de Ensino; o vice-diretor; as representantes dos funcionários da escola (titular e suplente); a representante dos estudantes (titular); o representante da comunidade local e a representante dos professores (suplente). Eu

fiz a mediação do diálogo estabelecido no encontro de formação. Não esteve presente o representante do segmento de pais (suplente), devido estar trabalhando no mesmo horário da formação.

Iniciamos o encontro lembrando os assuntos discutidos no encontro da formação anterior, onde foram tratados assuntos tais como: o “folheto de orientações” elaborado a partir das demandas relatadas pelos conselheiros escolares e que teria a finalidade de esclarecer dúvidas comuns que surgem durante as reuniões do Conselho; esclarecimentos sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP), sua construção e elaboração, ações que devem contar com a participação de todos os membros da comunidade escolar; entre outros.

O “folheto de orientações” (ver Apêndice B) foi disponibilizado para a escola, para que possa ser utilizado em eventos de formação para os próximos conselheiros que serão eleitos na eleição que acontecerá no final do mês de agosto, para compor o mandato 2019-2022 dos novos representantes do Conselho de Escola. Afirmamos, para o grupo de conselheiros, que o “folheto de orientações” deve ser utilizado em estudos e formações para os mesmos e que seu acesso deve ser disponibilizado para toda a comunidade escolar, criando, assim, possibilidades para que esta faça sua edição, supressão de itens/temas, inclusão de novos assuntos, complementação, entre outros.

Nesse encontro, fizemos questão de reafirmar que os objetivos traçados, desde o início, para todo o processo de formação foram: promover o diálogo sobre as várias possibilidades de trabalho e atuação do Conselho Escolar; incentivar a reflexão sobre a realidade da escola e da comunidade onde esta se insere; promover o debate sobre o papel do Conselho, entre os representantes de segmentos; elaborar material de estudo que viesse representar a realidade do Conselho Escolar e as necessidades da comunidade; entre outros. A partir do levantamento destas questões pudemos realizar, coletivamente, a avaliação dos encontros, o que nos permitiu visualizar todas as etapas do trabalho que foram positivas, bem como as que podem melhorar. Sugestões para enriquecer as formações, em futuros encontros, também foram apontadas, fato que nos fez perceber as transformações, mesmo que incipientes, ocorridas na prática dos conselheiros e na maneira como estes percebem, refletem e se integram à sua realidade (FREIRE, 2016) e seu cotidiano, comparando-se com o período quando iniciamos as formações.

Eu acho que ajudou, porque esclareceu muita coisa. Por exemplo, a representante dos estudantes achava que era só resolução de problemas... E até mesmo pra nós percebermos que nós estamos, apenas, tratando problemas nas reuniões do Conselho. A gente não tá tratando de coisas que estão por vir a acontecer, coisas positivas, visitas pedagógicas etc., a parte boa não está sendo colocada em prática. O que a gente tem colocado muito em prática são os problemas que ocorrem na escola. Isso é bom pra gente poder se policiar mais nisso também. (Representante dos professores).

O relato da representante dos professores nos evidencia a valiosa ajuda que as formações trouxeram, para a prática dos conselheiros, já em um curto espaço de tempo. A partir das reflexões feitas, eles puderam perceber a importância do Conselho Escolar e as variadas possibilidades de trabalho que ele oferece. É óbvio que, dos temas para trabalho que motivaram/motivam as convocações para que o Conselho se reúna, aqueles que envolveram/envolvem a resolução de problemas ocupam posição de destaque nas ações do órgão (ver Gráfico 1), mas as possibilidades e potencialidades de trabalho vão muito além disso, fato que pôde ser desvelado pelo grupo com as reflexões e problematizações feitas durante os encontros de formação propostos.

Outro ponto destacado durante a avaliação referiu-se à possibilidade e necessidade de serem criados espaços de diálogo dentro do Conselho, como forma de promover os estudos e a reflexão, dos conselheiros, acerca da realidade cotidiana vivenciada na/pela comunidade escolar, o que possibilita e incentiva o *estar com* (FREIRE, 2014b). Além disso, criar tais espaços de diálogo seria uma forma de incentivar e qualificar a participação (BORDENAVE, 1994) consciente e atuante de todos os representantes de segmentos, algo que é visto como sendo de fundamental importância para que as ações realizadas pelo Conselho de Escola logrem maior êxito e se desenvolvam.

Eu acho complicado [...], é extremamente complicado. A gente, ultimamente, não tem tempo. [...] Tudo é na correria [...], a gente não tem um momento assim, de dar aquela respirada, e ficar “à toa”. Não tem como a gente dar um tempinho pra gente mesmo, não tem como. É o tempo inteiro a gente aqui [...], com essas demandas: acaba de sair da frequência, entra na prestação de contas; entra no mapa de carga horária, que até hoje eu não consegui concluir, e olha que já saíram alguns professores e entraram outros, daí eu vou ter que refazer todo o meu mapa de carga horária. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Apesar de estarem cientes das dificuldades a serem enfrentadas para qualificar as ações do Conselho, vemos que a rotina exacerbada de trabalho, fato que consome a

maior parte do tempo e das ações dos conselheiros, inviabiliza que estes vislumbrem qualquer saída que venha transformar tal realidade.

Dar conta de todas as demandas que surgem no cotidiano escolar figura-se como tarefa hercúlea, porém necessária, mas que muitas vezes é de difícil enfrentamento. Mesmo com todos estes enfrentamentos travados, a forma como funciona e age o Conselho Escolar da Unidade é tida como satisfatória, para os padrões apresentados em comparação com os Conselhos de outras Unidades de Ensino. Além disso, foi sugerido que tais formações poderiam ser mais específicas e direcionadas, atingindo os segmentos que compõem a comunidade escolar com maior profundidade, baseando-se nas suas necessidades reais.

De todas as escolas, das quais eu já participei e participo, até hoje, a única que consegue fazer isso aqui [reunir o Conselho para resolver problemas e para participar de processo formativo] é a nossa. [...] Para um primeiro momento, foi super esclarecedor. Eu acho que deveria ter assim, uma outra formação, com maior profundidade, principalmente pra quem é de comunidade, quem é aluno... Porque, queira ou não, essa mocinha aqui (referindo-se à representante dos estudantes) está aprendendo várias coisas, ela está percebendo várias coisas e é ela o futuro de tudo isso aqui. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Ter oportunizado aos conselheiros momentos para que pudessem refletir sobre sua realidade, bem como problematizar a mesma, foi fundamental para elucidarmos a importância que os processos formativos têm e que possibilitam a construção do conhecimento de toda a comunidade. Isso ficou bastante evidente pelo relato do representante da comunidade, um senhor que atua em movimentos comunitários e órgãos colegiados há bastante tempo, mas que não conhecia todas as possibilidades que os Conselhos oportunizam.

Eu avalio como boa, como positiva. Todo esse trabalho foi importantíssimo. Eu fiquei sabendo de coisas aqui que, nesses anos todos participando de escola, eu não sabia. Por isso que eu fiz a pergunta “quem autorizou vocês saírem daqui?” [sobre a saída dos estudantes para uma aula de campo, na semana anterior, e que contribuiu para que nosso encontro de formação precisasse ser remarcado]. Eu não sabia dessa situação, de autorização da Secretaria de Educação. [...] Então isso vai servindo, porque a gente vê o Conselho de Escola resolvendo problemas e o Conselho é formado por quê? Porque é formado o Conselho de Escola? Foi porque a lei decide. A direção de uma escola ia formar um Conselho se a lei não exigisse? Se não precisasse, se não tivesse dificuldade de trabalhar na escola? Se não formar um Conselho vai ter dificuldade, não vai conseguir. [...] Precisa do Conselho de Escola, do Conselho Fiscal, numa prestação de contas, é disso que precisa. Então, realmente os Conselhos que a gente vê é formado [sic] só mesmo pra poder dar condições da escola caminhar, funcionar. (Representante da comunidade local).

A leitura que ele faz da atuação do Conselho, bem como os motivos que levam este a funcionar da maneira posta, foi construída a partir de suas próprias reflexões que foram construídas no coletivo e de maneira participativa. Vemos que os conselheiros são capazes de construir seu próprio conhecimento, necessitando da ajuda de outros apenas para lhes possibilitar espaços para o diálogo e a reflexão. Ademais, podemos observar que os encontros de formação já começaram a render frutos positivos, pois os conselheiros começaram a ver o trabalho que desenvolvem, ou que podem desenvolver, sob outro olhar. Eles já problematizam a própria realidade de suas ações dentro do Conselho, pois estão refletindo a própria prática (FREIRE, 1981), fato que parecia distante até bem pouco tempo.

Nos encontros anteriores, os conselheiros manifestaram interesse em saber um pouco mais sobre as formas de agir do Conselho, os assuntos que podem e que não podem ser tratados nas reuniões do mesmo. Tais indagações possibilitaram importante debate acerca das ações e alternativas de trabalho, visto que eles estavam bastante acostumados a reunir-se para tratar, apenas, de problemas surgidos no cotidiano escolar. Igualmente, ficou explícita a vontade que os representantes de segmentos têm de difundir e propagar o conhecimento ali construído, socializando com seus pares tudo o que foi estudado e dialogado naquele espaço de formação. Atuar como um multiplicador do conhecimento é extremamente importante, pois são pessoas da comunidade refletindo e agindo de acordo com sua própria realidade, construindo algo significativo para todos (FAUNDEZ, 1993).

Então foi bom pra gente saber como cobrar certas coisas. A gente não vai mais ficar nessa situação, não vai ficar cobrando o que está vendo que não tem condições de fazer. Tem coisas que a gente pode ter uma ideia, “olha, isso aqui pode fazer dessa forma”... Abriu bem as ideias. Agora eu vou participar do Conselho lá [fará parte, enquanto líder comunitário, do Conselho de outra escola do bairro e que foi municipalizada recentemente], a gente vai entrando com a mente mais aberta, pra contribuir, também, com a formação dos de lá, né? Vai ter os pais dos alunos de lá também né, que a gente vai estar observando todo o andamento pra ver como ajudar. (Representante da comunidade local).

A construção do conhecimento significa empoderamento, significa criar relações de autonomia, mesmo que isso não signifique ter total independência. Como já foi citado anteriormente, Freire (1991) afirma que estamos ainda aprendendo a fazer democracia, o que torna ainda mais premente nos posicionarmos de maneira que nossos anseios sejam considerados e respeitados, e que os outros sujeitos que

configuram nosso meio não usem de métodos escusos para ludibriar nossas decisões. A democracia tem sido construída a duras penas e de forma bastante lenta, fato que nos faz lutar, cotidianamente, para que esta seja exercitada com vistas a consolidar-se, de fato.

A carência de conhecimento e informações suficientes a respeito de algo faz com que algumas pessoas optem por manipular o poder de decisão de outrem. Quando isso não é possível, elas agem de forma a desestimular, menosprezar ou até desprezar o ponto de vista defendido ou o que foi decidido por um dado representante. Situações como estas foram vivenciadas pelos segmentos de pais, de estudantes e da comunidade, onde o que estava em xeque era a mudança do atendimento dado pela escola à comunidade.

A escola, que era conhecida por prestar o atendimento das séries finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) à comunidade, recebeu comunicado da Secretaria Municipal de Educação – SEME afirmando ser necessário abrir turmas para atender as séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Tal fato implicaria na mudança de toda a organização da estrutura de funcionamento da Unidade de Ensino. Dessa forma, os gestores da escola precisariam reorganizar e reestruturar toda a ordem de funcionamento da mesma, o que implicaria mudanças no enquadramento profissional de muitos servidores (professores). Como não era uma decisão simples de ser tomada e precisava da ajuda de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar para decidir como seria a nova organização da Unidade, o caso foi levado para o Conselho de Escola.

Como o atendimento seria dado à comunidade local, o caso foi amplamente discutido em reuniões do Conselho de Escola, onde todos puderam refletir sobre tal situação e decidir sobre os rumos que a escola deveria tomar no atendimento aos estudantes e à comunidade. Nesse momento, muitos conflitos de ideias foram travados, pois um grupo de profissionais queria sobrepor às decisões e ao bem estar coletivos os anseios particulares e individuais.

[...] Até a nossa mudança aqui, de turmas, se não tem um Conselho de Escola, a gente não teria conseguido não. Foi uma queda de braço até no Conselho, porque ficou, basicamente, empatado. Tinha gente já contando com o voto dos mais inexperientes, tentando induzir o voto deles. Por que as pessoas reconhecem em quem vai votar a possibilidade de tentar influenciar esse voto. Mas, graças a Deus, não teve essa influência e cada um votou segundo a sua consciência, a sua visão. Então eu acho que, naquele momento, o Conselho da nossa escola mostrou uma certa

maturidade... Não teve briga, teve um embate na votação e ponto, acabou. E, lógico, só ocorreu [o respeito à decisão da votação do Conselho] porque estava tudo embasado e calçado pelo Conselho, porque, se não tivesse, tudo teria ido por água abaixo e ia ser uma confusão nessa escola. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Tal excerto nos permite refletir sobre a realidade do Conselho Escolar no que perpassa um acontecimento real, concreto, onde as pessoas tentaram manipular os conselheiros e fazê-los agir de acordo com os interesses particulares desse grupo de pessoas. Ações como “menosprezar”, “desprezar” e “desqualificar” o voto dos segmentos de pais, de estudantes e da comunidade foram realizadas, pois tais segmentos eram vistos como “inexperientes” e, portanto, fáceis de serem cooptados. Vemos aqui a importância e a necessidade de termos mais processos formativos como esse que foi compartilhado, pois caso os conselheiros tivessem passado por processo semelhante anteriormente, teriam mais subsídios para reafirmar sua postura e importância enquanto representantes dos segmentos que compõem o Conselho Escolar.

Criar espaços para que o outro se manifeste e se sinta à vontade para expressar sua opinião, contando com a confiança do grupo ao qual pertence, é de fundamental importância para garantir o sucesso do trabalho desenvolvido, bem como a satisfação de todos os envolvidos com os procedimentos adotados durante o processo. Sobre esse aspecto, apontamos o que disse o representante da comunidade:

Teve gente que armou até depois, no final da votação, depois do resultado da votação, a conversa começou a descambar para um rumo onde eu não gostei da fala de algumas pessoas [...], porque acabaram menosprezando o nosso voto. O nosso voto foi menosprezado depois do resultado. Mas eu gostei da sua postura [do vice-diretor da Unidade de Ensino], sua postura foi firme manteve o resultado. (Representante da comunidade local).

Tal fala corrobora com a citada anteriormente, pelo Diretor da Unidade de Ensino, pois vemos que a tentativa de induzir o voto de alguns dos representantes e/ou desqualificar sua decisão foi prática comum, por parte de um grupo da comunidade escolar, nesse evento que envolveu o trabalho do Conselho de Escola. Além disso, o entendimento de que o trabalho feito pelos representantes do Conselho foi sério e que, por isso mesmo, deve ser respeitado foi muito importante para fazer valer as decisões tomadas no órgão colegiado. Tais decisões foram tomadas mediante muita discussão, reflexão e entendimento da realidade que cerca a comunidade escolar, onde suas necessidades e anseios foram colocados em primeiro plano, embasando

as decisões que foram tomadas. A necessidade do coletivo esteve sempre à frente nos momentos decisivos, sobrepondo-se aos interesses de alguns grupos.

O trabalho conduzido de maneira séria e responsável fez com que todo o grupo valorizasse ainda mais sua participação no órgão, pois, como afirmou o representante da comunidade, “se esse Conselho não mantivesse a postura, eu estava saindo fora também. Se o Conselho voltasse atrás”. A valorização das ações do Conselho, praticadas por seus conselheiros, é uma forma de incentivar e fomentar a participação de todos. Ações desse tipo fazem com que as pessoas da comunidade tenham vontade de participar dos projetos e medidas desenvolvidas no ambiente escolar. Valorizar o espaço do Conselho e de seus membros motiva a participação de forma mais atuante e democrática, conforme afirmam Freire (1991), Faundez (1993) e Bordenave (1994).

Apesar de todas as dificuldades que o Conselho de Escola enfrenta para elaborar, planejar, executar e deliberar sobre suas ações, observamos que foi fortalecido o sentimento de que ele tem poder decisório e que suas decisões não podem ser questionadas ou alvo de objeção, pois todas as medidas são feitas dentro da legalidade, com consulta prévia e participação de todos, deliberando a partir de interesses comuns e coletivos.

Mas o nosso Conselho é um dos poucos que funciona, mesmo sendo um Conselho de crise, de problemas. Porque, na verdade, a escola tem muitos problemas... Todas as escolas têm. Então a gente tem que ter muito jogo de cintura, mas depois que passa pelo Conselho de Escola, depois que o Conselho de Escola bateu o martelo, acabou a conversa. O coletivo decidiu e acabou. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

As formações com os membros do Conselho Escolar da Unidade de Ensino mostraram-se como sendo de grande valia para o processo de construção do conhecimento da comunidade escolar. Além dessa construção, os esclarecimentos acerca de dúvidas que existiam dentro da esfera de decisões configuraram importante vitória no que diz respeito ao fortalecimento do Conselho, da escola e de todos da comunidade escolar. A multiplicação do conhecimento construído nas formações já deu grande mostra de que será feito, dentro da própria comunidade, bem como em outros órgãos de escolas vizinhas. Esse foi o objetivo da criação de espaços de diálogo dentro do ambiente escolar: promover a construção de um conhecimento verdadeiramente significativo para todos (respeitando suas

características, sua história e sua experiência) e transformar cada membro representante em sujeito responsável por criar e modificar a própria história.

6.2. Participação dos conselheiros escolares nos Encontros Formativos

Os encontros formativos desenvolvidos com o Conselho Escolar da Unidade de Ensino ocorreram entre 24/04 e 26/06 e tiveram a participação de 08 (oito) dos 12 (doze) conselheiros representantes de segmentos (titulares e suplentes). Desses conselheiros, os únicos que estiveram presentes em todos os encontros foram: a representante titular dos estudantes e a suplente do segmento dos servidores; o Diretor da escola (titular do segmento de gestores) faltou no 3º encontro, enquanto o Vice-diretor (suplente do segmento) faltou no 2º encontro; a representante suplente do segmento de professores faltou no 2º encontro; o representante titular da comunidade faltou no 3º encontro; o representante suplente do segmento de pais esteve presente em dois (2º e 4º encontros) dos cinco encontros. O número total de faltas e os representantes dos segmentos que estiveram presentes em cada encontro estão representados na Tabela 1 a seguir.

TABELA 1: FREQUÊNCIA DOS CONSELHEIROS NOS ENCONTROS DE FORMAÇÃO					
ENCONTRO					
	1º ENCONTRO	2º ENCONTRO	3º ENCONTRO	4º ENCONTRO	5º ENCONTRO
SEGMENTO					
Gestor (T)	✓	✓	FALTA	✓	✓
Gestor (S)	✓	FALTA	✓	✓	✓
Estudante (T)	✓	✓	✓	✓	✓
Estudante (S)	NP	NP	NP	NP	NP
Comunidade (T)	✓	✓	FALTA	✓	✓
Comunidade (S)	NP	NP	NP	NP	NP
Professores (T)	NP	NP	NP	NP	NP

Professores (S)	✓	FALTA	✓	✓	✓
Servidores (T)	✓	FALTA	FALTA	FALTA	✓
Servidores (S)	✓	✓	✓	✓	✓
Pais (T)	NP	NP	NP	NP	NP
Pais (S)	FALTA	✓	FALTA	✓	FALTA

Obs.: ✓ = Presente; (T) = Titular; (S) = Suplente; NP = Não Participou.

Fonte: Elaboração do autor.

Como pôde ser observado, 04 (quatro) conselheiros não estiveram presentes em nenhum dos encontros formativos: o representante suplente do segmento dos estudantes trabalha no período diurno e estuda no turno noturno; o representante suplente da comunidade local afastou-se da escola e se desligou das atividades da comunidade depois que sua neta terminou os estudos na Unidade de Ensino e foi para outra escola; a representante titular do segmento de professores trabalha na Unidade de Ensino apenas no turno matutino; e a representante titular do segmento de pais afastou-se das atividades do Conselho há aproximadamente um ano, quando conseguiu novo emprego.

A realidade do Conselho Escolar, constatada através das informações contidas acima, nos possibilita refletir sobre algumas questões que devem ser consideradas quando da iniciativa de se fomentar e incentivar a participação dos representantes da comunidade escolar em órgãos colegiados, como o Conselho. Dentre essas reflexões estão assuntos como: a escola funcionar em tempo parcial, onde estudantes e profissionais da educação não podem dedicar seu tempo, de forma integral, no desenvolvimento das atividades e do trabalho educativo ali prestado; os representantes que trabalham na Unidade de Ensino (gestores, professores e servidores) têm sua participação no Conselho facilitada, pelo fato de desempenharem essa função em seu próprio horário de trabalho, ao passo que a participação dos representantes externos (pais, estudantes e comunidade local) acontece de forma voluntária, o que requer maior atenção e cuidado no processo, pois estes dividem seu tempo entre as atividades cotidianas básicas para seu sustento e sobrevivência e as que são de interesse coletivo; entre outros. Esses são alguns dos fatores responsáveis pela dificuldade de tornar a escola um local de maior proximidade entre os sujeitos que dela fazem parte e de tornar o trabalho, nela

desenvolvido, mais efetivo. Tais elementos impactam, diretamente, no trabalho da escola e na qualidade da participação dos representantes de cada segmento.

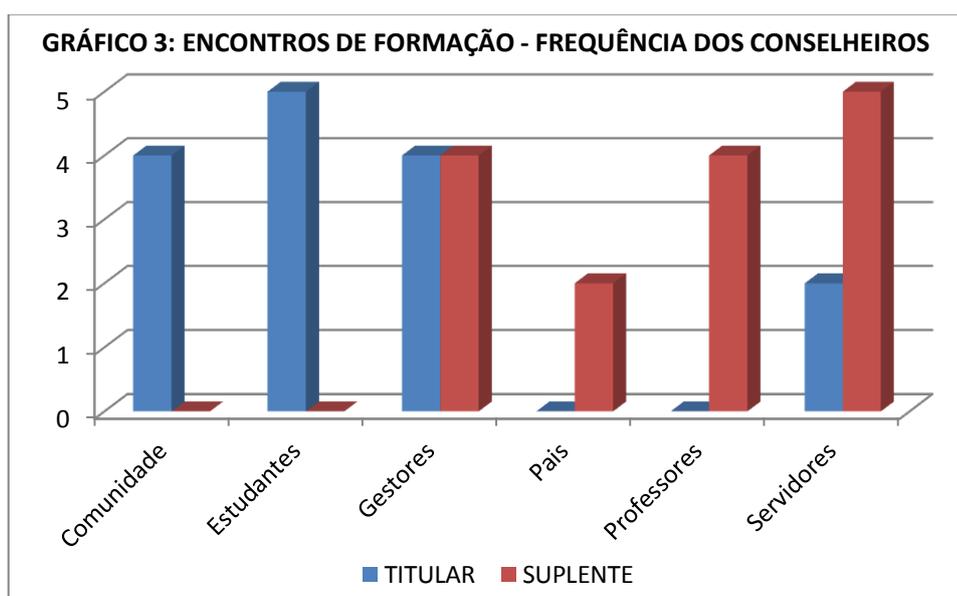
Ainda tratando dos elementos que dificultam ou impedem o desenvolvimento de ações efetivas dentro da esfera do Conselho de Escola está a questão da “invisibilização” do segmento, proporcionada pelo silenciamento de seus representantes. O segmento está presente, porém a presença de seus representantes no espaço da plenária, por si só, não garante uma sequência de trabalho efetivo e de forma continuada, uma vez que há grande dificuldade para iniciar a discussão dos assuntos (visto que alguns segmentos se tornam invisibilizados pela participação de baixa intensidade de seus representantes), mesmo quando a palavra lhes é franqueada, eles se calam. Além disso, alguns não criam laço de pertencimento com a escola, o que os leva a faltarem seguidas vezes ou se afastarem do órgão, abrindo mão de seu mandato. Pelo fato de ser um trabalho prestado de forma voluntária pelos membros externos do ambiente escolar, é compreensível que demandas surjam e venham lhes impedir de dar continuidade ao trabalho junto ao Conselho, no entanto essas questões precisam ser problematizadas e refletidas, coletivamente.

Outro elemento que obstaculiza o trabalho do Conselho de Escola é a dificuldade de se construir um calendário para marcar reuniões ordinárias e, com isso, planejar as ações a serem desenvolvidas no ambiente escolar. Diante dessa dificuldade, o Conselho passa a funcionar, basicamente, para resolução de causas emergenciais, para resolver problemas que surgem corriqueiramente na escola e que necessitam da convocação extraordinária dos conselheiros para deliberar sobre. Problemas como alunos indisciplinados, agressões e depredação do patrimônio público são alguns dos principais motivos de convocação para as reuniões do Conselho Escolar. Como mencionado anteriormente, há a necessidade de se problematizar e discutir, coletivamente no espaço do Conselho Escolar, sobre o significado de “indisciplina” que a escola mantém e a maneira como esta trabalha esse assunto com seus alunos. Quando questionados se haveria outra forma para o funcionamento do Conselho, a resposta foi a seguinte:

Eu acho que não, porque, no início, nós tentamos ter uma reunião, pelo menos, periódica [...] e não foi possível. Não teve como acontecer. Convidamos várias pessoas, poucos se prestaram a participar. Então eu acho complicado fazer de uma forma diferente da que fazemos hoje. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Em virtude das dificuldades apresentadas, de se promover a participação efetiva e constante dos representantes no Conselho, alguns questionamentos surgiram: seria uma alternativa propor que se busque realizar reuniões mesmo com quórum mínimo, para garantir a discussão de uma gama mais variada de assuntos e buscar, também, realizar um planejamento das ações? Seria possível realizar “reuniões abertas”, com a participação de representantes de classes (não apenas com os representantes dos estudantes, mas com representantes de cada classe/sala da escola)? Essas são alternativas possíveis e viáveis para a realidade do Conselho Escolar, ações que possibilitariam a participação mais efetiva dos sujeitos, além de ampliar as discussões do órgão colegiado.

Retomando a discussão sobre os 05 (cinco) encontros formativos que aconteceram na escola e sobre a presença de cada representante de segmento nas formações apresentamos o Gráfico 3:



Fonte: Elaboração do autor.

Através da análise e observação do gráfico torna-se evidente o prejuízo que alguns segmentos têm/tiveram, quando da sua participação no Conselho Escolar e nos encontros formativos. Os representantes de pais, de estudantes e da comunidade tiveram uma participação menor do que aquela que deveriam e/ou poderiam ter, se considerarmos que o trabalho desenvolvido pela escola é voltado para eles, o que os torna peças centrais, e não secundárias, nesse processo.

Embora a educação ofertada pela Unidade de Ensino seja destinada a esses segmentos, eles pouco podem participar, opinar e/ou aprender com as decisões e

experiências ali vivenciadas. A escola precisa tornar a participação dos representantes de segmentos nas reuniões e ações do Conselho, algo pedagógico, que irá preparar a todos para exercerem a cidadania de forma atuante e consciente no meio social.

A participação alijada que os representantes dos segmentos citados possuem é ainda evidenciada na falta de diálogo, que alguns deles possuem, com seus pares. “Tenho pouco contato com os outros, pois estou muito envolvido com o comércio”. (Representante de pais).

Embora os problemas e as dificuldades tenham sido significativos, muitos pontos positivos foram destacados na análise do perfil do grupo de conselheiros, em relação ao processo formativo que tiveram a oportunidade de participar.

Eu avalio como boa, como positiva. Todo esse trabalho foi importantíssimo. Eu fiquei sabendo de coisas aqui que, nesses anos todos participando de escola, eu não sabia. [...] Abriu bem as ideias. Agora eu vou participar do Conselho lá [fará parte, enquanto líder comunitário, do Conselho de outra escola do bairro e que foi municipalizada recentemente], a gente vai entrando com a mente mais aberta, pra contribuir, também, com a formação dos de lá, né? Vai ter os pais dos alunos de lá também né, que a gente vai estar observando todo o andamento pra ver como ajudar. (Representante da comunidade local).

Além disso, constatamos a confiança que vários apontaram ter na possibilidade de melhoria das ações, na qualificação do trabalho do Conselho e na oportunidade de ter, no espaço do órgão colegiado, aprendizado significativo para o desenvolvimento de ações no ambiente escolar, pelo fato de terem participado dos encontros formativos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o contato inicial com a realidade que cerca a escola, foi possível compreender o contexto em que esta está inserida. Foi de fundamental importância, para tal compreensão, realizarmos o levantamento das produções acerca da Gestão Democrática e dos Conselhos Escolares, além de sua constituição histórica em nosso país. Essa ação nos possibilitou a compreensão sobre toda a produção acadêmica acerca de tais assuntos, o que tornou possível mensurarmos aquilo que já havia sido produzido, bem como o que ainda carecia de aprofundamento e atenção.

O contato com o Conselho Municipal de Educação de Cariacica – COMEC e com a realidade que cerca a escola onde atuávamos também contribuiu, sobremaneira, para nos debruçarmos sobre essa seara buscando desvelá-la. O convívio com os conselheiros de educação de diversas partes do estado do Espírito Santo nos possibilitou o contato com as mais variadas realidades, bem como perceber que haviam problemas que eram comuns a todos eles.

Ainda que a realidade parecesse bastante óbvia e clara, era necessário aprofundamento teórico acerca do que nos inquietava, para que pudéssemos buscar, à luz da teoria, respostas para os caminhos que deveríamos seguir. Dessa forma, a revisão de literatura e o Estado da Arte que foram feitos nos auxiliaram na pesquisa sobre os caminhos já percorridos por outros autores e nos permitiram traçar um novo caminho a partir dessas produções. Feita a construção desse Estado da Arte, constatamos que alguns termos seriam fundamentais para o desenvolvimento de nossas reflexões: *Gestão Democrática*, *Conselhos Escolares*, *participação* e *diálogo*. Assim, demos prosseguimento em nossas discussões/reflexões buscando teorizar sobre tais definições, o que nos permitiu aprofundamento nas discussões, compreensão clarificada da realidade pesquisada e proximidade com o objeto de pesquisa.

Era preciso buscar a compreensão do que seria uma educação que realmente fosse dotada de significado e relevância; uma educação que fosse empregada para tornar o homem sujeito e não objeto; torná-lo sujeito a partir do seu contexto, utilizando sua

própria vivência como forma de impulsionar seu aprendizado. Sobre esses assuntos, temos que:

Para ser válida, a educação precisa levar em conta, ao mesmo tempo, a vocação ontológica do homem – vocação a ser sujeito – e as condições em que ele vive: em determinado local, em determinado momento, em determinado contexto.

Em palavras mais exatas, para ser um instrumento válido, a educação precisa ajudar o homem, a partir de tudo o que constitui sua vida, a se tornar sujeito (FREIRE, 2016, p. 67).

Em outras palavras, buscávamos dar ao nosso trabalho referência de algo que partisse do concreto, do real, de algo visível e sensível no dia a dia e que possibilitasse a transformação da realidade daqueles que necessitavam de transformações, mas que não podiam chegar a essa conclusão por si só.

Construímos nosso discurso à luz de Paulo Freire, como sendo nosso referencial teórico. O *fazer com* sempre nos inspirou como sendo a forma mais relevante e verdadeiramente prática de se construir um estudo que viesse possibilitar a transformação da realidade da comunidade onde nos propusemos a trabalhar. Como afirma Freire (2014b), a verdadeira educação se faz através do diálogo, na coletividade, *com* o outro, a partir das situações concretas e das vivências diárias que temos/carregamos conosco. Era preciso utilizar esse conhecimento, que construímos com o tempo, para nos ajudar a superar as dificuldades que encontramos, pois só assim poderíamos aplicar aquilo que vivenciamos de maneira pragmática.

Nessa perspectiva, optamos por discutir/refletir acerca dos elementos que podem permitir uma compreensão prática da educação e da transformação que esta possibilita. Com isso, buscamos evidenciar a teoria de Paulo Freire em consonância com o trabalho docente na Gestão Democrática, com o Currículo elaborado democraticamente e com esses aspectos aplicados no fortalecimento da democracia a ser construída e praticada no interior das escolas. As escolas têm esse aspecto a seu favor: consolidar as relações democráticas a fim de promover, com isso, o exercício da cidadania e a preparação dos educandos para o convívio em uma sociedade mais justa e igualitária. Basta, portanto, que passemos a cuidar da aplicação e da prática de tal aspecto educacional.

A “ação-reflexão-ação”, proposta por Freire (1981), corrobora com esse fim da educação, onde a “primeira ação” corresponde ao conhecimento já construído, ao

argumento/situação que se tem/observa e busca transformar; a “reflexão”, por sua vez, corresponde ao ponto de vista contrário ao conhecimento já dominado, oposto ao argumento/situação que se tem/observa; e, por último, a “segunda ação” corresponde à síntese elaborada pelo encontro e fusão das duas proposições anteriores, onde o que for verdadeiro será captado e ficará retido, o que possibilitará a construção de um novo conhecimento. Esse novo conhecimento é o que será usado para a transformação da realidade vivenciada e que possibilitará o fortalecimento e a consolidação de relações democráticas na sociedade.

Como ferramenta para construir tal conhecimento, relatamos sobre o surgimento de órgãos colegiados de representatividade plural e de deliberação social voltados para a educação: Conselhos de Educação e Conselhos Escolares. Esses órgãos visam descentralizar as ações da educação e da escola partilhando-as com a comunidade que a compõe. Tal iniciativa permite a participação dos sujeitos interessados no fazer educacional e delega a eles poder de deliberação, de planejamento, de execução e de elaboração de políticas públicas que serão empregadas na oferta de uma educação de qualidade direcionada aos anseios e necessidades da comunidade. Nesse contexto, fortalecer tais órgãos, dando publicidade às suas ações e qualificando o trabalho prestado pelos conselheiros nessa esfera de decisões e diálogo, é de fundamental importância para que sejam alcançados todos os objetivos propostos.

Nossa proposta de formação teve esse objetivo: oferecer possibilidades aos representantes dos segmentos, especialmente, de pais e de alunos, constituírem-se capazes de analisar, propor, opinar e decidir sobre os assuntos da competência dos Conselhos Escolares. Enfatizamos os segmentos externos à escola pelo fato de serem eles os mais prejudicados no quesito participação em órgãos colegiados, onde essa participação se caracteriza por ser de baixa intensidade. Gestores, professores e servidores participam dos Conselhos durante seu expediente de trabalho, ao passo que os membros externos da comunidade escolar (pais, estudantes e comunidade local) participam voluntariamente, dividindo suas atenções entre esses órgãos e sua vida particular.

O que viabilizou/facilitou a participação popular nos órgãos colegiados e nesse espaço de diálogo foi a criação de instrumentos legais (leis e decretos) cujo texto preconiza a participação dos segmentos que compõem a comunidade escolar. Tal

construção se fez ao longo da história e possibilitou a criação de caminhos que, percorridos, permitiriam planejar e desenvolver ações educacionais que viessem atender às necessidades e interesses da população.

Apesar de todo esse trabalho desenvolvido ao longo dos anos, criando instrumentos legais para demarcar os espaços e as formas de participação da comunidade, muito ainda se faz necessário realizar. É sempre bom lembrarmos a afirmação de Freire (2014a), ao dizer que nosso país cresceu dentro de condições que não favorecem o fortalecimento da democracia.

Outro aspecto desse trabalho desenvolvido com o Conselho Escolar da Unidade de Ensino diz respeito ao **Produto Educacional** construído, coletivamente, e que poderá ser utilizado para fortalecer e qualificar o trabalho prestado aos Conselhos Escolares de toda a rede pública municipal de Cariacica. Essa experiência trouxe ainda mais significado acerca da necessidade de buscarmos a construção e oferta de uma educação humanizadora (FREIRE, 1969), que valorize as relações humanas e o “*fazer com*”, buscando o diálogo como principal ferramenta que possibilita a construção do conhecimento.

Embora tenhamos dado um importante passo rumo a democratizar o acesso dos segmentos mais fragilizados no quesito participação em órgãos colegiados, muito ainda há que ser feito para fortalecer as relações democráticas em nosso município. Criar os espaços de diálogo (dentro dos Conselhos Escolares), problematizar a realidade vivenciada no entorno da escola e refletir sobre ela não são ações em que sejam permitidas interrupções. O trabalho foi iniciado, mas precisa ser constante, a partir de agora.

Através das discussões tratadas, ao longo deste trabalho, vimos que a democracia é bem recente na história de nosso país. No entanto, como afirma Freire (1991), estamos ainda aprendendo sobre como fazer democracia. Ter a Gestão Democrática, garantida na letra da lei, não é suficiente para que as relações democráticas sejam, de fato, respeitadas e praticadas. É necessária luta constante para que esse princípio seja fortalecido e consolidado.

Ainda há muito que caminhar rumo à consolidação da democracia e das relações efetivamente democráticas no cotidiano das escolas. Portanto, viabilizar a participação popular no processo decisório, de elaboração e de planejamento de

ações, bem como incentivar e fomentar tal participação, criando espaços de diálogo dentro das comunidades (locais e escolares), contribuirá, sobremaneira, para o fortalecimento da democracia, sua efetivação e consolidação, e para o engajamento popular nas questões que lhe dizem respeito.

Conseguimos promover o desvelamento da realidade concreta que permeia a escola e a reflexão sobre as ações e o trabalho prestado pelos conselheiros ao Conselho Escolar e à comunidade. Os encontros formativos propostos possibilitaram ampliação do contato dos sujeitos que compõem a comunidade escolar com a realidade que a cerca e criaram possibilidades, alternativas para que estes deem prosseguimento ao trabalho que é desenvolvido na escola, sempre almejando maior qualidade da educação ofertada e maior esclarecimento daquilo que é possível e necessário. “Eu fiquei sabendo de coisas aqui que, nesses anos todos participando de escola, eu não sabia.” (Representante da comunidade local).

Apesar desse salto qualitativo dado na compreensão acerca do trabalho desenvolvido pelos/nos Conselhos Escolares, alcançado a partir dos encontros formativos, não foi possível trabalhar, durante a pesquisa, todas as possibilidades que essa ação permite/necessita. As formações específicas para cada segmento são alternativas necessárias e prementes que foram apontadas, inclusive, pelos conselheiros durante os encontros. Tais ações precisam ser praticadas/construídas/oportunizadas.

Trabalhando as especificidades que permeiam cada segmento e qualificando-os, dentro de suas necessidades reais e concretas, as ações de fortalecimento dos Conselhos/Conselheiros Escolares serão ainda mais visíveis e percebidas, com o passar do tempo. Ações como essa contribuirão para a formação das próximas gerações de conselheiros, incentivando e fomentando a participação consciente e efetiva de todos os sujeitos da comunidade escolar.

Eu acho que deveria ter assim, uma outra formação, com maior profundidade, principalmente pra quem é de comunidade, quem é aluno... Porque, queira ou não, essa mocinha aqui [referindo-se à representante dos estudantes] está aprendendo várias coisas, ela está percebendo várias coisas e é ela o futuro de tudo isso aqui. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Vemos a necessidade de continuar criando espaços de diálogo, de debate e de reflexão, espaços formativos para os sujeitos da comunidade escolar, possibilitando que estes desvelem e problematizem a realidade que os cerca e da qual fazem

parte. Estar em contato com tal realidade, de modo a refletir sobre ela a ponto de compreendê-la é de fundamental importância.

Sua imersão na realidade, da qual não pode sair, nem “distanciar-se” para admirá-la e, assim, transformá-la, faz dele um ser “fora” do seu tempo ou “sob” o tempo ou, ainda, num tempo que não é seu. O tempo para tal ser “seria” um perpétuo presente, um eterno hoje (FREIRE, 2014c, p. 19).

É preciso, então, criar mais oportunidades de colocar os sujeitos que compõem os segmentos do Conselho e da comunidade escolar em contato com seus problemas e com suas necessidades, a fim de que estes possam criar maneiras de transformar tal realidade. É papel da escola (e do Conselho Escolar) oportunizar espaços de diálogo entre os sujeitos que a constituem; é papel da escola colocar os sujeitos que a compõem em contato direto e consciente com a realidade que vivenciam. Tais ações só serão possíveis com políticas públicas formativas que priorizem/valorizem/incentivem a participação e a efetivação das relações democráticas de maneira constante.

8. REFERÊNCIAS

ABREU, Henriqueta Rocha de. **O desafio de promover a participação democrática**: avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22185/1/2016_dis_hrabreu.pdf. Acesso em: 1 set. 2018.

ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho? Como organizar o Colegiado Escolar**. Guia da Escola Cidadã – Instituto Paulo Freire. v. 8. São Paulo: Cortez, 2002.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Moderna, 2002.

ARROYO, Miguel. Algumas questões sobre educação e enfrentamento da pobreza no Brasil (Miguel G. Arroyo entrevistado por Ana Maria Alves Saraiva). **Em aberto**, Brasília, v. 30, n. 99, p. 147-158, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/3253/pdf>. Acesso em: 1 jul. 2018.

BARROSO, João. *O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal*. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Gestão Democrática da Educação**: atuais tendências, novos desafios. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação?** 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da Educação no Município**: Sistema, Conselho e Plano. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2013. Coleção Educação Cidadã, v. 3.

BRASIL. Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 jan. 2019.

_____. **Constituição 1988**. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.º 1/92 a 55/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.º 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

_____. **Lei Darcy Ribeiro (1996)**. LDBEN: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional. 11. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BURAKI, Gislaine. **A Gestão Democrática e os Conselhos Escolares na rede pública municipal de Cascavel – PR**: implantação, limites e possibilidades. 2017. 171 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE. Cascavel, 2017. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3419/5/Gislaine.Buraki2017.pdf>. Acesso em: 1 set. 2018.

CAMPOS, Elisabete Ferreira Esteves. *A pesquisa-ação como espaço formativo: diálogos com educadores*. In: FRANCO, Maria Amélia Santoro; PIMENTA, Selma Garrido (orgs.). **Pesquisa em educação: a pesquisa-ação em diferentes feições colaborativas**. v. 4. São Paulo: Edições Loyola, 2018. p. 49-65.

CÂNDIDO, Rita de Kássia. **Gestão Democrática da escola: possibilidades e dificuldades na percepção dos pais e dos gestores do Ensino Fundamental**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. 2016. 155 f. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/137999/candido_rk_me_arafcl.pdf?sequence=7&isAllowed=y. Acesso em: 1 set. 2018.

CARIACICA. Lei Nº 2.067, de 21 de dezembro de 1990. **Institui o Conselho Municipal de Educação de Cariacica**. Cariacica: 1990. Disponível em: http://www.legislacaocompilada.com.br/cariacica/Arquivo/Documents/legislacao/html_impressao/L20671990.html. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Decreto Nº 111, de 01 de setembro de 2004. **Regulamenta a implantação dos Conselhos Escolares das Unidades de Ensino da rede municipal de Cariacica e dá outras providências**. Cariacica: 2004. Disponível em: <http://www.legislacaocompilada.com.br/cariacica/Arquivo/Documents/legislacao/html/D1112004.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Lei Nº 4.354, de 09 de dezembro de 2005. **Autoriza as Unidades de Ensino da rede municipal de Cariacica a criarem as Caixas Escolares e institui os Programas Dinheiro Direto na Escola e Municipal de Alimentação Escolar**. Cariacica: 2005. Disponível em: <http://www.legislacaocompilada.com.br/cariacica/Arquivo/Documents/legislacao/html/L43542005.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Lei Nº 4.373, de 10 de janeiro de 2006. **Institui o Sistema Municipal de Ensino de Cariacica e dá outras providências**. Cariacica: 2006. Disponível em: <http://www.legislacaocompilada.com.br/cariacica/Arquivo/Documents/legislacao/html/L43732006.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Decreto Nº 036, de 15 de março de 2010. **Regulamenta as eleições dos Conselhos de Escola**. Cariacica: 2010. Disponível em: <http://www.legislacaocompilada.com.br/cariacica/Arquivo/Documents/legislacao/html/D362010.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Lei Complementar Nº 035, de 17 de agosto de 2011. **Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público Municipal de Cariacica**. Cariacica: 2011. Disponível em: <http://www.legislacaocompilada.com.br/cariacica/Arquivo/Documents/legislacao/html/C352011.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Regimento Comum das Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Cariacica. **Diário Oficial do Município**, Cariacica, 09 fev. 2018. ed. nº 777. p. 3. Disponível em: <https://www.cariacica.es.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/DIARIO-OFICIAL-MUNICIPAL-09-02-2018-THRA-1832assinado.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

CHAGAS, Evandro Ribeiro. **Processos de formação no espaço do Conselho Escolar: possibilidades de diálogos entre educação ambiental crítica e gestão democrática**. 2018. 191 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) –

Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Vitória, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5607466. Acesso em: 10 jan. 2019.

DUTRA, André de Freitas. **Memórias de educadoras sobre a gestão de Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo**. 2015. 418 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20042016-103136/pt-br.php>. Acesso em: 1 set. 2018.

ESPÍRITO SANTO. Lei Nº 1.735, de 09 de novembro de 1962. **Cria o Conselho Estadual de Educação e dispõe sobre sua organização, funcionamento e atribuições**. Espírito Santo: 1962. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO1735.html>. Acesso em: 19 jan. 2019.

FAUNDEZ, Antonio. **O poder da participação**. São Paulo: Cortez, 1993. *Coleção questões da nossa época*, v. 18.

FREIRE, Paulo. Papel da Educação na Humanização. **Revista Paz e Terra**, Nº 09, p. 123-132, out. 1969. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/1127/1/FPF_OPF_01_0003.pdf. Acesso em: 1 jul. 2018.

_____. *Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 34-41.

_____. (et. al.). *À guisa de introdução: dialogando sobre disciplina com Paulo Freire*. In: D'ANTOLA, Arlette (Org.). **Disciplina na Escola: Autoridade versus Autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1989. p. 1-12.

_____. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização leitura da palavra leitura do mundo**. (Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira). 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. *Escola primária para o Brasil*. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 86, nº 212, p. 95-107, jan./abr. 2005 (publicada originalmente na **RBEP** v. 35, n. 82, p. 15-33, abr./jun. 1961). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.86i212>. Acesso em: out. 2018.

_____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 57. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

_____. **Educação e mudança**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

_____. **Conscientização**. São Paulo: Cortez, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIOVEDI, Valter Martins. *Fundamentos do currículo crítico-libertador de Paulo Freire: princípios antropológicos, éticos, políticos e epistemológicos*. In: **VIII Colóquio Internacional Paulo Freire**, 2013, Recife. Educação como prática da liberdade: saberes, vivências e (re) leituras em Paulo Freire, 2013. Disponível em: <http://coloquio.paulofreire.org.br/participacao/index.php/coloquio/viii-coloquio/paper/viewFile/428/45>. Acesso em: 08 jun. 2017.

_____. **O currículo crítico-libertador como forma de resistência e de superação da violência escolar**. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em: <https://anpedsudeste2014.files.wordpress.com/2015/04/valter-martins-giovedi-ana-maria-saul.pdf>. Acesso em 08 jun. 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. rev. e amp. Goiânia: MF Livros, 2008.

LIMA, Márcia Regina Canhoto de. **Paulo Freire e a administração escolar: a busca de um sentido**. Brasília: Liber Livro, 2007.

LIMA, Licínio C.. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011. Apoio: Faperj.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEC. **Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília: 2004. *Coleção Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares*, Caderno 1. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf. Acesso em: 7 out. 2018.

MOREIRA, Cristina Mara. **Dificuldades na implementação da gestão participativa em uma escola da Zona da Mata Mineira**. 2017. 216 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6733/1/cristinamaramoreira.pdf>. Acesso em: 1 set. 2018.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016a.

_____. **Por dentro da escola pública**. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2016b.

PAULA, Lucília Augusta de Lino de; ESPÍRITO SANTO, Nathalia Cortes do; BARBOSA, Shirlene Consuelo Alves. *Uma reflexão sobre a pesquisa, extensão e formação continuada em conselhos escolares: discutindo a gestão democrática e participativa*. In: PAULA, Lucília Augusta Lino de; OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de (org's.). **Conselho Escolar: formação e participação**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2014, p. 19-33.

- PPP – **Projeto Político Pedagógico da EMEF “Maria Augusta Tavares”**, [2010?].
- PENIN, Sonia T. Sousa; VIEIRA, Sofia Lerche. *Refletindo sobre a função social da escola*. In: VIEIRA, Sofia Lerche (et. al.) (org.). **Gestão da Escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-45.
- PERES, Ana Paula Franzini. **Gestão Democrática e Conselhos de Escola no município de Araraquara/SP**. 2016. 134 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/144365/peres_apf_dr_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 1 set. 2018.
- RAMOS, Géssica Priscila; FERNANDES, Maria Cristina. *Lutas, contradições e conflitos: a construção histórica do conselho escolar no Brasil*. In: LUIZ, Maria Cecília (org.). **Conselho escolar: algumas concepções e propostas de ação**. São Paulo: Xamã, 2010. p. 47-58.
- RAMOS, Daniela Karine. *Os conselhos escolares como espaço formativo à cidadania*. In: _____ (org.). **Conselho Escolar e Gestão Democrática: contribuições de uma formação para a cidadania**. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2014. p. 13-19.
- RIBEIRO, Iara Souza. **Interação escola e família: formação de professores e de familiares**. 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais) – Universidade Nove de Julho. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1009/2/Iara%20Sousa%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 1 set. 2018.
- RICHARDSON, Roberto Jarry (et al.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.
- SALLES, Thays Alexandre. **A importância da dialogicidade para a efetiva participação da comunidade local e da comunidade escolar**. 2017. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alfenas. Alfenas, 2017.
- SILVA, Alba Valéria Baensi da. **O processo de implementação dos Conselhos Escolares na rede municipal de ensino de Magé/RJ: caminhos para a democracia na escola**. 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1343/1/albavaleriabaensidasilva.pdf>. Acesso em: 1 set. 2018.
- SILVA, Itamar Mendes da. **Escola Cooperativa: protagonismo compartilhado de pais/mães para a educação de qualidade**. 169 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.
- _____. **Conselhos de Escola na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Instituto Pólis / PUC-SP, 2002. 48 p. Coleção Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, Caderno 9: Educação – Conselho de Escola.
- _____. *Autoavaliação e gestão democrática na instituição escolar*. In: **Revista Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 66, p. 49-64, jan./mar.

2010a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n66/a04v1866.pdf>. Acesso em: 04 set. 2018.

_____. *Acompanhamento e análise curricular: avaliar para aprender*. In: RODRIGUES, Alexsandro (org.). **Currículo na formação de professores: diálogos possíveis**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de Educação Aberta e à Distância, 2010b. p. 53-75.

SOUSA, José Vieira de; CORRÊA, Juliane. *Projeto pedagógico: a autonomia construída no cotidiano da escola*. In: DAVIS, Cláudia [et al.]; VIEIRA, Sofia Lerche (orgs.). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 47-75.

SOUZA, Márcia Pereira de Almeida. **O funcionamento efetivo do Conselho Escolar como prática de Gestão Democrática**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Escola Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. 2017. 98 f. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5866/1/marciapereiradealmeidasouza.pdf>. Acesso em: 1 set. 2018.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org's.). **Dicionário Paulo Freire**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

THIOLLENT, Michel. *Pesquisa-ação e pesquisa participante: uma visão de conjunto*. In: STRECK, Danilo R.; SOBOTTKA, Emil A.; EGGERT, Edla (orgs.). **Conhecer e transformar: pesquisa-ação e pesquisa participante em diálogo internacional**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2014. p. 15-25.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto Político-Pedagógico e Gestão Democrática: novos marcos para a educação de qualidade*. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, jan./jun. 2009. p. 163-171. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/109/298>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Conselhos Escolares: implicações na gestão da escola básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

APÊNDICE A – “CONSELHOS ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE CARIACICA/ES”

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Eles representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade. Representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. São, enfim, uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 34-35).

No município de Cariacica, os Conselhos foram criados através do Decreto Nº 111/2004, que regulamentou a implantação dos Conselhos de Escola em todas as Unidades de Ensino da rede municipal de educação, determinando que:

Artigo 2º Os Conselhos de Escola, resguardando os princípios constitucionais, as normas legais e as diretrizes da Secretaria de Estado da Educação, terão funções consultiva, deliberativa e fiscalizadora nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras (CARIACICA, 2004).

À época da assinatura, Cariacica ainda não havia instituído seu Sistema Municipal de Ensino, o que só aconteceu através da assinatura da Lei Nº 4.373/2006. Até esse período, a educação do município era normatizada pela Secretaria Estadual de Educação – SEDU.

Como se pode notar, os Conselhos Escolares são recentes no município. Podemos dizer que estes se encontram em processo de consolidação em vários aspectos, pois não se criou ainda, nas escolas da rede, tradição participativa, apesar de já existir processo democrático para escolha de diretores. A participação dos representantes dos segmentos que compõem os Conselhos de Escola ainda padece de maior efetividade, especialmente a participação de pais, estudantes e comunidade. Uma das questões explicativas destacadas em trabalhos acadêmicos⁹ tem sido o entendimento de que falta preparo para os representantes desses segmentos para discutir questões pedagógicas com os especialistas em educação: professores e equipe gestora. Tais entendimentos se constituem em elemento de enfraquecimento do órgão colegiado que tem como função deliberar sobre questões de ordem pedagógica, administrativa e financeira, no âmbito da escola.

⁹ Ver Cândido (2016) e Souza (2017).

Embora tenhamos a democracia como princípio da educação garantido pela Constituição Federal e pela LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394/96), vale ressaltar o que Freire (2014a, p. 90) afirma, ao dizer que “[...] o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas”. Ou seja, vivemos em uma democracia que não nos permite nem qualifica a participarmos do debate dentro das esferas públicas de tomadas de decisões. É o que também afirma Paro (2016b, p. 28), ao dizer que “não basta [...] ter presente a necessidade de participação da população na escola. É preciso verificar em que condições essa participação pode tornar-se realidade”.

A participação de todos os membros e representantes de segmentos é de fundamental importância para a construção de um Conselho democrático e atuante. Além disso, é necessária, também, para a efetivação e para a deliberação legal de todas as ações que competem ao mesmo. Entretanto, não há consenso sobre o significado de “participação”¹⁰, sendo comum encontrarmos sentidos diferenciados sobre este tema.

Assim, reafirmamos que a participação fortalece a comunidade, inserindo todos no processo de construção da educação a ser ofertada pela escola e também permite a consolidação de relações democráticas no ambiente escolar. Sobre este aspecto, reiteramos a afirmação de Freire (1991, p. 136), ao dizer que “[...] nós estamos ainda no processo de aprender como fazer democracia”. Vemos que a democracia é um processo de relações que são construídas no cotidiano com a participação efetiva de todos, sendo instrumento indispensável para transformar a realidade onde a escola e a comunidade estão inseridas.

Um caminho para construir possibilidades de transformação da atual realidade é assumindo o “diálogo” como processo que favorece o “estar com”, a “interação com outros sujeitos”, enfim o fazer partilhado, coletivo e humanizador. Como Freire (2014b, p. 109) nos afirma, “[...] o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens”. Ou seja, é através do diálogo que nos constituímos como seres conscientes do nosso inacabamento, como humanos propriamente.

¹⁰ Ver Werle (2003).

O diálogo é, então, condição fundamental para a construção de relações democráticas e participativas no processo de gestão da educação e dos demais processos inerentes a essa prática. A construção de uma escola sem diálogo com os variados segmentos que a compõem e que não permite que estes segmentos se expressem ou indiquem o tipo de escola do qual necessitam para o seu processo de formação e de construção de seu conhecimento resultará, inevitavelmente, em uma escola autoritária, desestimulante e fadada à perpetuação da reprodução dos processos que conduzem ao fracasso escolar.

Apesar de todas estas dificuldades a serem enfrentadas, pensar em uma escola democrática e participativa é uma tarefa necessária e urgente, pois a prestação de um serviço público que atenda às reais necessidades da comunidade onde a escola se insere e que tenha por princípio a oferta de uma educação pública, gratuita e de qualidade¹¹ comprometida com o acesso e a permanência¹² de seus estudantes, bem como o sucesso destes nos estudos e no aprendizado, é tarefa e dever de todos.

Por estes aspectos, podemos observar o quanto é urgente consolidarmos a prática de uma gestão, efetivamente, democrática das escolas públicas da rede municipal de ensino de Cariacica. Vemos, portanto, a importância da participação de todos no processo de construção do conhecimento sistematizado ofertado pela escola, para que este seja, de fato, relevante para as comunidades escolar e local.

A “comunidade escolar” seria composta por todos os trabalhadores e usuários diretos da escola e de suas ações: educandos, professores, gestores, pais/famílias, servidores administrativos, merendeira, porteiro, auxiliares de serviços gerais, entre outros. Da comunidade escolar fariam parte, então, todas as pessoas que diretamente estão ligadas aos serviços prestados e/ou oferecidos pela unidade escolar considerada.

Sobre “comunidade local” estaria um significado mais amplo, mais abrangente de membros/participantes. Além de ser composta pelos mesmos membros que compõem a comunidade escolar, à comunidade local seriam acrescentadas todas as famílias e/ou pessoas que vivem no entorno atendido pela Unidade Escolar, além de

¹¹ Princípios da Educação, presentes no texto da Constituição Federal de 1988, Art. 206.

¹² Princípios da Educação, presentes no texto da LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), Art. 3º.

instituições que a ajudam ou atrapalham, dialogando com esta de alguma forma, como por exemplo, bares, igrejas, associação de moradores, clubes, etc.

Buscar essa aproximação da comunidade escolar com a realidade que a cerca e possibilitar que ela mesma construa meios para que haja a transformação desta realidade, através do fortalecimento da participação política e democrática de todos, será uma rica oportunidade de educar e ser educado pela via do diálogo e do aprendizado estabelecida entre a escola e os sujeitos que a constituem.

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, Rita de Kássia. **Gestão Democrática da escola: possibilidades e dificuldades na percepção dos pais e dos gestores do Ensino Fundamental**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. 2016. 155 f. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/137999/candido_rk_me_arafcl.pdf?sequence=7&isAllowed=y. Acesso em: 1 set. 2018.

CARIACICA. **Decreto nº 111**, de 1 de setembro de 2004. Regulamenta a implantação dos Conselhos de Escola das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Cariacica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.legislacaocompilada.com.br/cariacica/Arquivo/Documents/legislacao/html/D1112004.html>. Acesso em: 25 set. 2018.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 57. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselhos Escolares**: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2004. v. 01. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf. Acesso em: 18 set. 2018.

SOUZA, Márcia Pereira de Almeida. **O funcionamento efetivo do Conselho Escolar como prática de Gestão Democrática**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Escola Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. 2017. 98 f. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5866/1/marciapereiradealmeidasouza.pdf>. Acesso em: 1 set. 2018.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Conselhos Escolares**: implicações na gestão da escola básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO



**APÊNDICE B – “*MATERIAL DE REFERÊNCIA
PARA O DEBATE SOBRE OS CONSELHOS
ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CARIACICA*” –
(PRODUTO EDUCACIONAL 01)**



CARIACICA
2019

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO/INTRODUÇÃO.....	185
2. DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS.....	186
2. 1. Legislação que ampara os Conselhos Escolares, suas ações e de seus representantes.....	186
2. 2. Hierarquia da administração da Unidade de Ensino.....	186
2. 3. Definição de “Paridade”.....	187
2. 4. O que é o Conselho de Escola?.....	187
2. 5. Atribuições do Conselho de Escola.....	188
2. 6. Funções do Conselho Escolar.....	189
2. 7. Composição do Conselho Escolar.....	189
2. 8. Direito a voto.....	190
2. 9. Não podem assumir vaga de representação no Conselho de Escola.....	190
2. 10. Mandato dos representantes do Conselho de Escola e caso de vacância.....	190
2. 11. Caso de suplência dos representantes do Conselho de Escola.....	191
2. 12. Destituição/perda do mandato do representante de segmento no Conselho de Escola.....	191
2. 13. Diretoria do Conselho Escolar.....	192
2. 14. Escolha do Presidente do Conselho de Escola.....	192
2. 15. Atribuições do Presidente e do Secretário do Conselho Escolar.....	193
2. 16. Condições para realização de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias.....	194
2. 17. Articulação entre o Conselho Escolar e o PPP da Unidade de Ensino.....	195
3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	196

1. APRESENTAÇÃO/INTRODUÇÃO

Estamos chegando ao fim de mais um mandato dos representantes dos Conselhos Escolares das escolas da rede pública municipal de ensino de Cariacica. Por isso, novas eleições se aproximam! É necessário que façamos a escolha dos novos representantes dos segmentos que compõem a comunidade escolar e que assumirão a tarefa de elaborar, planejar e executar, de forma coletiva, as ações pertinentes à educação ofertada pela Unidade de Ensino, educação esta que criará possibilidades para a transformação da realidade dos sujeitos que compõem o entorno escolar.

Como os Conselhos Escolares são relativamente recentes na história da educação do município, é necessário que a sociedade se organize para potencializar o uso que é feito deste órgão colegiado. O objetivo desta ação é possibilitar maior alcance e visibilidade das ações do Conselho, permitindo a construção de uma educação voltada para a realidade local e que permita, por isso mesmo, a efetivação de uma relação de troca e aprendizado baseada no diálogo entre os representantes como forma de construir uma democracia verdadeiramente participativa. Assim, seria possível realizar o exercício da cidadania dentro das escolas, preparando os estudantes para sua inserção no convívio em sociedade, de modo que as próximas gerações tenham claro o poder da sua participação nas tomadas de decisões em benefício da coletividade.

Pensando nisso, preparamos este material para que seja amplamente discutido dentro da comunidade escolar e que, assim, permita a reflexão sobre o papel dos Conselhos Escolares e de seus representantes, sujeitos aptos e capazes de construir a educação a ser ofertada em âmbito local, promovendo um aprendizado coletivo, participativo e que possibilite o desenvolvimento da autonomia de cada sujeito ali presente.

A seguir, apresentamos as principais dúvidas que surgem no dia a dia das escolas quando o assunto é “Conselho Escolar”. Buscamos evidenciar, também, os principais caminhos que possibilitem o esclarecimento de novas possíveis dúvidas e/ou questionamentos.

2. DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS

2. 1. Legislação que ampara os Conselhos Escolares, suas ações e de seus representantes

A construção de relações democráticas dentro das escolas públicas de Cariacica foi se constituindo através de muita luta, discussões e espera. Demorou certo tempo até que toda a estrutura que permitiria tal construção pudesse se estabelecer.

A implantação de Conselhos Escolares em todas as Unidades da rede de ensino tornou-se ferramenta muito importante para a transformação de tal realidade. No entanto, apenas isso não seria suficiente para compor todo o aparato necessário à concretização das ações transformadoras. Era preciso a construção de uma estrutura que permitisse a consolidação das relações democráticas dentro das escolas públicas, o que aconteceu a partir da regulamentação das seguintes normas jurídicas:

Decreto Nº 111/2004: Regulamenta a implantação dos Conselhos de Escola das Unidades de Ensino da rede municipal de Cariacica;

Decreto Nº 139/2004: Dispõe sobre as atribuições dos membros dos Conselhos de Escola;

Decreto Nº 036/2010: Criou normas que regem o processo das eleições dos Conselhos de Escola;

Lei Complementar Nº 035/2011: Dispõe sobre a Gestão Democrática do ensino público municipal de Cariacica.

2. 2. Hierarquia da administração da Unidade de Ensino

As decisões tomadas dentro das Unidades de Ensino não podem ser feitas indiscriminadamente e/ou de forma isolada. São tomadas de acordo com decisão da maioria e em conjunto, visando o bem-estar da coletividade. Não pode haver centralização do poder decisório nas escolas, pois existe um conjunto de esferas que foram criadas para que haja transparência e equidade no tratamento dos assuntos pertinentes à Unidade de Ensino. As decisões tomadas dentro da esfera administrativa da escola são exercidas obedecendo a seguinte ordem hierárquica:

Lei Complementar Nº 035/2011

Art. 10. A administração da Unidade de Ensino será exercida hierarquicamente, por:

- I- Assembléia Geral;
- II- Conselho de Escola;
- III- Direção Escolar;
- IV- Vice-Direção Escolar.

2. 3. Definição de “Paridade”

É a qualidade ou característica do que é par, igual. Remete à ideia de semelhança, similaridade ou igualdade. No Conselho Escolar, está ligada à equivalência do poder de decisão emanado dos segmentos que compõem tal órgão, mantendo equilibrada a relação existente entre os interesses da escola e os da família, de modo que as decisões sejam tomadas em prol do bem comum.

2. 4. O que é o Conselho de Escola?

De acordo com material disponibilizado pelo Ministério da Educação – MEC, os Conselhos Escolares são definidos como órgãos colegiados de deliberação plural e com funções e responsabilidades pré-definidas, devendo contar com a participação de toda a comunidade escolar para a tomada de decisões e também incentivar que esta comunidade se aproprie das discussões e do espaço de maneira consciente e atuante. De acordo com o MEC a definição de Conselhos Escolares é:

[...] órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Eles representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade. Representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. São, enfim, uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 34-35).

2. 5. Atribuições do Conselho de Escola

Ao Conselho de Escola não é permitido atuar ou deliberar sobre quaisquer assuntos ou situações. A atuação dos Conselhos possui limites que vão até aquilo que é de interesse global da escola, não sendo permitido seu envolvimento com questões particulares ou sobre funções específicas de funcionários da Unidade de Ensino. Para esclarecer quais são as atribuições dos Conselhos Escolares temos o texto da **Lei Complementar Nº 035/2011**:

Art. 69. São atribuições do Conselho de Escola, dentre outras:

I - elaborar seu próprio Regimento, com base nas diretrizes previstas em Lei, zelando pelo seu cumprimento;

II - criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar, da definição, aprovação e implementação do Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino, além de sugerir modificações sempre que necessárias;

III - aprovar o plano de aplicação dos recursos financeiros e acompanhar a sua execução;

IV - participar do processo de discussão, elaboração ou alteração do Regimento Escolar;

V - convocar Assembleia Geral;

VI. encaminhar, quando necessário, ao(à) Secretário(a) Municipal de Educação, proposta de instauração de sindicância para fins de destituição da Direção da Unidade de Ensino, em decisão tomada pela maioria simples de seus membros e com razões fundamentadas e registradas formalmente;

VII. recorrer às instâncias superiores sobre questões que não julgarem aptos a decidir e não previstas no Regimento;

VIII. analisar os resultados da avaliação da Unidade de Ensino, a ele encaminhados;

IX. analisar e apreciar questões de interesse da Unidade de Ensino, a ele encaminhados;

X. promover mecanismos para integração da Unidade de Ensino com a comunidade local;

XI. diligenciar visando garantir a execução de determinações administrativas, pedagógicas e financeiras emanadas da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação;

XII. exercer outras atribuições inerentes ao colegiado e devidamente aprovadas por seus pares, respeitada a legislação em vigor.

Parágrafo único. A diretoria dos Conselhos de Escola não terá o Cargo de Tesoureiro, uma vez que as funções de ordem financeira são atribuídas às Caixas Escolares. (Lei nº. 4.354/ 2005).

2. 6. Funções do Conselho Escolar

O trabalho desenvolvido pelos Conselhos Escolares das Unidades de Ensino da rede municipal de Cariacica é embasado pelo texto da Lei Complementar Nº 035/2011, que explicita e demarca suas funções. No entanto, para que haja entendimento completo e satisfatório de todas as funções e objetivos dos Conselhos, é necessário recorrer a outro instrumento jurídico para que possamos ter maior clareza das esferas onde o Conselho se faz presente, bem como de sua área de atuação. Acompanhemos o texto dos instrumentos que regulamentam as funções dos Conselhos Escolares das Unidades de Ensino.

Decreto Nº 111/2004

Artigo 2º Os Conselhos de Escola, resguardando os princípios constitucionais, as normas legais e as diretrizes da Secretaria de Estado da Educação, terão funções consultiva, deliberativa e fiscalizadora nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras.

§ 1º As funções consultivas são aquelas que têm o papel natural de aconselhar, de dar consultas, de emitir opiniões, pareceres sobre determinado assunto num processo de orientação à escola e a interessados em geral.

§ 2º As funções deliberativas consistem no exame de uma situação com visitas à tomada de decisão e a aprovação de diretrizes e linhas de ação na Unidade Escolar.

§ 3º As funções fiscalizadoras referem-se ao acompanhamento, à fiscalização ou controle e avaliação de todas as ações desenvolvidas pela Unidade Escolar, inclusive as que se referem à aplicação dos recursos financeiros repassados às escolas por ela captadas.

Lei Complementar Nº 035/2011

Art. 68. Os Conselhos de Escola, resguardados os princípios constitucionais, as normas legais e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, terão funções consultiva, deliberativa, mobilizadora e fiscalizadora nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras.

2. 7. Composição do Conselho Escolar

Os Conselhos Escolares, como órgãos colegiados responsáveis pela tomada de decisões que dizem respeito ao cotidiano escolar, são compostos por representantes de todos os segmentos que compõem as comunidades escolar e local sendo, assim, garantido o princípio da paridade. Os instrumentos jurídicos que balizam a composição dos Conselhos estão explicitados a seguir.

Decreto Nº 111/2004

Artigo 4º Deverão compor os Conselhos de Escola em cada Unidade Escolar:

I - Diretor da Unidade Escolar será membro nato do Conselho;

II - Representantes titulares e suplentes da Comunidade Escolar eleitos nas suas respectivas assembleias:

a) Representante(s) da categoria do magistério da Unidade Escolar;

b) Representante(s) da categoria dos demais servidores da Unidade Escolar;

c) Representante(s) de alunos a partir de 12 (doze) anos de idade, matriculado em qualquer série/modalidade/nível e que esteja frequentando regularmente a Unidade Escolar;

d) Representante de pais de alunos da Unidade Escolar;

e) Representante da Comunidade (Presidente da Associação de Moradores ou de Centro Comunitário), ou pessoa por ele indicado.

2. 8. Direito a voto

Na função deliberativa, o Conselho faz apreciação de matérias e de assuntos que melhoram o andamento da Unidade de Ensino, entre outros. Para deliberar esses temas, os representantes dos segmentos realizam a votação e a maioria decide a partir do cômputo de seu voto. Para esclarecermos sobre os representantes aptos a votarem, vale o que está escrito no **Decreto Nº 036/2010**:

Art. 21, § 4º - Somente os representantes titulares terão direito a voto.

2. 9. Não podem assumir vaga de representação no Conselho de Escola

Nem todos os sujeitos que pertencem à comunidade escolar podem candidatar-se à vaga de representante dos segmentos que compõem o Conselho de Escola. Alguns aspectos precisam ser considerados antes da pessoa efetivar sua participação no processo eleitoral que escolhe o representante de cada segmento do Conselho. Este assunto é tratado no **Decreto Nº 111/2004, Art. 3º**:

§ 4º O segmento dos alunos deverá apresentar candidatos que comprovadamente, possuam doze anos ou mais e estejam regularmente matriculados.

§ 5º O segmento de pais não poderá ser representado por professores da Rede Municipal de Ensino de Cariacica.

2. 10. Mandato dos representantes do Conselho de Escola e caso de vacância

Os representantes dos segmentos da comunidade escolar nos Conselhos Escolares não adquirem vínculo empregatício com a Secretaria de Educação de

Cariacica. Seu mandato tem duração determinada, é o que está escrito no **Decreto Nº 111/2004**:

Artigo 8º O mandato dos membros do Conselho de Escola será de (3) três anos¹³, admitida a recondução por eleição.

§ 1º O membro do Conselho de Escola que faltar a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas sem justificativa, perderá o mandato, assumindo o respectivo suplente.

§ 2º As reuniões do Conselho de Escola deverão ser registradas em ATAS¹⁴.

2. 11. Caso de suplência dos representantes do Conselho de Escola

Cada segmento da comunidade escolar tem direito a 2 representantes (1 titular e 1 suplente) no Conselho de Escola. Um caso específico é o dos CMEI's, que pelo fato de atenderem a estudantes menores de 12 anos, este segmento é representado pelos seus pais/responsáveis. O segmento de pais/responsáveis, nesse caso, passa ter o direito de eleger 4 representantes (2 titulares e 2 suplentes). Para efeito de esclarecimento acerca da diferenciação entre o posto de titular e o de suplente, vale destacarmos o que está escrito no **Decreto Nº 036/2010, Art. 10**:

Parágrafo Único. Para os titulares eleitos, ficam garantidos os suplentes que, obrigatoriamente, serão os imediatamente mais votados.

2. 12. Destituição/perda do mandato do representante de segmento no Conselho de Escola

Ao ser eleito, cada representante assume compromisso e responsabilidade para com o Conselho Escolar, a Unidade de Ensino e o bom andamento/desenvolvimento das relações administrativas, pedagógicas, pessoais/interpessoais e profissionais da escola. No entanto, a participação do representante está condicionada à atenção com tais compromissos e responsabilidades. Caso haja negativa deste atendimento o representante pode perder o mandato, como descreve o **Decreto Nº 111/2004** em dois de seus artigos. Este decreto menciona, também, os procedimentos a serem tomados:

¹³ O disposto na Lei Complementar Nº 035/2011, Art. 70, §2º, menciona o mandato do Presidente do Conselho de Escola por período de 02 anos, e não 03 anos, como neste artigo do Decreto Nº 111/2004.

¹⁴ O registro das reuniões do Conselho de Escola deve ser feito em livro próprio e exclusivo para este fim, não sendo permitido que outros tipos de registros sejam feitos no mesmo.

Artigo 8º, § 1º O membro do Conselho de Escola que faltar a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas sem justificativa, perderá o mandato, assumindo o respectivo suplente.

Artigo 11º A destituição do mandato de qualquer membro do Conselho, exceto do diretor, será feito por proposição do Conselho de Escola, através da Assembleia do respectivo segmento que compõe o membro a ser destituído.

§ 1º No caso de perda de mandato por destituição ou impedimento, assumirá o suplente.

§ 2º Persistindo a vacância, o cargo será preenchido através de uma nova eleição do respectivo segmento, até o término da atual gestão.

§ 3º O conselho de Escola deverá encaminhar, quando for o caso, à autoridade competente, proposta de instauração de sindicância para os fins de destituição do diretor da Unidade Escolar, em decisão tomada pela maioria de seus membros e com razões fundamentadas e registradas formalmente.

2. 13. Diretoria do Conselho Escolar

O Conselho de Escola está estruturado de forma que haja organização entre o trabalho desenvolvido por todos os representantes de segmento. No entanto, faz-se necessário salientarmos como se processa tal estrutura a fim de compreender a organicidade da composição política do Conselho. Este ponto está escrito no

Decreto Nº 036/2010:

Art. 21 No prazo de sete dias após a posse, os membros eleitos titulares e suplentes reunir-se-ão extraordinariamente, para eleger o Secretário do Conselho de Escola, conforme § 2º do art. 4º, do decreto 139/2004.

§ 1º - A Diretoria do Conselho de Escola será composta por:

I – Presidente;

II – Secretário.

§ 2º - O presidente¹⁵ será o Diretor da Unidade de Ensino, conforme § 1º do art. 4º, do decreto 139/2004.

§ 3º - A diretoria dos Conselhos de Escola não terá o Cargo de Tesoureiro, uma vez que as funções de ordem financeira são atribuídas aos Caixas Escolares. (Lei nº 4.354/ 2005).

2. 14. Escolha do Presidente do Conselho de Escola

Desde a assinatura do Decreto Nº 139/2004, que dispôs sobre as atribuições dos membros dos Conselhos de Escola das Unidades de Ensino da rede municipal de Cariacica, a presidência do Conselho era exercida, exclusivamente, pelo Diretor

¹⁵ Sobre a presidência do Conselho de Escola, o entendimento foi alterado pela Lei Complementar Nº 035/2011, Art. 70, § 2º, que tirou do Diretor da Unidade de Ensino a exclusividade desta prerrogativa.

da Unidade. Tal situação só teve mudança com a assinatura da lei que regulamentou a Gestão Democrática do Ensino Público Municipal, democratizando as relações dentro do órgão colegiado, passando o presidente a ser escolhido, por meio de votação, entre os representantes eleitos de cada segmento. O texto da **Lei Complementar Nº 035/2011, Art. 70**, nos diz que:

§ 2º O Presidente do Conselho de Escola será eleito em reunião própria e será escolhido entre seus membros, por meio de voto secreto, desde que maior de 18 anos, para mandato de dois anos.

§ 3º As Unidades de Ensino que possuem Vice-diretor(a) este será o suplente do Diretor(a) no Conselho de Escola.

OBS.: existem algumas inconsistências dentro da legislação acerca do mandato dos representantes dos segmentos da comunidade escolar. Na época da assinatura da lei, o cargo de Diretor era de dois anos, fato que mudou com a aprovação da Resolução Nº 001/2017, Art. 2º, que trouxe o mandato de três anos para os Diretores das Unidades de Ensino. Embora a lei não tenha sido alterada ainda, vale o texto do documento mais atual, onde o mandato estabelecido é de três anos.

2. 15. Atribuições do Presidente e do Secretário do Conselho Escolar

Como mencionado anteriormente, os Conselhos Escolares estão organizados de modo a garantir o bom andamento dos trabalhos neles desenvolvidos. Sobre este aspecto, vimos que a Diretoria é formada pelo Presidente e pelo Secretário do Conselho. Buscamos salientar as atribuições de cada um destes cargos no texto do **Decreto Nº 139/2004:**

Artigo 5º Compete ao Presidente do Conselho de Escola:

I - Convocar as reuniões do Conselho, fixando em local visível a pauta e o horário das sessões;

II - Submeter à apreciação dos membros do Conselho a pauta fixada para a reunião;

III - Presidir as reuniões e sessões do Conselho, encaminhando as discussões, concedendo a palavra aos conselheiros, coordenando os debates e neles intervindo para esclarecimentos;

IV - Dar posse aos representantes na reunião que suceder à data de sua eleição e aos suplentes, nos casos de substituição ou vacância;

V - Exercer, nas sessões plenárias, o direito de voto de qualidade, nos casos de empate;

VI - Discutir com o colegiado a formação de comissões específicas e indicação de relatores quando o assunto assim exigir;

VII - Discutir matérias que se relacionem com os objetivos da reunião para apreciação do Conselho;

VIII - Assinar os documentos que formalizem as decisões do Conselho;

IX - Providenciar os recursos físicos e materiais necessários ao exercício das atividades do Conselho;

X - Designar secretário nas ausências ou impedimento do titular;

XI - Representar o Conselho, quando necessário, submeter aos demais membros a sua representatividade;

XII - Fazer cumprir o regulamento interno e as disposições legais;

XIII - Propor e submeter à apreciação do Conselho o adiamento de discussão e votação, sempre que necessário;

XIV - Diligenciar para que o plenário do Conselho não trate de assuntos alheios às atribuições que lhe dizem respeito;

XV - Assinar os cheques juntamente com o tesoureiro;

XVI - Exercer outras atribuições inerentes às funções e não especificadas neste regimento, mas aprovadas pelo Conselho.

Parágrafo Único - O Presidente não integrará, obrigatoriamente, nenhuma das comissões, participando, entretanto, do trabalho de todas, sem direito a voto.

Artigo 6º Compete ao Secretário:

I - Encarregar-se do protocolo, da documentação, expediente e arquivo do Conselho;

II - Expedir as convocações de reuniões aos membros do Conselho;

III - Organizar, com o presidente, as pautas das reuniões;

IV - Secretariar as reuniões do Conselho e levar as respectivas atas, em livro próprio;

V - Preparar, para assinatura do presidente, os documentos que formalizem as decisões do Conselho;

VI - Exercer outras atribuições compatíveis com a função e determinadas pelo presidente.

2. 16. Condições para realização de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias

Para que o Conselho de Escola organize o trabalho por ele desenvolvido, é de fundamental importância que seus membros elaborem uma agenda com a previsão das reuniões (data e horário) a serem realizadas. Isso prepara os representantes para a participação efetiva nos encontros, evitando possíveis faltas por reuniões marcadas de última hora. Sobre os tipos de reuniões a serem marcadas pelo Conselho de Escola, temos o que nos diz o texto do **Decreto Nº 111/2004**:

Artigo 9º Os Conselhos de Escola reunirão no âmbito de suas Unidades Escolares.

I - Ordinariamente, no final de cada bimestre e, por convocação oficial do Presidente com (72) setenta e duas horas de antecedência e pauta claramente definida;

II. Extraordinariamente, sempre que necessário.

a) Por convocação oficial do Presidente;

b) A pedido da maioria simples dos representantes, oficiando-se à Presidência com a especificação da pauta pertinente, com antecedência de (24) vinte e quatro horas.

2. 17. Articulação entre o Conselho Escolar e o PPP da Unidade de Ensino

Como foi exposto até agora, o Conselho de Escola, órgão colegiado de deliberação plural que conta com a efetiva participação de toda comunidade escolar por intermédio direto dos representantes de cada segmento que a compõe, tem como atribuições, deliberar, elaborar e planejar as políticas que serão empregadas na Unidade de Ensino para o desenvolvimento de uma educação verdadeiramente significativa para toda a comunidade. Pensando assim, é de fundamental importância que todos os representantes deste órgão se apropriem do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Unidade, bem como que estes representantes trabalhem na construção do referido documento. Portanto, é necessário articular as ações do Conselho Escolar com as ações previstas no PPP da Unidade de Ensino. Sobre as ações que devem estar previstas no PPP, a **Lei Complementar Nº 035/2011** diz o seguinte:

Art. 7º. O Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino prevê dentre outros elementos:

I- etapas e modalidades de ensino a serem ofertadas;

II- a filosofia da Unidade de Ensino;

III- os mecanismos, instrumentos e processos de aperfeiçoamento profissional do pessoal lotado na Unidade de Ensino;

IV- os meios e recursos necessários à consecução das metas, fins e objetivos da Unidade de Ensino;

V- a democratização da Unidade de Ensino face à representação consultiva e deliberativa dos segmentos da comunidade escolar nos órgãos colegiados;

VI- a proposta pedagógica deve contemplar as diretrizes e parâmetros curriculares respeitando o que prevê a Lei 9394/96 - LDB e as especificidades do Sistema Municipal de Ensino;

VII - os processos de avaliação da aprendizagem e de desempenho da Unidade de Ensino.

Parágrafo único. O processo de aperfeiçoamento profissional do pessoal lotado e em exercício na Unidade de Ensino será desenvolvido através de programas de formação continuada e em serviço.

De posse desse material, faz-se necessário sua leitura, debate e discussão com a presença de todos os representantes dos segmentos da comunidade escolar, a fim de que o coletivo possa estudar seu conteúdo e esclarecer possíveis dúvidas, buscando, na legislação vigente, o entendimento para todas as situações e ocasiões.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARIACICA. **Decreto nº 111**, de 1 de setembro de 2004. Regulamenta a implantação dos Conselhos de Escola das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Cariacica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.legislacaocompilada.com.br/cariacica/Arquivo/Documents/legislacao/html/D1112004.html>. Acesso em: 1 mar. 2019.

CARIACICA. **Decreto nº 139**, de 08 de outubro de 2004. Dispõe sobre as atribuições dos membros dos Conselhos de Escola e dá outras providências. Disponível em: <http://www.legislacaocompilada.com.br/cariacica/Arquivo/Documents/legislacao/html/D1392004.html>. Acesso em: 1 mar. 2019.

CARIACICA. **Decreto Nº 036**, de 15 de março de 2010. Regulamenta as eleições dos Conselhos de Escola. Disponível em: <http://www.legislacaocompilada.com.br/cariacica/Arquivo/Documents/legislacao/html/D362010.html>. Acesso em: 1 mar. 2019.

CARIACICA. **Lei Complementar nº 035**, de 17 de agosto de 2011. Dispõe sobre a Gestão Democrática do ensino público municipal de Cariacica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.legislacaocompilada.com.br/cariacica/Arquivo/Documents/legislacao/html/C352011.html>. Acesso em: 1 mar. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselhos Escolares**: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2004. v. 01. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf. Acesso em: 18 set. 2018.

APÊNDICE C – O CONSELHO ESCOLAR DA EMEF “MARIA AUGUSTA TAVARES”: APROPRIAÇÃO DA REALIDADE E PROPOSIÇÃO DE ALTERNATIVAS (PRODUTO EDUCACIONAL 02)

Nesse capítulo trataremos de refletir sobre as ações desempenhadas pelo Conselho Escolar da Unidade de Ensino (registradas no livro de Atas), bem como descrever os encontros formativos propostos com o grupo. Ele é parte do **Produto Educacional**, constituindo-se no Apêndice C – Produto Educacional 02. Essa reflexão será construída a partir da triangulação existente entre os dados produzidos (empíria), a análise/interpretação feita e o referencial teórico utilizado. Tais ações nos possibilitarão compreender a dinâmica de funcionamento e de organização do órgão colegiado da escola. É importante frisarmos, no contexto das análises feitas acerca do objeto, que a realidade vivenciada na Unidade Escolar é bastante próxima, pois atuamos nesse espaço durante 06 (seis) anos (2013-2018) como professor regente da disciplina de Geografia.

A produção de dados, no campo, foi estabelecida a partir de três fontes: documental; depoimentos; e o processo formativo construído com o grupo de conselheiros. A fonte documental está dividida em dois níveis: um que corresponde à legislação que organiza o Sistema Municipal de Ensino de Cariacica, e outro correspondente ao Projeto Político Pedagógico da escola e ao livro de Atas do Conselho Escolar.

O livro de Atas do Conselho de Escola é um documento produzido por seus conselheiros e que registra os assuntos discutidos por esse órgão, as ações que por ele foram desenvolvidas e as decisões tomadas em reuniões, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, conforme estabelecido no Decreto Nº 111/2004, Art. 8º, § 2º. O registro das reuniões do Conselho de Escola deve ser feito em livro próprio e exclusivo para esse fim, não sendo permitido que outros tipos de registros sejam feitos no mesmo. Essa é uma forma de resguardar as deliberações encaminhadas e facilitar sua consulta, quando necessário.

O atual livro onde são lavradas as Atas do Conselho Escolar da Unidade de Ensino é um documento que guarda os registros das reuniões feitas de agosto de 2015 em diante. As reuniões anteriores a esse período não estão em livros, encontram-se em folhas avulsas organizadas em pastas plásticas. Nesses documentos, não se pôde

identificar uma organização cronológica de ocorrência/acontecimento, apesar de estarem datadas. Além dos registros de Atas das reuniões do Conselho de Escola feitas em folhas avulsas, outros papéis podem ser encontrados junto às Atas: correspondências internas (CI's) recebidas da Secretaria Municipal de Educação – SEME, panfletos com informações sobre o Conselho de Escola, convocação para reuniões, papéis sobre a Caixa Escolar¹⁶ da Unidade de Ensino, entre outros.

Os gestores, que assumiram seu primeiro mandato a frente da Unidade de Ensino no início do ano de 2015, afirmaram desconhecer a localização dos livros de Atas e registros das reuniões do Conselho anteriores ao período em que assumiram a gestão da escola. Disseram ainda ter sido com muitas dificuldades que encontraram os poucos registros existentes que antecedem sua gestão.

De posse dos registros das reuniões do Conselho de Escola conseguimos proceder a organização e análise do material. Foram encontrados registros referentes a 59 (cinquenta e nove) reuniões realizadas entre novembro de 2008 e julho de 2019. Para facilitar a consulta e o entendimento dos registros elaboramos um “quadro-resumo” (Quadro 1) apresentado a seguir:

QUADRO 1: ANÁLISE DAS ATAS DO CONSELHO DE ESCOLA	
DATA	MOTIVAÇÃO DA REUNIÃO/ASSUNTO DISCUTIDO
01/11/2008	Convocação da reunião para tratar dos seguintes assuntos: reestruturação do Conselho de Escola; elaboração de um cronograma de reuniões e para comunicar sobre a TV de 29 polegadas que o vigilante noturno deixou cair (após a ronda do turno noturno, o vigilante foi até o auditório e puxou o suporte da TV para que pudesse assisti-la, deixando-a cair no chão).
04/12/2008	Apresentação dos novos representantes do Conselho de Escola e sobre a situação do vigilante que deixou a televisão cair no chão e que não tem condições para comprar uma nova, ressarcindo o prejuízo da escola.
18/03/2009	Convocação da reunião para tratar do orçamento para aquisição ou reparo (não está explícito o real motivo a que se refere esta reunião) da televisão de 29 polegadas.
07/04/2009	Tratar da situação do vigilante noturno e do excesso de atestados médicos de alguns servidores/funcionários.
16/06/2009	Reunião convocada para tratar dos seguintes assuntos: prestação de contas, necessidade de aquisição de material permanente e de

¹⁶ De acordo com o Art. 1º, da Lei Nº 4.354/2005, as Caixas Escolares são “[...] associações sem fim econômicos, dotadas de personalidade jurídica de direito público e estruturas de direito privado, com a finalidade, dentre outras, de gerir os recursos financeiros repassados às unidades de ensino pelo poder público [...]”. (CARIACICA, 2005).

	alunos com problema de indisciplina.
10/04/2012	Tratar da indisciplina e do baixo rendimento de um grupo de alunos.
09/06/2012	Reunião convocada para tratar dos funcionários faltosos e descompromissados com a escola.
13/09/2012	Tratar da indisciplina e do baixo rendimento de um grupo de alunos.
02/05/2013	Tratar sobre indisciplina e baixo rendimento de um grupo de alunos.
08/08/2013 (Reunião Ordinária)	Reunião ordinária para tratar da formação que será dada aos novos conselheiros do Conselho de Escola.
26/08/2013	Reunião convocada para tratar do elevado número de faltas de um grupo de alunos e que, caso não seja feito algo em caráter de urgência, culminará na reprovação dos mesmos.
25/09/2013	Convocação para deliberar sobre os procedimentos a serem adotados devido a paralisação parcial das aulas nos dias 28 e 29/08 por motivo de queda de energia no bairro.
13/10/2013	Tratar do problema causado pelos alunos que foram ao “passeio da escola” sem a devida autorização e conhecimento dos pais/responsáveis (caso de indisciplina).
11/12/2014 (Reunião Ordinária)	Escolha dos coordenadores de turno para o ano letivo de 2015.
28/08/2015	Dois alunos desacataram e ameaçaram a professora. Todos foram encaminhados à delegacia para esclarecimento e registro de B.O. Foi decidido, pelo Conselho, que os alunos envolvidos deveriam ser transferidos de escola.
31/08/2015	Dar ciência aos responsáveis de um dos alunos envolvidos na confusão que motivou a reunião passada de que este seria transferido. A mãe acatou a decisão do Conselho. Transferência da professora, que foi trabalhar na Secretaria de Educação.
07/10/2015	Reunião convocada para tratar de assuntos referentes à EJA e para escolher o presidente e o secretário do Conselho de Escola.
09/10/2015	Reunião convocada para tratar dos casos de um grupo de alunos indisciplinados.
21/10/2015 (Reunião Ordinária)	Reunião ordinária para decidir/referendar sobre os coordenadores do turno matutino.
21/10/2015	Tratar de alunos indisciplinados; desrespeitosos com os professores, funcionários da escola e com os colegas de classe; desinteressados e que não cumprem com as atividades escolares (baixo rendimento).
04/11/2015 (Reunião Ordinária)	Escolha dos coordenadores de turno para o ano letivo de 2016.
01/11/2016 (Reunião)	Reunião para escolha dos coordenadores do turno vespertino para o ano letivo de 2017.

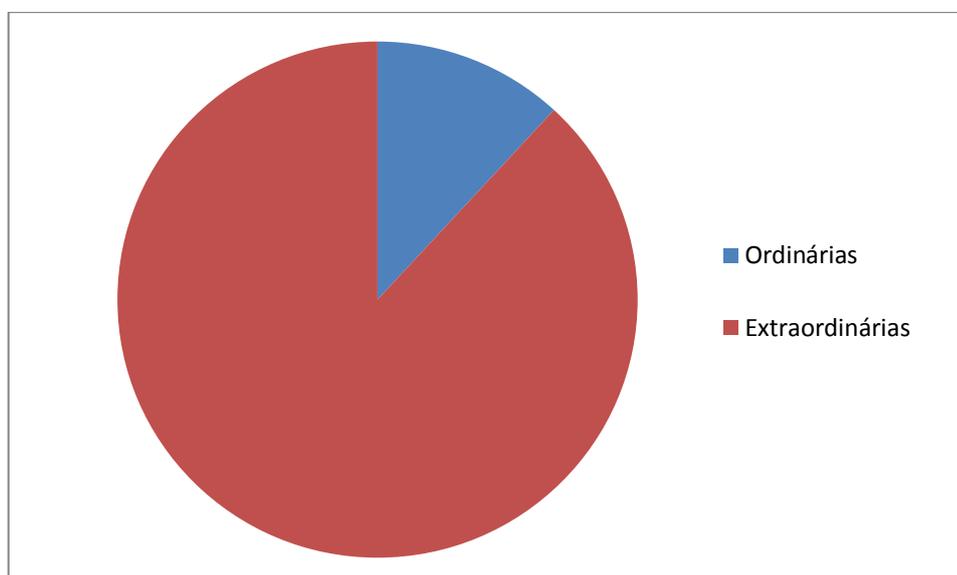
Ordinária)	
22/03/2017	Convocação dos responsáveis para tratar da vida escolar do aluno que vem apresentando os mesmos problemas há muito tempo: indisciplina, falta de responsabilidade com as atividades escolares, entre outros. Sugestão de remanejar para o noturno, pois ele já tem 16 anos e seu tamanho e comportamento destoam do restante da turma.
12/04/2017	Reunião convocada para tratar, juntamente com os membros do Conselho de Escola, sobre a proposta de mudança de ação do PDE Escola.
15/05/2017	Convocação da família para tratar de assuntos referentes a um aluno agressivo, que sempre mente e não assume seus atos (foi encontrado o material de um colega em sua bolsa e, mesmo o colega procurando o mesmo, ele fez de conta que não era com ele e não assumiu a autoria).
13/06/2017	Convocação da família para deliberar sobre alunos que foram pegos com entorpecentes (loló) dentro da escola. Eles usaram tal substância no ambiente escolar.
19/09/2017	Reunião do Conselho para deliberar sobre a situação de alunos que têm apresentado conduta indisciplinar, baixo rendimento e envolvidos em diversas situações conflituosas.
29/09/2017	Convocaram os responsáveis de duas alunas que não obedecem ou mesmo respeitam as normas escolares, não cumprem com suas tarefas escolares, desrespeitam professores e funcionários da escola, colegas, entre outros.
09/10/2017	Dar ciência aos responsáveis dos alunos que os mesmos levaram bebida alcoólica para ser consumida em aula de campo promovida pela escola.
18/10/2017	Tratar de assuntos referentes à conduta de dois alunos que não respeitam nem os colegas nem os professores; possuem várias ocorrências pelos mesmos motivos e a escola não pode nem sabe mais o que fazer, visto que todas as possibilidades que estavam ao seu alcance foram tratadas.
14/11/2017	Convocação dos responsáveis para tratar de assuntos referentes aos alunos: conduta inadequada; desrespeito aos colegas, professores e funcionários da escola; agressividade; não cumprimento das normas e atividades escolares; etc.
13/12/2017	Convocação dos responsáveis para tratar de um episódio envolvendo três alunos: estavam fumando maconha no banheiro da escola.
12/03/2018	Tratar de assuntos referentes à conduta de um aluno que não cumpre as atividades, não participa das aulas, tumultua a sala de aula (jogou balas para que os colegas pegassem - “galinha gorda”), acertou a professora com uma bolinha de papel, entre outros.
12/03/2018	Aluna que sofreu <i>bullying</i> .
26/03/2018	Convocação dos responsáveis por um aluno que já foi transferido da escola e retornou mediante a assinatura de um “termo de compromisso”, aceitando as normas da escola e se comprometendo com os estudos, visto que já apresentou muitos problemas nessa escola (que motivaram sua transferência), sendo também repetente.

	O aluno (menor de idade) estava fumando do lado de fora da escola, entrou no espaço escolar com o maço de cigarros a tira colo e foi pego de posse do mesmo dentro da escola.
03/04/2018	Tratar de assuntos referentes a um aluno que é debochado, desrespeitoso, irônico, apresenta todo tipo de problema e foi pego fumando dentro da escola.
02/05/2018	Convocação dos responsáveis de alguns alunos que apresentam os mesmos problemas “desde o ano retrasado” (não obedecem as normas da escola, não cumprem com suas atividades, tumultuam o andamento das aulas, são repetentes, entre outros). Foram dadas todas as oportunidades possíveis aos alunos, mas que agora eles precisam ser transferidos para que possam tentar aproveitar a oportunidade de aprendizado escolar.
30/05/2018	Convocação dos responsáveis por motivos de indisciplina, agressões, promoção de tumulto em sala de aula e nas dependências da escola, etc.
13/06/2018	Tratar sobre a situação de uma aluna que está em defasagem idade-série e que apresenta sempre os mesmos problemas: indisciplina, não cumpre com suas responsabilidades e atividades escolares, etc.
13/06/2018	Convocação dos responsáveis para dar ciência de que a filha apresenta potencial para se desenvolver, mas que as faltas constantes a prejudicam. Ela justifica suas faltas dizendo que não gosta de acordar cedo e que os colegas de classe são muito “crianças”. Sugestão de transferir para o noturno (EJA), pois a aluna possui idade e o pessoal da EJA é mais velho, mais maduro.
01/10/2018	Convocação dos responsáveis para tratar da indisciplina de dois alunos.
01/10/2018	Tratar de assuntos referentes a dois alunos que são desrespeitosos, agressivos e têm péssimo comportamento dentro da escola. Eles disseram em sala que “iriam dar tiro em todo mundo”, além de fazerem prática constante de apologia ao crime.
01/10/2018	Convocação dos pais para tomarem ciência do comportamento do filho. O aluno se nega fazer qualquer atividade escolar. É agressivo com os professores, coordenadores e qualquer outro funcionário da escola.
14/11/2018	Convocação dos responsáveis para tratar da conduta da aluna que estava portando e fazendo uso de bebida alcoólica em evento promovido pela escola (aula de campo).
14/11/2018 (Reunião Ordinária)	Tratar do problema de defasagem no atendimento escolar às crianças da comunidade. Proposta de receber, no próximo ano, turmas das séries iniciais do Ensino Fundamental. Tal situação foi elucidada pela Secretaria Municipal de Educação – SEME e partilhada com a gestão da escola, que tem boa infraestrutura (salas de aula em quantidade satisfatória e espaço físico) para atender a essa demanda. Eles afirmaram ser necessário fazer essa readequação e reorganização do atendimento escolar prestado à comunidade por essa Unidade de Ensino.
21/11/2018	Esclarecer sobre os assuntos tratados na reunião anterior e fazer que cessem os “boatos” acerca da nova organização do ensino ofertado pela escola. Houve a votação para definir como seria a distribuição

	das turmas para o próximo ano letivo, visto que, com a redução do número de turmas das séries finais do Ensino Fundamental e a abertura de turmas das séries iniciais, a carga horária de trabalho e a vida dos professores da escola sofreria grandes alterações e muitos teriam que sair da Unidade e migrar para outra. A votação foi no intuito de ver como ficaria essa situação: se as maiores mudanças ocorreriam no turno matutino ou se no vespertino. Atendendo às necessidades da comunidade, o Conselho votou pela abertura de turmas das séries iniciais do Ensino Fundamental no turno matutino, pois é melhor para que as crianças pequenas estudem pela manhã (na visão dos membros do Conselho).
30/11/2018 (Reunião Ordinária)	Tratar da organização do atendimento escolar (distribuição de turmas e turnos) para o ano letivo de 2019.
15/02/2019	Reunião convocada para tratar da indisciplina e conduta de dois alunos, que não respeitam as normas da escola.
17/04/2019	Tratar da indisciplina e do mau comportamento de um aluno que já vem dando trabalho desde o ano passado e que já foram dadas todas as oportunidades possíveis para que ele mudasse sua forma de agir dentro do ambiente escolar.
17/04/2019	Reunião convocada para tratar da indisciplina de um aluno, fato que já lhe rendeu muitas ocorrências, além do baixo rendimento por não cumprir com as atividades escolares.
24/04/2019	Formação dos representantes do Conselho Escolar.
08/05/2019	Formação dos representantes do Conselho Escolar.
22/05/2019	Formação dos representantes do Conselho Escolar.
29/05/2019	Convocação para tratar, junto com o Conselho de Escola, da situação das contas da escola que se encontram em aberto. Essa reunião foi marcada a pedido da Secretaria Municipal de Educação para dar ciência aos membros do Conselho que as pendências apresentadas durante a prestação de contas impede o repasse das próximas verbas.
05/06/2019	Formação dos representantes do Conselho Escolar.
26/06/2019	Formação dos representantes do Conselho Escolar.
04/07/2019	Tratar dos casos de indisciplina e mau comportamento de alguns alunos, que não respeitam as normas e o ambiente escolar, não cumprem com suas atividades e, mesmo após todas as oportunidades dadas para que mudem de atitude, continuam dando os mesmos problemas, sem melhora alguma.
04/07/2019	Tratar da indisciplina de uma aluna, que não cumpre com suas tarefas escolares; é debochada e irônica.
04/07/2019	Reunião convocada para tratar do caso de indisciplina de um aluno que não cumpre com suas atividades escolares e que agrediu fisicamente um colega em duas oportunidades em menos de um mês.

Das 59 (cinquenta e nove) reuniões do Conselho de Escola, registradas em Ata, apenas 07 (sete) foram reuniões ordinárias (marcadas com antecedência, obedecendo a um cronograma previamente estabelecido com vistas a debater assuntos pertinentes à organização e ao funcionamento da Unidade de Ensino). Em quase 11 (onze) anos de reuniões registradas em Atas, apenas 07 (sete) reuniões ocorreram a partir de um planejamento feito, sendo que estas deveriam acontecer a cada 02 (dois) meses (Decreto Nº 111/2004, Art. 9º, inciso I). A seguir, apresentamos o Gráfico 1, que representa a distribuição das reuniões do Conselho de Escola de acordo com o tipo de agendamento e marcação.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS REUNIÕES DO CONSELHO ESCOLAR



Fonte: Elaboração do autor.

Acerca da realidade do Conselho Escolar da Unidade de Ensino cabem algumas reflexões: o trabalho desenvolvido pelo Conselho Escolar denota excesso de causas emergenciais que motivam a convocação para reuniões extraordinárias ou a falta de planejamento para a realização de reuniões ordinárias? Caso houvesse o planejamento de reuniões ordinárias a cada 02 (dois) meses, haveria a necessidade de convocar os conselheiros para tantas reuniões extraordinárias?

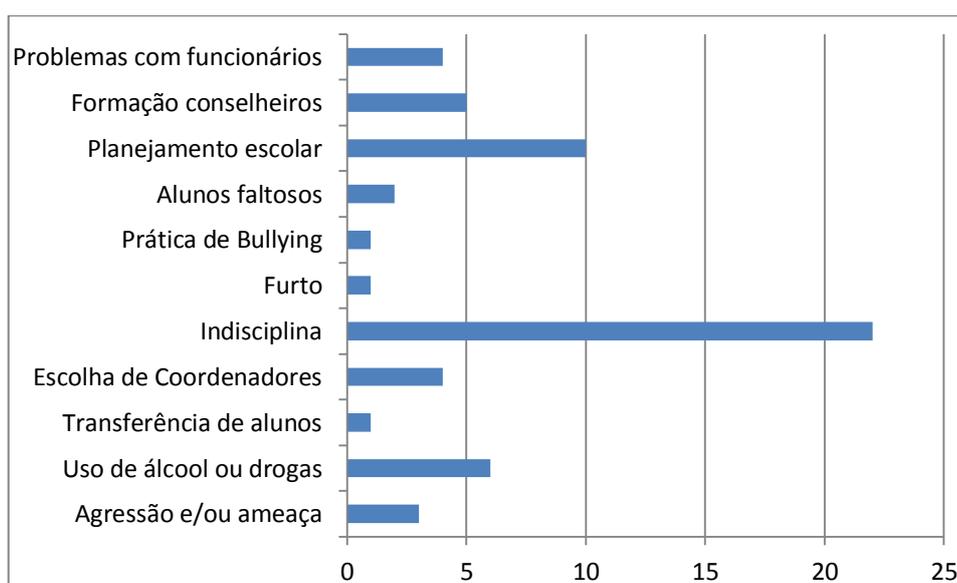
As 52 (cinquenta e duas) reuniões restantes foram marcadas de forma extraordinária, para resolver assuntos urgentes que surgiram no cotidiano escolar. Agrupando as temáticas que motivaram as reuniões ao longo desse período, temos a seguinte distribuição:

- Agressão e/ou ameaça: 03 reuniões;

- Uso de álcool ou drogas: 06 reuniões;
- Transferência de alunos: 01 reunião;
- Escolha de Coordenadores de turno: 04 reuniões;
- Indisciplina: 22 reuniões;
- Furto: 01 reunião;
- Prática de *Bullying*: 01 reunião;
- Alunos faltosos: 02 reuniões;
- Planejamento escolar: 10 reuniões;
- Formação dos conselheiros: 05 reuniões;
- Problemas com funcionários: 04 reuniões.

Representamos a distribuição dos assuntos que motivaram as reuniões do Conselho de Escola através do Gráfico 2:

GRÁFICO 2 – MOTIVAÇÕES PARA CONVOCAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR



Fonte: Elaboração do autor.

Observamos que a indisciplina é o carro-chefe das motivações para a convocação das reuniões do Conselho de Escola. Pelos relatos apontados no livro de Atas, é possível analisar o que a escola entende por “indisciplina”: não realizar as atividades propostas; não ficar sentado na cadeira; brincar durante as aulas; conversar com os colegas durante a explicação do professor; entre outros. A repetição desse tipo de comportamento dentro da escola é taxado como caso de “indisciplina”.

No entanto, há outras motivações para a convocação das reuniões e que podem ser entendidas também como casos de indisciplina. O que seriam o furto, as agressões, a prática de *bullying*, o uso de álcool e drogas, se não típicos casos de indisciplina? Acreditamos que tais casos aparecem em destaque, pela forma como a escola os apresenta, porque esta os vê como sendo de maior intensidade e/ou gravidade. Por esse fato, merecem ser tratados/apontados de forma separada das demais. Se todas as transgressões de normas forem entendidas como “indisciplina”, das 59 (cinquenta e nove) reuniões do Conselho que possuem registro no livro de Atas, em apenas 19 (dezenove) delas não se discutiu nada referente ao problema de indisciplina. Realizar 40 (quarenta) reuniões do Conselho de Escola para tratar de indisciplina, ou de assuntos correlatos ao mesmo, é um número bastante alto e que deve ser encarado com muita atenção e cuidado. Aprimorar o trabalho dos conselheiros, planejar as ações do Conselho e fomentar a discussão de assuntos variados pelo colegiado são ações que objetivam enriquecer o serviço prestado à escola, bem como incentivar a participação consciente de todos os sujeitos.

As 22 (vinte e duas) convocações das reuniões do Conselho por motivo específico de “indisciplina” nos proporcionam algumas indagações/reflexões: qual é o entendimento da escola acerca do significado das expressões “disciplina” e “indisciplina”? A escola tem trabalhado, com seus alunos, o entendimento e a construção do significado dessas expressões? A escola deve se adaptar ao aluno (que traz consigo um conjunto de vivências e práticas) ou o aluno à escola (que já possui um conjunto de regras prontas, que não podem ser transgredidas e/ou dialogadas, adaptadas, refeitas, reelaboradas...)?

Sobre a questão comportamental e o seu disciplinamento, Freire *et al.*(1989) afirma que as crianças (estudantes) são dotadas de liberdades e que os professores precisam tratar tais liberdades com autoridade, sem a qual aquelas não se constituem. Freire *et al.*(1989, p. 3) afirma que a disciplina é “[...] uma questão de como viver a relação necessária entre autoridade e liberdade”.

Freire explica a relação dual existente entre a disciplina interna (autodisciplina) e a disciplina externa (coercitiva), onde esta ajuda a constituir aquela. Ele afirma que:

[...] sem a disciplina externa é difícil estruturar a interna, na medida em que a interna é uma espécie de introjeção da necessidade da disciplina. [...] a criança entregue a ela mesma, dificilmente se disciplinará. [...] eu fui disciplinado porque houve disciplina externa também, na minha família.

Agora, o que não houve na minha família foi autoritarismo (FREIRE *et al.*, 1989, p. 3).

É de fundamental importância para a prática pedagógica, para a atividade de ensinar, que exista essa relação entre liberdade e autoridade, cotidianamente. É através dessa relação que a disciplina vai sendo construída e exercitada.

Quando indagado se é a escola que tem de se adaptar aos estudantes, e não o contrário, Freire *et al.*(1989) afirma que a disciplina é incorporada através da relação dialética entre a adaptação do/a menino/a à escola e da escola ao/a menino/a. A falta desse exercício, dessa prática diuturna, gera a indisciplina.

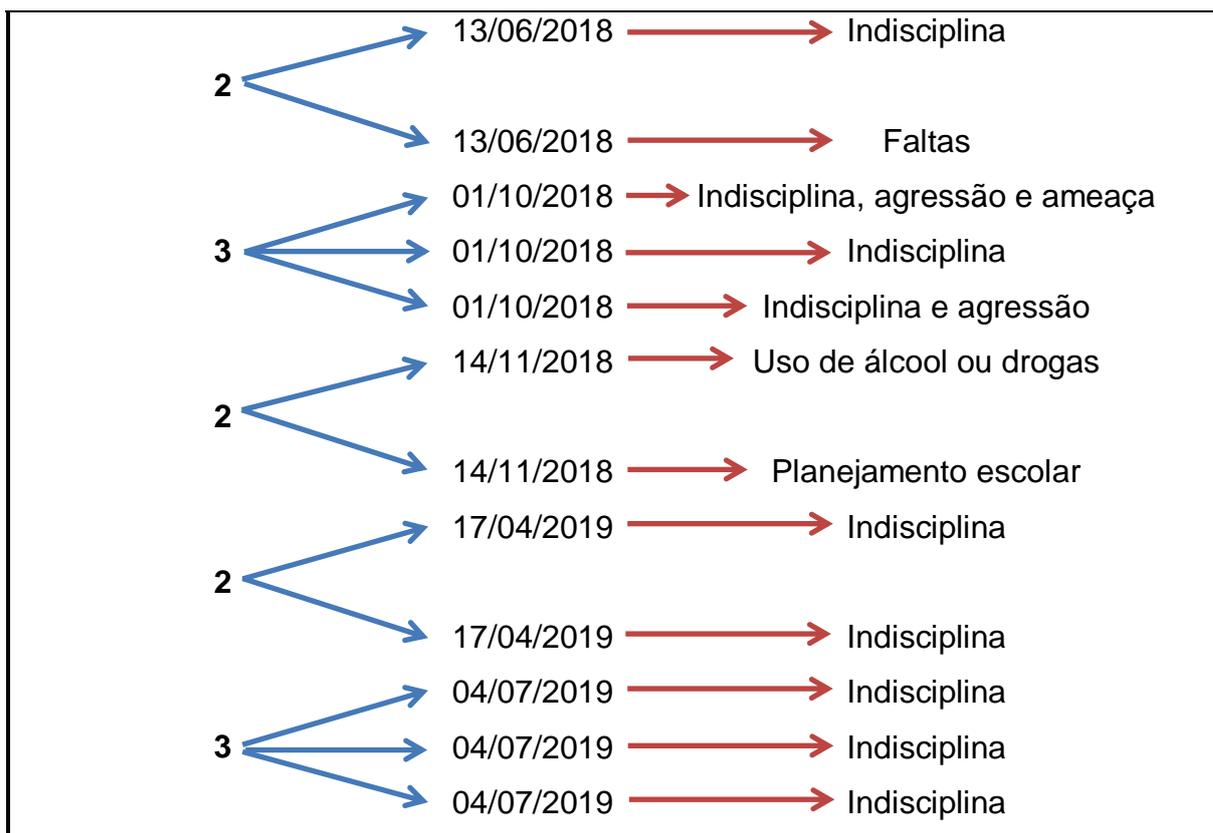
[...] na indisciplina, tu não tens autodisciplina nem disciplina. Quer dizer, a indisciplina é a licenciosidade, é o fazer o que quero, porque quero.

A disciplina é o fazer o que posso, o que devo e o que preciso fazer. Fazer o que é possível na disciplina, tornar possível o que agora é impossível diz respeito necessariamente à vida interior da pessoa. É assim que eu vejo o movimento interno e externo da disciplina. E para isso acho que a presença da autoridade é absolutamente indispensável (FREIRE *et al.*, 1989, p. 12).

É papel da escola e do profissional docente exercitarem sua autoridade considerando a liberdade que os estudantes têm, equilibrando tais elementos e, com isso, promovendo a construção da disciplina em torno do ambiente escolar. É de fundamental importância convidar os próprios estudantes para dialogar e refletir sobre tais aspectos. Dessa forma, ambos estarão construindo a relação dialética que deve existir acerca da adaptação entre escola e estudantes proposta por Freire *et al.*(1989).

Outro ponto destacado, a partir da análise feita acerca do registro das reuniões do Conselho de Escola no livro de Atas, foi sobre a ocorrência de mais de uma reunião do referido órgão em um mesmo dia. Tal fato está representado no Quadro 2, a seguir.

QUADRO 2: NÚMERO DE OCORRÊNCIAS E A MOTIVAÇÃO DE ALGUMAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ESCOLA QUE OCORRERAM NO MESMO DIA		
Número de ocorrências	Data	Motivação
2	21/05/2015	Esc. de coordenadores
	21/05/2015	Indisciplina
2	12/03/2018	Indisciplina
	12/03/2018	Bullying



Fonte: Elaboração do autor.

Vemos que o trabalho do Conselho poderia ser aperfeiçoado com o planejamento das ações e a construção de um cronograma/calendário de reuniões, diminuindo o número de convocações que, por vezes, tratam de assuntos semelhantes. A partir dessa análise, voltamos ao questionamento inicial, indagando se seriam necessárias tantas reuniões extraordinárias caso houvesse planejamento das ações do Conselho Escolar a partir da construção de um cronograma/calendário para as convocações, atendendo o que está previsto no Decreto Nº 111/2004.

Essa reflexão nos denota a compreensão de que os representantes do Conselho Escolar desconhecem suas reais atribuições e funções, além de não estarem explorando as possibilidades do Conselho em sua plenitude. Portanto, vemos que as ações desenvolvidas por esse Conselho estão muito aquém do que a própria legislação preconiza, o que torna ainda mais premente possibilitar que estes participem de encontros formativos para qualificar sua participação no órgão colegiado.

Na perspectiva freiriana, a educação tem como característica principal a possibilidade de ser libertadora. Essa educação libertadora tem por objetivo nos tornar mais humanos, ou seja, ela é humanizadora. Como afirma Freire (1969, p.

123), “não se pode encarar a educação a não ser como um quefazer humano. Que fazer, portanto, que ocorre no tempo e no espaço, entre os homens, uns com os outros”.

Para melhor compreendermos a afirmação de Freire, é necessário nos reportar a outros autores para clarificar suas palavras, tão simples e tão carregadas de significados. “[...] o ‘que’ designa a busca de uma direção e conteúdo para a ação e o ‘fazer’ diz de forma direta que se trata de um agir no sentido de produzir algo” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2016, p. 335). Em outras palavras, a educação humanizadora, proposta por Freire, sendo especificamente um “que fazer” humano, nada mais é do que uma ação exclusivamente humana, que acontece entre os homens na relação que um mantém *com* o outro, a fim de tornarem-se mais humanizados, seres desenvolvidos.

Uma educação com tais características e objetivos deve ser envolvida por processos que possibilitarão a superação de problemas como esses que foram evidenciados até agora (casos de indisciplina e de convivência entre os sujeitos) e propor a emancipação coletiva de toda a comunidade escolar. Essas ações permeiam a esfera de atuação do Conselho de Escola.

O Conselho Escolar, enquanto instrumento de democracia e que visa fortalecer as relações democráticas no interior da escola, tem como objetivo aproximar as ações que nele são desenvolvidas da realidade onde a escola está inserida. Esse órgão é o responsável por: avaliar a proposta dos coordenadores de turno que farão a organização do trabalho docente desenvolvido dentro da Unidade de Ensino; fiscalizar, deliberar e prestar consulta acerca de todas as políticas e ações que permeiam o ambiente escolar; ser uma das ferramentas para o exercício de uma Gestão Democrática, partilhada; entre outros. Por tais razões, esse órgão necessita da qualificação dos conselheiros para que estes prestem um serviço de melhor qualidade à comunidade escolar. É preciso qualificar esse trabalho, a partir de encontros formativos, para que os conselheiros tenham seu tempo e suas ações valorizadas, o que possibilitará maior eficácia e maior participação das comunidades escolar e local.

Após toda análise feita, através da leitura e reflexão do material contido nas Atas do Conselho de Escola, do que acontece/aconteceu nas reuniões do referido órgão colegiado, pudemos traçar um caminho, ao menos inicial, para que fosse possível

conduzir as discussões acerca das necessidades formativas dos conselheiros escolares da Unidade de Ensino. A seguir, são apresentados os relatórios de todos os encontros formativos.

6.1. Encontros de Formação com os conselheiros da EMEF “Maria Augusta Tavares”: possibilidades e desafios

Trabalhamos na EMEF “Maria Augusta Tavares” durante o período 2013-2018 e conhecendo a realidade local, a equipe gestora e os sujeitos que desse espaço fazem parte, bem como a organização e o funcionamento do Conselho de Escola, conforme já apresentamos no item anterior, resolvemos propor a construção, de forma coletiva, de um trabalho que viesse possibilitar a reflexão e o debate acerca de tais temas. Dessa forma, surgem os “*Encontros Formativos com os Conselheiros do Conselho Escolar da Unidade de Ensino*”.

Os encontros formativos se justificam a partir das informações levantadas nos documentos (legislação vigente e livro de Atas do Conselho). Uma vez que tais documentos foram lidos, analisados e problematizados, chega-se à conclusão de que há uma dificuldade desse Conselho em planejar ações de modo sistemático e sistematizado para que cumpra, de fato, com sua função de coordenar as ações da escola e para que seja, efetivamente, um órgão consultivo, deliberativo e elaborador de ações educativas, bem como coordenador do projeto educativo da escola. Em face disso, propomos a construção e o desenvolvimento de encontros formativos com o Conselho Escolar da EMEF “Maria Augusta Tavares”.

Esses encontros tinham como finalidade criar espaços de diálogo e de reflexão sobre o trabalho do Conselho, seus limites e possibilidades no cumprimento de suas atribuições como órgão máximo de coordenação geral da escola numa perspectiva de Gestão Democrática e participativa. Tudo isso, conforme o que foi constatado na análise das Atas do Conselho, como forma de possibilitar que os conselheiros passassem a refletir sobre o meio onde estão inseridos (escola e comunidade) e, a partir dessas reflexões, pudessem participar mais efetivamente das ações do Conselho Escolar.

Identificados os problemas, fizemos contato com o Conselho de Escola através do diretor da Unidade de Ensino. No contato, expusemos nossa proposta de construir

encontros formativos que viessem possibilitar a qualificação do trabalho de cada representante dentro do órgão colegiado da escola. Nossa proposta foi aceita e começamos, assim, a traçar as estratégias para desenvolvermos o trabalho.

Nessa oportunidade, foi apontado que os encontros deveriam acontecer a partir do meio da semana (quarta-feira em diante), sendo que também não poderiam acontecer às sextas-feiras, pois muitos dos representantes externos à escola (pais/responsáveis e comunidade local) acabam se envolvendo em atividades particulares (trabalho, família, viagens, etc.), o que dificulta, e até impede, a participação dos mesmos. Dessa forma, optamos por agendar os encontros quinzenalmente, sempre às quartas-feiras, pois ficaria mais fácil lembrar-se das datas marcadas e evitar a não participação dos conselheiros.

Feito isso, havia a necessidade de marcarmos um horário/turno para que as formações pudessem acontecer. Alguns fatores nos levaram a marcar os encontros na parte da tarde: nesse turno, as duas representantes do segmento dos servidores estão na escola (pela manhã teríamos apenas uma delas); pela manhã, o representante da comunidade percorre a região para visitar os moradores e saber das demandas do bairro, não podendo participar das formações; o representante dos pais/responsáveis possui um pequeno comércio na região e o período da manhã é quando ele está mais atarefado de trabalho, o que também o impede de participar das formações; o segmento de professores só teria a participação de uma de suas representantes, pois trabalham na escola em turnos diferentes (a titular, no matutino e a suplente, no vespertino) e, fora de seu turno na escola, estão em redes de ensino diferentes; dos representantes dos estudantes, uma estuda no turno vespertino, já o outro trabalha o dia todo e estuda à noite.

Os gestores da Unidade de Ensino, professores e servidores da escola participam do Conselho Escolar no seu horário de trabalho, fato que incentiva e facilita sua presença nas ações do órgão e nos encontros de formação. Já os pais/responsáveis, representantes da comunidade e estudantes, desenvolvem atividades particulares e externas a esse ambiente, participando do Conselho Escolar de forma voluntária. Dessa forma, corroborando com a metodologia adotada na pesquisa – o *fazer com* –, decidimos por promover os encontros formativos no turno vespertino, possibilitando que maior número de conselheiros pudesse participar.

A participação desses sujeitos era/foi de fundamental importância para o desenvolvimento das ações propostas, pois nosso objetivo era/foi, partindo da realidade em que viviam, problematizar esta a fim de desvelá-la e, a partir disso, trazer os elementos necessários para a construção coletiva do processo formativo dos conselheiros. É o que nos afirma Freire (2014b, p. 95), ao dizer que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Os homens são educados através do diálogo, do *estar com*, a partir da sua realidade concreta, pois essa é relevante e dotada de significado para o coletivo reunido.

Sobre o horário de início dos encontros, havíamos sugerido começar no final da tarde, a partir das 16h30min, quando o turno de trabalho já está quase no fim. No entanto, em nosso primeiro encontro formativo foi sugerido que começássemos mais cedo, por volta das 14h, pois após o recreio surgem muitas demandas, o que dificulta o andamento das reuniões e a participação da representante dos professores (que é uma das coordenadoras de turno). Assim, do segundo encontro em diante, começamos a nos reunir quinzenalmente às quartas-feiras, a partir das 14h.

Para compreendermos melhor a dinâmica de trabalho e de funcionamento do Conselho Escolar da Unidade de Ensino, buscamos iniciar a problematização, com os representantes de segmentos que o compõem, já de posse de algumas informações que foram obtidas a partir do registro de Atas do órgão. Nesse sentido, junto com essas informações mais a exposição dos membros do Conselho, é que o programa dos encontros formativos pôde ser montado. A participação dialógica com o grupo colocando questões para que pudéssemos discutir sobre o Conselho e sobre o papel de cada sujeito ali presente, só foi possível graças ao levantamento de informações feito *a priori*, sem o qual possivelmente não teríamos condições de estabelecer esse diálogo e de problematizar com eles sobre sua realidade.

No 1º encontro, buscamos conhecer o grupo de conselheiros para ver quais caminhos poderiam ser seguidos a fim de oportunizar, aos mesmos, processo formativo com vistas a qualificar seu trabalho enquanto membros do Conselho Escolar.

Já no 2º encontro, estimulamos maior participação dos segmentos de pais/responsáveis e estudantes, pois vimos, no encontro anterior, que estes possuem uma participação fragilizada perante os demais segmentos.

No 3º encontro, fizemos as discussões em decorrência dessas problematizações, já com maior entendimento acerca do papel dos Conselhos e também de suas possibilidades.

No 4º encontro, realizamos o estudo de um material elaborado, a partir das demandas levantadas junto ao Conselho de Escola, para servir de referência nas discussões acerca das atribuições dos conselheiros e as funções do órgão colegiado. Importante frisarmos que esse material foi construído coletivamente, partindo das necessidades formativas apontadas pelo grupo de conselheiros durante os três primeiros encontros de formação.

Durante o 5º e último encontro, propusemos finalizar as discussões iniciadas no encontro anterior. A construção de um Projeto Político Pedagógico para a escola e que esteja atrelado às ações do Conselho, dando substância e fortalecendo o trabalho coletivo que é desenvolvido nesse órgão colegiado, também foi alvo de nossas discussões.

A partir dos encontros formativos foi possível: identificar o perfil dos conselheiros; suas necessidades formativas (aquilo que faltava para qualificar seu trabalho como representante de segmento junto ao Conselho); discutir sobre a forma de trabalho desempenhada pelo órgão colegiado; refletir sobre o campo de atuação em que seus membros podem trabalhar; refletir sobre o trabalho desenvolvido até então; entre outros.

6.1.1. 1º Encontro Formativo

No dia 24 de abril de 2019 teve início, às 17h10min, o primeiro encontro de formação para os conselheiros escolares da EMEF “Maria Augusta Tavares”. Nossa reunião estava marcada para acontecer no auditório da escola, porque o convite para participar da formação foi extensivo aos conselheiros da EMEF “São Jorge” e do CMEI “Abílio Luiz Fagundes”. No entanto, nenhum representante dessas escolas compareceu. Dessa forma, o diretor da EMEF “Maria Augusta Tavares” disse que seria melhor se nossa reunião fosse transferida para a sala da direção, uma vez que

ficaríamos mais próximos, uns dos outros, e teríamos à nossa disposição café, ar condicionado, proximidade com o banheiro, etc.

Estiveram presentes a essa reunião o diretor da escola, o vice-diretor, a representante dos professores da unidade (suplente), as representantes dos funcionários da escola (titular e suplente), o representante da comunidade e a representante dos estudantes (titular). Para dialogar com o grupo de conselheiros fomos o Professor Orientador e eu. Não estiveram presentes os representantes do segmento de pais (titular e suplente).

Dando início aos trabalhos, fiz a recepção de todos, dando-lhes as boas vindas e explicando os motivos que nos levaram a realizar tal encontro de formação. Falamos também sobre as eleições para escolha de novos representantes para o Conselho de Escola. Eleição marcada para ocorrer até o final do mês de agosto.

Em seguida, apresentei o cronograma elaborado para organizarmos os próximos encontros, que ficaram previstos para as datas de 08/05, 22/05, 05/06 e 19/06, sempre ocorrendo a partir das 14h. Todos os conselheiros presentes apreciaram as datas, sugerindo esse horário, pois o primeiro encontro foi marcado para o fim da tarde (período em que surgem muitas demandas no interior da escola) e isso acaba dificultando a participação de um bom número de conselheiros.

O passo seguinte foi entregar, aos conselheiros, um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” para que todos assinassem e pudessem, assim, consentir com a sua participação na produção dos dados a serem usados na composição do texto da dissertação a partir dos encontros formativos. Nesse termo constavam todos os detalhes de como aconteceria o trabalho formativo a ser desenvolvido na comunidade escolar, bem como os contatos, telefônico e de e-mail, do pesquisador e de seu orientador. Vale ressaltar que foi protocolada, junto à Secretaria Municipal de Educação – SEME e entregue à escola, uma “Carta de Apresentação” solicitando permissão para adentrarmos no espaço escolar e realizar o trabalho junto a essa comunidade. Este pedido foi aceito e formalizado ainda no mês de janeiro de 2019. Além do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” foi entregue, aos conselheiros, um questionário, cujas respostas irão ajudar na elaboração do perfil dos mesmos e que será usado, também, em nosso trabalho.

Após esse momento, começamos nossa reflexão acerca da realidade do Conselho e da comunidade escolar, com as seguintes perguntas: **1)** Já teve alguma formação, ou recebeu orientação de alguém, que viesse contribuir para qualificar seu trabalho enquanto conselheiro? **2)** Quais os principais temas/assuntos que movimentam o trabalho e as ações desse Conselho? O que vocês têm discutido nas reuniões? **3)** Este trabalho que vem sendo desenvolvido atende às necessidades da comunidade escolar? Por quê? **4)** Este Conselho tem um planejamento do trabalho a ser executado ao longo do ano ou da vigência do mandato? **5)** Acha que o trabalho poderia acontecer de uma forma diferente? Por quê?

Essas perguntas tiveram por objetivo propor a reflexão e o debate sobre as ações desenvolvidas pelos conselheiros nas reuniões ordinárias/extraordinárias do Conselho. Todos puderam dar sua opinião e expor seu ponto de vista acerca das ações ali desenvolvidas. Fizemos questão, ainda, de ressaltar a importância deste momento para que todos possam refletir sobre o que ali tem sido feito e, a partir disso, buscar melhorar a ação desse Conselho junto à comunidade escolar, garantindo um melhor aprendizado para todos. Além disso, aproveitamos a oportunidade para frisar sobre a importância dos conselheiros trabalharem na perspectiva de dar mais transparência nas ações desenvolvidas pela equipe gestora e, também, incentivar e ampliar a participação de toda a comunidade escolar e local nessas ações. Esse fato foi corroborado pelos gestores da Unidade de Ensino.

As respostas dos questionamentos nos proporcionaram muitas reflexões sobre a realidade vivenciada pela comunidade escolar. Quando indagados sobre já terem participado de algum processo de formação, os presentes afirmam que não. O diretor da Unidade de Ensino respondeu de forma mais detalhada, como veremos a seguir:

Momento de formação, normalmente é o que a gente faz aqui. São pequenas orientações... quando foi escolhida [a atual representação dos segmentos], dissemos qual era o papel do Conselho. Nem eu mesmo, quando me tornei diretor, [...] eu não tinha participado de Conselho nenhum. [...] quando fui coordenador, via o Conselho, às vezes, se reunindo, mas nunca tinha participado de Conselho nenhum. Até hoje, depois de quatro ou cinco anos [...], que nós estamos na direção, não tivemos nenhuma formação, nenhum momento de orientação de como organizar um Conselho, de como reunir o Conselho... a não ser pelos próprios conselheiros que chegavam aqui e orientavam. Mas se a gente tá fazendo certo ou se tá fazendo errado, a gente não tem essa certeza. (Diretor da Unidade de Ensino).

A partir desse relato, observamos a importância de investir neste tipo de trabalho a ser desenvolvido junto aos Conselhos Escolares, visto que irá capacitar e qualificar o trabalho dos representantes de segmento presentes no órgão. Outro ponto importante a ser destacado sobre esse assunto é a questão da participação, pois os representantes apontam que seria muito melhor se o trabalho feito pela comunidade fosse dividido entre os membros, e que isso só seria possível se um maior número de pessoas se dispusesse participar dos coletivos compostos pela sociedade. O representante da comunidade afirma que:

Agora recente foi formado o Conselho de Segurança da região. Ai eu fui até convidado a fazer parte, mas eu já tenho tanta coisa, já participo de tanta coisa, mais o Conselho de Escola. Você já tem as suas dificuldades, o conhecimento também você não tem, daí você diz 'não vou participar... não posso', porque a gente já não tá dando conta nem do que tem aqui na comunidade. Se a gente tivesse, talvez, uma formação dessas, um conhecimento melhor, talvez a gente conseguisse participar. É importante, interessantíssimo. (Representante da comunidade local).

Essa fala corrobora o que disse o diretor da Unidade de Ensino e chama a atenção para a sobrecarga de trabalho que as pessoas que se dispõem a trabalhar em prol do bem comum adquirem. Na visão dele, se mais pessoas tivessem esse interesse, essa disponibilidade para atuar nos órgãos colegiados, mais pessoas poderiam participar e dialogar sobre os problemas e a realidade da comunidade, fato que poderia contribuir com a construção do conhecimento de todos e sua inserção no exercício da cidadania, confirmando as afirmações de Paro (2016a).

Com o segundo questionamento feito, que buscou levantar reflexões sobre os principais assuntos que movimentam as ações do Conselho, tivemos contribuições muito relevantes sobre esse tema. Quase todos os representantes afirmaram que os “alunos indisciplinados” são os principais responsáveis pela convocação das reuniões do Conselho Escolar. Retomamos aqui a discussão anteriormente levantada, onde refletimos acerca do entendimento que a escola possui de “indisciplina”. É necessário discutir o significado de um tema tão caro e que permeia boa parte das ações do Conselho Escolar. É preciso planejar as ações do órgão de modo a aproveitar melhor o espaço para discutir, ao invés de problemas, ações que contribuam com a melhoria da oferta educacional à comunidade local. Nas afirmações de Freire (1969), se o papel da educação é humanizar, é preciso encarar o trabalho de forma coletiva, onde os sujeitos proporão, uns *com* os outros, a melhor forma de a escola desempenhar seu papel. Os conselheiros devem atuar na

elaboração e no planejamento das ações da escola, propondo a construção de um currículo que atende às necessidades e interesses de todos; discutindo sobre as ações para melhoria do aprendizado ou para diminuir a evasão (por exemplo). Essas devem ser as atribuições de destaque do Conselho e não resolver problemas, apenas.

Para mostrar uma ação que foi desenvolvida pelo Conselho e que fugiu dessa temática corriqueira, o diretor da Unidade de Ensino lembrou que, recentemente, a escola que recebia apenas alunos das séries finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), teve que se adequar a uma demanda surgida na comunidade e que foi referendada pela Secretaria Municipal de Educação: receber alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Esse fato mudaria a organização e o trabalho da escola, que passaria a receber alunos menores e isso interferiria na vida de vários profissionais.

O turno matutino não queria que esses alunos fossem recebidos em seu turno, pois vários professores teriam suas cargas horárias reduzidas. Sem consenso entre eles, o assunto foi encaminhado para o Conselho de Escola. Muitos aborrecimentos e contratempos ocorreram por conta dessa ação, porém foi uma oportunidade muito enriquecedora para os conselheiros, pois todos aprenderam com a situação.

[...] nós também tivemos um momento de debate, de propostas, de conhecimento da situação, aí nós tivemos um empate, e um embate também, em que, no final, eu tive que desempatar. Foi a única votação, das situações que são trazidas aqui para o Conselho, que eu tive que dar o meu voto de desempate. [...] Eu acho que foi bacana: a votação, o empate, a participação da comunidade, a presença da SEME, eu acho que foi interessante. (Diretor da Unidade de Ensino).

Como consta na redação do Decreto Municipal Nº 139/2004 (trata das atribuições dos membros do Conselho de Escola), o presidente do Conselho (nesse caso, o diretor da Unidade) tem direito ao “voto de qualidade”, nos casos de empates em votações nas plenárias (Art. 5º, inciso V). Esse voto qualificado é algo importante de ser discutido e problematizado dentro do grupo de conselheiros, pois se trata de um instrumento que possibilita rico aprendizado para o exercício da cidadania e o fortalecimento das relações democráticas dentro do ambiente escolar. Como seria a configuração dos votos do Conselho, caso o presidente do órgão fosse outra pessoa que não o diretor da Unidade? Essa é uma questão que precisa ser considerada e

refletida, com vistas a aprofundar o entendimento de todos acerca das funções e atribuições do Conselho de Escola.

Como o trabalho foi bem feito e organizado dentro das normas legais, os que foram contrários à decisão do Conselho, mesmo não concordando, acabaram acatando a decisão tomada pelo órgão colegiado. “Mesmo depois da decisão do Conselho, o grupo que era contra ainda se mobilizou pra fazer protesto na rua aí. Iam fazer um protesto, estava tudo organizado, só que depois foi perdendo força” (Representante da comunidade local). O diretor da Unidade de Ensino complementou dizendo que, “[...] como o Conselho tinha decidido e, legalmente, a gente estava amparado nas decisões que a gente estava tomando, acabou sendo feito o que tinha sido proposto e... acataram. Hoje, tá funcionando bem” (Diretor da Unidade de Ensino).

A participação consciente dos conselheiros escolares fortalece, fomenta e incentiva a consolidação de processos democráticos, precisando ser construída na ação, no caminhar (PARO, 2016a), pois assim se torna dotada de significado para a comunidade, que passa a enxergá-la como ferramenta útil e pronta para o uso. Apesar disso, é necessário lembrar que as pessoas não nascem participativas, elas precisam contar com incentivos e instrumentos para poder participar (SILVA, 2002). A participação, quando promovida e respeitada, permite que a transformação da realidade seja possível, pois ela favorece o diálogo e pode se tornar instrumento da Gestão Democrática ou possibilitar sua construção (SILVA, 2010b).

Apesar de toda a importância e possibilidades de trabalho e ações que o Conselho Escolar possui, há uma dificuldade muito grande para promover a participação de todos os segmentos da comunidade escolar nesse órgão colegiado. Não há preparo, na estrutura social de onde essas pessoas fazem parte, que vise garantir ou até mesmo permitir que estas participem. Os professores, os gestores e os servidores estão no seu local de trabalho e podem destinar-se ao espaço onde ocorrem as reuniões quando estas surgem. Já os pais e os representantes da comunidade desenvolvem atividades fora dessa realidade e garantir liberação do local de trabalho sempre que surgem necessidades na escola torna-se tarefa difícil e complicada, pois apesar do trabalho e a participação serem de extrema importância, eles esbarram em questões de interesse individual (por parte do empregador) sobrepondo-se às de interesse coletivo. Aqui, reforçamos a necessidade de planejar as ações do Conselho por intermédio de um calendário de reuniões ordinárias, fato

que possibilitaria uma participação mais efetiva e atuante dos conselheiros, uma vez que suas liberações do local de trabalho seriam reduzidas.

Se o trabalho desenvolvido pelo Conselho atende a todas as necessidades da comunidade escolar, o vice-diretor afirma que:

Eu creio que não! Não há condições pra isso. Na verdade, a gente [...] até tentou umas coisinhas diferentes, mas não tem condições! Até porque, os afazeres das pessoas impedem que estejam disponíveis na hora que é necessário... não tem como. Pra discutir, por exemplo, se a gente poderia fazer uma “ação diferenciada”, isso aí demanda muito tempo, por que tem que ver o tempo de um, o tempo do outro, quem que pode, que dia que pode, como que pode e tal, até reunir todos. Então essa é uma demanda bem complicada. E outra coisa, [...] as pessoas, principalmente dos lugares como o nosso, onde nós estamos inseridos, elas têm que trabalhar, não podem ficar faltando ao serviço, saindo mais cedo ou chegando mais tarde, pela própria característica do trabalho que tem, então é complicado. Às vezes, pra trazer a mãe aqui, pra gente resolver uma situação periclitante do aluno, que é o filho ou a filha dela, pra ela é difícil. Nós marcamos, no último, 3 e meia [15h30min], a mãe só conseguiu chegar aqui 6 horas [18h]. É muito complicado essa união completa. Não tem como. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Reiteramos, mais uma vez, a necessidade de planejamento nas ações do Conselho, o que reduziria o número de reuniões extraordinárias, e também as liberações dos membros externos à escola, e ampliaria a capacidade de participação dos mesmos. Como afirma Freire (2011b), ensinar exige planejamento, “exige pesquisa”, pois:

Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 2011b, p. 30-31).

Quando indagados sobre a existência de um planejamento para organizar as ações do órgão colegiado ao longo do ano ou do mandato dos conselheiros, todos disseram que esse não existe e que não veem como elaborar um, pois são muitas as dificuldades existentes a serem superadas para tornar tal medida possível. Algumas já foram mencionadas anteriormente, como por exemplo, dificuldade de alguns representantes conseguirem sua liberação junto ao órgão empregador para participarem das reuniões, falta de preparo para o efetivo exercício de conselheiro, entre outros. Apesar de ainda não terem elaborado um planejamento sobre quais são as ações em que o Conselho deve atuar e/ou desenvolver, os conselheiros afirmam que seria muito interessante e de grande importância planejar tais ações para o próximo ano, já que as eleições para assunção de novos representantes se aproxima e começar o novo mandato de uma forma diferente, mais organizada e

planejada, seria fundamental para ampliar o espaço do Conselho, passando a discutir outras questões que vão para além de apenas resolver problemas de alunos indisciplinados.

Diminuir a evasão da EJA... como o Conselho pode trabalhar em cima disso? Ou, se não isso, mesmo a evasão do vespertino ou do matutino, como o Conselho pode ajudar nisso? De repente pensar, como o Conselho, tanto os titulares como os suplentes, podem contribuir de alguma maneira para realizar alguma ação que seja necessária para a escola? Isso nós não fizemos, mas eu acho que seja interessante pensarmos no que a gente pode planejar para o trabalho do próximo mandato. (Diretor da Unidade de Ensino).

É importante garantir um espaço de reflexão e debate dentro dos Conselhos, pois é através do planejamento das ações de tal órgão que os representantes passarão a ter possibilidades de garantir o estudo sobre as ações do mesmo, permitindo que toda a comunidade escolar possa emitir opinião sobre os assuntos que a permeiam. O espaço onde todos podem falar sobre o mesmo assunto é um espaço que possibilita melhor percepção e conhecimento de tudo aquilo que é discutido.

Um dos representantes pode ter uma opinião sobre algo que outro não tenha. Os diferentes olhares sobre um mesmo elemento podem dar várias interpretações e ampliar o campo de soluções para um mesmo problema. Outro fator importante, é permitir que a comunidade escolar possa trabalhar com os seguintes temas: construção do tipo de educação que a escola oferece; elaboração do currículo local, adequado às necessidades e interesses da comunidade; apontamento da ordem de prioridades para investir a verba que a escola recebe; entre outros.

A comunidade local é a razão de ser e de existir da escola. Sendo assim, é de fundamental importância que essa comunidade participe da elaboração e do planejamento das ações que são destinadas a ela, pois só ela pode suscitar quais são suas necessidades. Os estudantes e a comunidade local possuem o *saber*, cabe ao professor e aos gestores da escola, detentores do *saber-fazer*, ajuda-los a construir um conhecimento útil e adequado a todos.

Finalizando o bloco de perguntas, elaboradas para a promoção do debate e a reflexão sobre as ações do Conselho Escolar durante o primeiro encontro, indago os conselheiros, a partir da sua vivência naquele espaço, sobre a possibilidade de realizar um trabalho diferente do que foi feito até então. Essa pergunta faz sentido

no que tange o conhecimento acerca da realidade da comunidade escolar que só pode ser tratada a partir dela própria.

Eu acho que não, porque, no início, nós tentamos ter uma reunião, pelo menos, periódica, ideia do Diretor, e não foi possível. Não teve como acontecer. Convidamos várias pessoas, poucos se prestaram a participar. Então eu acho complicado fazer de uma forma diferente da que fazemos hoje. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

O Diretor da escola complementa essa afirmação dizendo que:

Prestar um serviço voluntário, a uma instituição pública ou a qualquer outra que seja, é muito complicado, são poucos que têm essa disponibilidade... disponibilidade não, interesse! Interesse de poder contribuir para a melhora de determinado serviço. É difícil, pois a gente 'cata a laço' os que podem, quem a gente percebe, imagina, que tenha esse interesse, essa disponibilidade, essa vontade, esse tempo [...]. (Diretor da Unidade de Ensino).

Sobre a questão da não participação por falta de tempo, o representante da comunidade é taxativo ao dizer que “se for esperar sobrar tempo pra fazer alguma coisa, a gente nunca vai fazer nada não!” (Representante da comunidade local). É preciso que o Conselho tome para si a responsabilidade de fazer acontecer e não esperar o tempo disponível para que os representantes participem, pois as ações do dia a dia sempre irão obstaculizar sua participação. É preciso criar o tempo de participação e não esperar que ele, simplesmente, surja. “A partir do momento que você entrou pro Conselho, se o presidente marcou a reunião, a gente tem o dever de ir na reunião”. (Representante dos servidores).

Após as reflexões e debate, pedi que continuássemos a discussão com um relato do Professor Orientador, acerca de trabalhos desenvolvidos por outros Conselhos Escolares e que iam para além do que apenas reunir-se para resolver questões emergenciais e problemas da escola. O Professor Orientador disse que seria melhor se continuássemos a discussão no próximo encontro, pois já havíamos refletido e discutido sobre importantes questões e que já era tarde. Todos concordaram com a proposição. Entregamos, aos presentes, um texto que foi elaborado por tratar do histórico de criação dos Conselhos Escolares das escolas da rede municipal de Cariacica (ver Apêndice A), bem como das ações por eles desempenhadas. Foi pedido que lessem esse texto e trouxessem dúvidas e questionamentos para continuarmos nossa discussão no próximo encontro.

Uma última observação feita neste 1º encontro formativo foi que, tendo sido franqueada a palavra entre os presentes, os sujeitos que mais se fizeram ouvir

foram os gestores e o representante da comunidade local (esse último pelo nível de politização que possui, bem como pelo fato de dispor de certo traquejo na participação em órgãos populares). Os gestores fizeram uso frequente da palavra, durante o encontro formativo, sendo algo que precisa ser problematizado, pois eles tomaram para si a responsabilidade quase que exclusiva de conduzir as ações do Conselho durante a formação, promovendo a centralização do debate, mesmo que de forma involuntária.

Isso veio corroborar nossa ideia inicial que era criar espaços de diálogo dentro dos Conselhos e propor a qualificação da participação dos representantes de alguns segmentos que compõem a comunidade escolar, notadamente os segmentos de pais/responsáveis (ninguém esteve presente) e estudantes (não se manifestou durante o encontro, apenas ouviu o que foi discutido). Além desses, outro fato que nos chamou a atenção foi a fragilidade apresentada, também, pelo segmento dos servidores da Unidade de Ensino, pois pouco se ouviu de suas representantes. Do segmento de professores, pouco se pôde observar, uma vez que sua representante (que desempenha a função de coordenadora de turno) teve que se ausentar da maior parte do encontro para organizar o trabalho docente após o recreio (o que mais uma vez reforça nossa ideia de planejar as ações do Conselho para possibilitar e incentivar a participação de todos os sujeitos).

Tornou-se evidente a necessidade de possibilitarmos que tais segmentos sejam *desinvisibilizados* de sua participação nos órgãos colegiados. É preciso fortalecer o diálogo e a exposição de ideias e posicionamentos desses segmentos dentro do Conselho de Escola. Nesse sentido, os encontros formativos ganham cada vez mais substância, fazendo-se urgentemente necessários.

6.1.2. 2º Encontro Formativo

No dia 08 de maio de 2019 teve início, às 14h50min, o segundo encontro de formação para os conselheiros escolares da EMEF “Maria Augusta Tavares”. Reunimo-nos na sala da direção e estiveram presentes a essa reunião: o diretor da Unidade de Ensino; a representante dos funcionários da escola (suplente); o representante do segmento de pais (suplente); a representante dos estudantes (titular) e o representante da comunidade. Para dialogar com o grupo de

conselheiros fomos o Professor Orientador e eu. Não estiveram presentes: a representante do segmento de pais (titular); a representante do segmento de professores (suplente), pois estava participando de uma formação para os coordenadores de turno, ofertada pela SEME e a representante dos funcionários da escola (titular), pois nessa data ela trocou de horário com o servidor da função do turno matutino.

Um dos materiais que serão utilizados no processo formativo, e que foi entregue ao final do 1º encontro formativo, não foi construído *a priori*. Buscamos reunir materiais com as hipóteses que haviam sido construídas a partir da leitura das Atas das reuniões do Conselho de Escola e da legislação vigente. Como resultado desses estudos, foi possível construir o texto que trata do histórico de criação dos Conselhos Escolares no município de Cariacica (ver Apêndice A), sendo este de grande importância para promover o debate e a clareza do tema em questão.

Nestes dois primeiros encontros, tratamos de problematizar acerca dos Conselhos e das possibilidades vinculadas a eles. Desse modo, a metodologia de trabalho proposta é de base freiriana, que traz como perspectiva o *fazer com*. Portanto, o levantamento de informações que tratamos de fazer antes dos encontros, nos possibilitou abrir caminhos para o debate e levantar hipóteses, como forma de nos apropriarmos da realidade dos órgãos colegiados no município de Cariacica a fim de que tivéssemos subsídios para dialogar com os conselheiros.

Dando início, o Professor Orientador fez uma explanação sobre sua experiência enquanto conselheiro escolar quando foi professor e diretor de Unidade de Ensino no estado de São Paulo. Falou sobre as possibilidades de trabalho que o Conselho Escolar pode oferecer. Dentre os relatos por ele mencionados alguns chamaram bastante a atenção dos presentes, como por exemplo, a construção de um “Mural do Conselho”, espaço destinado a dar publicidade às ações e decisões tomadas pelo Conselho de Escola; a elaboração de um “Informativo do Conselho”, uma espécie de panfleto impresso e destinado a levar informações sobre os trabalhos que vêm sendo executados pelo órgão colegiado da escola; construção de uma página na *web*, para dar informações aos membros da comunidade escolar sobre todas as últimas ações desenvolvidas pelo Conselho; entre outras.

O Professor Orientador chamou a atenção para o tamanho da força dos Conselhos de Escola, mencionando que, certa vez, numa escola onde foi diretor, os estudantes

e suas famílias esperavam para adentrar a escola do lado de fora, no meio da rua praticamente. Estavam expostos à violência das ruas, trânsito, chuvas, entre outros. O caso foi levado para o Conselho que criou um documento explicando toda a situação e o encaminhou à Secretaria de Educação do Município. Em pouco mais de um ano a nova entrada da escola, com muito mais espaço e conforto foi entregue à comunidade. Todos ficaram protegidos e seguros.

Após isso, duas perguntas foram feitas aos presentes. Buscando criar oportunidades para que os segmentos de pais e de estudantes, que não se fizeram ouvir durante o último encontro, fossem incentivados a participar, modificamos a dinâmica do encontro, problematizando mais com estes segmentos que com a gestão. Os sujeitos excluídos dos processos decisórios precisam de apoio para constituírem-se capazes de participar, e para que confiem nessa possibilidade, como afirma Silva (2002). Dessa forma, pais e estudantes foram elementos centrais nesse encontro, onde sua participação foi, a todo tempo, fomentada e incentivada.

O objetivo era refletir sobre o que os pais e familiares esperam da educação ofertada pela escola onde seus filhos estudam. Todos veem a escola como instrumento de fundamental importância para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Eles frisaram a importância de escola e família realizarem um trabalho conjunto na criação dos jovens da comunidade. Sobre esse assunto, um deles afirma que:

O que a gente espera, enquanto pai, é que a escola nos ajude a criar um homem para a sociedade. Que sirva para a sociedade. Que seja uma pessoa de bem para a sociedade. Essa é a minha visão da ajuda da escola para com a família e da família para com a escola. (Representante dos pais).

Através desse excerto, podemos observar que a escola ainda é vista como ferramenta capaz de transformar a realidade e garantir o futuro dos estudantes. Essa pergunta também foi direcionada aos estudantes, sobre quais eram os sonhos e perspectivas que eles têm sobre a escola e a educação por ela ofertada. Sobre isso, a representante dos estudantes afirmou que:

Eu espero que, futuramente, eu consiga um emprego que seja bem gratificante. Um emprego que dê orgulho para minha família. A escola é muito importante para isso também. Se eu me esforçar, eu vou conseguir um emprego de verdade. (Representante dos estudantes).

Tais perguntas foram feitas com o objetivo de provocar a reflexão nesses representantes de segmentos, mostrando-lhes que a participação de todos é de fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho no Conselho e na comunidade escolar, mas que esse trabalho e essa participação só serão possíveis se tais segmentos tiverem sonhos para a educação e para a sua escola; se esperarem, de fato, algo de muito bom daquele espaço e do trabalho ali realizado/ofertado.

Na perspectiva do trabalho feito junto à comunidade escolar por todos os segmentos que a compõem, é notória a fragilidade que alguns segmentos possuem, no que diz respeito à preparação para participar de tais espaços de discussão. Dizer que a participação deles é importante, é uma coisa, outra coisa é dar a estes representantes e aos seus segmentos motivos para participarem; é mostrar-lhes que eles têm, sim, muitos motivos para participar. É necessário termos momentos de diálogo e reflexão para que possamos construir juntos uma educação adequada às necessidades e interesses de toda a comunidade.

Prosseguindo com nossas indagações e reflexões acerca dos sonhos daquela comunidade para com a educação ofertada pela escola, perguntamos aos representantes da comunidade, o que eles esperavam da escola e da educação que a mesma oferecia. Os problemas cotidianos da comunidade local foram lembrados: violência, tráfico de drogas, falta de oportunidades e de perspectivas de futuro entre outros, tudo isso foi mencionado pelo representante da comunidade. Ele afirmou que:

Eu sonho que esta escola me ajude a orientar e encaminhar essa garotada para o caminho do bem, pois a escola é o caminho para eles alcançarem os objetivos deles. Estava me lembrando de uma conversa que eu vi, semana passada, aqui na rua, entre um adulto e um garoto, um estudante. "Você está na escola?" "Tô!" "Tá na escola fazendo o que, rapaz? Lá você não tá aprendendo é nada, pois daqui uns dias você vai trabalhar é na 'boca!'" Aí o garoto respondeu pra ele assim: "É, vou trabalhar na boca pra vender droga pra você!" Veja as conversas de um adulto com o garoto, com a criança... O adulto matando o sonho da criança! A gente batalhando pra trazer os sonhos das crianças, pra mostrar que eles podem sonhar, que é possível, pois a gente tem chances, tem condições [...]. A gente tá querendo encaixar esse bairro aqui na "Taça das Comunidades", daí nós fomos lá pra apresentar os uniformes e tals, daí a gente tirou fotos, chamou a atenção dos garotos dizendo: "Oh, você vai aparecer na televisão". Daí eles veem que existem outros caminhos, outras possibilidades. [...] É possível sonhar... vai ser um grande jogador? Vai conseguir ser campeão aqui? Não sei, mas nós vamos deixa-los sonhar, pois não custa nada você alimentar esse sonho pra eles, mostrar outras possibilidades. Tem gente que vai fechando

a mente das crianças [...]. Eu espero que a escola ajude a minha comunidade a melhorar. (Representante da comunidade local).

Através desse relato vemos a importância que a comunidade dá à escola e como ela enxerga, com esperanças, tudo aquilo que ali dentro daqueles muros é construído, é pensado. A escola precisa se apropriar dessa realidade e passar a nutrir e reproduzir tais sonhos que a comunidade nela deposita. Afinal, como afirma Freire (2011b, p. 70), “ensinar exige alegria e esperança”, pois “a esperança faz parte da natureza humana”.

Reiteramos a necessidade do Conselho Escolar, juntamente com a Unidade de Ensino, incentivar e fomentar a participação de toda a comunidade escolar nas ações que envolvem esse órgão colegiado, pois este é ferramenta de fundamental importância para a construção de uma educação que seja efetivamente significativa para todos que dela fazem uso e que vivem em seu entorno. É através dessa inserção da comunidade nas esferas responsáveis pela tomada de decisões que permitiremos a construção de uma educação que seja adequada aos interesses de todos.

Ficou para a próxima reunião estudarmos o texto entregue no primeiro encontro e que trata sobre os Conselhos Escolares no município de Cariacica.

6.1.3. 3º Encontro Formativo

No dia 22 de maio de 2019 teve início, às 14h30min, o terceiro encontro de formação para os conselheiros escolares da EMEF “Maria Augusta Tavares”. Estiveram presentes na reunião: o vice-diretor da Unidade de Ensino; a representante dos funcionários da escola (suplente); a representante dos estudantes (titular) e a representante do segmento de professores (suplente). Eu fiz a mediação com o grupo de conselheiros. Não estiveram presentes nesse encontro: o diretor da Unidade de Ensino, pois tinha consulta marcada no mesmo horário; a representante dos servidores (titular) que, apesar de estar na sala ao lado, tinha muito trabalho acumulado para realizar e não pôde se ausentar do seu setor; o representante do segmento de pais (suplente), que não teve com quem deixar sua oficina para participar do encontro e o representante da comunidade, que teve compromisso de última hora.

Iniciando a discussão, chamei a atenção dos representantes de segmentos para o calendário dos encontros e frisei sobre a data da próxima formação para os conselheiros da EMEF. Em seguida, fiz a leitura de uma citação de Paulo Freire que atenta sobre a importância da participação popular nos espaços escolares e do papel da escola no fomento desta participação, atuando como “centro irradiador” deste trabalho e desta cultura popular. Freire (1991) afirma que:

A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda a sociedade. A escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. (FREIRE, 1991, p. 16).

Esse excerto nos permite refletir acerca da importância e necessidade que a escola tem de incentivar a participação das classes populares, dos segmentos mais invisibilizados (pais/responsáveis, estudantes, comunidade e, por que não, servidores). Mais uma vez, ancorados na afirmação de Paro (2016a) que diz que a participação se faz no caminhar, reiteramos a necessidade de permitir e possibilitar que estes segmentos se manifestem, criando espaços de diálogo para troca de experiências e aprendizados entre os conselheiros.

O passo seguinte foi promover a discussão sobre o texto entregue no primeiro encontro, dia 24/04, sob o título “*Os Conselhos Escolares no município de Cariacica/ES*”, que versa sobre o processo de implantação desses órgãos colegiados em todas as Unidades de Ensino da rede municipal. Além disso, expliquei sobre o período em que foi assinada a Lei Nº 4.373/2006, que instituiu o Sistema Municipal de Ensino, onde o município passou a ter autonomia para criar uma educação mais condizente com a realidade local.

Outro ponto importante desse texto foi o destaque dado ao problema da falta de preparo dos representantes para atuarem no Conselho Escolar, dando importantes contribuições para a elaboração da educação que será desenvolvida e ofertada na escola. É o que afirma Silva (2010a), ao dizer que há uma lacuna existente na qualificação da participação dos segmentos, fato corroborado pela afirmação de Paro (2016b), ao tratar da falta de preparo dos segmentos que compõem a comunidade escolar para participarem do Conselho.

Após a explanação sobre o texto e a discussão promovida, seguimos realizando alguns questionamentos acerca da realidade vivenciada pela comunidade escolar,

no que diz respeito à aproximação da comunidade com as ações desenvolvidas na Unidade de Ensino. Os questionamentos foram: **1)** Como aproximar a comunidade escolar da realidade que a cerca? **2)** Como ampliar a participação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar no Conselho de Escola? **3)** Tem dialogado com o segmento que você representa? **4)** Quais as principais necessidades de formação e de esclarecimento para os conselheiros? Quais são as maiores dúvidas? Importante frisarmos aqui, que esses questionamentos dão sequência às discussões feitas no primeiro e no segundo encontros formativos, tendo sido elaborados para esse encontro com base naquilo que havia sido discutido nos momentos anteriores a este.

Alguns dos questionamentos tiveram respostas que apontaram para vários aspectos de observação e análise. Sobre a primeira pergunta, a representante dos estudantes mencionou a importância da escola desenvolver trabalhos voltados para a proteção do meio ambiente onde a Unidade de Ensino está inserida, como sendo uma alternativa para atrair a atenção da comunidade local para a participação dentro da escola, bem como esta ser uma possibilidade de dar visibilidade a todo o trabalho que a mesma desenvolve e que tem grande relevância para o entorno da escola. A estudante diz que uma alternativa para esse tipo de questionamento é fazer

[...] campanhas em proteção do meio ambiente, porque se a escola sáísse, fazendo uma caminhada, igual já foi feito, seria bom, para aproximar a comunidade dos alunos. Isso porque os alunos estariam passando a ideia de como preservar o meio ambiente. (Representante dos estudantes).

Cabe aqui ressaltarmos a opção metodológica pela qual optamos: a pesquisa participante. Nossa opção por esse procedimento de pesquisa traz à tona o viés de que é necessário conhecer a realidade escolar, de forma coletiva (com o grupo de conselheiros) para, a partir disso, fomentar as transformações necessárias, como afirma Gil (2010). Tais ações se fundamentam na perspectiva freiriana, promovendo a oferta de uma educação libertadora como forma de envolver a participação de todos, tornando as relações democráticas mais dinâmicas, com vistas a promover a integração entre os sujeitos (FREIRE, 1981).

Outro ponto destacado pelos conselheiros foi sobre a importância de aproximar a comunidade local para ajudar na preservação do patrimônio público e também do espaço escolar, pois a escola é alvo constante da depredação de seu interior, por parte de um grupo significativo de estudantes. Eles atentam para a necessidade da

escola criar meios para resolver esse tipo de problema, pois gera transtornos ao bom funcionamento da Unidade e também custos. Parte da verba que chega para a escola é gasta na correção de situações causadas pelos estudantes, ao passo que poderia ser aplicada na melhoria das condições de aprendizado e do serviço educacional ali desenvolvido.

Se eles aprendessem também a conservar a escola. A gente tem aqui mesa e cadeira rabiscadas, porta quebrada, parede rabiscada, banheiro. Eles precisam aprender a conservar o patrimônio. Semana passada mesmo, o aluno pegou o rodo novinho e quebrou ele em três pedaços. (Representante dos servidores).

Vimos, na prática, uma ótima oportunidade de trazer as famílias e a comunidade local para o interior da escola, ajudando no processo educativo e na preparação dos estudantes para o futuro convívio em sociedade. Trazer as famílias para dentro do ambiente escolar e promover sua efetiva participação é tarefa muito difícil, pois muitos pais não se apropriam dessa realidade e não enxergam a escola como um espaço que lhes pertence ou que necessite de sua contribuição. É importante frisarmos que o bom andamento das atividades e do serviço prestado pela escola depende, fundamentalmente, da participação dos pais, das famílias e da comunidade local, de forma constante.

[...] a gente empresta o espaço físico, a maioria dos finais de semana, para jogos, festas, eventos de igrejas, cultos... Tudo isso, mas parece que tá tudo totalmente desvinculado da escola, apesar de utilizar o espaço da escola. A gente tem feito isso pra saber o que resulta daí. Mas é uma coisa muito “solta”, pois as pessoas vêm, sabe que tem o espaço, sabe que a escola é pública, sabe que é da comunidade... Tudo isso aqui é da comunidade e a comunidade pode usufruir, mas eles vêm aqui, a gente empresta e eles somem! Fazem o que têm que fazer e somem, desaparecem. Provavelmente no ano seguinte, quando precisar de novo, eles aparecem, mas não têm uma noção de que a comunidade precisa da escola e que a escola precisa da comunidade, para interagir e seguir adiante. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Esse afastamento das famílias e da comunidade do espaço escolar gera consequências perversas para o processo de ensino-aprendizagem que move as atividades da escola. Aos poucos, ela vai perdendo suas características originais e adquirindo outras, diversas. Com isso, as famílias passam a não mais enxerga-la como um ambiente que possibilita aprendizado e, com isso, transformação da realidade. Passam a vê-la como um espaço que atende às suas necessidades mais imediatas, como cuidar dos filhos enquanto eles desenvolvem suas atividades

cotidianas e não como espaço de aprendizado e de desenvolvimento. É o que afirma o vice-diretor da unidade:

Parece [...] que muitos não tratam mais a escola como local de cultura, de conhecimento. É um espaço para “depositar crianças”, enquanto o pai ou a mãe trabalham. Tirando isso, qualquer problema, pronto... A escola é culpada, é errada, as pessoas não fizeram o que tinha que ser feito. [...] A escola perde sua função educativa e assume apenas um caráter assistencialista. Se os filhos estão bem, não estão feridos, está ótimo! Se aprendeu, se estudou, se deixaram... Isso não importa, pois não há uma preocupação com relação a isso. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Embora haja um trabalho de grande possibilidade e relevância, que envolve as ações do Conselho, os conselheiros não veem saída, ao menos em curto prazo, para os problemas enfrentados por esse órgão e pela escola. Muito pode ser feito para transformar essa realidade, porém existem obstáculos muito difíceis de serem transpostos, o que obriga o Conselho Escolar (e a Unidade de Ensino) a continuar funcionando dentro de limitações e de forma precária. Ter instrumentos legais que normatizam as ações destes órgãos e não dispor de condições para o desenvolvimento das mesmas ajuda a manter esse *status quo*, como afirma o vice-diretor da unidade:

A Lei é muito bacana, o problema é travestir essa Lei no concreto. Você vê que é tudo precário. [...] Então, esses Conselhos, seria legal se fossem reais. Você vê, a gente só se reúne quando a situação é drástica, quando o elástico tá completamente esticado e a gente tem que resolver. Aí que entra o Conselho. Fora isso, não tem como. [...] Você não tem muito tempo pra parar, fazer uma reflexão, e em contrapartida ainda tem os pais, que trabalham, não podem e nem têm condições de estarem sempre aqui, mesmo com justificativa. O pai não pode perder o emprego, mesmo tendo a justificativa [de participar de um órgão como o Conselho Escolar]. Eu acho que esses Conselhos serão e continuarão funcionando dessa forma: na precariedade e no imediatismo. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

É necessário, para o bom funcionamento do Conselho de Escola, que haja condições eficazes para tanto. A aprovação de normativa legal foi uma grande conquista para a educação do município, porém não foi suficiente para resolver todas as suas questões. Condições de trabalho e, principalmente, tempo para reflexões, formações e planejamento das ações, são primordiais para que seja desenvolvido um trabalho que venha promover a participação efetiva e consciente de toda a comunidade escolar. Como afirma Faundez (1993), possibilitar a participação dos sujeitos em processo formativos, além de qualificar o trabalho prestado ao Conselho, permite a multiplicação do conhecimento dentro das

comunidades escolar e local, adequando este às necessidades e interesses de toda a população.

Cada especialista deveria tornar-se um “formador”, a fim de aumentar o número de especialistas, mas também suas competências. Pensamos que é preciso criar um sistema educativo em processo, capaz de se adaptar historicamente para responder às reais necessidades da população [...] (FAUNDEZ, 1993, p. 40).

Como afirmado anteriormente, a democracia e os órgãos colegiados que necessitam da participação da comunidade escolar para planejar e desenvolver ações voltadas para a educação são muito recentes (FREIRE, 1991). Por esse motivo, é necessário reafirmar, cotidianamente, a importância destes para o exercício da cidadania e para a construção de uma sociedade mais justa. Mesmo com toda a importância e legalidade que o Conselho Escolar possui, o poder público acaba buscando formas de não atender as decisões tomadas pela comunidade escolar, o que deslegitima sua atuação e contribui para seu enfraquecimento, desmotivação e invisibilização.

E quando você fecha, e isso já aconteceu conosco, você junta o Conselho e fecha todas as portas, e é aquilo ali e não tem outra saída, eles questionam. Isso já aconteceu umas duas vezes conosco. [...] Mas o aluno fez isso, isso e isso, estava usando drogas dentro da escola, fazendo bagunça, brigando com os outros... O Conselho fez isso, isso e isso, deu oportunidade assim, assim e assim, ele repetiu tal e tal... Aí, fecharam-se as portas. A inspeção escolar veio, pelo menos, três vezes conferir e ver se a gente reconsiderava a situação. Daí a gente falou não, não somos nós, o Conselho é soberano, portanto, se o Conselho decidiu e ele não pode voltar atrás também, é isso e ponto! Foi uma labuta. Mesmo se respaldando de todos os lados, eles tentam achar uma brecha, que você recue, pra te deslegitimar. É uma luta diária, todo santo dia. (Vice-diretor da Unidade Escolar).

As dificuldades encontradas pelo Conselho, para legitimar suas ações e fazer valer as decisões tomadas pelo coletivo dos representantes que o compõe, é apenas um dos obstáculos a serem superados. Para isso, é necessário que os sujeitos da comunidade escolar percebam o espaço da escola como algo que lhes pertence, como um espaço próximo e que precisa de sua contribuição e ajuda. A construção dessa percepção depende de programas e projetos educacionais que considerem as necessidades da comunidade, respeitando os sujeitos que dela fazem parte. Todo planejamento feito fora da coletividade, sem ser dialogado com os sujeitos da comunidade e que não parta de suas necessidades prementes, estará fadado ao fracasso.

Todo programa de desenvolvimento deve, assim, levar em consideração a participação ativa e inteira do povo, sem a qual ele não seria senão um programa imposto, um “affaire” de “experts”. Estará fadado ao fracasso se

não responder às verdadeiras necessidades comunitárias (FAUNDEZ, 1993, p. 29).

A própria comunidade local não se reconhece como pertencente àquela realidade, como possuidora de direitos sobre o espaço da escola. Eles têm a escola como um ambiente distante, como algo que não lhes pertence e que não precisa deles. Os conselheiros afirmam que o uso que a comunidade faz dos espaços da escola (uso da quadra de esportes, realização de festas comunitárias, cultos e encontros religiosos, etc.) é visto como um favor que os gestores da escola e da educação do município lhes prestam, como sendo uma concessão, apenas, e que pode ser retirada de acordo com a vontade desses gestores.

Não há questionamentos nem pedidos de esclarecimentos quando o uso dos espaços da escola é negado, mesmo que esse uso atenda a um número significativo de pessoas e que o espaço da escola seja, por vezes, o único espaço para recreação que eles possuem. Questões como essas precisam ser problematizadas e discutidas pelos segmentos que compõem o Conselho de Escola. Tais sujeitos devem fazer uso de suas atribuições, enquanto conselheiros escolares, e propor soluções, planejar ações a serem desenvolvidas, de modo a transformar essa realidade que dicotomiza a escola e a comunidade.

Sobre o uso da quadra de esportes da escola, que era feito todos os dias pela comunidade, foi afirmado que:

[...] a própria prefeitura começou a pressionar a gente, por causa da conta de energia muito alta. Realmente, esses refletores puxam muita energia. [...] Nós tínhamos segunda, terça, quarta, quinta e sexta, cinco dias... Você imagina, põe aí seis times por dia. Cada um tem cinco pessoas. Seis vezes cinco, trinta... Olha só quantas pessoas. Sem contar os amigos que vinham, as namoradas, os familiares, o pessoal da comunidade e tal. Olha o tanto de gente que foi prejudicada. Quantas reclamações nós tivemos com o fechamento da quadra? Nenhuma, ninguém fez nada! Eles não se reconhecem como comunidade, eles não reconhecem esse aqui como um espaço deles, que precisa deles e eles precisam deste espaço. Ao invés de sentar pra conversar: o que a gente pode fazer? Como a gente pode resolver essa situação? Porque a quadra é um ambiente bom para o lazer de toda a comunidade... Formar uma estratégia, um grupo bom pra debater, né? (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Essa situação que ocorreu na escola poderia ter servido como uma oportunidade da comunidade se reunir e cobrar o uso do espaço que é seu, que lhe pertence. A falta de envolvimento nas ações da escola e do reconhecimento próprio como membro daquele espaço, estabelecendo com ele uma relação de maior proximidade, impede a potencialidade efetiva das ações desenvolvidas pelo Conselho e pela Unidade de

Ensino. É necessário trabalhar de maneira a aproximar esses espaços, tornando-os responsáveis pela transformação da realidade.

Para transformar a realidade é preciso, antes de tudo, desvelá-la, compreendê-la sob seus diversos ângulos. Isso permite a reflexão sobre caminhos possíveis dentro do que é vivido, do que é concreto. Sobre esse assunto, Faundez (1993) afirma que:

Nascer num país, ou nascer numa cidadezinha, não significa entretanto conhecer esse país ou essa cidade. Para conhecê-los é preciso um esforço intelectual e prático, graças ao qual o abstrato permite penetrar no concreto e inversamente, para compreender a realidade, mas também para transformá-la. O povo deve não somente participar dessa tarefa, mas tem o dever de fazê-lo (FAUNDEZ, 1993, p. 27).

Outro questionamento proposto foi acerca da possibilidade de se ampliar a participação de todos os segmentos do Conselho de Escola, aproximando-os da realidade vivenciada dentro do espaço escolar. Nesse sentido, nossa preocupação estava vinculada à ampliação da participação dos pais/responsáveis, dos estudantes e da comunidade, pois são os segmentos que se encontram mais distantes desse ambiente e necessitam de incentivos para tornarem-se participativos (SILVA, 2002). O objetivo de tal questionamento foi promover a reflexão sobre a realidade escolar e de seu entorno, juntamente com as pessoas que os integram. Somente a partir da reflexão e do reconhecimento da realidade escolar, como sendo sua, é que o Conselho Escolar pode planejar e desenvolver ações realmente significativas para os membros de sua comunidade.

A partir dessa proposição surgiram comentários e reflexões bem pertinentes sobre o tema, pois os conselheiros conhecem a realidade da qual fazem parte. No entanto, nem sempre eles estão dispostos ou afeitos a refletir sobre ela e sobre suas ações. Isso nos mostra como é importante refletir sobre as ações tomadas, pois muitas vezes elas se automatizam e não refletimos sobre as mesmas, o que nos impede de construir um novo conhecimento sobre aquilo que fazemos, melhorando nossas ações e nossa participação nas esferas coletivas. Tais ações estão presentes na abordagem dialética proposta por Richardson (2007).

Numa perspectiva freiriana, constatamos como a abordagem dialética está vinculada a uma educação humanizadora. Para Freire (1981) os argumentos dessa abordagem, aplicados a uma educação que visa nos tornar mais humanos, são representados pela “ação-reflexão-ação”, onde é necessário refletir, criticamente, sobre a ação praticada a fim de que a próxima ação seja melhor praticada. “É

pensando criticamente a ação de hoje ou de ontem que posso melhorar a próxima prática” (FREIRE, 2011b, p. 40).

Sobre a problematização feita acerca da realidade vivenciada pela comunidade escolar e sobre a possibilidade do Conselho ampliar a participação de todos, aproximando-os dessa realidade, foi afirmado que:

Eu não vejo nada que possa fazer, no momento. Muito trabalho para os pais e, além disso, eles precisam descansar. Por que a gente tem que levar isso em consideração: o pai e a mãe de um aluno, na sua grande maioria, aqueles que pegam ônibus, imagina. A que horas eles têm que estar no ponto em um bairro como o nosso, que não tem ônibus toda hora? Vão em pé, apinhados, esfolados dentro desses ônibus [...]. Aí chega no trabalho, são nove horas, com o horário do almoço. Depois mais duas horas de ônibus pra voltar, você acha que ele vai ter paciência, capacidade mental para participar de um encontro de Conselho? Ainda tem que fazer a janta das crianças, deixar o almoço do outro dia pronto, preparar tudo. Então, eu acho que é necessário, mas eu acho que a fórmula de funcionamento dele é essa aqui, a que nós usamos, não tem outro jeito. Trabalhar só no emergencial, pois não tem outra fórmula. Você não pode tirar as pessoas do trabalho o tempo inteiro ou todas as vezes que você precisa; você não pode tirar o aluno todas as vezes da sala de aula, toda vez que o Conselho precisa. Eu acho que o Conselho daqui funciona até [...] bem. As pessoas são bem razoáveis, participativas reflexivas, então eu acho importante a participação desse Conselho, mas ele é só emergencial. Não há fórmula, hoje, de a gente estipular datas de encontros, nem mesmo de formação de Conselho. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Vemos que, apesar da participação da comunidade escolar ser de extrema importância para o bom desenvolvimento das ações e atividades que são responsabilidade dos Conselhos Escolares e que esta precisa ser incentivada, fomentada e exercitada constantemente, tal participação é parametrada, ou seja, obedece a critérios que são fundamentais para que possamos compreender o processo de participação dos representantes da comunidade escolar. Através do relato apresentado, fica clara a vontade dos conselheiros de fazerem parte de um órgão efetivamente participativo e atuante, que verse sobre estudar, refletir e debater sobre as formas de planejar e de construir uma escola/educação que atenda, de fato, aos anseios e expectativas da comunidade.

As dificuldades apresentadas no relato do vice-diretor da Unidade de Ensino acabam por dicotomizar o “Conselho almejado” (com planejamento; com discussões e reflexões acerca da realidade da escola/comunidade; com desenvolvimento de ações que visem a melhoria do aprendizado dos estudantes e da educação ofertada pela Unidade Escolar; etc.) e o “Conselho real” (emergencial; que funciona apenas quando solicitado; que atua na resolução de problemas e conflitos, apenas; etc.),

impedindo-os de se aproximarem e constituírem um mesmo conjunto. É necessário problematizar essas situações dentro do órgão colegiado, a fim de que seja possível refletir sobre as mesmas, relacionando-as com a intensidade da participação de seus representantes.

Outro assunto discutido em nosso encontro de formação buscava refletir sobre o diálogo entre os representantes dos segmentos e seus pares. Eles foram unânimes em dizer que não dialogam com os pares acerca das ações desenvolvidas no Conselho, isso por que a forma como este órgão funciona (emergencial, imediatista) impede que os assuntos sejam levados para apreciação de todos e retornem com o parecer do segmento sobre a situação. O ideal é que funcione desta forma, onde os conselheiros representem os interesses do segmento do qual fazem parte, promovendo a interação e aproximação de todos com o órgão colegiado da escola e que todos tomem ciência e decidam sobre as ações promovidas e propostas pela Unidade Escolar. No entanto, essa forma de funcionamento é uma realidade um tanto quanto distante de ser concretizada.

Além de não terem condições de criar essa ponte dialógica entre o Conselho e seu segmento, os conselheiros afirmaram ser um grande problema publicizar os assuntos decididos no órgão, pois eles dizem respeito, em sua quase totalidade, à resolução de problemas e de conflitos que acontecem no ambiente escolar e abrir tais temas para apreciação da comunidade escolar como um todo gerará maiores problemas para o andamento das atividades.

Geralmente o nosso Conselho se reúne pra poder tomar medidas drásticas de transferência de aluno, de remanejamento de turma e turno, de alunos problemáticos. Sinceramente, eu nunca participei de uma reunião de Conselho que a gente fosse decidir alguma coisa que fosse em prol da escola, para beneficiar a escola. E aí também, quando a gente trata de “transfere ou não transfere aluno”, [...] até mesmo expor esses que estão aqui envolvidos e levar para o grupo de alunos vai ter aquele impasse: ah, [...] o menino é gente boa, é nosso amigo, a gente quer que ele fique. É um menino legal, mas ele não gosta de estudar e não cumpre as normas. Aí, quer dizer, um grupo de alunos, uma parcela significativa, vai ficar a favor dele. Se eu levar para os professores, eles vão aceitar de imediato. Então, é muito complicado isso. [...] A gente nunca fez algo aqui para votar, para levar para os grupos, que fosse em benefício da escola, algo para fazer para melhorar. Sem contar que levar casos de alunos assim, para serem discutidos com o grupo dos alunos, vão ter pais que vão acusar de estar humilhando o filho deles, por que isso já aconteceu aqui. (Representante dos professores).

Essa é uma questão bem complexa e que envolve muitas outras vertentes, além da questão de democratizar as ações e a participação no Conselho. A escola e os

conselheiros precisam se resguardar para evitar atritos com as famílias dos estudantes, visto que estas têm dificuldades de participar de forma atuante e de se apropriar de tal realidade. Ficando de fora das reais ações e necessidades do Conselho é impossível compreender a dinâmica de suas decisões e do seu trabalho, fato que permite que interpretações equivocadas sejam feitas e que comprometem todo o seu funcionamento.

O último dos questionamentos feitos visava promover uma reflexão sobre as necessidades formativas e de esclarecimentos necessários para ampliar a capacidade de compreensão dos conselheiros sobre o trabalho do órgão. Apesar do longo tempo de serviço prestado para a educação ser uma realidade de muitos dos que fazem parte do Conselho Escolar, isso ficou claro não ser algo suficiente para que se possa ter ciência de todo o trabalho e ações pertinentes ao Conselho Escolar. “[...] Eu tenho 32 anos de escola, e só fui ter conhecimento do que é realmente o Conselho de Escola quando eu entrei na direção. Tenho 32 anos de escola e olha que eu me julgo uma pessoa esclarecida”. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Por esse relato, observamos que um elemento importante na ajuda para ampliar a compreensão que é tida do Conselho de Escola se refere a mudar nosso local de observação. É necessário estar presente em outros locais que pertencem à educação para que nos tornemos aptos a compreender que apenas uma maneira de olhar para o mesmo fenômeno não é suficiente para enxergar todas as possibilidades que esse oferece. Torna-se primordial estar presente nos diversos espaços que compõem a educação, pois esta é um prisma que, dependendo do lado que se observa, muda-se totalmente a compreensão da realidade.

Devido à falta de informação e qualificação para o trabalho no Conselho Escolar, é de grande valia criar espaços de diálogo e reflexão para que a comunidade escolar problematize sua própria realidade, a fim de que tal iniciativa permita soluções coletivas. Como afirmam Streck, Redin e Zitkoski (2016), o diálogo impulsiona o pensamento crítico, pois ele nos possibilita dizer o mundo de acordo com o nosso entendimento, de acordo com as nossas experiências. Para isso, é preciso desenvolver o sentido de “pertencimento” dos sujeitos da comunidade para com o espaço escolar.

Como visto anteriormente, esse é um grande problema encontrado dentro da organização e do planejamento das ações da escola, pois a comunidade não enxerga o espaço escolar como sendo seu. Eles o veem apenas como algo que é concedido pela escola e/ou pela secretaria de educação. É necessário “[...] esclarecer para eles o que é o Conselho, porque eles não sabem. Os alunos, e muitos pais, não têm noção de que isso aqui é deles, que são eles que pagam isso aqui tudo”. (Representante dos professores). Se é tão difícil a tarefa de reconhecer-se pertencente à realidade local, é necessário, segundo Faundez (1993, p. 35), que o processo educacional desenvolvido pela escola comece “[...] pela descrição e análise da realidade comunitária”. A partir daí, seria mais fácil e prático relacionar os problemas que nela existem, pois é preciso refletir criticamente sobre essa realidade.

Considerando esses anseios relatados, e que foram endossados pelo grupo de conselheiros, prepararemos material no formato de “folheto de orientações” para ser publicizado e discutido com o Conselho, durante nosso próximo encontro. Após esse estudo, o material ficará à disposição da escola e da comunidade para ser consultado futuramente. Ter maior interesse pelo espaço escolar e os órgãos a ele pertencentes é de fundamental importância para planejar e desenvolver uma educação de qualidade e significativa para o seu entorno. A comunidade necessita do espaço escolar, assim como esse espaço necessita da comunidade que em seu entorno vive, formando, assim, um par dialético e dialógico. Tornar essa situação algo concreto permitirá que a escola e as ações nela desenvolvidas deem um salto de qualidade para atender às reais necessidades das comunidades escolar e local, garantindo que ambas tenham acesso a uma educação, de fato, relevante, significativa e transformadora.

6.1.4. 4º Encontro Formativo

No dia 05 de junho de 2019 teve início, às 14h30min, o quarto encontro de formação para os conselheiros escolares da EMEF “Maria Augusta Tavares”. Estiveram presentes na reunião: o diretor da Unidade de Ensino; o vice-diretor; a representante dos funcionários da escola (suplente); a representante dos estudantes (titular); o representante dos pais (suplente); o representante da comunidade local e a representante do segmento de professores (suplente). Eu fiz a mediação com o

grupo de conselheiros. Não esteve presente a representante titular do segmento de servidores.

Iniciamos nosso encontro recapitulando todos os assuntos discutidos no encontro anterior. Optamos por essa metodologia de trabalho, pois alguns representantes não estiveram presentes nessa oportunidade, fato que foi considerado para deixarmos todos cientes da nossa discussão. Citei o relato da professora onde ela disse que é preciso “[...] esclarecer para eles [os pais] o que é o Conselho, porque eles não sabem. Os alunos, e muitos pais, não têm noção de que isso aqui é deles, que eles que pagam isso tudo aqui”. (Representante dos professores).

Esse relato sintetizou todas as discussões do encontro anterior, onde os conselheiros afirmaram ser necessário promover a aproximação entre a comunidade e a escola, pois ela não se reconhece como parte do ambiente escolar, nem acredita que esse espaço necessite de sua ajuda/participação. Em sua afirmação, a professora também expressou a necessidade de explicitarmos o papel do Conselho e suas principais atribuições, para que toda a comunidade escolar participe da construção e do planejamento da educação local. Com base nisso, elaboramos um material (ver Apêndice B) contendo as principais informações acerca do histórico de formação, base legal, composição, atribuições entre outros, dos Conselhos Escolares. Tal material surgiu da necessidade de que fosse criado um instrumento de consulta fácil e rápida para esclarecer dúvidas e dar orientações em alguns aspectos reais para o trabalho do Conselho Escolar.

Da necessidade de serem criadas alternativas que possibilitem o estreitamento das relações entre comunidade e escola, algumas reflexões foram feitas e sugestões foram dadas.

Nós estamos precisando de parcerias para fazer uns trabalhos de meio ambiente no bairro aí, de preservação. Precisamos acabar com o lixo que tem aqui atrás. O pessoal já arrancou os pneus dali e estão entrando com o lixo de novo [...]. (Representante da comunidade local).

Tal sugestão surgiu a partir das reflexões feitas no coletivo dos segmentos que compõem a comunidade escolar. Portanto, trata-se de uma necessidade real da comunidade e que servirá para aproximar todos que compõem o entorno da escola, com o objetivo de realizar um trabalho unificado em prol do aprendizado e da transformação da realidade local. Segundo Faundez (1993, p. 38), é muito importante que os sujeitos que compõem a comunidade escolar participem dos

processos que promovem a transformação da realidade, pois “quando o homem participa da transformação histórica ele também se transforma. Nesse sentido pode-se dizer que o homem faz história e é feito por ela”.

Mais uma vez vale frisarmos a importância de criar espaços de diálogo, como este encontro de formação, pois foi através dele que surgiu a possibilidade da comunidade escolar refletir sobre uma necessidade real do seu cotidiano. Mais importante ainda foi o fato de serem eles, os membros da comunidade local, os responsáveis pela sugestão dada, pois são as pessoas que, de fato, conhecem a realidade e o meio onde vivem (FAUNDEZ, 1993). Essa é uma excelente oportunidade de aproximar a comunidade local e a escola, pois através de iniciativas assim é que construímos o sentimento de pertencer a determinada realidade. Trata-se, portanto, de uma ferramenta de grande valia para a construção de uma identidade que envolva e aproxime todos os sujeitos do entorno da escola.

Outra possibilidade de trabalho coletivo que surgiu no encontro com os conselheiros foi de que a escola desse continuidade ao “Projeto Horta”, um projeto que a escola desenvolve de forma permanente e que já vem acontecendo há pelo menos dez anos, mas que não foi retomado no ano passado devido ao aumento do gasto da escola com a conta de água e pelo fato de não ter havido pessoa disponível para tocar tal projeto.

O representante da comunidade afirmou ser essa uma excelente oportunidade para aproximar a escola da comunidade e vice-versa. O gasto com a água impactou diretamente no parco orçamento da Unidade de Ensino, tornando necessária, para sua continuidade, a elaboração de outro projeto que prevê a perfuração de poço artesiano nas dependências da escola solucionando, assim, o problema do abastecimento e da retomada do “Projeto Horta”.

Criar alternativas para viabilizar a continuidade do projeto, resolver problemas de abastecimento de água da Unidade de Ensino, aproximar os professores dos estudantes e de suas famílias e ainda incentivar o uso de um recurso disponível no subsolo da região, pode ser uma ótima ferramenta de trabalho, pois, além de todas as possibilidades evidenciadas acima, ainda teria a rica oportunidade de estar trabalhando junto com os estudantes e suas famílias um meio de incentiva-los a utilizar o recurso de maneira sustentável e barateando os gastos mensais, o que traz

um aprendizado significativo para toda a comunidade. Sobre o projeto, foi afirmado que:

Estamos retomando ele agora. Nós só emperramos, nessa situação, por que a horta consome muita água. E o nosso consumo de água da Cesan aqui já é muito alto. Junto com essa equipe de professores estamos desenvolvendo um projeto para a perfuração de um poço artesiano aqui na escola. Então, tendo essa água do poço na escola, a gente pode agora retomar a questão da horta, por que aí a gente vai ter uma quantidade de água suficiente, sem precisar usar a água da Cesan. Ontem nós tivemos a visita de um técnico que já faz perfuração profissional na região e sabe que a gente vai conseguir uma água de qualidade aqui. Ele nos garantiu. Agora a gente precisa fazer a perfuração, coletar a água, fazer a análise pra ter um respaldo da condição de utilizá-la. Se não para consumo ou para beber, pelo menos para limpeza e para descarga, pra torneira, essas coisas assim. Pelo menos 2/3 do que a gente gasta será economizado dessa forma. Mas aí a gente já consegue amarrar uma coisa na outra. (Diretor da Unidade de Ensino).

Pelo excerto acima observamos as consequências e possibilidades de trabalho que a integração *escola-comunidade* traz. A escola, com a ajuda da comunidade, passa a conhecer a realidade de seu entorno, as potencialidades do território e as possibilidades de realizar um trabalho adequado às necessidades e interesses da população. Por esse fato, a escola deve proporcionar que a comunidade participe da elaboração do currículo que será empregado na Unidade de Ensino, pois “[...] como cabe à comunidade desvelar a realidade e descobri-la, é também ela que deveria elaborar o currículo numa perspectiva de eterno começo” (FAUNDEZ, 1993, p. 43).

No material elaborado para auxiliar o processo formativo dos conselheiros (ver Apêndice B), além de explicitar o que é o Conselho Escolar, quais suas atribuições, suas funções, sua composição entre outros, destacamos a necessidade de promover a articulação entre o trabalho desenvolvido por esse Conselho e o PPP da Unidade de Ensino. Essa articulação deve ser a ferramenta responsável pelo desenvolvimento das ações planejadas e executadas dentro da escola, pois possibilitará a oferta de uma educação que torne os sujeitos cada vez mais humanizados (FREIRE, 1969), onde estes refletirão acerca da sua realidade e das possibilidades de transformação da mesma. É de fundamental importância possibilitar o aprendizado participativo, pois trata-se de algo que será útil por toda a vida, dando um novo sentido a esta e à sociedade.

Como não dar uma importância essencial à aprendizagem da participação, à aprendizagem da teoria e da prática, à aprendizagem da crítica e da organização, da melhoria real da vida cotidiana da comunidade, nos campos político, econômico, social, emocional etc.? Se a educação é incapaz de levar à criação de uma nova vida e de uma nova sociedade, ela

é cúmplice das camadas sociais detentoras do poder, que só procuram reproduzir os modelos existentes de uma sociedade injusta que destrói, pouco a pouco, mas inexoravelmente, a humanidade (FAUNDEZ, 1993, p. 48-49).

Citado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/1996), Art. 12, inciso I, e no Regimento Comum das Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Cariacica-ES (publicado no Diário Oficial do Município, em 09 de fevereiro de 2018), Art. 7º, o Projeto Político Pedagógico seria elaborado e executado pelos estabelecimentos de ensino, respeitando suas singularidades e as da comunidade onde se inserem. Tal projeto é, portanto, um

[...] documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

[...] Ao mesmo tempo, é um conjunto de princípios e práticas que reflete e recria essa cultura, projetando a cultura organizacional que se deseja visando à intervenção e transformação da realidade. O projeto, portanto, orienta a prática de produzir uma realidade: conhece-se a realidade presente, reflete-se sobre ela e traçam-se as coordenadas para a construção de uma nova realidade, propondo-se as formas mais adequadas de atender necessidades sociais e individuais dos alunos (LIBÂNEO, 2008, p. 151).

Vemos que se trata de um documento de extrema importância para a elaboração e o desenvolvimento de uma educação pública dotada de qualidade e que seja adequada às necessidades e interesses das comunidades escolar e local. Isso tudo pelo fato de ser através desse documento que se projetam ações futuras com base nas condições reais da comunidade no presente, visando a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Ele rompe com a centralização do poder e das decisões que chegam até a escola vindos de lugares alheios à realidade vivenciada pela comunidade escolar, isso por que sua elaboração necessita da participação de todos os envolvidos. Ademais, sua construção transforma todos os envolvidos em sujeitos capazes de produzir a própria história, como afirma Libâneo (2008):

O projeto surge como forma de superação de um paradigma técnico (ou tecnicista) em que tudo o que a escola e os professores precisam fazer já vem estabelecido de cima. O projeto, numa perspectiva progressista, é o meio pelo qual os agentes diretos da escola tornam-se sujeitos históricos, isto é, sujeitos capazes de intervir conscientemente e coletivamente nos objetivos e nas práticas de sua escola, na produção social do futuro da escola, da comunidade, da sociedade.

Pode-se dizer, então, que o projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade tomarem sua escola nas mãos, definirem seu papel estratégico na educação das crianças

e jovens, organizarem suas ações, visando a atingir os objetivos a que se propõem. É o ordenador, o norteador da vida escolar (LIBÂNEO, 2008, p. 160-161).

Reiteramos a necessidade de serem criados espaços de diálogo dentro dos Conselhos Escolares, pois se trata de excelente oportunidade para promover o debate, o estudo e a reflexão sobre a realidade que cerca a comunidade. Além disso, partir da análise do contexto de vida concreto em que vivem as pessoas que compõem a comunidade escolar é fundamental para fazer, da educação ofertada pela escola, algo verdadeiramente significativo para todos. Esse processo conduzirá os representantes de segmentos e seus pares à condição de protagonistas na construção de sua história, sendo estes “sujeitos”, não “objetos”.

Para ser válida, toda educação deve necessariamente ser precedida por uma reflexão sobre o homem e uma análise do contexto de vida concreto do homem concreto que se quer educar (ou, para dizer de modo mais apropriado: que se quer ajudar a se ajudar).

Na ausência de tal reflexão sobre o homem, corre-se o grande risco de adotar métodos educacionais e procedimentos que reduziram o homem à condição de objeto.

Ora, a vocação do homem é ser sujeito, não objeto (FREIRE, 2016, p. 66-67).

É a partir da análise e da reflexão sobre a realidade concreta em que vivem os sujeitos da comunidade escolar que estes poderão planejar e construir uma educação verdadeira para todos. Como afirma Freire (2016), ao dizer que:

É mediante reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto, que o homem se torna sujeito. Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais ele “emergirá”, plenamente consciente, engajado, pronto a intervir sobre e na realidade, a fim de mudá-la (FREIRE, 2016, p. 68).

A realidade em que vivemos carrega consigo a condição de *estar sendo*, pois se encontra em constante transformação, algo que depende diretamente da participação do maior número possível de sujeitos para evoluir ou involuir. Os obstáculos que encontramos em dada realidade podem nos possibilitar rico aprendizado, a partir da leitura e reflexão que fazemos sobre suas causas e consequências. Sob a condição de *estar sendo* é possível, à realidade, ser transformada, o que significa que os sujeitos que dela fazem parte estão sendo “integrados” a ela e não “adaptados” a sua forma.

No próprio ato de responder aos desafios que seu contexto de vida lhe apresenta, o homem se cria, se realiza como sujeito, pois essa resposta exige dele reflexão, crítica, invenção, escolha, decisão, organização, ação

etc., ou seja, coisas pelas quais a pessoa se constrói, e que fazem dela um ser não mais somente “moldado” à realidade e aos outros, mas, sim, “integrado” (FREIRE, 2016, p. 71-72).

Promover essas reflexões acerca da realidade da escola e de sua comunidade é ação que precisa ser estimulada, incentiva, pois é a partir disso que será possibilitada a construção de sujeitos capazes de transformar a realidade cotidiana. Essas ações precisam estar articuladas com o Projeto Político Pedagógico da escola, pois este é um instrumento que auxilia a gestão dos recursos pessoais, financeiros e pedagógicos da escola, além de ser o guardião dos objetivos e princípios da educação a ser ofertada pela Unidade de Ensino. Sousa e Corrêa (2002) afirmam que:

[...] são princípios orientadores do projeto pedagógico: relação escola-comunidade, ação coletiva, gestão democrática, currículo, avaliação e valorização dos profissionais da educação. Esses elementos precisam ser problematizados na escola, a partir da consideração das quatro dimensões em torno das quais é organizado o trabalho pedagógico – pedagógica, administrativa, financeira e jurídica (SOUSA; CORRÊA, 2002, p. 55-56).

Observamos que a construção do Projeto Político Pedagógico perpassa todos os segmentos que compõem a escola. Além disso, fazem parte de sua composição: as discussões sobre a atuação dos profissionais que trabalham na Unidade de Ensino, direta ou indiretamente ligados à docência; a forma como o trabalho desenvolvido será avaliado; qual o entendimento de cidadão a escola possui e quer formar; qual o tipo de gestão embasará o funcionamento da escola; entre outros.

Assim, é necessário que as ações vinculadas ao Projeto Político Pedagógico sejam constantes dentro do ambiente escolar. Segundo Veiga (2009, p. 169), “a construção, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico requerem continuidade das ações, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de uma sistemática de avaliação de cunho emancipatório”.

Apesar de ser ferramenta fundamental para o planejamento e o desenvolvimento das ações da escola, o Projeto Político Pedagógico ainda carece de publicidade dentro do ambiente escolar, de modo que se torne um documento de domínio público. “Esse projeto [PPP], depois de pronto, teria um prazo de validade? [...] Se mudar a direção da escola, esse projeto continua?”. (Representante da comunidade local).

Depois de toda a discussão sobre o que é o PPP e sobre como ele pode ser utilizado, surgiram essas perguntas. Observamos que o trabalho que envolve a construção do PPP não é algo tão óbvio como parece ser e que as pessoas têm muitas dúvidas sobre ele. Além disso, as pessoas o enxergam como uma ferramenta de extrema importância para o desenvolvimento, o planejamento e a oferta de uma educação de qualidade ofertada pela escola à comunidade local. Por essas observações é que reiteramos a necessidade de dar publicidade ao PPP da escola, bem como tornar a sua construção algo coletivo-participativo. Isso permitiria tornar o ambiente escolar algo pertencente ao cotidiano da comunidade, bem como trazer essa comunidade para dentro da vivência escolar. É o que afirma Bordenave (1994):

A escola pública, antes encerrada em si mesma e dedicada quase que exclusivamente ao ensino de crianças e adolescentes, está procurando ser mais participativa em dois sentidos: o da participação da comunidade na escola e o da participação da escola na comunidade (BORDENAVE, 1994, p. 60).

A participação da escola na comunidade, e vice-versa, possibilita o planejamento e a oferta de uma educação voltada para a realidade local. Torna possível, também, a construção de um Projeto Político Pedagógico que contemple as necessidades concretas de formação e atendimento que a comunidade busca no espaço escolar. O autor afirma, ainda, que “[...] a participação escola-comunidade constitui um laboratório vivo onde os futuros cidadãos aprendem a difícil arte da convivência democrática” (BORDENAVE, 1994, p. 61).

O caminho que conduz à construção, efetivação e ao fortalecimento de relações democráticas passa pelo ambiente escolar, sendo de fundamental importância explorar todas as possibilidades que essa ação permite. As ações do Conselho Escolar precisam estar alinhadas ao PPP da escola, pois esse documento irá reger as ações desenvolvidas no espaço da Unidade de Ensino. Além disso, ele é a ferramenta motriz para que sejam alcançados todos os objetivos traçados para o desenvolvimento e a oferta de uma educação voltada para a realidade da comunidade escolar.

6.1.5. 5º Encontro Formativo

O 5º encontro, que estava agendado com os conselheiros da EMEF “Maria Augusta Tavares” para acontecer no dia 19 de junho, foi remarcado para o dia 26 de junho de

2019. Tal medida tornou-se necessária pelo fato de que os principais sujeitos pertencentes ao Conselho Escolar, a quem o processo formativo se destina precipuamente (segmentos de pais, de estudantes e da comunidade local), não puderam estar presentes. O representante da comunidade estava acompanhando o trabalho de limpeza de um terreno baldio localizado nas proximidades da escola e que se tornou ponto viciado para depósito e descarte de lixo doméstico e também de entulho. O representante do segmento de pais, embora tivesse confirmado presença no encontro previsto, desmarcou sua participação momentos antes, pois surgiu uma grande demanda de trabalho em seu comércio (é proprietário de uma oficina de bicicletas), o que acabou inviabilizando sua participação no referido encontro formativo. A representante dos estudantes estava participando, junto com outros colegas, de aula de campo sobre pontos histórico-turísticos e que ajudam a compreender o conteúdo da disciplina de História que está sendo trabalhado em sala de aula. Caso fosse mantido o encontro para a data prevista, estariam participando, apenas, os gestores, as representantes dos servidores e dos professores. Por esse motivo, optamos por remarcar o encontro para a semana seguinte, oportunizando que os segmentos ausentes pudessem participar.

Cabe aqui reiterarmos acerca da realidade que envolve os conselheiros e a comunidade escolar. A participação dos representantes dos segmentos que compõem o Conselho Escolar é condicionada a uma série de fatores que se configuram como dificultadores e, por vezes, até impeditivos para que estejam presentes nas reuniões e ações do Conselho de Escola. Já mencionamos, anteriormente, que a participação dos gestores, dos professores e dos servidores é garantida pelo fato destes desempenharem as funções de conselheiros escolares dentro de seu horário de trabalho. O mesmo não acontece com os representantes da comunidade, dos pais e dos estudantes, que necessitam desempenhar funções de extrema importância, para o seu cotidiano, em concomitância com a função de conselheiro escolar.

Dessa forma, o 5º encontro de formação, para os conselheiros escolares da EMEF “Maria Augusta Tavares”, teve início às 14h30min do dia 26 de junho. Estiveram presentes: o diretor da Unidade de Ensino; o vice-diretor; as representantes dos funcionários da escola (titular e suplente); a representante dos estudantes (titular); o representante da comunidade local e a representante dos professores (suplente). Eu

fiz a mediação do diálogo estabelecido no encontro de formação. Não esteve presente o representante do segmento de pais (suplente), devido estar trabalhando no mesmo horário da formação.

Iniciamos o encontro lembrando os assuntos discutidos no encontro da formação anterior, onde foram tratados assuntos tais como: o “folheto de orientações” elaborado a partir das demandas relatadas pelos conselheiros escolares e que teria a finalidade de esclarecer dúvidas comuns que surgem durante as reuniões do Conselho; esclarecimentos sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP), sua construção e elaboração, ações que devem contar com a participação de todos os membros da comunidade escolar; entre outros.

O “folheto de orientações” (ver Apêndice B) foi disponibilizado para a escola, para que possa ser utilizado em eventos de formação para os próximos conselheiros que serão eleitos na eleição que acontecerá no final do mês de agosto, para compor o mandato 2019-2022 dos novos representantes do Conselho de Escola. Afirmamos, para o grupo de conselheiros, que o “folheto de orientações” deve ser utilizado em estudos e formações para os mesmos e que seu acesso deve ser disponibilizado para toda a comunidade escolar, criando, assim, possibilidades para que esta faça sua edição, supressão de itens/temas, inclusão de novos assuntos, complementação, entre outros.

Nesse encontro, fizemos questão de reafirmar que os objetivos traçados, desde o início, para todo o processo de formação foram: promover o diálogo sobre as várias possibilidades de trabalho e atuação do Conselho Escolar; incentivar a reflexão sobre a realidade da escola e da comunidade onde esta se insere; promover o debate sobre o papel do Conselho, entre os representantes de segmentos; elaborar material de estudo que viesse representar a realidade do Conselho Escolar e as necessidades da comunidade; entre outros. A partir do levantamento destas questões pudemos realizar, coletivamente, a avaliação dos encontros, o que nos permitiu visualizar todas as etapas do trabalho que foram positivas, bem como as que podem melhorar. Sugestões para enriquecer as formações, em futuros encontros, também foram apontadas, fato que nos fez perceber as transformações, mesmo que incipientes, ocorridas na prática dos conselheiros e na maneira como estes percebem, refletem e se integram à sua realidade (FREIRE, 2016) e seu cotidiano, comparando-se com o período quando iniciamos as formações.

Eu acho que ajudou, porque esclareceu muita coisa. Por exemplo, a representante dos estudantes achava que era só resolução de problemas... E até mesmo pra nós percebermos que nós estamos, apenas, tratando problemas nas reuniões do Conselho. A gente não tá tratando de coisas que estão por vir a acontecer, coisas positivas, visitas pedagógicas etc., a parte boa não está sendo colocada em prática. O que a gente tem colocado muito em prática são os problemas que ocorrem na escola. Isso é bom pra gente poder se policiar mais nisso também. (Representante dos professores).

O relato da representante dos professores nos evidencia a valiosa ajuda que as formações trouxeram, para a prática dos conselheiros, já em um curto espaço de tempo. A partir das reflexões feitas, eles puderam perceber a importância do Conselho Escolar e as variadas possibilidades de trabalho que ele oferece. É óbvio que, dos temas para trabalho que motivaram/motivam as convocações para que o Conselho se reúna, aqueles que envolveram/envolvem a resolução de problemas ocupam posição de destaque nas ações do órgão (ver Gráfico 1), mas as possibilidades e potencialidades de trabalho vão muito além disso, fato que pôde ser desvelado pelo grupo com as reflexões e problematizações feitas durante os encontros de formação propostos.

Outro ponto destacado durante a avaliação referiu-se à possibilidade e necessidade de serem criados espaços de diálogo dentro do Conselho, como forma de promover os estudos e a reflexão, dos conselheiros, acerca da realidade cotidiana vivenciada na/pela comunidade escolar, o que possibilita e incentiva o *estar com* (FREIRE, 2014b). Além disso, criar tais espaços de diálogo seria uma forma de incentivar e qualificar a participação (BORDENAVE, 1994) consciente e atuante de todos os representantes de segmentos, algo que é visto como sendo de fundamental importância para que as ações realizadas pelo Conselho de Escola logrem maior êxito e se desenvolvam.

Eu acho complicado [...], é extremamente complicado. A gente, ultimamente, não tem tempo. [...] Tudo é na correria [...], a gente não tem um momento assim, de dar aquela respirada, e ficar “à toa”. Não tem como a gente dar um tempinho pra gente mesmo, não tem como. É o tempo inteiro a gente aqui [...], com essas demandas: acaba de sair da frequência, entra na prestação de contas; entra no mapa de carga horária, que até hoje eu não consegui concluir, e olha que já saíram alguns professores e entraram outros, daí eu vou ter que refazer todo o meu mapa de carga horária. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Apesar de estarem cientes das dificuldades a serem enfrentadas para qualificar as ações do Conselho, vemos que a rotina exacerbada de trabalho, fato que consome a

maior parte do tempo e das ações dos conselheiros, inviabiliza que estes vislumbrem qualquer saída que venha transformar tal realidade.

Dar conta de todas as demandas que surgem no cotidiano escolar figura-se como tarefa hercúlea, porém necessária, mas que muitas vezes é de difícil enfrentamento. Mesmo com todos estes enfrentamentos travados, a forma como funciona e age o Conselho Escolar da Unidade é tida como satisfatória, para os padrões apresentados em comparação com os Conselhos de outras Unidades de Ensino. Além disso, foi sugerido que tais formações poderiam ser mais específicas e direcionadas, atingindo os segmentos que compõem a comunidade escolar com maior profundidade, baseando-se nas suas necessidades reais.

De todas as escolas, das quais eu já participei e participo, até hoje, a única que consegue fazer isso aqui [reunir o Conselho para resolver problemas e para participar de processo formativo] é a nossa. [...] Para um primeiro momento, foi super esclarecedor. Eu acho que deveria ter assim, uma outra formação, com maior profundidade, principalmente pra quem é de comunidade, quem é aluno... Porque, queira ou não, essa mocinha aqui (referindo-se à representante dos estudantes) está aprendendo várias coisas, ela está percebendo várias coisas e é ela o futuro de tudo isso aqui. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Ter oportunizado aos conselheiros momentos para que pudessem refletir sobre sua realidade, bem como problematizar a mesma, foi fundamental para elucidarmos a importância que os processos formativos têm e que possibilitam a construção do conhecimento de toda a comunidade. Isso ficou bastante evidente pelo relato do representante da comunidade, um senhor que atua em movimentos comunitários e órgãos colegiados há bastante tempo, mas que não conhecia todas as possibilidades que os Conselhos oportunizam.

Eu avalio como boa, como positiva. Todo esse trabalho foi importantíssimo. Eu fiquei sabendo de coisas aqui que, nesses anos todos participando de escola, eu não sabia. Por isso que eu fiz a pergunta “quem autorizou vocês saírem daqui?” [sobre a saída dos estudantes para uma aula de campo, na semana anterior, e que contribuiu para que nosso encontro de formação precisasse ser remarcado]. Eu não sabia dessa situação, de autorização da Secretaria de Educação. [...] Então isso vai servindo, porque a gente vê o Conselho de Escola resolvendo problemas e o Conselho é formado por quê? Porque é formado o Conselho de Escola? Foi porque a lei decide. A direção de uma escola ia formar um Conselho se a lei não exigisse? Se não precisasse, se não tivesse dificuldade de trabalhar na escola? Se não formar um Conselho vai ter dificuldade, não vai conseguir. [...] Precisa do Conselho de Escola, do Conselho Fiscal, numa prestação de contas, é disso que precisa. Então, realmente os Conselhos que a gente vê é formado [sic] só mesmo pra poder dar condições da escola caminhar, funcionar. (Representante da comunidade local).

A leitura que ele faz da atuação do Conselho, bem como os motivos que levam este a funcionar da maneira posta, foi construída a partir de suas próprias reflexões que foram construídas no coletivo e de maneira participativa. Vemos que os conselheiros são capazes de construir seu próprio conhecimento, necessitando da ajuda de outros apenas para lhes possibilitar espaços para o diálogo e a reflexão. Ademais, podemos observar que os encontros de formação já começaram a render frutos positivos, pois os conselheiros começaram a ver o trabalho que desenvolvem, ou que podem desenvolver, sob outro olhar. Eles já problematizam a própria realidade de suas ações dentro do Conselho, pois estão refletindo a própria prática (FREIRE, 1981), fato que parecia distante até bem pouco tempo.

Nos encontros anteriores, os conselheiros manifestaram interesse em saber um pouco mais sobre as formas de agir do Conselho, os assuntos que podem e que não podem ser tratados nas reuniões do mesmo. Tais indagações possibilitaram importante debate acerca das ações e alternativas de trabalho, visto que eles estavam bastante acostumados a reunir-se para tratar, apenas, de problemas surgidos no cotidiano escolar. Igualmente, ficou explícita a vontade que os representantes de segmentos têm de difundir e propagar o conhecimento ali construído, socializando com seus pares tudo o que foi estudado e dialogado naquele espaço de formação. Atuar como um multiplicador do conhecimento é extremamente importante, pois são pessoas da comunidade refletindo e agindo de acordo com sua própria realidade, construindo algo significativo para todos (FAUNDEZ, 1993).

Então foi bom pra gente saber como cobrar certas coisas. A gente não vai mais ficar nessa situação, não vai ficar cobrando o que está vendo que não tem condições de fazer. Tem coisas que a gente pode ter uma ideia, “olha, isso aqui pode fazer dessa forma”... Abriu bem as ideias. Agora eu vou participar do Conselho lá [fará parte, enquanto líder comunitário, do Conselho de outra escola do bairro e que foi municipalizada recentemente], a gente vai entrando com a mente mais aberta, pra contribuir, também, com a formação dos de lá, né? Vai ter os pais dos alunos de lá também né, que a gente vai estar observando todo o andamento pra ver como ajudar. (Representante da comunidade local).

A construção do conhecimento significa empoderamento, significa criar relações de autonomia, mesmo que isso não signifique ter total independência. Como já foi citado anteriormente, Freire (1991) afirma que estamos ainda aprendendo a fazer democracia, o que torna ainda mais premente nos posicionarmos de maneira que nossos anseios sejam considerados e respeitados, e que os outros sujeitos que

configuram nosso meio não usem de métodos escusos para ludibriar nossas decisões. A democracia tem sido construída a duras penas e de forma bastante lenta, fato que nos faz lutar, cotidianamente, para que esta seja exercitada com vistas a consolidar-se, de fato.

A carência de conhecimento e informações suficientes a respeito de algo faz com que algumas pessoas optem por manipular o poder de decisão de outrem. Quando isso não é possível, elas agem de forma a desestimular, menosprezar ou até desprezar o ponto de vista defendido ou o que foi decidido por um dado representante. Situações como estas foram vivenciadas pelos segmentos de pais, de estudantes e da comunidade, onde o que estava em xeque era a mudança do atendimento dado pela escola à comunidade.

A escola, que era conhecida por prestar o atendimento das séries finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) à comunidade, recebeu comunicado da Secretaria Municipal de Educação – SEME afirmando ser necessário abrir turmas para atender as séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Tal fato implicaria na mudança de toda a organização da estrutura de funcionamento da Unidade de Ensino. Dessa forma, os gestores da escola precisariam reorganizar e reestruturar toda a ordem de funcionamento da mesma, o que implicaria mudanças no enquadramento profissional de muitos servidores (professores). Como não era uma decisão simples de ser tomada e precisava da ajuda de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar para decidir como seria a nova organização da Unidade, o caso foi levado para o Conselho de Escola.

Como o atendimento seria dado à comunidade local, o caso foi amplamente discutido em reuniões do Conselho de Escola, onde todos puderam refletir sobre tal situação e decidir sobre os rumos que a escola deveria tomar no atendimento aos estudantes e à comunidade. Nesse momento, muitos conflitos de ideias foram travados, pois um grupo de profissionais queria sobrepor às decisões e ao bem estar coletivos os anseios particulares e individuais.

[...] Até a nossa mudança aqui, de turmas, se não tem um Conselho de Escola, a gente não teria conseguido não. Foi uma queda de braço até no Conselho, porque ficou, basicamente, empatado. Tinha gente já contando com o voto dos mais inexperientes, tentando induzir o voto deles. Por que as pessoas reconhecem em quem vai votar a possibilidade de tentar influenciar esse voto. Mas, graças a Deus, não teve essa influência e cada um votou segundo a sua consciência, a sua visão. Então eu acho que, naquele momento, o Conselho da nossa escola mostrou uma certa

maturidade... Não teve briga, teve um embate na votação e ponto, acabou. E, lógico, só ocorreu [o respeito à decisão da votação do Conselho] porque estava tudo embasado e calçado pelo Conselho, porque, se não tivesse, tudo teria ido por água abaixo e ia ser uma confusão nessa escola. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Tal excerto nos permite refletir sobre a realidade do Conselho Escolar no que perpassa um acontecimento real, concreto, onde as pessoas tentaram manipular os conselheiros e fazê-los agir de acordo com os interesses particulares desse grupo de pessoas. Ações como “menosprezar”, “desprezar” e “desqualificar” o voto dos segmentos de pais, de estudantes e da comunidade foram realizadas, pois tais segmentos eram vistos como “inexperientes” e, portanto, fáceis de serem cooptados. Vemos aqui a importância e a necessidade de termos mais processos formativos como esse que foi compartilhado, pois caso os conselheiros tivessem passado por processo semelhante anteriormente, teriam mais subsídios para reafirmar sua postura e importância enquanto representantes dos segmentos que compõem o Conselho Escolar.

Criar espaços para que o outro se manifeste e se sinta à vontade para expressar sua opinião, contando com a confiança do grupo ao qual pertence, é de fundamental importância para garantir o sucesso do trabalho desenvolvido, bem como a satisfação de todos os envolvidos com os procedimentos adotados durante o processo. Sobre esse aspecto, apontamos o que disse o representante da comunidade:

Teve gente que armou até depois, no final da votação, depois do resultado da votação, a conversa começou a descambar para um rumo onde eu não gostei da fala de algumas pessoas [...], porque acabaram menosprezando o nosso voto. O nosso voto foi menosprezado depois do resultado. Mas eu gostei da sua postura [do vice-diretor da Unidade de Ensino], sua postura foi firme manteve o resultado. (Representante da comunidade local).

Tal fala corrobora com a citada anteriormente, pelo Diretor da Unidade de Ensino, pois vemos que a tentativa de induzir o voto de alguns dos representantes e/ou desqualificar sua decisão foi prática comum, por parte de um grupo da comunidade escolar, nesse evento que envolveu o trabalho do Conselho de Escola. Além disso, o entendimento de que o trabalho feito pelos representantes do Conselho foi sério e que, por isso mesmo, deve ser respeitado foi muito importante para fazer valer as decisões tomadas no órgão colegiado. Tais decisões foram tomadas mediante muita discussão, reflexão e entendimento da realidade que cerca a comunidade escolar, onde suas necessidades e anseios foram colocados em primeiro plano, embasando

as decisões que foram tomadas. A necessidade do coletivo esteve sempre à frente nos momentos decisivos, sobrepondo-se aos interesses de alguns grupos.

O trabalho conduzido de maneira séria e responsável fez com que todo o grupo valorizasse ainda mais sua participação no órgão, pois, como afirmou o representante da comunidade, “se esse Conselho não mantivesse a postura, eu estava saindo fora também. Se o Conselho voltasse atrás”. A valorização das ações do Conselho, praticadas por seus conselheiros, é uma forma de incentivar e fomentar a participação de todos. Ações desse tipo fazem com que as pessoas da comunidade tenham vontade de participar dos projetos e medidas desenvolvidas no ambiente escolar. Valorizar o espaço do Conselho e de seus membros motiva a participação de forma mais atuante e democrática, conforme afirmam Freire (1991), Faundez (1993) e Bordenave (1994).

Apesar de todas as dificuldades que o Conselho de Escola enfrenta para elaborar, planejar, executar e deliberar sobre suas ações, observamos que foi fortalecido o sentimento de que ele tem poder decisório e que suas decisões não podem ser questionadas ou alvo de objeção, pois todas as medidas são feitas dentro da legalidade, com consulta prévia e participação de todos, deliberando a partir de interesses comuns e coletivos.

Mas o nosso Conselho é um dos poucos que funciona, mesmo sendo um Conselho de crise, de problemas. Porque, na verdade, a escola tem muitos problemas... Todas as escolas têm. Então a gente tem que ter muito jogo de cintura, mas depois que passa pelo Conselho de Escola, depois que o Conselho de Escola bateu o martelo, acabou a conversa. O coletivo decidiu e acabou. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

As formações com os membros do Conselho Escolar da Unidade de Ensino mostraram-se como sendo de grande valia para o processo de construção do conhecimento da comunidade escolar. Além dessa construção, os esclarecimentos acerca de dúvidas que existiam dentro da esfera de decisões configuraram importante vitória no que diz respeito ao fortalecimento do Conselho, da escola e de todos da comunidade escolar. A multiplicação do conhecimento construído nas formações já deu grande mostra de que será feito, dentro da própria comunidade, bem como em outros órgãos de escolas vizinhas. Esse foi o objetivo da criação de espaços de diálogo dentro do ambiente escolar: promover a construção de um conhecimento verdadeiramente significativo para todos (respeitando suas

características, sua história e sua experiência) e transformar cada membro representante em sujeito responsável por criar e modificar a própria história.

6.2. Participação dos conselheiros escolares nos Encontros Formativos

Os encontros formativos desenvolvidos com o Conselho Escolar da Unidade de Ensino ocorreram entre 24/04 e 26/06 e tiveram a participação de 08 (oito) dos 12 (doze) conselheiros representantes de segmentos (titulares e suplentes). Desses conselheiros, os únicos que estiveram presentes em todos os encontros foram: a representante titular dos estudantes e a suplente do segmento dos servidores; o Diretor da escola (titular do segmento de gestores) faltou no 3º encontro, enquanto o Vice-diretor (suplente do segmento) faltou no 2º encontro; a representante suplente do segmento de professores faltou no 2º encontro; o representante titular da comunidade faltou no 3º encontro; o representante suplente do segmento de pais esteve presente em dois (2º e 4º encontros) dos cinco encontros. O número total de faltas e os representantes dos segmentos que estiveram presentes em cada encontro estão representados na Tabela 1 a seguir.

TABELA 1: FREQUÊNCIA DOS CONSELHEIROS NOS ENCONTROS DE FORMAÇÃO					
ENCONTRO					
	1º ENCONTRO	2º ENCONTRO	3º ENCONTRO	4º ENCONTRO	5º ENCONTRO
SEGMENTO					
Gestor (T)	✓	✓	FALTA	✓	✓
Gestor (S)	✓	FALTA	✓	✓	✓
Estudante (T)	✓	✓	✓	✓	✓
Estudante (S)	NP	NP	NP	NP	NP
Comunidade (T)	✓	✓	FALTA	✓	✓
Comunidade (S)	NP	NP	NP	NP	NP
Professores (T)	NP	NP	NP	NP	NP

Professores (S)	✓	FALTA	✓	✓	✓
Servidores (T)	✓	FALTA	FALTA	FALTA	✓
Servidores (S)	✓	✓	✓	✓	✓
Pais (T)	NP	NP	NP	NP	NP
Pais (S)	FALTA	✓	FALTA	✓	FALTA

Obs.: ✓ = Presente; (T) = Titular; (S) = Suplente; NP = Não Participou.

Fonte: Elaboração do autor.

Como pôde ser observado, 04 (quatro) conselheiros não estiveram presentes em nenhum dos encontros formativos: o representante suplente do segmento dos estudantes trabalha no período diurno e estuda no turno noturno; o representante suplente da comunidade local afastou-se da escola e se desligou das atividades da comunidade depois que sua neta terminou os estudos na Unidade de Ensino e foi para outra escola; a representante titular do segmento de professores trabalha na Unidade de Ensino apenas no turno matutino; e a representante titular do segmento de pais afastou-se das atividades do Conselho há aproximadamente um ano, quando conseguiu novo emprego.

A realidade do Conselho Escolar, constatada através das informações contidas acima, nos possibilita refletir sobre algumas questões que devem ser consideradas quando da iniciativa de se fomentar e incentivar a participação dos representantes da comunidade escolar em órgãos colegiados, como o Conselho. Dentre essas reflexões estão assuntos como: a escola funcionar em tempo parcial, onde estudantes e profissionais da educação não podem dedicar seu tempo, de forma integral, no desenvolvimento das atividades e do trabalho educativo ali prestado; os representantes que trabalham na Unidade de Ensino (gestores, professores e servidores) têm sua participação no Conselho facilitada, pelo fato de desempenharem essa função em seu próprio horário de trabalho, ao passo que a participação dos representantes externos (pais, estudantes e comunidade local) acontece de forma voluntária, o que requer maior atenção e cuidado no processo, pois estes dividem seu tempo entre as atividades cotidianas básicas para seu sustento e sobrevivência e as que são de interesse coletivo; entre outros. Esses são alguns dos fatores responsáveis pela dificuldade de tornar a escola um local de maior proximidade entre os sujeitos que dela fazem parte e de tornar o trabalho, nela

desenvolvido, mais efetivo. Tais elementos impactam, diretamente, no trabalho da escola e na qualidade da participação dos representantes de cada segmento.

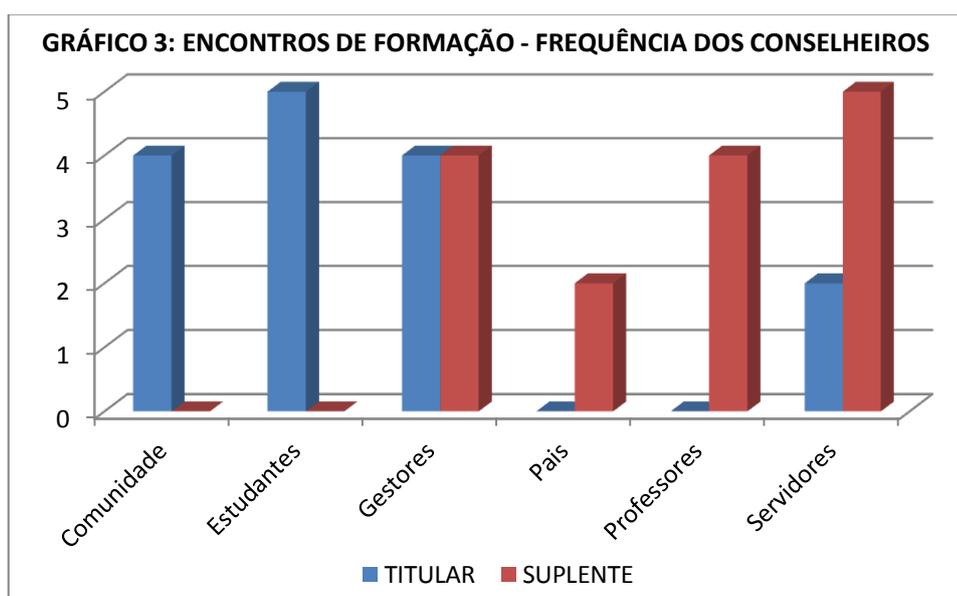
Ainda tratando dos elementos que dificultam ou impedem o desenvolvimento de ações efetivas dentro da esfera do Conselho de Escola está a questão da “invisibilização” do segmento, proporcionada pelo silenciamento de seus representantes. O segmento está presente, porém a presença de seus representantes no espaço da plenária, por si só, não garante uma sequência de trabalho efetivo e de forma continuada, uma vez que há grande dificuldade para iniciar a discussão dos assuntos (visto que alguns segmentos se tornam invisibilizados pela participação de baixa intensidade de seus representantes), mesmo quando a palavra lhes é franqueada, eles se calam. Além disso, alguns não criam laço de pertencimento com a escola, o que os leva a faltarem seguidas vezes ou se afastarem do órgão, abrindo mão de seu mandato. Pelo fato de ser um trabalho prestado de forma voluntária pelos membros externos do ambiente escolar, é compreensível que demandas surjam e venham lhes impedir de dar continuidade ao trabalho junto ao Conselho, no entanto essas questões precisam ser problematizadas e refletidas, coletivamente.

Outro elemento que obstaculiza o trabalho do Conselho de Escola é a dificuldade de se construir um calendário para marcar reuniões ordinárias e, com isso, planejar as ações a serem desenvolvidas no ambiente escolar. Diante dessa dificuldade, o Conselho passa a funcionar, basicamente, para resolução de causas emergenciais, para resolver problemas que surgem corriqueiramente na escola e que necessitam da convocação extraordinária dos conselheiros para deliberar sobre. Problemas como alunos indisciplinados, agressões e depredação do patrimônio público são alguns dos principais motivos de convocação para as reuniões do Conselho Escolar. Como mencionado anteriormente, há a necessidade de se problematizar e discutir, coletivamente no espaço do Conselho Escolar, sobre o significado de “indisciplina” que a escola mantém e a maneira como esta trabalha esse assunto com seus alunos. Quando questionados se haveria outra forma para o funcionamento do Conselho, a resposta foi a seguinte:

Eu acho que não, porque, no início, nós tentamos ter uma reunião, pelo menos, periódica [...] e não foi possível. Não teve como acontecer. Convidamos várias pessoas, poucos se prestaram a participar. Então eu acho complicado fazer de uma forma diferente da que fazemos hoje. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Em virtude das dificuldades apresentadas, de se promover a participação efetiva e constante dos representantes no Conselho, alguns questionamentos surgiram: seria uma alternativa propor que se busque realizar reuniões mesmo com quórum mínimo, para garantir a discussão de uma gama mais variada de assuntos e buscar, também, realizar um planejamento das ações? Seria possível realizar “reuniões abertas”, com a participação de representantes de classes (não apenas com os representantes dos estudantes, mas com representantes de cada classe/sala da escola)? Essas são alternativas possíveis e viáveis para a realidade do Conselho Escolar, ações que possibilitariam a participação mais efetiva dos sujeitos, além de ampliar as discussões do órgão colegiado.

Retomando a discussão sobre os 05 (cinco) encontros formativos que aconteceram na escola e sobre a presença de cada representante de segmento nas formações apresentamos o Gráfico 3:



Fonte: Elaboração do autor.

Através da análise e observação do gráfico torna-se evidente o prejuízo que alguns segmentos têm/tiveram, quando da sua participação no Conselho Escolar e nos encontros formativos. Os representantes de pais, de estudantes e da comunidade tiveram uma participação menor do que aquela que deveriam e/ou poderiam ter, se considerarmos que o trabalho desenvolvido pela escola é voltado para eles, o que os torna peças centrais, e não secundárias, nesse processo.

Embora a educação ofertada pela Unidade de Ensino seja destinada a esses segmentos, eles pouco podem participar, opinar e/ou aprender com as decisões e

experiências ali vivenciadas. A escola precisa tornar a participação dos representantes de segmentos nas reuniões e ações do Conselho, algo pedagógico, que irá preparar a todos para exercerem a cidadania de forma atuante e consciente no meio social.

A participação alijada que os representantes dos segmentos citados possuem é ainda evidenciada na falta de diálogo, que alguns deles possuem, com seus pares. “Tenho pouco contato com os outros, pois estou muito envolvido com o comércio”. (Representante de pais).

Embora os problemas e as dificuldades tenham sido significativos, muitos pontos positivos foram destacados na análise do perfil do grupo de conselheiros, em relação ao processo formativo que tiveram a oportunidade de participar.

Eu avalio como boa, como positiva. Todo esse trabalho foi importantíssimo. Eu fiquei sabendo de coisas aqui que, nesses anos todos participando de escola, eu não sabia. [...] Abriu bem as ideias. Agora eu vou participar do Conselho lá [fará parte, enquanto líder comunitário, do Conselho de outra escola do bairro e que foi municipalizada recentemente], a gente vai entrando com a mente mais aberta, pra contribuir, também, com a formação dos de lá, né? Vai ter os pais dos alunos de lá também né, que a gente vai estar observando todo o andamento pra ver como ajudar. (Representante da comunidade local).

Além disso, constatamos a confiança que vários apontaram ter na possibilidade de melhoria das ações, na qualificação do trabalho do Conselho e na oportunidade de ter, no espaço do órgão colegiado, aprendizado significativo para o desenvolvimento de ações no ambiente escolar, pelo fato de terem participado dos encontros formativos.